

# OBSERVATÓRIO

ITAÚ CULTURAL

ed. **27**

**CULTURA E  
DESENVOLVIMENTO**

---

*Agenda 2030 e a cultura nos ODS:  
conceitos, estratégias e indicadores*

---

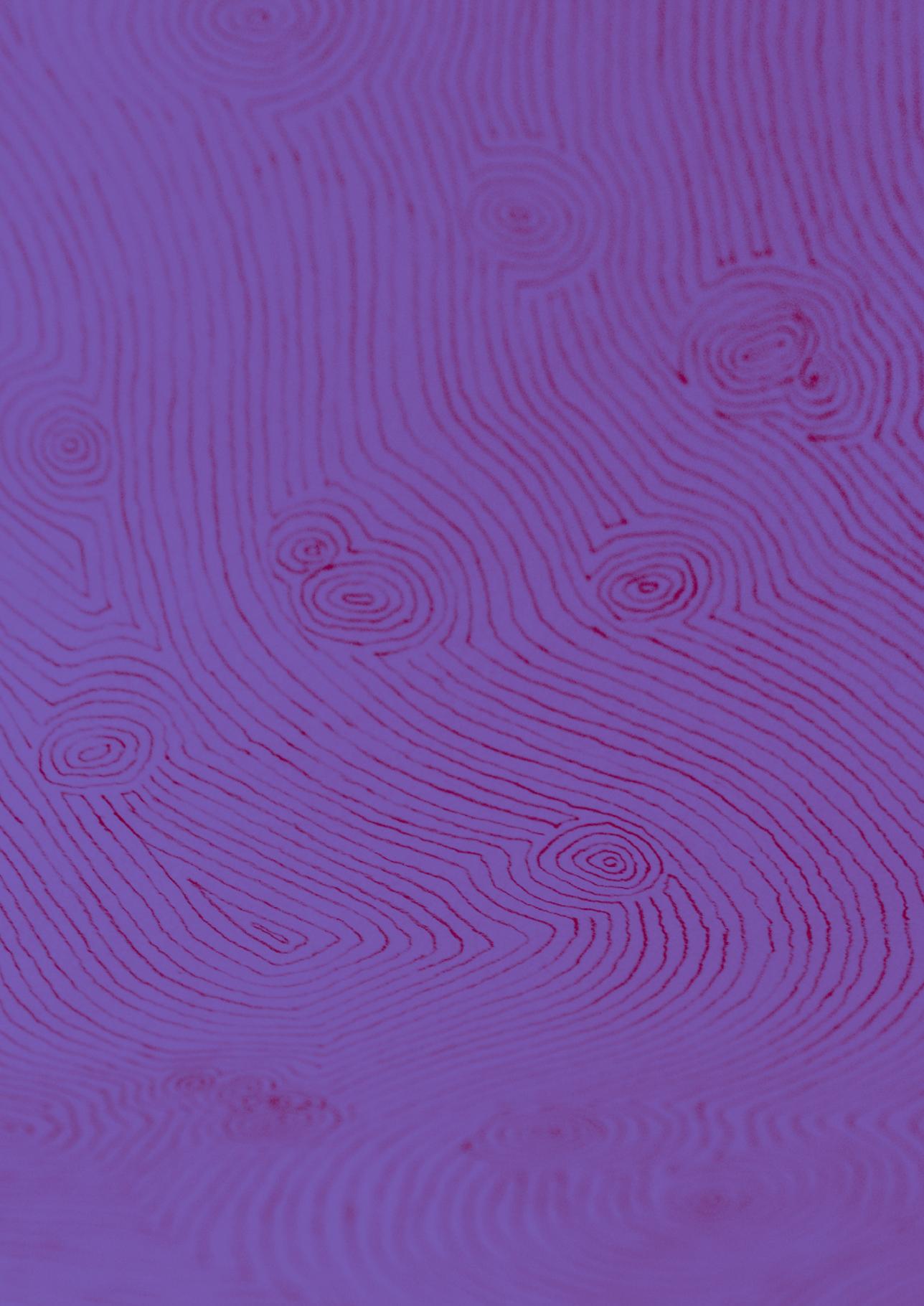
*Sustentabilidade  
a partir da cultura:  
compreensões, reflexões  
e inspirações*

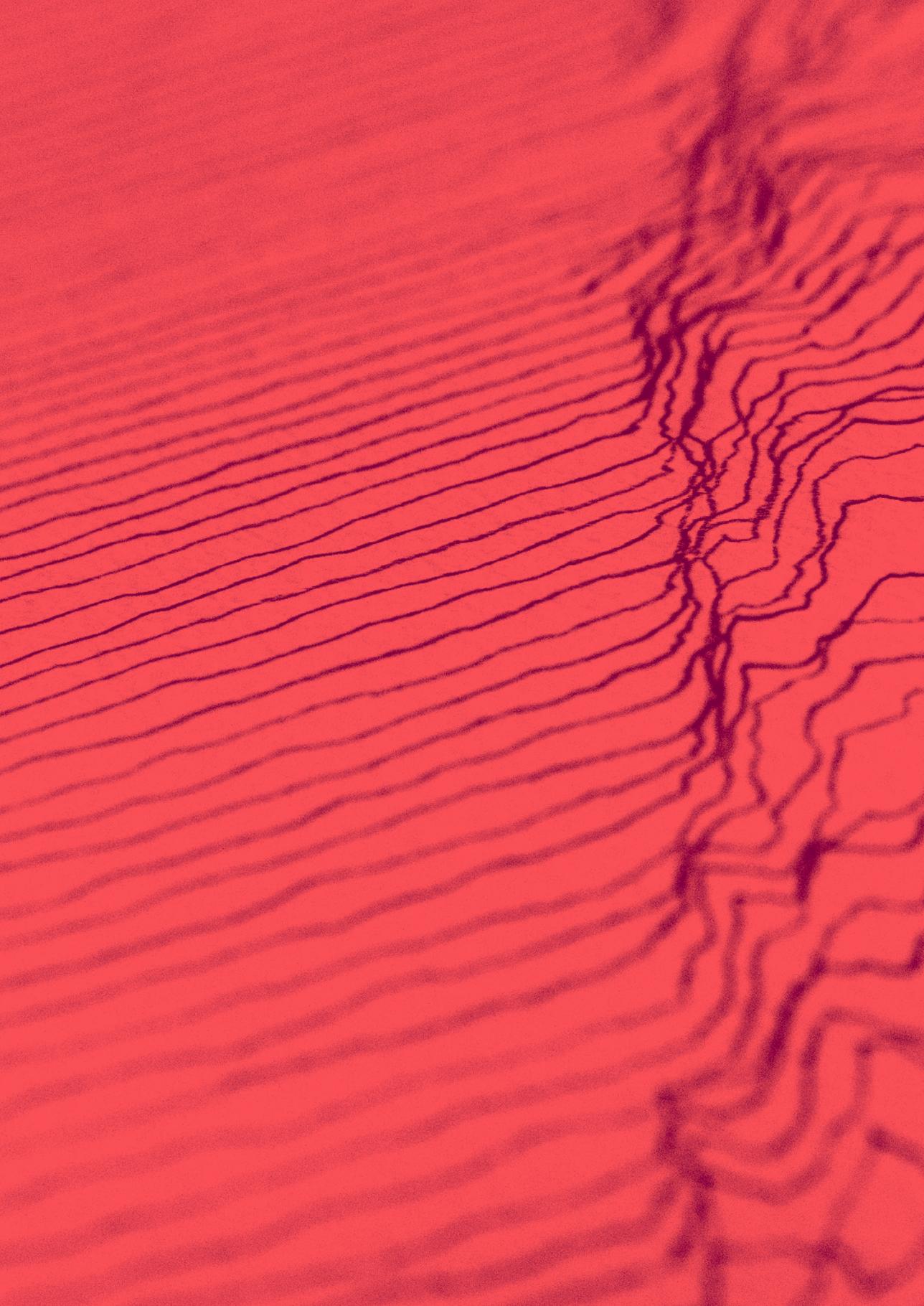
---

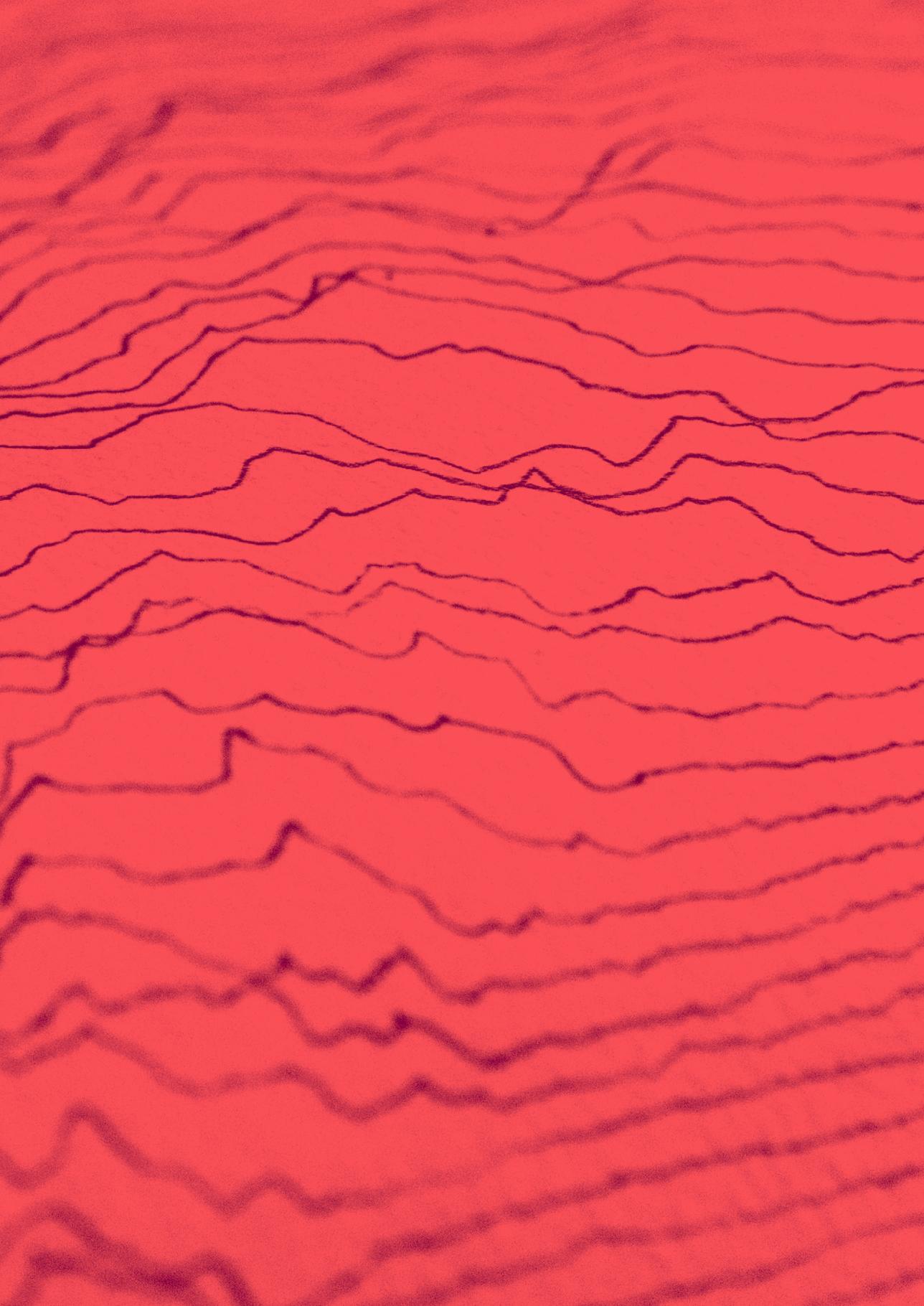
*Inovação e equidade:  
novas abordagens para  
políticas culturais*



*No ano de 2015, a ONU estabeleceu a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um plano de ações para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. A partir de 17 objetivos, a agenda visa, no prazo de 15 anos, fortalecer a paz universal, erradicar a pobreza e buscar um desenvolvimento que pense um mundo mais sustentável. Orientações que remetem às esferas econômica, social e ambiental. A relação entre cultura e desenvolvimento aparece frequentemente no campo da gestão e das políticas. No entanto, a cultura não esteve presente em nenhum dos 17 ODS. A edição número 27 da Revista Observatório se propõe a discutir como a cultura pode contribuir para a Agenda 2030 e para um desenvolvimento que caminhe em direção à sustentabilidade e à equidade social.*







Memória e Pesquisa / Itaú Cultural

---

Revista Observatório Itaú Cultural - N. 27 (abr. 2020/out. 2020) –  
São Paulo : Itaú Cultural, 2007-.

Semestral

ISSN 1981-125X (versão impressa)

ISSN 2447-7036 (versão on-line)

1. Gestão cultural. 2. Impactos da cultura. 3. Cultura e sociedade.  
4. Diversidade cultural. Desenvolvimento cultural. 6. Comportamento  
cultural. I. Itaú Cultural

---

Bibliotecário Jonathan de Brito Faria CRB-8/8697

# expediente

---

## REVISTA OBSERVATÓRIO

### Conselho editorial

*Alfons Martinell Sempere*

*Luciana Modé*

*Rafael Figueiredo*

### Edição

*Alfons Martinell Sempere*

### Preparação de textos

*Ana Clemente*

*(terceirizada)*

### Projeto gráfico

*Marina Chevrand/*

*Serifaria*

### Design

*Iara Pierro de Camargo*

### Produção gráfica

*Lilia Góes*

### Ensaio artístico

*Fernando Uehara*

## Ilustração

*André Toma*

## Supervisão de revisão

*Polyana Lima*

## Revisão

*Karina Hembra*

*e Rachel Reis*

*(terceirizadas)*

## Tradução

*Carmen Carballal*

*(terceirizada)*

## EQUIPE ITAÚ CULTURAL

### Presidente

*Alfredo Setubal*

### Diretor

*Eduardo Saron*

## NÚCLEO OBSERVATÓRIO

### Gerência

*Marcos Cuzziol*

### Coordenação

*Luciana Modé*

### Produção

*Rafael Figueiredo*

## NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO

### Gerência

*Ana de Fátima Sousa*

### Coordenação editorial

*Carlos Costa*

### Curadoria de imagens

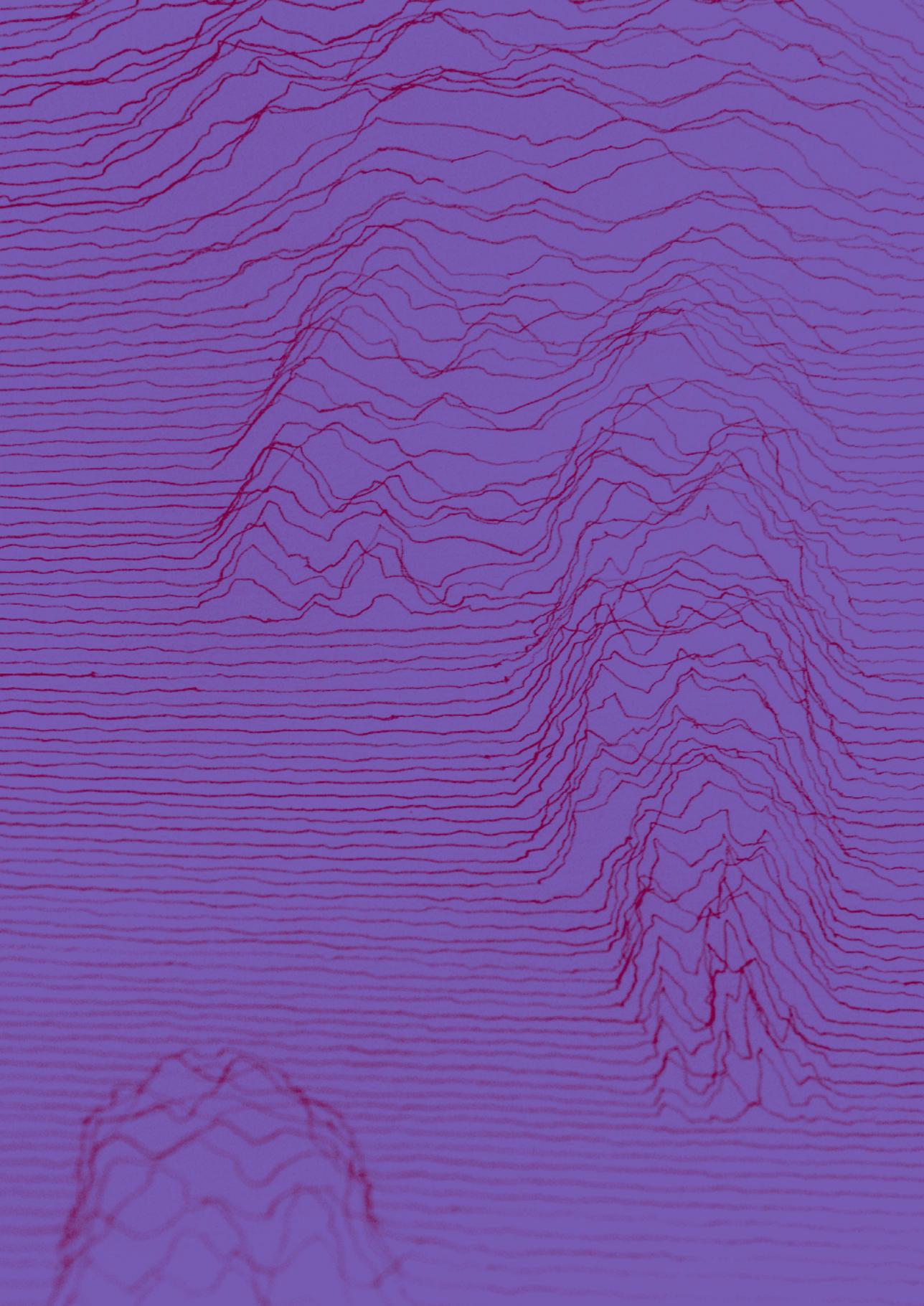
*André Seiti*

### Produção editorial

*Luciana Ararípe*

*Pamela Rocha Camargo*

---



# aos leitores

---

## **Cultura e desenvolvimento, uma relação difícil**

Esta edição da *Revista Observatório* trata de dois grandes conceitos amplamente relacionados no campo da gestão e das políticas culturais: cultura e desenvolvimento. Contextos com muitas definições e apreciações difíceis de delimitar para se chegar a conclusões determinantes. Por essa razão, exigem do leitor certa tolerância intelectual para entender seus diferentes usos de acordo com realidades variadas. Um assunto que precisa ser analisado a partir de pontos de vista e perspectivas heterogêneos para que se entenda sua complexidade interna. É necessário um permanente exercício de contextualização, como nos diz Edgar Morin, para trabalhar em um mundo globalizado e interdependente.

Esse é um debate amplo e antigo, que muitas vezes não encontra um desfecho satisfatório, mas do qual, por seus antecedentes históricos, se pode apreciar a evolução nas discussões internacionais e nas adaptações nacionais.

Apesar de as retóricas políticas defenderem “que não há desenvolvimento sem cultura ou que a cultura é imprescindível para o desenvolvimento” – na análise das políticas nacionais e internacionais a

partir do final da Segunda Guerra Mundial e do estabelecimento de um contexto multilateral –, não se encontram evidências de inclusão efetiva da cultura na agenda política do desenvolvimento nem da aceitação do desenvolvimento nas políticas culturais. Existem algumas exceções ou períodos, mais ou menos transcendentais, mas não há resultados evidentes de uma integração entre cultura e desenvolvimento nas políticas culturais em geral. Devemos valorizar as iniciativas nas políticas locais ou nas ações dos cidadãos e da sociedade civil, que se destacam com resultados evidentes e mudanças significativas, evidenciando a importância do local (proximidade) para o desenvolvimento.

A partir das instâncias nacionais, o tratamento da cultura responde a certos grupos de pressão e ao formato clássico do Estado-nação, em que a cultura desempenha uma função de consolidação de um projeto político. Essas posições não chegam a diferenciar o que entendem por cultura de Estado ou de nação, por cultura de pessoas, indivíduos ou coletivos e por direitos culturais. Nessa diferenciação, podemos encontrar algumas chaves para deduzir ou

identificar as causas dessa discordância entre cultura e desenvolvimento, que está nas próprias raízes da concepção de cada um desses conceitos.

As organizações tradicionais das políticas de desenvolvimento e combate à pobreza resistem efetivamente a considerar a cultura como uma opção de desenvolvimento e, principalmente, a situar as necessidades culturais em algum tipo de tratamento (não estamos falando de prioridade) em relação a outras necessidades ou problemáticas. Há mentalidades na abordagem do desenvolvimento fundamentadas em uma visão que o relaciona ao assistencialismo e que considera a cultura como algo prescindível, um luxo ou, em alguns casos, uma frivolidade ante situações de precariedade.

É evidente que o bem-estar e a riqueza permitem uma vida cultural mais plena, mas essa afirmação não implica considerar que a pobreza não admite a cultura. A pobreza econômica não é análoga à pobreza cultural. Aqui se abre um debate muito importante para situar a cultura na dinâmica do desenvolvimento e da luta contra a pobreza.

Além das considerações gerais sobre cultura e desenvolvimento, devemos contemplar uma relação valiosa entre esses dois conceitos e os direitos humanos e culturais, que formam o triângulo para pensar o conceito de desenvolvimento humano sustentável. Com base nessa abordagem, as perspectivas são distintas e exigem a inter-relação de diferentes conceitos, como liberdade cultural,<sup>1</sup> diversidade cultural<sup>2</sup> e vida cultural.<sup>3</sup>

O próprio setor cultural não demonstrou muito interesse nem se sentiu

excluído dessas dinâmicas, como se a cultura não fosse convocada para esses propósitos. Mas devemos destacar as grandes contribuições da cultura para o desenvolvimento, a paz, a convivência ou a solidariedade, como nos casos da África do Sul na luta contra a Aids e do conflito nos Bálcãs. Da mesma forma, a cultura, a partir de demandas locais, contribui para criar condições de convivência, vizinhança e coesão social, como é demonstrado por experiências práticas.

Apesar das grandes orientações em nível internacional e das políticas nacionais de desenvolvimento, não podemos esquecer que a maioria das dinâmicas de desenvolvimento humano ocorre em ambiente local, em que a proximidade traz a percepção de melhoria, bem-estar e progresso, sem esquecer que esses resultados podem estar condicionados por propostas mais centrais.

Nessa relação existem, porém, alguns problemas fundamentais a ser considerados. Em primeiro lugar, nem tudo que a cultura gera para a sociedade pode ser assinalado como colaboração para o desenvolvimento. Há contextos da cultura que são julgados como contribuições mais diretas para o desenvolvimento, enquanto outros, mais intangíveis e subjetivos, não são vistos como determinantes para tal.

Atualmente, temos que situar essa reflexão no contexto da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), referências importantes para a comunidade internacional e para todos os agentes culturais de diferentes níveis territoriais. Embora os ODS não incorporem um

objetivo cultural,<sup>4</sup> há todo um trabalho nessa linha, como é possível ver nos diferentes artigos com diferentes abordagens.

No processo de edição desta publicação, o Fórum Mundial de Ministros da Cultura de Paris, Unesco (novembro de 2019), foi realizado com a apresentação de um interessante documento, “Cultura e políticas públicas para o desenvolvimento sustentável. Fórum de Ministros da Cultura”, com uma atualização de reflexões e propostas de grande interesse. Juntamente com a publicação dos

“Indicadores de Cultura para a Agenda 2030”.

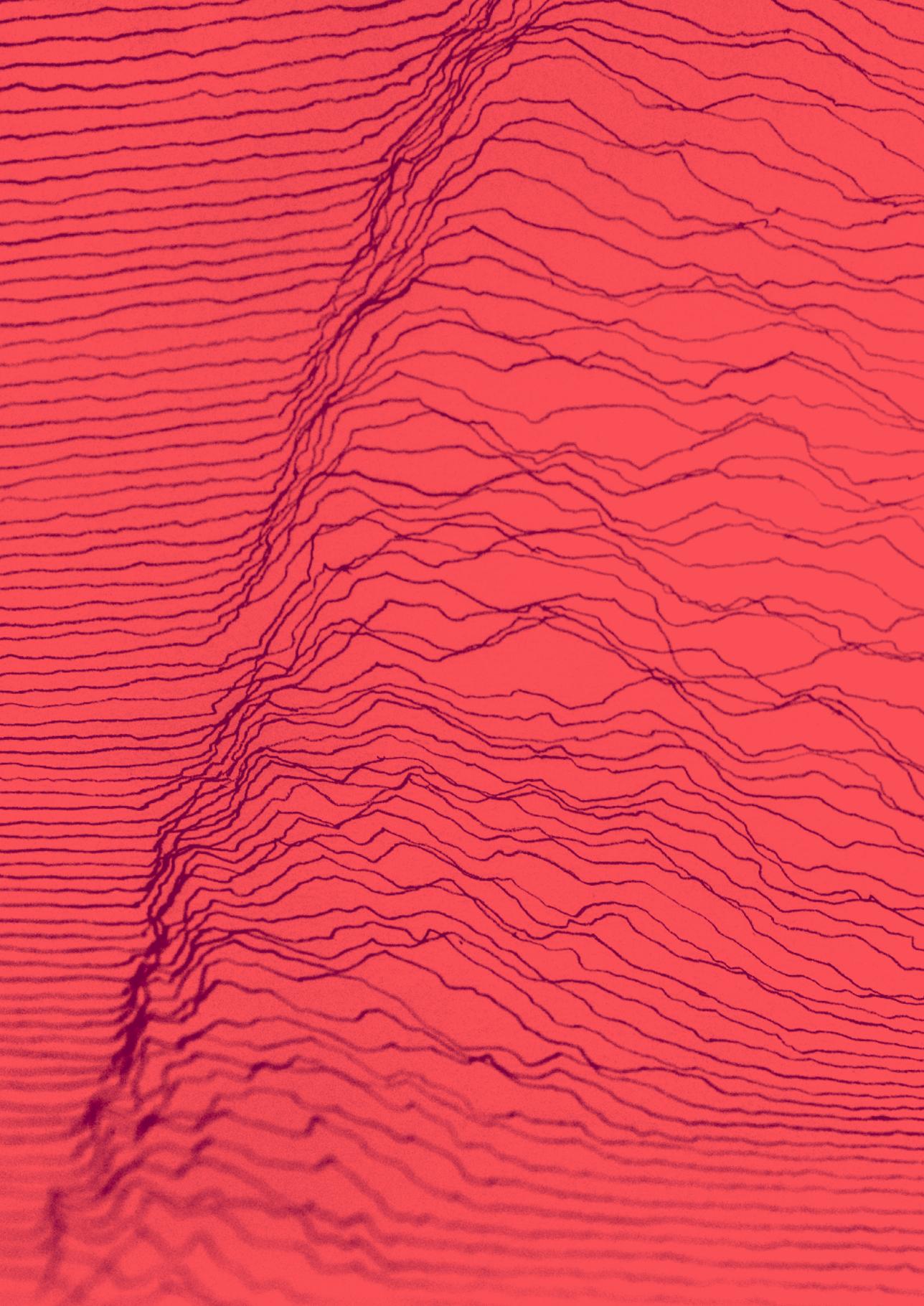
Pensar em termos de sustentabilidade de futuro exige uma profunda mudança na mentalidade tradicional do setor e das políticas culturais em todos os níveis, que devem configurar sua contribuição para esse desafio mundial.

O conjunto de contribuições apresentado por diferentes autores nesta edição nos leva a um aprofundamento no campo da cultura e do desenvolvimento<sup>5</sup> e a debates em acordo com a realidade atual.



## Notas

- 1 PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004*. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. Nova York: PNUD, 2004.
- 2 UNESCO. *A Nossa Diversidade Criativa*: Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. Paris: Unesco, 1996. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0010/001055/105586sb.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- 3 MARTINELL, A. *Vida Cultural, Vida Local*. Agenda 21 for Culture – Committee on Culture of United Cities and Local Governments (UCLG). Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/en/newa21c\\_alfons\\_martinell\\_eng.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/en/newa21c_alfons_martinell_eng.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- 4 Ver MARTINELL, A. Cultura para el Desarrollo y Educación: Ciudadanos Globales. In: *E-DHC – Quaderns Electrònics sobre el Desenvolupament Humà i la Cooperació*, n. 5. Espanha: Universidade de Valência, 2015. Disponível em: <[http://www.uv.es/edhc/edhc005\\_martinell.pdf](http://www.uv.es/edhc/edhc005_martinell.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- 5 MARTINELL, A. El Desarrollo desde la Cultura In: *Revista Española de Desarrollo y Cooperación*, n. 37. Madrid: Instituto Universitario de Desarrollo y Cooperación, 2017.



---

**9.** Aos leitores  
*Alfons Martinell*

# **1.** ● PERSPECTIVAS DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO E NA AGENDA 2030

**21.** A dimensão cultural  
do desenvolvimento:  
rumo à integração do  
conceito nas estratégias de  
desenvolvimento sustentável  
*Máté Kovács*

**34.** A cultura nos ODS:  
perspectivas a partir da ação  
local e da Agenda 21 da Cultura  
*Jordi Baltà e Jordi Pascual*

**46.** Uma abordagem cultural  
do desenvolvimento para  
a gestão da cultura  
*Aarón Espinosa Espinosa*

**61.** Indicadores de  
Cultura da Unesco para o  
Desenvolvimento (IUCD)  
*Guiomar Alonso*

---

# sumário

---

## 2. INSPIRAÇÕES E CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO

**83.** O que entendemos por sustentabilidade a partir da cultura?  
*Marta García Haro e Lucía Vázquez*

**95.** Cultura e desenvolvimento: existem resultados e impactos?  
*Paulo H. Duarte-Feitoza*

**107.** Rumo a uma abordagem cultural para o desenvolvimento: o caso de Yopougon, na Costa do Marfim  
*Francisco d'Almeida, David Koné e Valeria Marcolin*

**119.** As desigualdades culturais: o ético, o étnico e a comunidade  
*Paula Moreno*

**133.** Diversidade e desenvolvimento. Agenda 2030: rumo à descolonização dos nossos mundos  
*Lucina Jiménez*

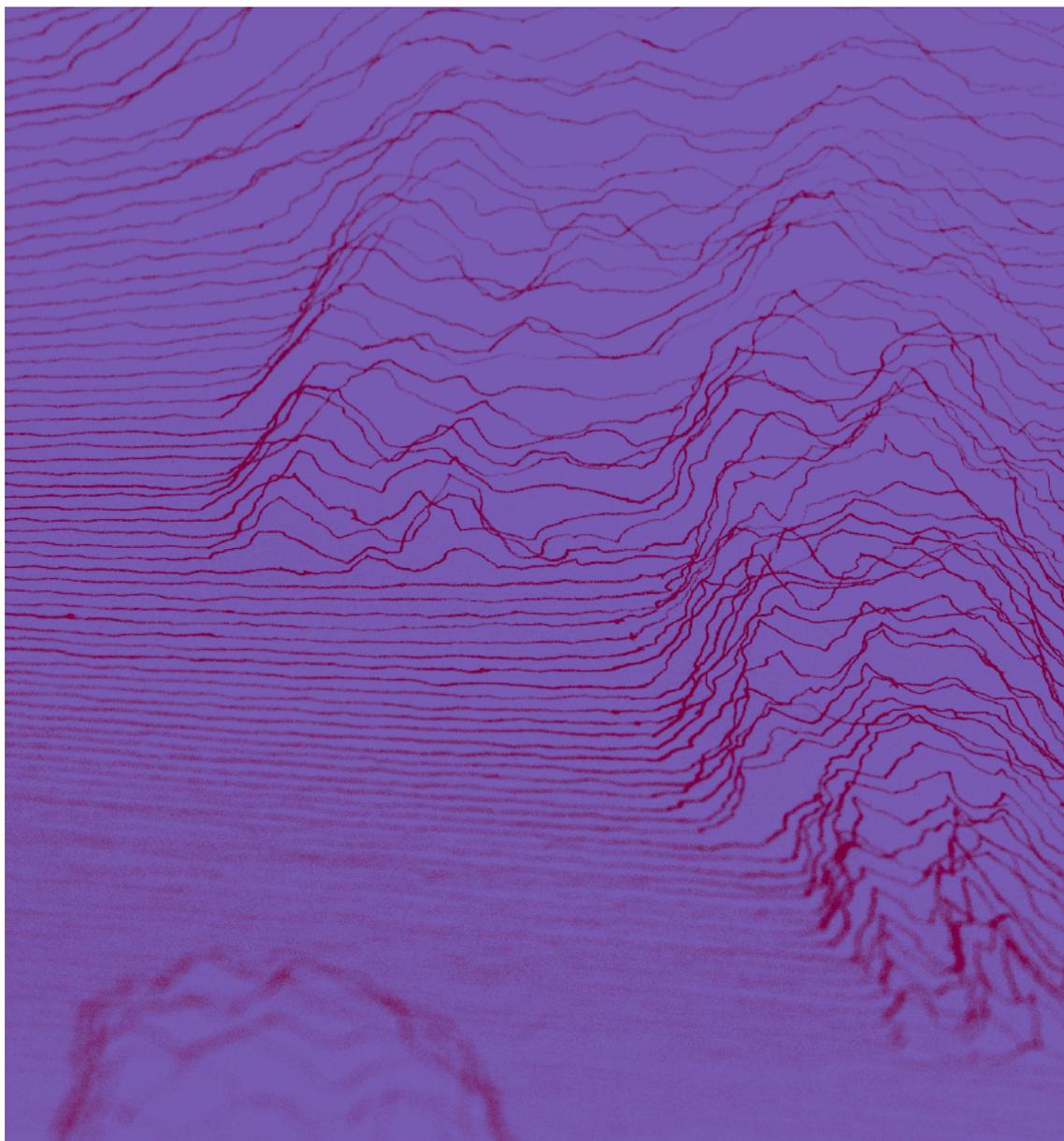
**145.** É a democracia, estúpido  
*Marta Porto*

## 3. LABORATÓRIO DE IDEIAS PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS

**160.** Entrevista com Ernesto Ottone Ramírez  
*Alfons Martinell*

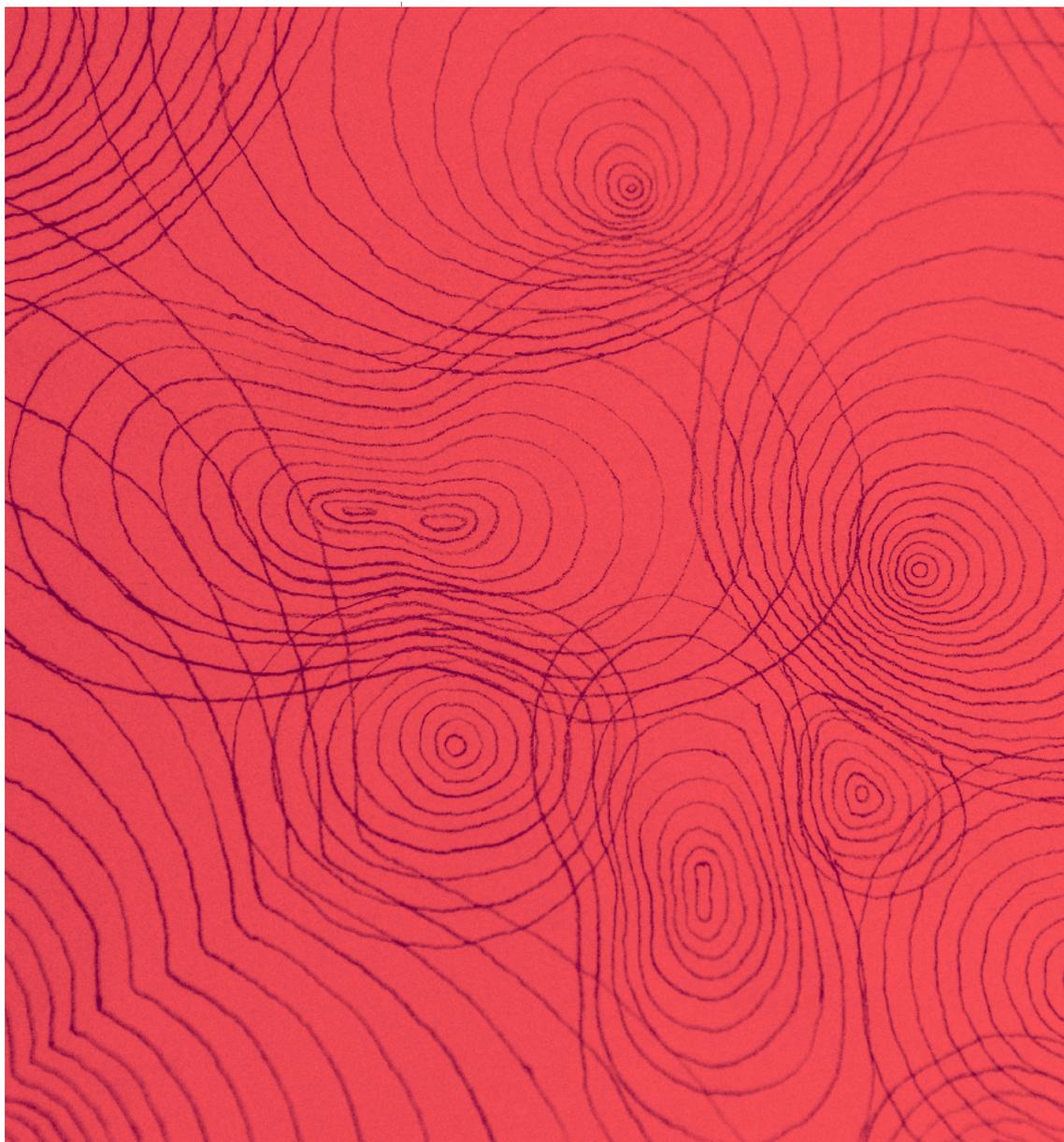
Os textos/entrevistas desta revista não necessariamente refletem a opinião do Itaú Cultural.

---



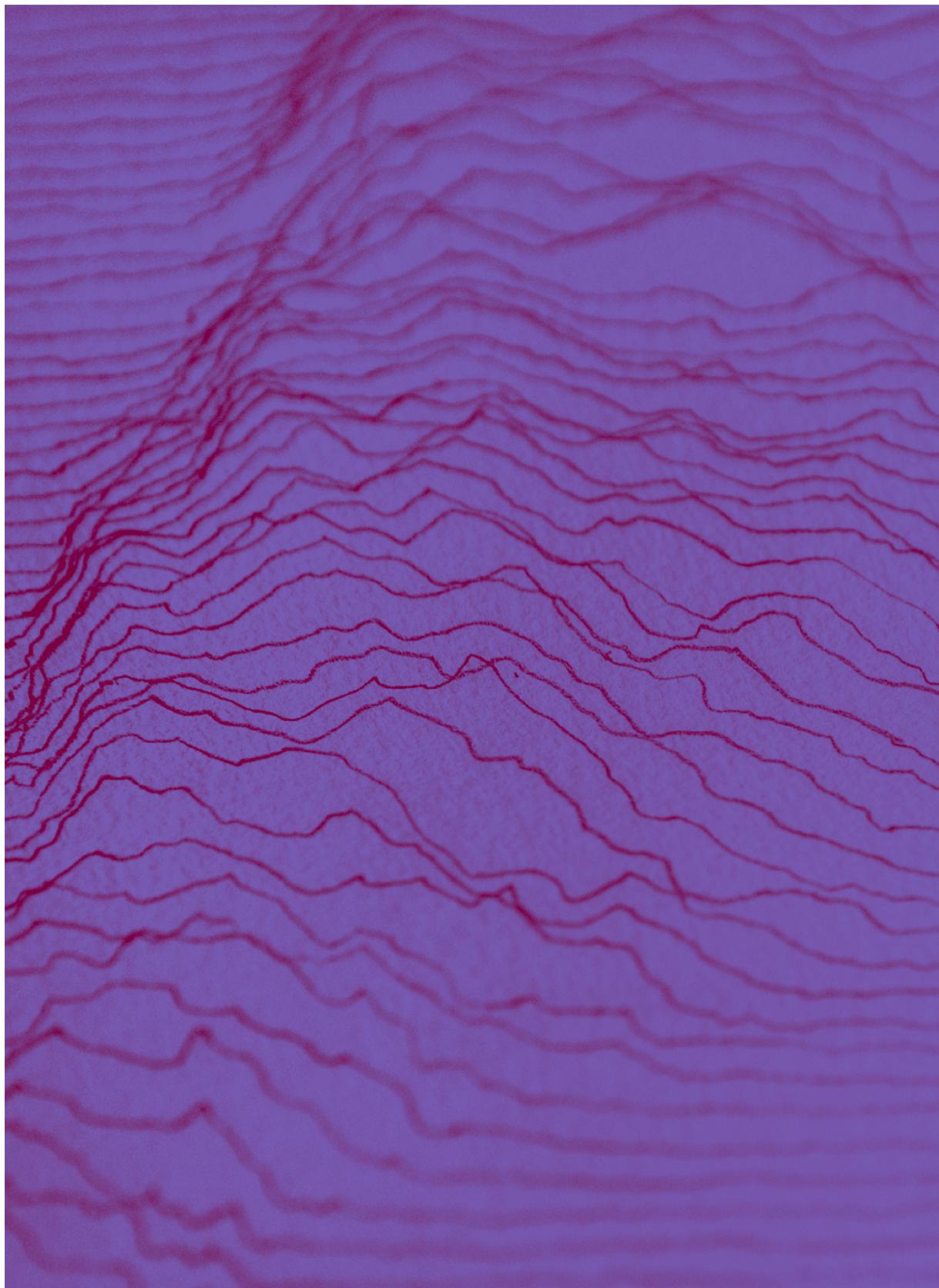
***Fernando Uehara, arquiteto, designer e ilustrador.***

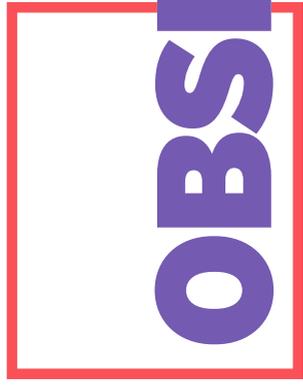
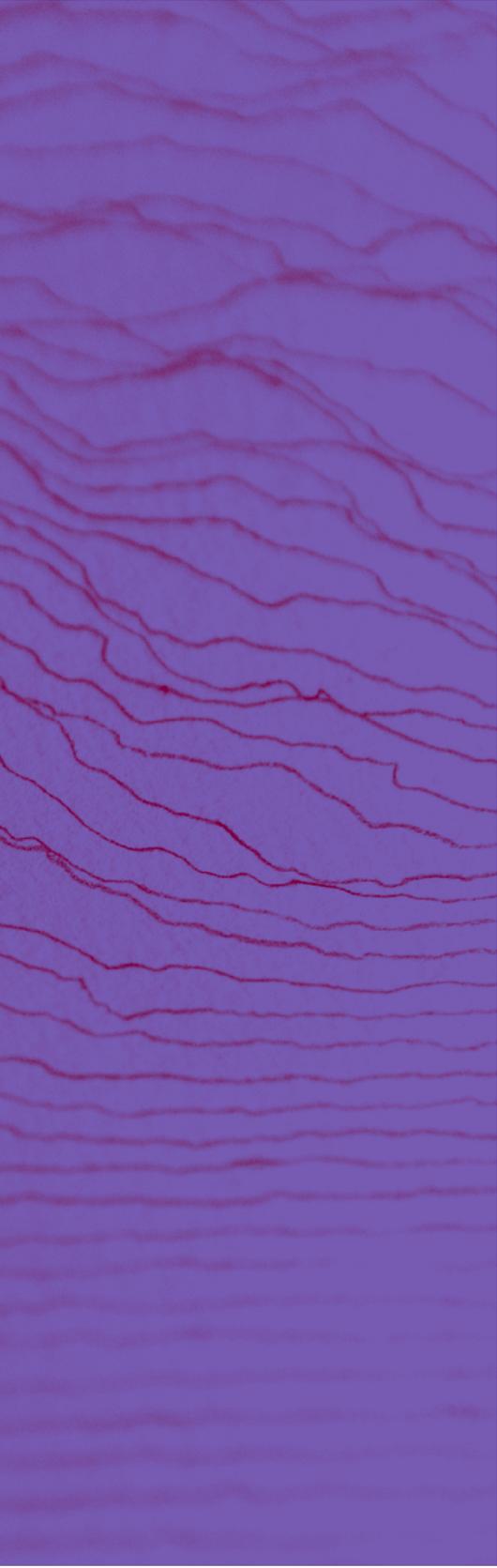
*Formado pela FAU/USP, trabalha em seu estúdio com uma proposta de uma atuação multidisciplinar, destacando-se pela diversidade de linguagens na elaboração dos projetos. Responsável pela comunicação visual do Museu da Imigração do Estado de São Paulo, atualmente faz expografia e comunicação visual de exposições para várias instituições de cultura do país.*



A palavra “hamon”, no idioma japonês, designa as oscilações que se propagam por todos os lados, a partir de um ponto, quando uma gota atinge a superfície d’água. Partindo deste conceito, procuro refletir a respeito das consequências dinâmicas que se originam a partir de um pequeno ponto.

As ações locais tendem a agir, como na milenar técnica da acupuntura, não apenas sobre o local de sua origem, mas também na realidade de um entorno maior, reverberando e ecoando sua existência e definindo um novo desenho no território, tal qual faz a gota e seu subsequente “hamon”.





# **OBSERVATÓRIO**

ITAÚ CULTURAL

# 1.

## PERSPECTIVAS DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO E NA AGENDA 2030

---

**21.** A DIMENSÃO CULTURAL  
DO DESENVOLVIMENTO: RUMO  
À INTEGRAÇÃO DO CONCEITO  
NAS ESTRATÉGIAS DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

*Máté Kovács*

**34.** A CULTURA NOS ODS:  
PERSPECTIVAS A PARTIR DA AÇÃO  
LOCAL E DA AGENDA 21 DA CULTURA

*Jordi Baltà e Jordi Pascual*

**46.** UMA ABORDAGEM CULTURAL  
DO DESENVOLVIMENTO PARA  
A GESTÃO DA CULTURA

*Aarón Espinosa Espinosa*

**61.** INDICADORES DE  
CULTURA DA UNESCO PARA  
O DESENVOLVIMENTO (IUCD)

*Guiomar Alonso*

# A DIMENSÃO CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO: RUMO À INTEGRAÇÃO DO CONCEITO NAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Máté Kovács

O conceito de dimensão cultural do desenvolvimento foi formulado há quase 50 anos, durante a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na África (Africult – Accra, Unesco/OUA, 1975), que salientou que “o desenvolvimento cultural não é somente um corretivo qualitativo do desenvolvimento, mas a verdadeira finalidade do progresso”.<sup>1</sup> Mais de quatro décadas depois, ainda estamos longe da aceitação e da aplicação generalizadas desse princípio, mas é possível observar um inquestionável progresso em direção à compreensão de suas complexas implicações, tanto teóricas quanto práticas.

## Introdução

O objetivo deste artigo é relembrar a evolução das abordagens da cultura e do desenvolvimento em nível internacional e, em particular, no âmbito dos diversos fóruns e iniciativas da Unesco. Tentaremos recapitular as grandes etapas desse processo e estabelecer um balanço crítico dos resultados alcançados e dos problemas encontrados nessa complexa operação, a partir da definição do conceito da dimensão cultural do desenvolvimento e até a sua integração nas estratégias de cooperação para o desenvolvimento.

Mais detalhes sobre a primeira etapa podem ser encontrados no artigo *Evolução das Abordagens da Cultura e do Desenvolvimento em Nível Internacional*. Portanto, após recapitular rapidamente a primeira fase, concentramos o estudo no tema da integração da cultura na Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.<sup>2</sup>

## Contexto e antecedentes

A reflexão sobre cultura e desenvolvimento tem sua origem na crítica ao conceito economicista do desenvolvimento que permitiu ver

claramente, a partir do final dos anos 1960, que esse modelo não era sustentável em longo prazo. Na verdade, o balanço da Primeira Década Internacional para o Desenvolvimento das Nações Unidas (1988-1997) mostrou os limites de um desenvolvimento fundado principalmente – se não exclusivamente – no crescimento econômico e evidenciou ser necessário adotar outro conceito, o de um desenvolvimento humano e sustentável que garantisse o respeito ao meio ambiente, às diversidades culturais e às aspirações humanas por um futuro próspero, pacífico e harmonioso, um desenvolvimento equitativo e solidário de todas as sociedades.

Afirmou-se a importância de considerar não apenas os critérios de produtividade e de necessidades básicas e materiais, mas também a identidade cultural em que se baseia a visão do ser humano que deve ser ator e objeto do desenvolvimento.

Em relação a isso, o grande teórico brasileiro do desenvolvimento Celso Furtado enfatizou, desde a década de 1970, a pluralidade desse conceito, que deve ser endógeno para ser eficaz e compatível com o contexto local. Ele considerou que o objetivo estratégico desse modelo é favorecer um desenvolvimento que resulte em um enriquecimento da cultura em suas múltiplas dimensões e que contribua de forma criativa para o progresso das civilizações do planeta.<sup>3</sup>

### **Esforços realizados nas primeiras décadas entre 1975 e 2010**

Inspirada no espírito do Africacult, a Unesco se tornou um fórum de reflexão internacional sobre o assunto ao longo das últimas décadas, particularmente no âmbito de uma série de

conferências intergovernamentais sobre políticas culturais que destacaram a necessidade de reconhecer o papel que a cultura deve desempenhar no desenvolvimento. Essas conferências foram acompanhadas por um grande número de iniciativas, incluindo consultas, reuniões de especialistas, projetos de pesquisa e publicações que permitiam especificar a definição dos conceitos sobre cultura, desenvolvimento e dimensão cultural do desenvolvimento.

Assim, em 1982, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (também conhecida como *Mondiacult*, realizada no México), ao sintetizar esses esforços, adotou uma ampla definição antropológica da cultura, constatando que “é constituída pelo conjunto dos diferentes traços, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social”.<sup>4</sup>

Em relação ao conceito de desenvolvimento, a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais declarou que “a cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento”, e, portanto, “somente é possível garantir um desenvolvimento equilibrado por intermédio da integração dos fatores culturais nas estratégias para alcançá-lo”.<sup>5</sup>

Como se tratava de novas ideias, cuja promoção precisava de mobilização internacional e de esforço coordenado e de longo prazo, a Unesco lançou a Década Mundial do Desenvolvimento Cultural (1988-1997), sob a égide das Nações Unidas, com o principal objetivo de obter o reconhecimento da importância de considerar a dimensão cultural do desenvolvimento.

A Década, ao convidar Estados membros, organizações internacionais, associações e indivíduos a empreender iniciativas inovadoras para promover esse objetivo, trouxe como resultado a realização de 1.200 projetos, incluindo reuniões internacionais, pesquisas, publicações, produtos audiovisuais, exposições, cursos de capacitação e projetos-piloto que contribuíram para a compreensão das interações existentes entre a cultura e aspectos do problema do desenvolvimento.

Entre as atividades lançadas no contexto da Década, a criação da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento teve o maior impacto na evolução das abordagens do tema. Constituída em 1992 pela Unesco e pelas Nações Unidas, sob a presidência de Javier Pérez de Cuéllar, ex-secretário-geral das Nações Unidas, a comissão fez uma importante contribuição para o aprofundamento da reflexão durante a redação de seu relatório final,<sup>6</sup> intitulado *A Nossa Diversidade Criadora*.

A análise desse relatório, que ainda é muito atual, concentrou-se em como diferentes formas de convivência afetam a ampliação das possibilidades abertas ao ser humano. Enfatizou-se que as dimensões culturais da vida são consideradas possivelmente mais essenciais do que o crescimento econômico, que não é um fim, mas um instrumento. Portanto, é necessário transcender a economia sem omiti-la.

Para a comissão, um desenvolvimento dissociado de seu contexto humano e cultural é um crescimento sem alma. O papel da cultura não se reduz a ser um meio para atingir fins, mas constitui a base social dos próprios fins.

A partir disso, o relatório centra-se na descrição de diferentes questões relacionadas com a cultura e o desenvolvimento, focalizando, por fim, a criação de um programa de ação sob o título de Agenda Internacional.

Seguindo as recomendações da comissão, a Unesco lançou várias iniciativas importantes, particularmente uma nova edição da Conferência, desta vez realizada em Estocolmo, em 1998, a fim de repensar políticas culturais em termos do reconhecido papel central da cultura como fundação, recurso e objetivo do desen-

volvimento humano. Outra iniciativa foi a publicação, em 1998 e 2000, de duas edições do Relatório Mundial sobre Cultura. Também foram realizados novos esforços de reflexão sobre os indicadores culturais do desenvolvimento, com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid).<sup>7</sup>

Entre os avanços ocorridos no âmbito da Década há também a pesquisa metodológica realizada sobre conceitos, instrumentos e métodos relacionados ao planejamento de projetos de desenvolvimento em uma abordagem cultural. Essa importante atividade foi implementada em cooperação com um grande

**A Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais declarou que "a cultura constitui uma dimensão fundamental do processo de desenvolvimento", e, portanto, "somente é possível garantir um desenvolvimento equilibrado por intermédio da integração dos fatores culturais nas estratégias para alcançá-lo".**

número de organizações e especialistas que atuam no campo. Os resultados das investigações foram publicados em obras como *Cultura e Desenvolvimento: para uma Abordagem Prática* (1994) e *Mudança na Continuidade – Conceitos e Instrumentos para uma Abordagem Cultural do Desenvolvimento* (2000).

A conferência constatou que as políticas culturais devem estar ligadas a outras áreas da vida e ser concebidas como um elemento de relevância transectorial ou transversal do desenvolvimento. Nessa perspectiva, foi adotado um plano de ação<sup>8</sup> com as diretrizes básicas da política cultural para o desenvolvimento.

O Plano de Ação de Estocolmo enfatizou a necessidade de considerar, nas políticas culturais, simultaneamente os valores universais e as diversidades locais, harmonizando essas políticas nacionais com o respeito ao pluralismo cultural.

Após a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998), a atenção dos Estados membros concentrou-se na questão da diversidade cultural, considerada uma força motriz do desenvolvimento não apenas para o crescimento econômico, mas também para uma vida intelectual, emocional, moral e espiritual mais enriquecedora.

Considerou-se também que essa diversidade era um recurso indispensável para reduzir a pobreza e alcançar a meta do desenvolvimento sustentável. Por isso, mostrou-se necessário apoiar a proteção e a promoção da diversidade cultural por meio de uma ação regulamentar.

Numa primeira fase, foi aprovada a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, da Unesco,<sup>9</sup> em 2001, após 11 de

setembro, quando era muito oportuno reafirmar a importância do diálogo intercultural e rejeitar a tese do inevitável conflito de culturas e civilizações. A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais<sup>10</sup> (2005) não cobre todos os aspectos da diversidade cultural, como a declaração de 2001. Seu objetivo é reforçar a diversidade das expressões culturais contidas nas atividades culturais e nos bens e serviços ao longo da cadeia, que constituem criação, produção, distribuição/disseminação, acesso e aproveitamento dessas expressões.

Mais diretamente, a convenção enfatiza a complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento, uma vez que a cultura é um dos principais recursos para a sustentabilidade.

No tocante ao acompanhamento da evolução da situação, podemos citar o relatório mundial *Investir na Diversidade Cultural* e no *Diálogo Intercultural*,<sup>11</sup> publicado pela Unesco, que analisa os desafios da diversidade cultural e oferece uma contribuição concreta para a agenda do desenvolvimento sustentável e da paz baseada no princípio da “unidade na diversidade”.

### **Ações para integrar a dimensão cultural nas estratégias de desenvolvimento**

Quatro décadas após a *Africacult*, ainda estamos longe da aplicação generalizada da abordagem cultural nas estratégias de desenvolvimento. Apesar disso, podemos identificar tentativas que merecem ser lembradas.

Os primeiros esforços nesse sentido foram realizados a partir dos anos 1980,

como a adoção da Declaração dos Aspectos Culturais do Plano de Ação de Lagos, da Organização da Unidade Africana (OUA, 1985), que infelizmente não teve implicações práticas.

Nesse período, organizações não governamentais bem estruturadas, em contato direto com as comunidades beneficiárias, como a Enda Terceiro Mundo ou a Oxfam, passaram a considerar as culturas e os modos de vida das populações com as quais cooperavam.

Na esfera pública, os países nórdicos, juntamente com o Canadá e os Países Baixos, começaram a considerar as implicações das dimensões culturais do desenvolvimento.

Entre esses esforços, a experiência espanhola merece atenção especial, por ser a mais ambiciosa e completa. A partir de 2005, a Aecid assumiu a liderança na adoção da Estratégia de Cultura e Desenvolvimento da Cooperação Espanhola, que defendia a integração da dimensão cultural em todas as intervenções realizadas no âmbito do plano diretor da cooperação espanhola.

Essa decisão veio acompanhada de iniciativas de pesquisa, formação e informação que contribuíram para a dinamização dos esforços no nível inter-regional. A Aecid, junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Unesco, realizaram projetos experimentais para fortalecer a integração da cultura, dimensão negligenciada, na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

No nível das estratégias internacionais e regionais, destaca-se a adoção de importantes documentos, como:

- o acordo de cooperação entre a União Europeia e os países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP)<sup>12</sup> (Acordo de Cotonou, 2000), que em seu 27º artigo sobre desenvolvimento cultural declara que a ação prevista deve integrar a dimensão cultural na cooperação para o desenvolvimento;
- as diretrizes da South-East Asian Ministers of Education Organization – Regional Centre for Archaeology and Fine Arts (Seameo-Spafa) (2004);
- a Carta do Renascimento Cultural Africano (2006), da União Africana;
- a Declaração sobre Cultura e Desenvolvimento<sup>13</sup> e o relatório Colocando a Cultura em Primeiro Lugar (2009),<sup>14</sup> da Commonwealth.

### **Iniciativas para integrar a dimensão cultural na estratégia das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável (2015-2030)**

A partir do ano 2010, o debate sobre a relação entre cultura e desenvolvimento ganhou um novo ímpeto no contexto da preparação da estratégia das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável para o período de 2015 a 2030.

Considerando as críticas sobre a ausência de uma referência direta à cultura nos ODM e na estratégia das Nações Unidas de desenvolvimento para o período de 2000 a 2015, os atores do setor cultural se mobilizaram com grande otimismo e muita energia para remediar a persistente desconsideração do papel da cultura na nova agenda internacional de desenvolvimento humano.

A mobilização ocorreu em vários níveis e de múltiplas formas, incluindo reuniões, conferências, fóruns, resoluções, declarações, convocações, criação de redes de apoio, campanhas de sensibilização internacional, pesquisas, elaboração de indicadores e guias metodológicos e disseminação de estudos e materiais informativos. Dessas iniciativas, podemos mencionar apenas uma seleção limitada que, a nosso ver, ilustra bem as preocupações dos atores culturais.

Entre as reuniões, destacamos a Cúpula Mundial de Líderes Locais e Regionais (Cidade do México, novembro de 2010), que adotou um documento de orientação política intitulado *A Cultura É o Quarto Pilar do Desenvolvimento Sustentável*.<sup>15</sup> Esse documento propôs a modificação do conceito de desenvolvimento sustentável tradicionalmente articulado em torno de três dimensões: crescimento econômico, inclusão social e equilíbrio ambiental.

Recomendou-se adicionar a cultura a esse modelo como um quarto pilar, já que ela molda o que entendemos por desenvolvimento e determina a forma como as pessoas agem no mundo. Essa integração deve ser feita por meio de uma dupla abordagem: fortalecendo os próprios setores culturais e reconhecendo a cultura em todas as políticas públicas.

Entre as grandes reuniões, menciona-se frequentemente o congresso internacional ocorrido em Hangzhou,<sup>16</sup> na China, com o tema *Cultura: Chave para o Desenvolvimento Sustentável* (2013), que discutiu a questão da integração da cultura na concepção, na avaliação e na prática do desenvolvimento sustentável, assim como sua contribuição

para a solução de importantes questões mundiais, como a pobreza, o meio ambiente e a inclusão social.

Os resultados desses debates foram sintetizados na Declaração de Hangzhou, na qual os participantes do congresso insistiram no papel indispensável que deve ser garantido à cultura nas estratégias públicas de desenvolvimento sustentável. A declaração também enfatizou que a economia criativa pode ser uma reserva para o desenvolvimento econômico e o bem-estar.

Nesse espírito, a declaração propôs à comunidade internacional integrar a cultura como objetivo principal na nova agenda do desenvolvimento sustentável, para além de 2015, a fim de promover paz, reconciliação, direitos culturais, inclusão social, redução da pobreza, desenvolvimento urbano, cooperação, proteção do meio ambiente e prevenção de desastres naturais e mudanças climáticas. Destacou-se também a necessidade de preservar a diversidade como patrimônio cultural para as futuras gerações.

Outra reunião, não menos importante, foi o Terceiro Fórum Mundial da Unesco sobre Cultura e Indústrias Culturais (Florença, 2014), no qual mais de 400 especialistas discutiram o tema *Cultura, Criatividade e Desenvolvimento Sustentável – Pesquisa, Inovação, Oportunidades*, e adotaram a Declaração de Florença,<sup>17</sup> que reafirmou a importância da cultura e das indústrias culturais como fontes de criatividade e inovação, insistiu na necessidade de quantificar o impacto econômico e social da cultura e da criatividade, reconhecer a cultura como facilitadora e impulsionadora do desenvolvimento sustentável e que

lhe deu a devida consideração na agenda de desenvolvimento pós-2015.

Nessa declaração, o fórum ocorrido em Florença também considerou os resultados das consultas organizadas em 2014 no contexto dos diálogos sobre cultura e desenvolvimento pós-2015, coordenados pela Unesco, UNFP (Fundo de População das Nações Unidas) e pelo PNUD. Esses diálogos permitiram reconhecer as vozes da sociedade civil e dos agentes dos setores público e privado que se manifestaram sobre a necessidade de refletir explicitamente o papel da cultura na agenda de desenvolvimento pós-2015. Em suas propostas, o fórum se baseou nos resultados da campanha global “O futuro que queremos inclui a cultura”,<sup>18</sup> impulsionada por organizações não governamentais de aproximadamente 120 países (#culture2015goal) e pelas conclusões do Relatório das Nações Unidas sobre a Economia Criativa 2013.

O fórum recomendou que os governos garantam a introdução de metas e indicadores explícitos sobre a contribuição da cultura na agenda de desenvolvimento pós-2015. Também instou os governos, a sociedade civil e o setor privado a apoiar a melhoria das capacidades humanas e institucionais; dos ambientes jurídicos e políticos; dos novos modelos de parceria e estratégias de investimento inovadoras; e dos programas de apoio, das avaliações comparativas e dos indicadores de impacto para poder demonstrar com dados quantitativos a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

A fim de apoiar a inclusão da cultura como um elemento dinâmico para o desenvolvimento sustentável, a Unesco

publicou vários relatórios internacionais que demonstraram com dados concretos que a cultura e as indústrias culturais não apenas contribuem para a qualidade de vida, mas também representam um potencial considerável para o desenvolvimento econômico e social.

O Relatório das Nações Unidas sobre a Economia Criativa de 2013<sup>19</sup> examinou interações, especificidades e políticas locais, bem como de que modo a economia criativa é promovida na prática nos países em desenvolvimento. Essa publicação argumenta que a criatividade e a cultura são processos ou atributos intimamente ligados à imaginação e à geração de novas ideias, produtos ou formas de interpretar o mundo. O documento contém informações sobre as experiências realizadas no âmbito do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (FIDC), da Unesco, e do Fundo do PNUD/Espanha para a realização dos ODM, no contexto da janela temática Cultura e Desenvolvimento.

O documento de 2015 Re | pensar as Políticas Culturais – Relatório Global da Convenção de 2005, publicado pela Unesco em 2016,<sup>20</sup> baseia-se em dados quantitativos e qualitativos obtidos de fontes governamentais e não governamentais.

Ao avaliar as experiências de dez anos de promoção da diversidade das expressões culturais para o desenvolvimento, o relatório analisou os resultados de acordo com os quatro objetivos a seguir:

1. apoiar sistemas sustentáveis de governança cultural;
2. equilibrar o fluxo de bens e serviços culturais e a mobilidade dos atores culturais;

3. integrar a cultura em quadros de desenvolvimento sustentável;
4. promover os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Em relação ao terceiro objetivo, o capítulo 8 do relatório analisa o impacto positivo da convenção em políticas, planos e programas baseados no desenvolvimento cultural sustentável. Apesar da notável evolução, ainda há muito a ser feito em termos de integração da dimensão cultural nos quadros de desenvolvimento sustentável. O capítulo argumenta que as indústrias criativas e culturais devem ser o principal foco de atenção para as políticas voltadas para o desenvolvimento econômico e culturalmente sustentável.

A segunda edição do documento Re | pensar as Políticas Culturais, publicada pela Unesco em 2018,<sup>21</sup> após a adoção da Agenda 2030, concebida para acompanhar a aplicação da Convenção de 2005, fornece informações sobre sua contribuição para a realização dos objetivos da agenda das Nações Unidas.

Assim, novamente, no capítulo 8, relativo ao terceiro objetivo, são analisadas as repercussões positivas da convenção nas políticas, nos planos e nos programas relacionados aos objetivos 4, 8 e 17 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A partir de 2010, a questão da cultura e do desenvolvimento sustentável aparece regularmente na agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas (Agnu).

A Agnu adotou, em sua 70ª sessão, de 22 de dezembro de 2015, a resolução A/Res/70/214,<sup>22</sup> sobre cultura e desenvolvimento sustentável. A quinta resolução

da ONU sobre cultura e desenvolvimento, que se baseia nas quatro anteriores, é o resultado de esforços internacionais conjuntos para reafirmar o papel da cultura como facilitadora do desenvolvimento sustentável. A resolução incentiva todos os Estados membros e outras partes interessadas relevantes a criar consciência sobre a importância da cultura no desenvolvimento sustentável e garantir sua integração nas políticas do setor. Especificamente, incentiva os Estados a “melhorar a cooperação internacional para apoiar os esforços dos países em desenvolvimento para criar e fortalecer as indústrias culturais, o turismo cultural e as microempresas relacionadas à cultura e para ajudar esses países a desenvolver a infraestrutura e as competências necessárias, bem como o domínio das tecnologias da informação e da comunicação e o acesso às novas tecnologias em condições mutuamente acordadas”. Convida, ainda, a “apoiar ativamente o surgimento de mercados locais de bens e serviços culturais e facilitar o acesso efetivo e lícito desses bens e serviços aos mercados internacionais, considerando a crescente gama de produção e consumo cultural e, para os Estados membros, as disposições da Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais”.

### **Realizações e deficiências: um balanço**

Todas essas iniciativas e esses esforços terminaram com um resultado ambíguo.

Em setembro de 2015, a Agnu aprovou a resolução intitulada Transformar o Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o

Desenvolvimento Sustentável (A/Res/70/1), a agenda das Nações Unidas para orientar os esforços para o desenvolvimento sustentável<sup>23</sup> no período de 2015 a 2030.

Essa estratégia inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas que estimularão, nos próximos 15 anos, ações nas esferas consideradas prioritárias.

Os objetivos preconizam ações para enfrentar desafios ou resolver questões relacionados a pobreza, fome, saúde, educação, igualdade de gênero, gestão de energia, crescimento econômico, desenvolvimento de infraestrutura, inovação, desigualdade, desenvolvimento urbano, consumo e produção sustentáveis, uso de recursos marinhos e de ecossistemas terrestres, biodiversidade, paz, inclusão social e fortalecimento da Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Embora a cultura não esteja entre os 17 objetivos principais da agenda, na introdução do documento há uma referência ao princípio do respeito à diversidade cultural (§ 8), e são reconhecidas todas as culturas e civilizações que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável (§ 36).

Da mesma forma, nos objetivos se nota a intenção de integrar aspectos culturais às ações previstas para atingir as metas estabelecidas.

Assim, ao tratar da questão da educação (objetivo 4), estamos falando da promoção de uma cultura de paz, da valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

Na questão do crescimento econômico/turismo (objetivo 8), é mencionada a promoção da cultura e dos produtos locais.

No que diz respeito ao desenvolvimento urbano (objetivo 11), é destacada a importância de proteger o patrimônio cultural e natural do mundo.

Ao abordar o objetivo 12, relativo à sustentabilidade do consumo e da produção, o documento reitera a referência à importância da promoção das culturas e dos produtos locais.

Ao examinar a Agenda 2030, podemos deduzir que a cultura é uma parte necessária em muitos outros campos de ação, embora o documento não faça uma referência explícita ao componente cultural de um problema ou à possível contribuição da cultura para a sua solução.

O documento do Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) intitulado A Cultura nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável<sup>24</sup> é um dos vários que tentam fazer um inventário sistemático dos modos de ação nos quais a cultura pode ou deve ser considerada como um recurso para a realização dos objetivos e das metas de desenvolvimento.

Para os autores da publicação, a adoção dessa nova agenda é um pequeno passo à frente na consideração dos aspectos culturais para o desenvolvimento sustentável.

Segundo a diretora-geral da Unesco, a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável representa um grande avanço no reconhecimento do papel integral da cultura em todos os ODS. Também proporciona um novo incentivo aos Estados membros para desenvolver políticas e intervenções que considerem o papel da cultura no desenvolvimento, e recomenda a adoção de uma multiplicidade de modelos de desenvolvimento que se adaptem ao contexto local e coloquem a cultura no centro

das soluções de sustentabilidade (ver a introdução da edição de 2018 do documento Re | pensar as Políticas Culturais – Relatório Global da Convenção de 2005).

Ambas as partes têm razão, mas podemos dizer que a situação atual não corresponde ao resultado esperado pelos atores do setor cultural.

Por ser realista, aceitamos melhor a posição de Alfons Martinell formulada em seu artigo *Por que os ODS Não Incorporam a Cultura? Um Teste de Interpretação*:<sup>25</sup> “É evidente que esse documento da Cúpula não considera a dimensão cultural no desenvolvimento como um objetivo principal do desenvolvimento sustentável. Poderíamos permanecer em uma observação formal de falta de qualidade da escrita ou de negligência de seus autores, mas consideramos importante realizar um exercício de análise crítica dessa situação no contexto atual”.

E isso deve ser feito para que se tenha maior convicção e melhores argumentos para promover o pleno reconhecimento da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. **Obs**



### Máté Kovács

Especialista húngaro em políticas culturais, graduou-se nas línguas e literaturas húngara, francesa (1964) e espanhola (1965), assim como em filosofia (1972). É doutor em ciências da educação (1975) pela Universidad Eötvös Loránd, de Budapeste. Trabalhou na Comissão Nacional húngara da Unesco como especialista do programa de educação e cultura (1964-1974) e, em seguida, foi secretário-geral adjunto (1975-1979). Em 1980, em Paris, ingressou no setor de cultura da Unesco, trabalhando como especialista (1980-1987) e como chefe da seção de políticas culturais (1988-2001). Foi responsável pelo projeto de investigação e formação da Unesco/Unaidis sobre o enfoque cultural da prevenção e do tratamento de HIV/Aids (2001-2002). Desde 2002, atua no Observatório de Políticas Culturais na África (OCPA), em Maputo, como coordenador de investigação e editor do boletim eletrônico da instituição. É autor, coautor e editor de diversos estudos, documentos de trabalho e informes, assim como de livros publicados pela Unesco e pela OCPA sobre questões relativas a educação de adultos, desenvolvimento cultural e políticas culturais, cultura e desenvolvimento.



## Notas

- 1 Relatório final, parte III, Relatório da Comissão II, p. 20, § 5-6. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052505sb.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 2 MARTINELL SEMPERE, A. (2010). *Cultura y desarrollo: un compromiso para la libertad y el bienestar*. ISBN 84-323-1481-1, 2010, p. 43-74. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?id=vZaPkSft4CIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?id=vZaPkSft4CIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 3 Meeting of Experts on Philosophical Investigation of the Fundamental Problems of Endogenous Development; UNESCO, Libreville; 1983, Furtado, Celso, Le Concept d'endogénéité dans le contexte mondial actuel, Publ: 1983; 13 p.\*; SS.83/CONF.618/8; SS.83/CONF.618/COL.5., p. 11. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000056997?posInSet=11&queryId=afc8e527-4d59-4369-ba84-459299f2d4d5>>.
- 4 Relatório final, parte IV. Declaração do México sobre as políticas culturais, Prólogo. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052505sb.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 5 Relatório final, parte IV. Declaração do México sobre as políticas culturais, § 16. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0005/000525/052505sb.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 6 Nossa diversidade criadora: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, p. 309 (1997). Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129882?posInSet=1&queryId=5590f20d-a274-4fa7-9e1c-354b012b4e51>>.
- 7 Disponível em: <[https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/iucd\\_manual\\_metodologico\\_1.pdf](https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/iucd_manual_metodologico_1.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 8 Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1988). Relatório final, p. 7-20. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001139/113935so.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 9 Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160m.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

- 10 Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149742?posInSet=1&queryId=9d4dd33a-cedc-43d7-838a-391e36d545fb>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 11 UNESCO, 2009. Resumo disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001847/184755S.pdf>> e <<http://www.unesco.org/library/PDF/Diversidad.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 12 Partnership Agreement ACP-EU, Cotonou, 2000. Disponível em: <[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:22000A1215\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:22000A1215(01))>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 13 Commonwealth statement on culture and development, 2009. Disponível em: <[https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/webform/article21\\_document\\_files/commonwealth\\_culture\\_2009.pdf](https://en.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/webform/article21_document_files/commonwealth_culture_2009.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 14 Putting culture first: perspectives on culture and development. Commonwealth Foundation, 2008. Disponível em: <[http://www.maltwood.uvic.ca/cam/publications/other\\_publications/PuttingCultureFirst\\_web21.pdf](http://www.maltwood.uvic.ca/cam/publications/other_publications/PuttingCultureFirst_web21.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 15 Disponível em: <<http://www.agenda21culture.net/documents/culture-the-fourth-pillar-of-sustainability>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 16 Disponível em: <[http://www.lacult.unesco.org/docc/Hangzhou\\_Declaration\\_2013\\_5\\_17\\_ESP.pdf](http://www.lacult.unesco.org/docc/Hangzhou_Declaration_2013_5_17_ESP.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 17 Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002303/230394s.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 18 Disponível em: <[www.culture2015goal.net](http://www.culture2015goal.net)>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 19 Disponível em: <<https://es.unesco.org/creativity/publication/informe-sobre-economia-creativa-2013>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 20 Disponível em: <<https://es.unesco.org/creativity/global-report-2015>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 21 Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002606/260678s.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

- 22** Cultura e desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/70/214>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 23** Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=A/RES/70/1>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 24** Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods\\_web\\_es.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods_web_es.pdf)>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 25** Disponível em: <<http://www.alfonsmartinell.com/?p=326>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

## A CULTURA NOS ODS: PERSPECTIVAS A PARTIR DA AÇÃO LOCAL E DA AGENDA 21 DA CULTURA

Jordi Baltà e Jordi Pascual

Apesar da falta de referências explícitas à cultura no texto da Agenda 2030, o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente em nível local, não será viável sem a dimensão cultural. A “localização cultural” dos ODS em cada contexto específico, o papel dos conhecimentos tradicionais e das práticas culturais para alcançar as metas estabelecidas e o reconhecimento das atividades culturais como afirmação da dignidade humana são três eixos complementares que apontam para a necessidade de continuar promovendo o reconhecimento da cultura nas abordagens do desenvolvimento sustentável.

### Introdução

O papel marginal dos aspectos culturais no texto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a concretizam foi uma decepção para ativistas, organizações, instituições e redes que durante anos reivindicaram um maior reconhecimento da importância da cultura no desenvolvimento sustentável. A cultura, em suas diferentes configurações, era uma das grandes ausentes na Declaração do Milênio e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) aprovados em 2000, mas, desde então, parece que cresceu o consenso sobre a necessidade de incorporar a cultura nas abordagens contemporâneas do desenvolvimento sustentável.

Entre os passos registrados posteriormente, no período de 2000 a 2015, poderiam ser citados documentos como a edição

de 2004 do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que vinculava a liberdade cultural ao desenvolvimento humano;<sup>1</sup> a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco, que se refere, entre outros, aos vínculos entre cultura e desenvolvimento sustentável;<sup>2</sup> as sucessivas edições do Relatório de Economia Criativa publicadas pela Unctad, pelo PNUD e pela Unesco, que destacavam o papel da cultura no desenvolvimento econômico local, nacional e global;<sup>3</sup> e a Janela de Cultura e Desenvolvimento promovida pela cooperação espanhola no âmbito do Fundo para a Realização dos ODM, com 18 programas nacionais que vinculavam a cultura ao alcance dos ODM.<sup>4</sup>

Da mesma forma, a adoção da Agenda 21 da cultura em 2004, como resultado de um processo internacional de debate e elaboração que reuniu governos locais, ativistas, acadêmicos e organizações internacionais, representou o pressuposto de que o desenvolvimento sustentável em nível local não poderia ser obtido sem considerar os aspectos culturais.<sup>5</sup> Ao endossar a ideia de Jon Hawkes de que a cultura (ou a “vitalidade cultural”, em suas palavras) deveria ser o “quarto pilar” da sustentabilidade,<sup>6</sup> e a partir das inúmeras evidências do trabalho dos governos locais e das organizações da sociedade civil, que vinculavam a ação cultural local e o desenvolvimento sustentável em cidades, povoados e regiões, o trabalho da Comissão de Cultura das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) promoveu e analisou, a partir de então, os vínculos entre a cultura e o desenvolvimento sustentável.

Esse conjunto de contribuições fez parte da campanha O Futuro que Queremos Inclui a Cultura (também conhecida como #culture2015goal), na qual diferentes redes de organizações da sociedade civil e governos locais e nacionais, entre os quais a CGLU, reivindicavam a inclusão de um objetivo dedicado à cultura nos ODS.<sup>7</sup> O texto final da Agenda 2030 decepcionou os membros da campanha, apesar de eles reconhecerem

ligeiros avanços no que diz respeito aos ODM de 2000: como indicado no comunicado publicado pela campanha #culture2015goal em setembro de 2015, “Há avanços, mas ainda há muito a ser feito”.<sup>8</sup>

Em parceria com outras organizações, a CGLU vem trabalhando desde 2015 para mostrar que, embora o texto da Agenda 2030 nem sempre o expresse dessa forma, os aspectos culturais desempenham um papel essencial para o sucesso de toda a agenda. De acordo com a CGLU, isso ocorre porque aspectos como os direitos culturais, o patrimônio, a diversidade ou a criatividade são componentes centrais do desenvolvimento humano e sustentável, mas também porque esses diferentes elementos inevitavelmente se entrecruzam com o restante dos aspectos que configuram o desenvolvimento sustentável.<sup>9</sup> Essa linha de reflexão e trabalho se traduz em vários programas de ação da Comissão de Cultura da CGLU, entre os quais podemos destacar a elaboração do guia prático *Cultura 21: Ações*, para facilitar a autoavaliação e o desenho de políticas e medidas que integrem a cultura ao desenvolvimento sustentável local de forma abrangente,<sup>10</sup> a promoção de programas de treinamento e aprendizagem entre pares que conectem os governos locais, a sociedade civil e os cidadãos; as colaborações com inúmeras redes, governos locais e nacionais, associações de

governos locais e instituições internacionais; e a realização de atividades de pesquisa, comunicação e incidência política que busquem explorar e reafirmar os vínculos entre a cultura e os ODS, traduzidas em publicações como o recente guia *La Cultura en los Objetivos del Desarrollo Sostenible (ODS): una Guía para la Acción Local* (2018).<sup>11</sup>

Nos próximos tópicos, aprofundaremos os argumentos e as evidências existentes com relação ao papel necessário da cultura nos ODS, com uma abordagem em três eixos:

- qualquer estratégia de aplicação local dos ODS deve se basear no reconhecimento da realidade cultural local e envolver um processo de adaptação ao contexto que conte com a participação de todos os agentes-chave, em modelos de governança plurais e democráticos;
- os aspectos culturais facilitam o desenvolvimento sustentável na medida em que fornecem conhecimentos específicos e se traduzem em atividades e recursos-chave para o alcance dos ODS;
- as atividades e práticas culturais são indispensáveis como fatores de expressão, criatividade e contribuição para o exercício dos direitos culturais e a dignidade humana, constituindo assim uma parte intrínseca do desenvolvimento sustentável. Os agentes e as infraestruturas culturais, portanto, desempenham um papel fundamental nos processos para alcançar os ODS.

Na prática, essas três abordagens estão interligadas, obrigando a adoção de uma visão integrada e reforçando a necessidade de participação dos agentes culturais em qualquer abordagem dos ODS.

### **A “localização cultural” dos ODS**

A chamada “localização” dos ODS é o processo de considerar os contextos subnacionais<sup>12</sup> para a realização da Agenda 2030, assumindo tanto o papel dos governos locais e regionais quanto o fato de que os diferentes territórios e as prioridades, as necessidades e os recursos de seus habitantes devem estar no centro do desenvolvimento sustentável.<sup>13</sup> Nesse sentido, é inevitável considerar os valores, as formas de identificação e as expressões da cultura no processo de “tradução” no nível local dos objetivos estabelecidos nas agendas globais. Os governos locais, as organizações e os profissionais dos diferentes setores da cultura têm a tarefa de complementar a “frieza técnica” dos ODS com o calor das histórias, dos contextos e das realidades locais, dando significado ao desenvolvimento sustentável na vida e nas aspirações de pessoas concretas. Para isso, será necessário desenvolver modelos de governança plurais, participativos e democráticos, nos quais participem todos os agentes relevantes do contexto local, incluindo aqueles que representam as formas tradicionais de organização e governo.

O processo de localização engloba o conjunto dos ODS.<sup>14</sup> Em termos de sua dimensão cultural, a necessidade de compreender o contexto cultural no qual são implementados políticas e programas

vinculados ao desenvolvimento sustentável é especialmente visível em aspectos como os seguintes:

- o objetivo 3, relativo à garantia da saúde e do bem-estar de todas as pessoas, em todas as fases da vida, envolve a adaptação de políticas e programas de saúde ao contexto cultural, levando em conta os costumes locais e integrando os sistemas e os agentes de saúde dos sistemas tradicionais, quando apropriado;
- o objetivo 4, que procura garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas, requer incorporar uma abordagem cultural em todas as estratégias educacionais, por meio do uso dos idiomas locais e das aptidões relacionadas ao local, além de promover a aprendizagem de outros aspectos da diversidade cultural e linguística;
- para atingir o objetivo 16, que aborda, entre outras questões, a adoção de sistemas de tomada de decisão inclusivos, participativos e representativos, é necessário que os cidadãos participem do planejamento, da implementação e da avaliação de

políticas e programas que afetam a vida cultural, entre outros.

A adaptação das estratégias à realidade cultural local deve ser feita de acordo com as obrigações decorrentes do respeito aos direitos humanos. Como lembrou recentemente a relatora especial da ONU sobre os direitos culturais, Karima Bennoune, reconhecer a diversidade cultural e promover o exercício dos direitos culturais não contraria a ideia da universalidade dos direitos humanos; ao contrário, a diversidade cultural e a universalidade se reforçam mutuamente, e o apelo aos fatores culturais não pode justificar qualquer violação ou abuso dos direitos humanos.<sup>15</sup> Essa mesma ideia pode ser aplicada ao desenvolvimento sustentável, uma vez que ele deve garantir o pleno exercício de todos os direitos humanos para todas as pessoas.

**Os governos locais, as organizações e os profissionais dos diferentes setores da cultura têm a tarefa de complementar a "frieza técnica" dos ODS com o calor das histórias, dos contextos e das realidades locais, dando significado ao desenvolvimento sustentável na vida e nas aspirações de pessoas concretas.**

### **Os aspectos culturais como facilitadores do desenvolvimento sustentável**

Em vários dos contextos incluídos na Agenda 2030, os conhecimentos e as práticas culturais podem facilitar o alcance das metas estabelecidas pela comunidade internacional. São questões nas quais, sem desempenhar um papel central na forma como os ODS e suas metas específicas foram definidos, os aspectos culturais fazem parte do conjunto de recursos relevantes na mobilização e na implementação das estratégias.

Entre outros, podem ser mencionados os seguintes exemplos:

- o escopo do objetivo 2, relacionado com a luta contra a fome, o acesso à segurança alimentar e a promoção da agricultura sustentável, pode se beneficiar do uso dos conhecimentos tradicionais associados à diversidade genética de sementes, plantas cultivadas e animais de criação;
- do mesmo modo, objetivos como o 6 (relacionado com a água e o saneamento), o 13 (combate às mudanças climáticas), o 14 (oceanos, mares e recursos marinhos) ou o 15 (ecossistemas terrestres) exigem o reconhecimento de saberes tradicionais ligados aos usos adequados e sustentáveis dos recursos naturais e dos ecossistemas;
- o objetivo 7, que se refere ao acesso a energias acessíveis, seguras e sustentáveis, pode reconhecer o potencial dos processos criativos para promover novas abordagens para a produção e o consumo de energia;
- no caso do objetivo 12, relativo ao consumo e à produção sustentáveis, deve-se lembrar do necessário reconhecimento e valorização dos produtos tradicionais e locais, incluindo os próprios do artesanato, da gastronomia e outras tradições, para promover formas de consumo e produção sustentáveis;
- no âmbito do objetivo 8, sobre a promoção de um crescimento econômico mantido, inclusivo e sustentável, que estimule o trabalho digno para

todos, é necessário recordar o potencial dos chamados setores culturais e criativos para gerar emprego, bem como incentivar criatividade e inovação, tanto em suas próprias áreas produtivas quanto por intermédio de transferências para outros setores econômicos;

- ainda dentro desse objetivo, a meta 8.9, relativa à promoção de um turismo sustentável que fomente a cultura e os produtos locais, indica o potencial de incluir os recursos culturais nas estratégias de turismo; será necessário garantir que isso não envolva a descontextualização de identidades, atividades e expressões culturais, e que os benefícios derivados dessas formas de turismo possam ser reinvestidos no ecossistema cultural, especialmente em seus elementos menos comerciais;
- o objetivo 10 propõe a redução das desigualdades, incluindo as desigualdades de renda e as referentes a idade, gênero, deficiência ou origem. É bom lembrar que a participação cultural pode contribuir para o empoderamento e promover a inclusão de todas as pessoas na esfera cultural, bem como em outras esferas da vida social;
- da mesma forma, no âmbito do objetivo 3, pode-se recordar que a participação em atividades culturais pode contribuir para a melhoria da saúde e do bem-estar.

A atenção dada aos conhecimentos tradicionais e à suposição de que existem

relações muito diretas entre os conhecimentos e os aspectos naturais pertencentes a um mesmo ambiente não implica promover abordagens isoladas em termos da abrangência dos ODS. É necessário equilibrar o reconhecimento dos saberes tradicionais de cada local ou ecossistema com as contribuições derivadas dos avanços científicos, bem como com aquelas que possam resultar dos processos de cooperação internacional. Essa cooperação pode ser relacionada aos postulados do objetivo 17, que aposta, entre outras coisas, na promoção de parcerias internacionais mais sólidas, que devem incluir a cooperação cultural internacional em suas diferentes modalidades (bilateral, regional e multilateral), favorecedora de intercâmbios artísticos e culturais e também conhecedora de suas potenciais conexões com as agendas de desenvolvimento.

### **Práticas, atividades e fatores culturais como elementos substanciais dos ODS**

Existem algumas áreas nas quais diferentes práticas, atividades e fatores culturais podem ser considerados um elemento consubstancial de como os ODS foram definidos. Em alguns casos, o texto da Agenda 2030 expressa explicitamente isso, enquanto em outros há formulações genéricas que podem ser entendidas como abrangendo aspectos culturais, incluindo os equipamentos culturais e o trabalho de agentes culturais (artistas, coletivos informais, associações, empresas, instituições, universidades etc.).

Trata-se dos contextos que reafirmam mais o papel dos direitos culturais,

da memória, da diversidade e da criatividade como elementos inerentes a uma concepção de desenvolvimento sustentável centrada nas pessoas e que aposte na ampliação das liberdades e capacidades humanas, e que também estejam ligados ao contexto de ação mais tradicional das políticas culturais, em que os governos locais têm um papel muito significativo.

Nesse contexto, vale destacar os seguintes elementos dos ODS:

- o objetivo 1, que busca acabar com a pobreza em todas as suas formas, propõe a necessidade de aumentar o acesso aos serviços básicos. Conforme os direitos culturais são estendidos a mais e mais pessoas, os serviços, relevantes em cada contexto, devem ser garantidos em ambientes próximos à população e acessíveis a todos. No âmbito do objetivo 4, relativo à educação, a meta 4.7 se compromete a garantir, entre outras propostas, uma educação que valorize a diversidade cultural e a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável. É conveniente interpretar que esse tipo de educação deve abranger conteúdos culturais, incluindo a apreciação e o conhecimento da diversidade cultural e linguística, bem como a promoção da educação artística;
- o objetivo 5, que visa promover a igualdade de gênero e empoderar mulheres, inclui, entre outras ideias, o acesso à participação plena e efetiva do sexo feminino em

todos os níveis de tomada de decisão. É necessário garantir a plena participação de mulheres na vida cultural e dar maior visibilidade e reconhecimento às práticas culturais realizadas principalmente por elas;

- o objetivo 9, que se refere, entre outras questões, à disponibilidade de infraestruturas resilientes, de qualidade, confiáveis e sustentáveis, deve incorporar a necessidade de infraestruturas culturais que ofereçam acesso universal e equitativo à vida cultural e oportunidades de participar dela;
- por último, o objetivo 11, “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, inclui a meta 11.4, sobre a proteção e a salvaguarda do patrimônio cultural e natural, que deve envolver a adoção de políticas e medidas em torno do patrimônio em seus aspectos materiais e imateriais. Da mesma forma, a meta 11.7 refere-se à disponibilização de acesso universal a áreas verdes e espaços públicos seguros, inclusivos e acessíveis, fato que deve incluir o reconhecimento explícito e ativo dos espaços públicos como ambientes favorecedores de acesso e participação na vida cultural.

O desenvolvimento de políticas e medidas nesses contextos deve se apoiar em processos adequados de descentralização de competências em nível local, acompanhados

de uma transferência de recursos econômicos, humanos e técnicos e de medidas de formação e treinamento pertinentes, bem como de âmbitos de cooperação interinstitucional e governança participativa e multinível.

### Conclusões e acompanhamento

A abordagem feita nos parágrafos anteriores é ambiciosa e claramente supera a visão mais difundida entre os setores centrais na implementação da Agenda 2030. É, de qualquer forma, uma possível interpretação dos ODS, que responde à convicção de que eles requerem a participação ativa da cultura se quiserem chegar a um bom porto. Acreditamos que essa interpretação é especialmente válida quando se trata de traduzir a Agenda 2030 nos níveis nacional, regional e local. Nesse sentido, a Comissão de Cultura da CGLU se propõe a trabalhar nos próximos anos nas seguintes linhas:

- análise das referências à cultura nos documentos relativos à implementação dos ODS (estratégias, relatórios periódicos etc.) publicados pelos governos em diferentes níveis, bem como nos documentos de avaliação elaborados pelas agências das Nações Unidas e por outras fontes;
- acompanhamento dos governos locais e regionais nos processos de localização dos ODS, incluindo uma dimensão cultural, tanto em sua concepção quanto em sua implementação e avaliação;
- divulgação do documento *La Cultura en los Objetivos de Desarrollo*

*Sostenible: una Guía para la Acción Local*, eventual publicação de outros documentos similares e uso deles em atividades de formação, assessoria e intervenção;

- contatos e articulação de parcerias e redes com outras organizações culturais e do campo do desenvolvimento sustentável, assim como com organizações internacionais como a Unesco, a fim de promover um maior reconhecimento da dimensão cultural dos ODS (por meio de ações de pesquisa, avaliação e intervenção, entre outras propostas) e fomentar uma inclusão mais explícita da cultura nas futuras agendas internacionais de desenvolvimento. É possível destacar iniciativas em curso, como o trabalho consistente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos) em torno da meta 11.4 e outros aspectos que relacionam o patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável;<sup>16</sup> e o trabalho da Federação Internacional de Associações

**As dificuldades encontradas para tornar a dimensão cultural mais explícita no texto da Agenda 2030 indicam que não será um caminho fácil, mas estamos convencidos de que é imprescindível avançar nessa direção.**

- e Instituições Bibliotecárias (Ifla) em relação ao acesso à informação (meta 16.10) e à cultura no âmbito da Agenda 2030.<sup>17</sup> A CGLU colabora com ambas as organizações e espera continuar esse diálogo no futuro;
- apoio a outros processos de pesquisa, reflexão e intervenção que busquem interpretar o desenvolvimento a partir de uma perspectiva que incorpore fatores culturais, com ou sem vínculo direto com os ODS, entendendo que eles, apesar de sua importância, representam apenas uma determinada interpretação das formas de desenvolvimento e vida desejáveis.
- As dificuldades encontradas para tornar a dimensão cultural mais explícita no texto da Agenda 2030 indicam que não será um caminho fácil, mas estamos convencidos de que é imprescindível avançar nessa direção, estabelecendo parcerias mais amplas e plurais, buscando novas linguagens, narrativas e exemplos e envolvendo mais detentores de direitos e interessados em um desenvolvimento mais humano e sustentável. **Obs**

**Jordi Baltà**

Possui licenciatura em ciências políticas e administração pela Universidade Autônoma de Barcelona, é mestre em política cultural europeia e administração pela Universidade de Warwick e pós-graduado em cooperação cultural internacional pela Universidade de Barcelona – Interarts. Trabalha como investigador, consultor e formador em políticas culturais e relações internacionais, com interesse especial em diversidade cultural, políticas culturais locais e cultura no desenvolvimento sustentável. Desde 2014, colabora como assessor de cultura e cidades sustentáveis na Comissão de Cultura das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU). Faz parte do grupo de especialistas para a implementação da Convenção da Unesco sobre a Diversidade das Expressões Culturais e colabora regularmente em outras organizações, como a Asia-Europe Museum Network (Aseumus). É consultor e tutor de mestrado em gestão cultural (Universidade Aberta da Catalunha, Universidade de Girona, Universidade das Ilhas Baleares) e professor associado na graduação em relações internacionais da Universidade Ramon Llull. Entre 2001 e 2014, trabalhou como investigador e coordenador de projetos na Fundação Interarts.

**Jordi Pascual**

Coordenador e fundador da Comissão de Cultura das Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), que tem como objetivo o progresso da Agenda 21 da cultura (<[www.agenda-21culture.net](http://www.agenda-21culture.net)>). É um dos promotores da campanha mundial <[www.culture2030goal.net](http://www.culture2030goal.net)>, sobre o papel dos temas culturais na Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas. Escreveu livros, artigos e informes sobre relações culturais internacionais, governança da cultura e o papel da cultura na sustentabilidade, traduzidos para mais de 20 idiomas. Membro do júri da capital europeia da cultura nos anos 2009, 2010, 2011 e 2016, é também professor de direitos culturais e mundialização na Universidade Aberta da Catalunha.



## Notas

- 1** FUKUDA-PARR, S. (Dir.). *Informe sobre desarrollo humano 2004: la libertad cultural en el mundo diverso de hoy*. Nova York, Madri: PNUD; Mundi-Prensa, 2004. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2004\\_es.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2004_es.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- 2** UNESCO. *Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales*, 2005. Disponível em: <<https://es.unesco.org/creativity/convention/texts>>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- 3** Com relação à dimensão local, veja especialmente: UNESCO; PNUD (2013), *Informe sobre la economía creativa*. Edición especial 2013: ampliar los cauces de desarrollo local. Nova York; Paris: PNUD; Unesco. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013-es.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2019.
- 4** Para mais informações, consulte: <<http://www.mdgfund.org/es/content/cultureanddevelopment>>.
- 5** Cidades e Governos Locais Unidos. *Agenda 21 da cultura*. Um Compromisso das Cidades e dos Governos Locais para o Desenvolvimento Cultural. Barcelona: CGLU, 2004. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c\\_pt.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c_pt.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- 6** HAWKES, J. *The fourth pillar of sustainability: culture's essential role in public planning*. Melbourne: Cultural Development Network (Vic), 2001. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/200029531\\_The\\_Fourth\\_Pillar\\_of\\_Sustainability\\_Culture's\\_essential\\_role\\_in\\_public\\_planning](https://www.researchgate.net/publication/200029531_The_Fourth_Pillar_of_Sustainability_Culture's_essential_role_in_public_planning)>. A CGLU aprovou posteriormente um documento de orientação política que assume essa ideia: CGLU. *La cultura es el cuarto pilar del desarrollo sostenible*, 2010. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/es/zz\\_cultura4pilards\\_esp.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/es/zz_cultura4pilards_esp.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- 7** Para mais informações, veja: <<http://www.agenda21culture.net/es/abogacia/la-cultura-como-meta-en-el-post-2015>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- 8** Comunicado: *A cultura no documento final dos ODS: há avanços, mas ainda há muito a ser feito*. O futuro que queremos inclui a cultura, 23 set. 2015. Disponível em: <[http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/pages/advocacy-page/4-preSDG\\_outcomedoct\\_SPA.pdf](http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/pages/advocacy-page/4-preSDG_outcomedoct_SPA.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.

- 9 A CGLU refletiu essa visão em uma publicação recente, que amplia as reflexões incluídas neste relatório: *La cultura en los Objetivos de Desarrollo Sostenible: guía práctica para la acción local*. Barcelona: CGLU, 2018. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods\\_web\\_es.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods_web_es.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- 10 *Cultura 21: ações*. Compromissos relativos ao papel da cultura em cidades sustentáveis. Barcelona: CGLU, 2015. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21\\_015\\_pt\\_1.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- 11 Veja: <<https://www.uclg.org/es/media/noticias/la-cultura-en-los-objetivos-del-desarrollo-sostenible-ods-una-guia-para-la-accion>>.
- 12 Esse termo é usado para designar os governos e níveis de uma escala territorial inferior à dos Estados reconhecidos pelas Nações Unidas.
- 13 Veja: <<https://www.local2030.org/>>.
- 14 Veja: *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que os governos devem saber*. Barcelona: CGLU, 2015. Disponível em: <<https://www.local2030.org/>>.
- 15 Em relação a isso, veja: *Universalidad, diversidad cultural y derechos culturales*. Relatora especial da ONU sobre os direitos culturais, A/73/227, 2018. Disponível em: <<http://undocs.org/es/A/73/227>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- 16 Veja: <<https://www.icomos.org/en/focus/un-sustainable-development-goals>>.
- 17 Veja: <<https://www.ifla.org/libraries-development>>.



## Referências

- CGLU. *Agenda 21 da cultura*. Um compromisso das cidades e dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Barcelona: CGLU, 2004. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c\\_pt.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c_pt.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. *La cultura es el cuarto pilar del desarrollo sostenible*, 2010. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/es/zz\\_cultura4pilards\\_esp.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/es/zz_cultura4pilards_esp.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.

- \_\_\_\_\_. *Cultura 21: ações*. Compromissos relativos ao papel da cultura em cidades sustentáveis. Barcelona: CGLU, 2015. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21\\_015\\_pt\\_1.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/c21_015_pt_1.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que os governos devem saber*. Barcelona: CGLU, 2015. Disponível em: <<http://localizingthesdgs.org/library/view/40>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- \_\_\_\_\_. *La cultura en los Objetivos de Desarrollo Sostenible: guía práctica para la acción local*. Barcelona: CGLU, 2018. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods\\_web\\_es.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods_web_es.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- FUKUDA-PARR, S. (Dir.). *Informe sobre desarrollo humano 2004: la libertad cultural en el mundo diverso de hoy*. Nova York, Madri: PNUD; Mundi-Prensa, 2004. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2004\\_es.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2004_es.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- HAWKES, J. *The fourth pillar of sustainability: culture's essential role in public planning*. Melbourne: Cultural Development Network (Vic), 2001. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/200029531\\_The\\_Fourth\\_Pillar\\_of\\_Sustainability\\_Culture's\\_essential\\_role\\_in\\_public\\_planning](https://www.researchgate.net/publication/200029531_The_Fourth_Pillar_of_Sustainability_Culture's_essential_role_in_public_planning)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- O FUTURO que queremos inclui a cultura. *A cultura no documento final dos ODS: há avanços, mas ainda há muito a ser feito*. Comunicado, 23 set. 2015. Disponível em: <[http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/pages/advocacy-page/4-preSDG\\_outcomedoct\\_SPA.pdf](http://agenda21culture.net/sites/default/files/files/pages/advocacy-page/4-preSDG_outcomedoct_SPA.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- RELATORA ESPECIAL da ONU sobre os direitos culturais. *Universalidad, diversidad cultural y derechos culturales*, A/73/227, 2018. Disponível em: <<http://undocs.org/es/A/73/227>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- UNESCO. *Convención sobre la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales*, 2005. Disponível em: <<https://es.unesco.org/creativity/convention/texts>>. Acesso em: 14 nov. 2019.
- UNESCO; PNUD. *Informe sobre la economía creativa*. Edición especial 2013: ampliar los cauces de desarrollo local. Nova York; Paris: PNUD; Unesco, 2013. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013-es.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

# UMA ABORDAGEM CULTURAL DO DESENVOLVIMENTO PARA A GESTÃO DA CULTURA

Aarón Espinosa Espinosa

O artigo discute a pertinência de propor uma abordagem cultural do desenvolvimento, referência conceitual e metodológica que concebe o desenvolvimento como um processo multifacetado e contextualizado. Baseia-se nas abordagens de capacidades e direitos e é construído com as aprendizagens deixadas pela execução de projetos de pesquisa-ação e intervenções orientadas, em diversos países e regiões, e pela geração de capacidades em campos como empreendimentos, educação e direitos e políticas culturais.

## Valores e princípios orientadores da abordagem

**A** Abordagem Cultural do Desenvolvimento (ACD) se configura em um campo de análise teórico e conceitual emergente, de ordem metodológica e de gestão em diferentes níveis, que visa destacar a dimensão cultural do desenvolvimento e as diferentes contribuições da cultura para a geração de capacidades e oportunidades humanas. A ACD tomou forma após a drástica reavaliação da noção e da gestão do desenvolvimento nas últimas décadas, diante da necessidade de responder aos problemas da pobreza e da vulnerabilidade, “ao desenvolvimento sustentável e às políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento” (L+iD, 2013, p. 6). Como um elemento-chave, a ACD visa compreender a natureza condicional e potencializadora dos contextos locais e regionais.

A dimensão cultural se evidencia no fato de que os valores culturais e os modos de vida contribuem para os processos de desenvolvimento, assim como a expressividade e a criatividade contribuem para a inovação e a mudança social (MARTINELL, 2013). Esse aspecto cultural do desenvolvimento também se traduz na chamada transversalidade da cultura, entendida como articulação funcional, interdependência e interação dinâmicas com outras dimensões e áreas que compreendem a economia, a educação, a saúde e o meio ambiente. Da mesma forma, significa que a cultura é um meio que “apoiar e fortalece as intervenções em áreas de desenvolvimento” (UNESCO, 2011, p. 5)<sup>1</sup> e atua como uma peneira de estímulos provenientes de múltiplos sistemas (políticos, econômicos, educacionais).

O papel da cultura como geradora de capacidades é demonstrado nos campos da educação cultural (CARBÓ, 2017), no acesso ao conhecimento e na valorização dos ativos sociais frequentemente utilizados por comunidades a partir de estratégias para enfrentar o risco e a incerteza (L+iD, 2017; STEIN e MOSER, 2014), assim como o seu indiscutível papel como geradora de meios de vida – capacidade básica do desenvolvimento humano – no mundo atual.<sup>2</sup>

O que chamamos aqui de “abordagem” envolve um exercício de identificação e priorização das dimensões analíticas mais relevantes.<sup>3</sup>

Alguns dos princípios orientadores propostos pela ACD são:

- a cultura, em todas as suas expressões e dimensões, representa uma esfera da vida social e política com amplo potencial de influência direta e indireta no desenvolvimento. A gestão cultural deve identificar esses pontos de influência para determinar o impacto de suas ações;
- o desenvolvimento é um processo contextualizado, construído em diferentes níveis, mas que ocorre principalmente em nível local, envolvendo a readequação de estruturas conceituais e metodológicas que garantam análises e ações de maior proximidade com os processos e as decisões individuais e comunitárias. Consequentemente, a gestão localizada do desenvolvimento – e sua dimensão cultural – é baseada em visões “locais”;
- todos têm o direito de participar da vida cultural, conforme o artigo 15 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e recomendações posteriores. A ACD entende que a vida cultural se manifesta em diferentes formas, ações, linguagens, comportamentos, sistemas e contextos. Para a abordagem, a vida cultural é o espaço em que a geração de capacidades e a qualidade de vida são mais bem evidenciadas e a gestão dos direitos culturais é viabilizada. Nesse sentido, a ACD concorda com abordagens que enfatizam que os direitos fazem parte de um conjunto mais amplo de capacidades (NUSSBAUM, 2011);
- a cultura é indispensável para alcançar os ODS<sup>4</sup> e contribui para o consenso internacional de luta contra a pobreza. No entanto, no âmbito da gestão, seu papel não é instrumental para a sustentabilidade, mas é

constitutivo dela. Por isso, sua promoção aponta para a expressividade e a criatividade, não para o mero conservacionismo cultural;<sup>5</sup>

- a ACD se baseia na interdisciplinaridade, aceitando a integração de outros postulados e princípios conforme as características da vida cultural de cada contexto, num quadro de reconhecimento dos direitos fundamentais. Essa integração é oferecida entre disciplinas como economia, antropologia e educação, podendo ser estendida a outras em torno de categorias de consenso em pesquisa e gestão, como o bem-estar<sup>6</sup> (L+iD, 2013a, p. 7).

### Capacidades e direitos para a gestão

Em primeiro lugar, deve-se destacar que a abordagem concebe a gestão cultural como uma tarefa social em diferentes níveis – comunitário, sociedade civil e governamental –, cujo compromisso está relacionado com a geração de bem-estar e o aproveitamento eficaz de recursos disponíveis. Os gestores são agentes de mudança, mediadores de políticas com funções complexas que vão desde a análise da realidade (contexto) e a promoção da participação cultural até outras mais específicas, como a auto-organização. Os gestores são, em essência, estruturadores de demandas sociais, culturais e educacionais geralmente vinculadas (MARTINELL, 2001).

**Os gestores são agentes de mudança, mediadores de políticas com funções complexas que vão desde a análise da realidade (contexto) e a promoção da participação cultural até outras mais específicas, como a auto-organização.**

No entanto, essa tarefa pressupõe a criação e a ampliação de um conjunto de capacidades agregadas à gestão, em particular, de conhecimento e ação cultural, que pode ser implementado dentro e à margem dos mercados, no setor público ou fora dele, em conexão com políticas públicas, ou orientado para a mudança social comunitária.

Dessa forma, a ACD se configura como um campo de confluência conceitual e prática para a gestão cultural, que, centrada na diade capacidades-oportunidades, permitirá colocar em prática a dimensão cultural do desenvolvimento. Entre as referências que constituem a ACD, destaca-se, em primeiro lugar, a abordagem de capacidades proposta pelo economista e filósofo Amartya Sen, ampliada nos últimos 15 anos pela filósofa política Martha C. Nussbaum.

A extensão mais conhecida dessa abordagem, a do desenvolvimento humano sustentável do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), melhorou a compreensão dos processos de desenvolvimento e de seu oposto essencial, a pobreza humana, graças à introdução de um método de análise, uma agenda de incidência política (por exemplo, ODM, ODS) e um conjunto de categorias de análise que melhoram sua compreensão (crescimento econômico inclusivo, vulnerabilidade, trabalho decente).

O conceito de capacidades está intrinsecamente ligado ao bem-estar individual. As capacidades são definidas como “aquilo

que as pessoas realmente podem fazer e ser” ou, em sentido mais específico, como combinações alternativas de funcionamentos (ou realizações) que geram estados de bem-estar. Para além de seu valor definidor, na ACD, as capacidades constituem uma poderosa ferramenta de diagnóstico, bem como um quadro de ação de projetos culturais que permite repensar e gerir vários problemas sociais em escalas mais próximas (**Figura 1**).

Para Nussbaum, as capacidades compreendem as habilidades das pessoas e, igualmente, as liberdades substanciais ou oportunidades criadas pela “combinação dessas faculdades pessoais com o ambiente político, social e econômico” (NUSSBAUM, 2012, p. 40). Por essa razão, ela propõe a noção de capacidades combinadas como um agregado de capacidades internas e condições ambientais. A ACD assimila essas condições ambientais ao contexto em que

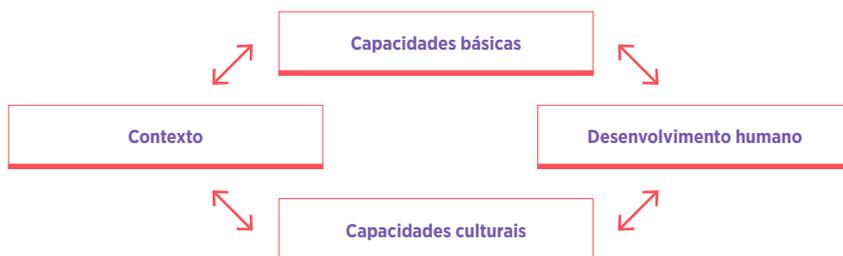
ocorrem os processos de desenvolvimento, que pode ter uma intervenção favorável da gestão e das políticas públicas culturais.

Os processos de gestão e implementação de políticas no campo cultural devem estar voltados para influenciar o meio ambiente e expandir as capacidades culturais e correlatas, e não somente satisfazer necessidades pontuais, como geralmente é proposto por políticas, programas e projetos culturais em muitos casos da América Latina. Seguindo as abordagens de Sen e Nussbaum, a ACD formula, com base na experiência, uma lista de capacidades culturais<sup>7</sup> intimamente ligadas às capacidades básicas (conhecimento e renda) e adaptáveis a diferentes contextos, que procura preencher as lacunas conceituais e gerenciais dos projetos culturais em termos de desenvolvimento (L+iD, 2013).

As capacidades culturais – individuais, coletivas-comunitárias, organizacionais ou

#### FIGURA 1:

Relação das capacidades (básicas e culturais) com o desenvolvimento humano e os projetos culturais a partir da Abordagem Cultural do Desenvolvimento (ACD)



político-institucionais – podem e devem ser geradas de forma específica,<sup>8</sup> desenvolvem-se com base em outras capacidades e, no campo da gestão, devem gerar conhecimento estruturado sobre o desenvolvimento e suas ações (**Figura 1**). De certa forma, as capacidades culturais propostas pela abordagem foram formuladas para ajudar a superar o viés de generalidade – inerente ao seu caráter universalista – da lista de capacidades básicas definidas por Nussbaum (2012).

Outro elemento constitutivo da ACD é a abordagem de direitos, que orienta a concepção e a aplicação de políticas públicas e intervenções sociais. As novas referências enfatizam os direitos das pessoas como objetivo final do desenvolvimento, e os acordos internacionais entre os países promovem a ressignificação dos direitos nas políticas públicas.

A abordagem de direitos se baseia no fato de que as pessoas são agentes de mudança, não

são apenas sujeitos de necessidades, e salienta que a sua garantia envolve o reconhecimento e a criação de condições para assegurar o seu exercício. Nesse contexto, não é menos importante o compromisso do Estado em implementar políticas voltadas para restabelecê-los – de forma imediata ou mediata – caso sejam violados (CORREDOR, 2010, p. 47).

Como traduzir esse princípio orientador para o campo da ação social dos gestores? A abordagem requer contemplar os olhares populacional e territorial nas interações dos grupos de interesse. O populacional se refere ao fato de que as características dos sujeitos culturais devem ser consideradas de acordo com seu ciclo de vida, condição de gênero, etnia ou deficiência, bem como com suas diferentes situações: pobreza, emprego, deslocamento. E a perspectiva territorial possibilita a identificação de potencialidades e limitações locais, para além de favorecer a

## FIGURA 2:

Esquema de aplicação da Abordagem Cultural do Desenvolvimento (ACD) à gestão cultural do empreendimento



participação e o empoderamento dos atores em seu território (L+iD, 2014).

### Vida cultural e contexto: do conceitual ao prático

A ACD enfatizou o direito de participar da vida cultural. O aspecto cultural faz parte do corpo dos direitos humanos e afeta inúmeras

expressões da vida, que incluem não só arte, literatura ou tradições, mas também o ponto de vista político, social, econômico, tecnológico e espiritual. Os direitos a educação, informação, liberdade de opinião e expressão, livre associação, participação e tomada de decisões, somente para citar alguns, são indispensáveis para o desenvolvimento e para a vida cultural.

**TABELA 1:**

Dimensões e níveis de análise de contexto

	SOCIAL	ECONÔMICA	CULTURAL	INSTITUCIONAL
<b>CONTEXTO TERRITORIAL</b>	Localização dos empreendimentos no território e dos empreendedores	Macroprocessos econômicos no território local: crescimento, igualdade e pobreza; distribuição da renda e dos ativos  Vulnerabilidades	Elementos para a compreensão histórica, social e cultural do ambiente como recurso, contexto e ponto de partida para os empreendimentos  Processos que envolvam o aspecto cultural e fomentem a articulação dos empreendimentos com esses processos	Organização político-administrativa (estrutura e normas)  Órgãos e atores público-privados com influência no desenvolvimento dos empreendimentos
<b>CONTEXTO POPULACIONAL</b>	Análise por faixa etária, condição étnica e de gênero e por situação de deslocamento e pobreza  Análise demográfica	Nível de renda conforme a classe social e outras características  Segurança no trabalho, social e outras características  Acesso a ativos	Características étnicas, patrimoniais, língua, costumes, celebrações, organização social da população em que ocorre o empreendimento	Instituições formais e informais que influenciam na interação social e no desenvolvimento do empreendimento

Fonte: L+iD (2014).

A participação na vida cultural é, portanto, entendida a partir da universalidade, indissolubilidade e interdependência com outros direitos fundamentais. Apenas para mencionar o aspecto econômico desse direito, não é possível gerar capacidades culturais para determinados atores (por exemplo, empreendedores ou gestores) se não houver um avanço simultâneo na materialização de seus direitos econômicos para o trabalho e a geração de renda, sem mencionar os constitutivos do mínimo vital.<sup>9</sup>

E qual é o papel do contexto? A análise do contexto evidenciou que os vínculos entre capacidades e direitos não ocorrem no vácuo, mas em campos culturais diferenciados. Morin (1994) aponta como “conhecimento pertinente” aquele que contextualiza e destaca que o conhecimento que sustenta a ação

humana avança “não pela sofisticação, formalização e abstração, mas pela capacidade de contextualizar e globalizar”.

Na prática, foi demonstrado que a análise de contexto é indispensável para identificar a fonte das privações e as barreiras à inclusão social, política e econômica. Também é útil detectar recursos indispensáveis na geração de capacidades, meios de subsistência e capital social fundamentais para superar a pobreza e a vulnerabilidade (L+iD, 2017).

Para concretizar essas ideias sobre o papel do contexto na geração de capacidades e oportunidades é apresentado, a seguir, o caso de empreendimentos culturais de tipo individual e comunitário localizados nos 32 estados colombianos.<sup>10</sup> A experiência é apresentada graças à sistematização de mais de 2 mil iniciativas geridas em nível local, pelos municípios, e

**TABELA 2:**

Capacidades e oportunidades para os empreendedores culturais da Colômbia

REGIÃO	SALÁRIO MÍNIMO LEGAL	SEM FORMAÇÃO NO CAMPO CULTURAL	TRABALHO EM ATIVIDADES NÃO CULTURAIS	TRABALHO EM ESPAÇOS PÚBLICOS
CARIBE	55%	38%	54%	15%
PACÍFICO	45%	48%	43%	12%
ORINOQUIA	36%	41%	43%	17%
AMAZÔNIA	59%	53%	60%	12%
ANDINA	47%	23%	59%	12%
<b>TOTAL NACIONAL</b>	48%	41%	52%	14%

Fonte: Mincultura – UTB (2014).

nacional, pelo Ministério da Cultura desse país (**Tabela 2**). Os resultados sugerem a necessidade de reformular políticas culturais e ter uma nova visão da prática de gestão cultural.

Primeiramente, foi construído um perfil dos empreendedores e seu contexto, composto de características pessoais e familiares, do trabalho cultural e não cultural, com um diagnóstico inicial das capacidades e do empreendimento cultural. Esse perfil foi levantado nas dimensões social, econômica, cultural e institucional, com uma abordagem populacional e territorial, procurando documentá-las na direção indicada (**Tabela 1**). Muitos desses empreendimentos culturais estão nas mãos de pessoas provenientes do mundo rural, deslocadas à força pelo conflito armado e que se desenvolvem no mundo urbano.

Com esse perfil de cada empreendedor e empreendimento, foram identificadas as barreiras à inclusão produtiva, que consistem em:

- violação dos direitos fundamentais, especialmente ao trabalho e à propriedade;
- existência de baixos níveis de formação, geralmente herdados dos pais;
- exclusão econômica e social, materializada em baixo nível de acesso a bens públicos.

As barreiras à inclusão permitiram propor a adequação das habilidades básicas para melhorar a renda e os níveis de formação e das habilidades culturais na formação artística, na gestão cultural e na ação. Além disso, ampliar o acesso a ativos produtivos e oportunidades de geração de renda.

PAI ANALFABETO	NÃO PERTENCE A ORGANIZAÇÃO, AGREMIÇÃO OU SINDICATO	NÃO TEM CONTRATO	SEM CAPACITAÇÃO POR FINANCIAMENTO
23%	90%	82%	54%
29%	88%	85%	47%
29%	87%	84%	33%
23%	91%	83%	45%
22%	75%	80%	36%
25%	86%	83%	43%

**TABELA 3:**

Capacidades centrais e culturais propostas a partir da Abordagem Cultural do Desenvolvimento (ACD)

<b>CAPACIDADES CULTURAIS</b>	<b>SENTIMENTO, IMAGINAÇÃO E PENSAMENTO</b>	<b>FILIAÇÃO</b>	<b>CONTROLE SOBRE O AMBIENTE</b>
Formação: capacidades refletidas no fazer e no ser, adquiridas com a aprendizagem e a adoção de novo conhecimento e de técnicas no trabalho	Capacidade de utilizar os sentidos para a criação a partir de uma educação adequada. Isso implica imaginar, pensar e raciocinar para além da base mínima adquirida com a alfabetização e a formação básica matemática e científica	Capacidade de compartilhar o conhecimento e as habilidades próprios, de compartilhá-los coletivamente, e disposição para aprender com os demais	Capacidade para conhecer e compreender o contexto  Capacidade para interagir com outros atores público-privados e participar da tomada de decisões, processos de controle, vigilância e prestação de contas de projetos de desenvolvimento em seu território
Ação: Capacidades referentes à natureza da atividade do empreendimento (capacidade para realizar o trabalho cultural)	Capacidade de usar a imaginação e o pensamento para experimentar e produzir obras autoexpressivas  Capacidade de aprender a partir da realidade e de incorporar o conhecimento para a inovação em suas criações	Capacidade de viver com outros, interesse pelo trabalho associativo, interação social, justiça e amizade  Capacidade de exercitar a razão prática e manter relações de reconhecimento mútuo com base na autocrítica e no respeito à opinião alheia	Capacidade de levar a ideia de empreendimento cultural à prática com um planejamento básico  Capacidade de participar em decisões políticas que governem sua vida e seu ambiente; ter liberdade de expressão e associação
Gestão: Capacidades relativas ao trabalho do empreendedor mensuráveis no compromisso e na responsabilidade profissional (MARTINELL, 2011)	Capacidade de pensamento (político, artístico, religioso) livre Capacidade de se adaptar às mudanças e de organização do trabalho Desenvolver resiliência para tornar os processos sustentáveis	Capacidade de definir e cumprir objetivos coletivos Capacidade para dialogar, interagir ou negociar com instituições, agências ou empresas do setor público ou privado relacionadas com o trabalho Capacidade para interagir com outras pessoas e entidades que lhe permitam identificar e ter acesso a oportunidades de financiamento	Estabelecer uma estratégia e uma política de desenvolvimento de seu empreendimento Desenvolver um conjunto de técnicas para o bom funcionamento de uma organização Combinar os recursos disponíveis: humanos, econômicos, materiais, entre outros, para aproveitar as oportunidades ao seu redor Capacidade de se vincular e adaptar às mudanças na cadeia de valor de seu setor

Obs.: a tabela mostra o baixo nível de renda dos empreendedores culturais colombianos, que, na melhor das hipóteses, chega à metade de um salário mínimo mensal nesse país. Da mesma forma, seu trabalho precário (alta porcentagem não coberta por contrato de trabalho) e sua baixa capacidade de influência no contexto (baixo nível de associatividade). Embora grande parte queira melhorar seu nível de qualificação artística, é incapaz de financiá-la, constituindo uma típica armadilha de capacidades.

As contribuições de Nussbaum permitem, assim, abordar a origem, a abrangência e o contexto em que as capacidades são alcançadas, além de dimensionar o papel da cultura como elemento transversal da ação cultural nas regiões colombianas.<sup>11</sup>

À necessidade de gerar capacidades culturais específicas – de formação e gestão – se somaram as capacidades para a ação, que, além de fazer parte do corpus conceitual proposto pela ACD, podem ser avaliadas para determinar as realizações dos empreendedores culturais nos mercados (**Tabela 3**). Como se observa, quando a gestão dos empreendedores e as políticas culturais se concentram nas capacidades, é possível definir com mais precisão as rotas de interesse conforme o nível de realizações desejáveis (por exemplo, controlar o ambiente), assim como o tipo de interações entre atores e tomadores de decisão.

Por último, nas iniciativas avaliadas foi detectada uma estreita conexão entre capacidades, oportunidades e qualidade de vida. Em uma avaliação posterior desse projeto, ficou evidente que os gestores/empreendedores que aumentaram visivelmente a renda

conseguiram isso graças às capacidades de formação geradas, melhoria que se estendeu àqueles que aplicaram o conhecimento mais rapidamente (Mincultura – UTB, 2014).

### Conclusão

Refletimos sobre a relevância da ACD, que, ao se concentrar na tríade capacidades-opportunidades-conhecimento do contexto, permite-nos avançar em diferentes direções. Essas direções podem ser muito úteis para fundamentar a gestão cultural e o desenho e a aplicação de políticas culturais.

Algumas das vantagens da abordagem são concretizadas no levantamento de informações para conhecer o contexto, e, nele, as capacidades e a estrutura de oportunidades das pessoas e das comunidades envolvidas são identificadas e relacionadas, seguindo a definição clássica de desenvolvimento humano. O mesmo acontece com a articulação da gestão cultural com processos locais e nacionais, a fim de aproveitar os recursos disponíveis, os mercados criados e o capital social acumulado. Por último, e como problemática na qual se desenvolvem com frequência os atores culturais, a abordagem permite identificar a correspondência entre a geração de capacidades em grupos sociais excluídos e em condições de desvantagem nos mercados e a criatividade em processos e projetos que fortaleçam a identidade nos âmbitos do ser e do fazer, melhorando ainda suas condições de vida e de suas comunidades. Nesse sentido, as experiências colombianas sugerem que a criatividade é uma capacidade a ser gerada, cujo valor simbólico transcende a agregação de valor e a sustentabilidade dos negócios culturais (Mincultura – L+iD, 2014). **OBS**



## Aarón Espinosa Espinosa

Professor pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Inovação em Cultura e Desenvolvimento (L+iD), da Universidade Tecnológica de Bolívar, núcleo de Cartagena das Índias.

---



## Notas

- 1 Uma das poucas referências à ACD é fornecida pela Unesco no sentido plural. Ela pressupõe a existência de “abordagens culturais para o desenvolvimento” que “aumentam a relevância, a sustentabilidade, o impacto e a eficácia das intervenções, uma vez que se ajustam aos valores, às tradições, práticas e crenças locais” (UNESCO, 2011, p. 5).
- 2 Há uma detalhada exposição da cultura como recurso na série de estudos do Convênio Andrés Bello sobre a contribuição cultural para a economia de países como Colômbia, Chile, Peru e Equador.
- 3 Nota do tradutor: o termo “abordagem” foi traduzido da palavra em espanhol “enfoque”. Em sua acepção mais conhecida, conforme o Dicionário da Real Academia Espanhola, “enfocar” envolve a ação de “dirigir a atenção ou o interesse para um assunto ou problema a partir de suposições prévias, para tentar resolvê-lo corretamente”. Por isso, as “suposições prévias” são enunciadas no contexto da ACD como um conjunto de princípios orientadores e referências conceituais intimamente interconectados, tanto no campo das políticas quanto no da gestão, mais do que como uma definição acabada.
- 4 Para ver a importância da cultura nos ODM e nos ODS, leia Alvis (2010) e Martinell (2013).
- 5 Para ampliar a crítica sobre a noção instrumentalizada da cultura no desenvolvimento sustentável e as consequências da “retórica do sustentável” no debate cultural, veja Sen (1998).
- 6 A ACD propõe que não existe uma noção exclusiva e extensível de bem-estar, mas muitas noções desse conceito, geralmente localizadas. Portanto, tem interesse em determinar os espaços de avaliação da qualidade de vida, em que a participação na vida cultural desempenha um papel determinante.

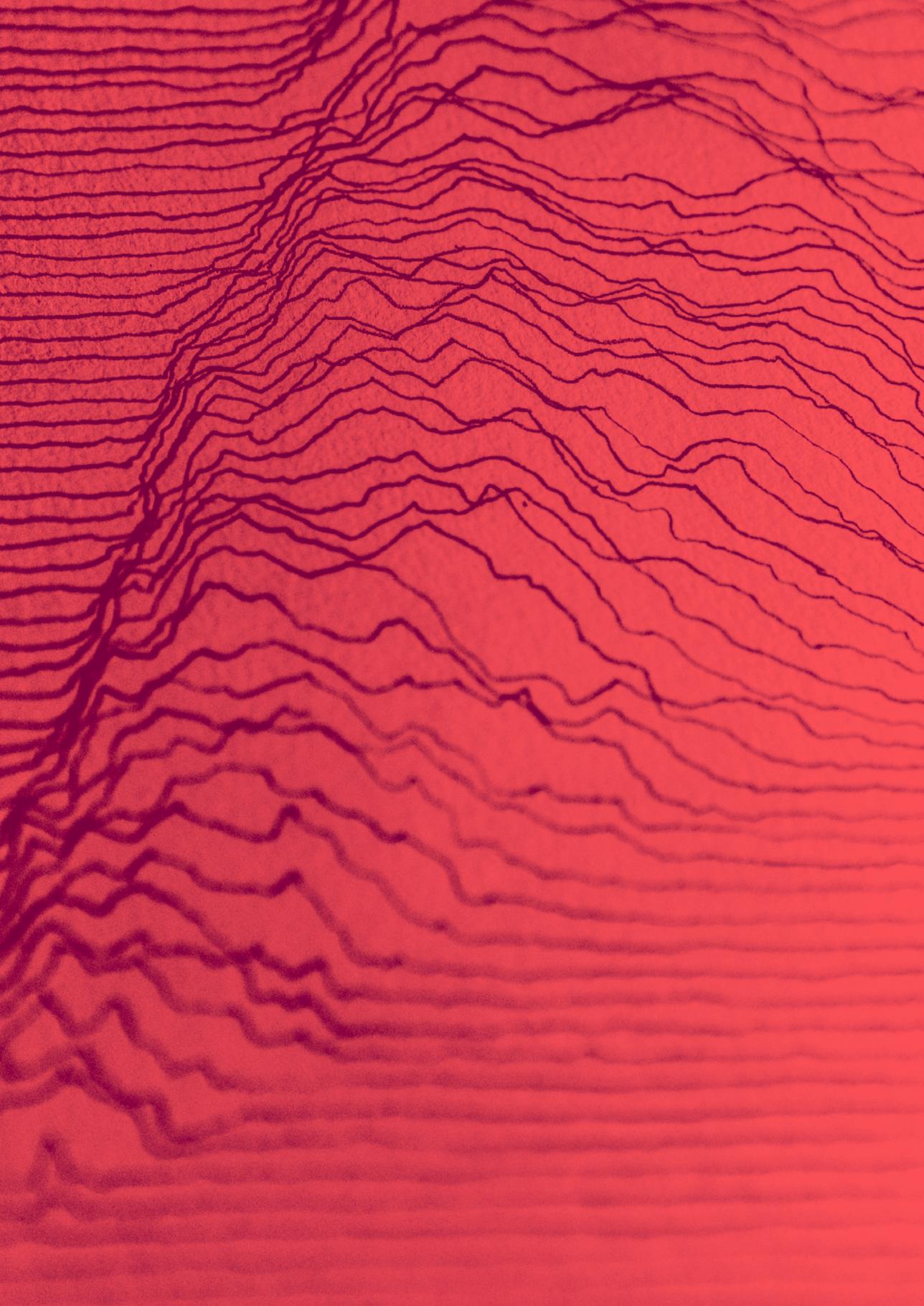
- 7 Na ACD, propõe-se uma lista de capacidades a partir da sistematização de 18 experiências no mesmo número de países da Janela de Cultura e Desenvolvimento, do Fundo para a Realização dos ODM, realizada pelos núcleos de Girona e Cartagena do Laboratório de Pesquisa e Inovação em Cultura e Desenvolvimento (L+iD, 2013a). Esses projetos foram realizados em áreas como indústrias culturais e criativas, patrimônio, criatividade e identidades, turismo cultural, capital social e interculturalidade.
- 8 Para uma definição das capacidades individuais grupais/comunitárias, organizacionais e político-institucionais, veja L+iD, 2013a, p. 12-13.
- 9 Nesse sentido, são considerados fundamentais os avanços no esclarecimento jurídico e conceitual sobre a participação na vida cultural promovidos, desde 2009, pela figura da relatora especial para os direitos culturais das Nações Unidas. Veja: <[http://www.unescoetxea.org/dokumentuak/dchoscult\\_docbasicONU.pdf](http://www.unescoetxea.org/dokumentuak/dchoscult_docbasicONU.pdf)>.
- 10 Trata-se do projeto Feria, Cosecha de Bienes y Servicios Culturales (Feira, colheita de bens e serviços culturais), patrocinado pelos setores da educação, público e de cooperação internacional, e do programa Empreende Cultura – Cultura para la Prosperidad (Empreende Cultura – Cultura para a prosperidade), gerido pelo Ministerio de Cultura y Colciencias. Ambos somam aproximadamente 2.100 empreendimentos em todo o território colombiano.
- 11 Em geral, a conceitualização das capacidades culturais pode ser constatada na materialização da metodologia APL (aprendizagem a partir da experiência). Disponível em: <<http://www.apl-cultural.com>>. Acesso em: 19 nov. 2019.



## Referências

- ALVIS, J. *La cultura: energía renovadora para alcanzar los Objetivos de Desarrollo del Milenio, la savia del desarrollo*. Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Cooperação da Universidade de Girona; Universidade Tecnológica de Bolívar, Cartagena das Índias, 2013, p. 69-89.
- CARBÓ, G. *Educación para la vida (cultural)*. Proyecto Planter: arte en la escuela pública. Seminário internacional La Vida Cultural: Retos y Significados en el Mundo de Hoy, 17-18 jul. 2017. Cartagena, 2017.
- CORREDOR, C. *La política social en clave de derechos*. Centro Editorial – Centro de Investigaciones sobre Desarrollo, Universidade Nacional da Colômbia, Faculdade de Ciências Econômicas, Bogotá, 2010.

- L+iD. *La dimensión cultural del desarrollo en la reparación de víctimas*. El caso de San Cristóbal, Montes de María. Seminario internacional La Vida Cultural, Retos y Significados en el Mundo de Hoy, Cartagena, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Capacidades para el desarrollo en proyectos bajo el enfoque cultural para el desarrollo*. Projeto Learning from Practical Experiences. Culture and Development. Girona (Espanha), Cartagena (Colômbia), 2013.
- \_\_\_\_\_. *Contexto y contextualización en proyectos bajo el enfoque cultural para el desarrollo*. Projeto Learning from Practical Experiences. Culture and Development. Girona (Espanha), Cartagena (Colômbia), 2013a.
- MARTINELL, A. Derechos culturales y desarrollo: una propuesta de análisis de sus impactos. In: *Impactos de la dimensión cultural en el desarrollo*. Documenta Universitaria. L+iD, Universidade de Girona e Universidade Tecnológica de Bolívar. Girona (Espanha), 2013, p. 211-224.
- \_\_\_\_\_. *La gestión cultural: singularidad profesional y perspectivas de futuro* (Compilação de textos). Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Cooperação, Girona (Espanha), 2001. Disponível em: <[http://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/346/AlfonsoMartinell\\_GC.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://observatoriocultural.udgvirtual.udg.mx/repositorio/bitstream/handle/123456789/346/AlfonsoMartinell_GC.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- MINISTERIO DE CULTURA – L+iD. *Emprendimiento cultural en los años 2011 a 2013*. Ministerio de Cultura de Colombia – Universidade Tecnológica de Bolívar, 2014.
- NUSSBAUM, M. Las capacidades centrales. In: *Crear capacidades*. Propuesta para el desarrollo humano. Barcelona: Paidós, Editorial Espasa Libros, 2012, cap. 2.
- \_\_\_\_\_. Capabilities, entitlements, rights: supplementation and critique. *Journal of Human Development and Capabilities*, v. 12, n. 1, 2011, p. 23-37.
- OEI. Disponível em: <[http://www.oei.es/historico/cultura/cultura\\_desarrollo.htm](http://www.oei.es/historico/cultura/cultura_desarrollo.htm)>. Acesso em: 3 out. 2018.
- SEN, A. La cultura como base del desarrollo contemporáneo, 1998. In: *Cultura hoy*. Instituto Veracruzano de la Cultura. Procedência do original: Universidade do Texas, digitalizado em: 1 jul. 2009. Disponível em: <<https://www.unrc.edu.ar/publicar/25/dos.html>>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- STEIN, A.; Moser, C. Asset planning for climate change adaptation: lessons from Cartagena, Colombia. *Environment & Urbanization*, International Institute for Environment and Development (IIED), v. 26, n. 1, 2014, p. 166-183.
- UNESCO. *Marco Analítico de Bateria de Indicadores Unesco en Cultura para el Desarrollo*, 2011. Disponível em: <[http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005\\_CDindicators\\_Analytical\\_es.pdf](http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/Conv2005_CDindicators_Analytical_es.pdf)>. Acesso em: 19 nov. 2019.





# INDICADORES DE CULTURA DA UNESCO PARA O DESENVOLVIMENTO (IUCD)

Guiomar Alonso

Ferramenta valorosa e eficaz diante da dificuldade de avaliar o impacto da cultura nos processos de desenvolvimento, os Indicadores de Cultura da Unesco para o Desenvolvimento (IUCD) são capazes de orientar, justificadamente, as ações políticas e programáticas destinadas à conquista desses objetivos. É bom que se diga, porém, que os resultados fornecidos pelos IUCD devem ser utilizados de forma bastante consciente, para que haja um pleno entendimento da definição de seu perímetro, que limita a comparação internacional, em razão das diferenças entre os contextos históricos, sociais e políticos de cada país.

**A**nova Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) integram e reconhecem explicitamente, pela primeira vez desde 1950, o papel positivo que a cultura pode desempenhar na promoção do desenvolvimento sustentável. Várias das 169 metas da agenda mostram a estreita relação que múltiplos aspectos da cultura têm com diversos objetivos (educação, crescimento econômico, desenvolvimento urbano, mudança climática, biodiversidade, paz, justiça). Desse modo, volta à linha de frente da atualidade o debate sobre a conceitualização e modelização dessa interdependência entre cultura e processos de desenvolvimento, sobre uma metodologia de mensuração quantitativa que seja capaz de fornecer cifras e indicadores confiáveis dessa relação e, portanto, do nível de realização dos próprios ODS.

Os principais atores e responsáveis pela implementação das políticas vinculadas à Agenda 2030 se questionam até que ponto os sistemas educacionais valorizam e reconhecem a diversidade cultural e o papel da cultura no desenvolvimento (meta 4.7); de que forma concreta as políticas públicas de turismo sustentável promovem a cultura e os produtos locais (meta 8.9); como a proteção e a promoção do patrimônio cultural e natural contribuem para a melhoria do habitat (meta 11.4); e qual é o impacto da luta contra o tráfico de bens culturais na construção de sociedades mais justas e pacíficas (meta 16.4), para citar apenas algumas das perguntas que voltam a ser feitas atualmente.

Se medir a cultura é reconhecidamente uma tarefa complexa, mais ainda é avaliar sua contribuição efetiva para o desenvolvimento. A prova tangível dessa realidade é a

notável ausência da cultura nos principais instrumentos de mensuração do desenvolvimento, sejam eles os do Banco Mundial, o Índice de Desenvolvimento Humano, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ou os indicadores de progresso da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em um ambiente em que os indicadores mostram os padrões das políticas de desenvolvimento a seguir, a ausência de ferramentas confiáveis capazes de produzir indicadores que avaliem eficazmente o papel da cultura representa uma grave desvantagem, particularmente em um momento em que a comunidade internacional está se preparando para implementar a nova agenda de desenvolvimento.

No entanto, apesar dos inúmeros fatores que dificultam a pesquisa e o processo de construção de conhecimento nessa área, desde a década de 1980, especialistas e instituições têm feito esforços para oferecer

diferentes tentativas de responder à questão de como abordar e medir metodologicamente as relações entre cultura e desenvolvimento. A Unesco é historicamente um dos principais atores para liderar esse debate, além de fazer importantes contribuições, tanto teóricas e conceituais quanto metodológicas e de referência prática: o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (1996), os Relatórios Mundiais da Cultura (1998, 2000), o Relatório Mundial sobre a Diversidade Cultural (2009) e os Indicadores de Cultura da Unesco para o Desenvolvimento (IUCD), de que trataremos em detalhe neste artigo, em razão de sua atualidade e relevância particular no contexto da Agenda 2030.

### Projeto e contexto

A Unesco concebeu os IUCD em 2009, como um projeto de pesquisa aplicada com o objetivo de expressar em dados empíricos e tangíveis o abundante discurso teórico e

#### IUCD: FASES

2009	2010	2011	2012	2013
Revisão da literatura e projetos	Desenvolvimento da metodologia	Fase de teste I (6 países) 35 indicadores	Fase de teste II (6 países) – revisão de indicadores	Índice composto de patrimônio
Encomenda de 10 documentos de trabalho	Consultas com especialistas, serviços estatísticos	Segunda consulta com os especialistas – outubro de 2011	Criação de índices compostos: gênero e governança	Harmonização dos resultados (5 países)
Desenvolvimento do quadro teórico e analítico	OCDE/Escritórios Nacionais de Estatística	Revisar indicadores, estabelecimento de condições para a implementação		Finalização do <i>Manual Metodológico</i>
Primeira consulta com os especialistas – dezembro de 2009				
Desenvolvimento do conceito de bateria de indicadores				

político relacionado à importância da cultura no desenvolvimento dos países. A ideia era poder demonstrar aos atores culturais, e principalmente a outros atores do crescimento, a valiosa contribuição da cultura, que a torna, mais do que um instrumento, uma finalidade do desenvolvimento.

O projeto contou com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), que entre 2009 e 2014 disponibilizou para a Unesco os recursos necessários para explorar, inovar e produzir essa nova bateria de 22 indicadores. O projeto fez parte das primeiras experiências de aplicação da Convenção da Unesco sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, particularmente de seu artigo 13. Assim, após um exaustivo processo de pesquisa colaborativa,<sup>1</sup> de rigorosa experimentação prática, ajuste e validação em 12 países (que durou cinco anos) e duas fases de teste, a Unesco apresentou os indicadores IUCD à comunidade internacional como uma

ferramenta inédita capaz de medir o papel que a cultura desempenha nos processos de desenvolvimento de um país.

A principal especificidade dos IUCD é a abordagem pragmática e flexível, adaptada às realidades estatísticas nacionais de países de média/baixa renda – caracterizadas pela escassez de dados disponíveis e por capacidades limitadas de tratamento estatístico. Os IUCD transcendem as carências e as dificuldades tradicionais ligadas a países “pobres” em informações e estatísticas. Privilegiam a adaptação de fontes de informação próprias do país de estudo, o uso de *proxys* e indicadores alternativos caso não possam ser construídos os indicadores centrais. A metodologia de construção dos IUCD gera um diálogo entre atores de desenvolvimento e atores culturais que chama a atenção para a cultura e produz dados confiáveis, que resultam na apropriação e na sustentabilidade dos processos, favorecendo a adoção de novas estratégias e políticas.

2014	2015	2016	2017	2018
<p>Elaboração do <i>Guia de Implementação</i> – Desenvolvimento Visual</p> <p>Tradução para o francês e o espanhol</p> <p>Publicação, promoção e criação</p> <p>Plataforma web</p>	<p>Difusão e apresentação de resultados, lançamento</p> <p>Finalização de ferramentas, tradução para o árabe</p>	<p>Armênia, Geórgia e Ucrânia lançaram a implementação dos IUCD. México experimenta a implementação em escala urbana (somente em três estados: Guerrero, Colima e Cidade do México)</p>	<p>Tradução para o russo; revisão do método de apresentação dos indicadores</p> <p>Apresentação dos indicadores do sudeste europeu e México</p> <p>Lançamento dos indicadores para a Agenda 2030</p>	<p>IUCD como base para os indicadores temáticos da cultura na Agenda 2030 – nacional e urbano</p>

### Quadro analítico

Neste artigo, apresentarei brevemente a abordagem teórica e metodológica em que se baseia a concepção e o desenvolvimento dos 22 indicadores IUCD, incluindo alguns exemplos práticos de uso e análise obtidos em diferentes estudos nacionais, e terminarei com uma reflexão sobre as conquistas alcançadas nesses nove anos.

A primeira tarefa metodológica consistiu em definir a estrutura conceitual e analítica na qual deveriam se sustentar os indicadores propostos. Cultura e desenvolvimento são conceitos difíceis de delimitar e para os quais existe uma gama de definições, cujas diferenças, com base em várias razões (de ordem semântica, intelectual, política), garantem a total ausência de consenso. Somam-se a isso as particularidades de cada situação e contexto social, histórico ou político de um país, que tornam ainda mais difícil medir seus aspectos mais intangíveis e constituem obstáculos fundamentais para poder produzir dados estatísticos internacionalmente comparáveis. A partir do reconhecimento dessa complexidade, os IUCD propõem definições de trabalho comuns que servem de base para todos os indicadores.

Nesse contexto, a cultura é definida em dois sentidos: primeiro, em seu sentido amplo (antropológico), como o conjunto de normas, valores, saberes, crenças, modos de vida e práticas simbólicas que orientam o comportamento individual e organizam o

comportamento coletivo. Da mesma forma, em seu sentido restrito (setorial), como um setor de atividade que organiza as diferentes manifestações da criatividade intelectual e artística – tanto passada como presente – e que inclui indivíduos, organizações e instituições envolvidos em sua transmissão e renovação.

No que diz respeito ao desenvolvimento, os IUCD propõem sua definição como o processo de mudança e transformação das

**A matriz IUCD coloca a cultura como catalisador e motor do desenvolvimento, ou seja, como fator de progresso econômico e social, e também como um objetivo do próprio desenvolvimento, oferecendo uma visão sistêmica do desenvolvimento na qual a cultura tem um papel a desempenhar.**

sociedades e a expansão das liberdades, para que os indivíduos e as comunidades possam acessar a vida que valorizam e que têm razões para valorizar. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é um processo voltado para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e implica a geração de oportunidades que permitam que os indivíduos usufruam de

liberdades fundamentais, bem como que promovam a defesa dos direitos e deveres que possibilitam sua expansão.

### Matriz e indicadores

As relações entre cultura e desenvolvimento são multidimensionais e complexas. Os IUCD não pretendem cobrir toda essa complexidade, e, da mesma forma que delimitam as definições de cultura e desenvolvimento, a opção é se concentrar em sete dimensões consideradas relevantes para explicar como a cultura – ou seja, os valores que norteiam a ação humana, o patrimônio e a criatividade – contribui para criar valor econômico, social e ambiental, ajudando as pessoas e as comunidades em suas

escolhas de vida e, ainda, a se adaptarem às mudanças.<sup>2</sup> As sete dimensões da matriz dos IUCD estão organizadas em 22 indicadores simples ou compostos. E os indicadores estão organizados em indicadores de referência (*benchmark*) ou descritivos (de natureza contextual), abordando aspectos tangíveis, intangíveis, objetivos e subjetivos relacionados às condições de recursos, insumos e processos culturais em determinado país.

A matriz IUCD coloca a cultura como catalisador e motor do desenvolvimento, ou seja, como fator de progresso econômico e social, e também como um objetivo do próprio desenvolvimento, oferecendo uma visão sistêmica do desenvolvimento na qual a cultura tem um papel a desempenhar. A análise resultante desse sistema de indicadores permite estabelecer laços entre a cultura e outros setores, a serviço do desenvolvimento econômico e social inclusivo, da sustentabilidade ambiental, bem como da paz e da segurança. Essa contribuição para a produção de valor econômico, social e cultural exige a gestão de longo prazo dos recursos culturais, a gestão de expectativas relacionadas ao acesso inclusivo e equitativo à vida cultural, bem como a salvaguarda e defesa dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Entre 2009 e 2015, o primeiro protótipo dos IUCD foi testado em seis países.<sup>3</sup> O segundo protótipo foi testado em sete outros países.<sup>4</sup> A metodologia definitiva dos IUCD foi formalizada no *Manual Metodológico*, publicado, assim como o restante das ferramentas em francês, inglês e espanhol, em 2015. Foram organizados 24 workshops para refinar e validar os resultados, que reuniram inúmeros participantes vindos de ministérios, de institutos nacionais

de estatística, do mundo acadêmico, das agências de desenvolvimento e da sociedade civil. O processo de implementação participativa foi crucial para garantir a apropriação nacional dos resultados e o uso futuro dos IUCD no nível político. Finalmente, todos os resultados técnicos e as interpretações da implementação dos IUCD foram compilados nos relatórios técnicos e analíticos para cada um dos países.

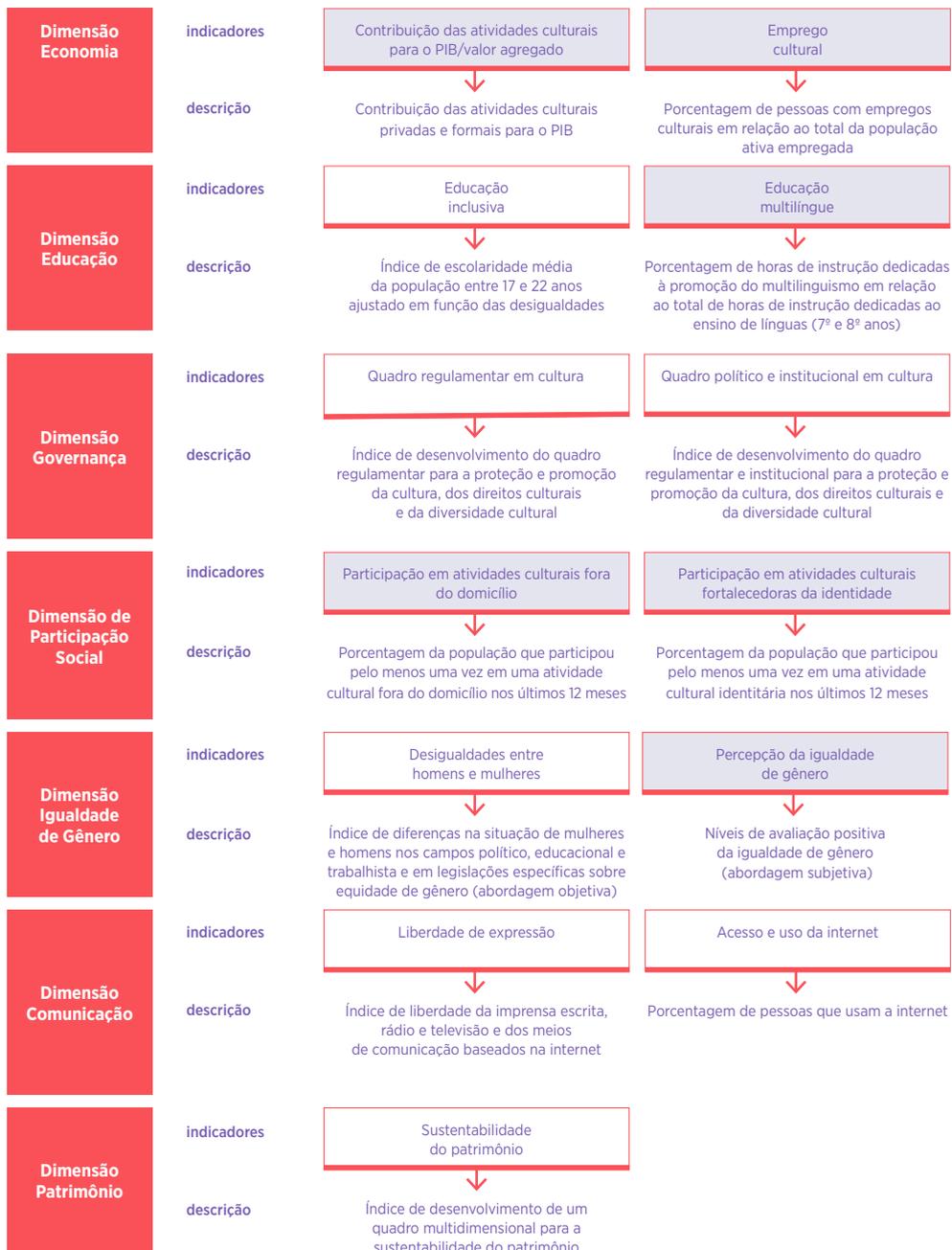
Após o trabalho de harmonização e análise dos dados de 12 países foi possível elaborar o DNA nacional da cultura para o desenvolvimento, realizar leituras cruzadas que permitiram fazer análises comparativas aprofundadas – apesar de os dados nacionais dos indicadores não estarem padronizados – e compilar os dados no banco de dados dos IUCD, normalizando os indicadores entre 0 e 1. A experiência dos IUCD durante as fases de teste permitiu o desenvolvimento de ferramentas complementares para facilitar a implementação eficaz dos indicadores em outros países de forma autônoma.<sup>5</sup>

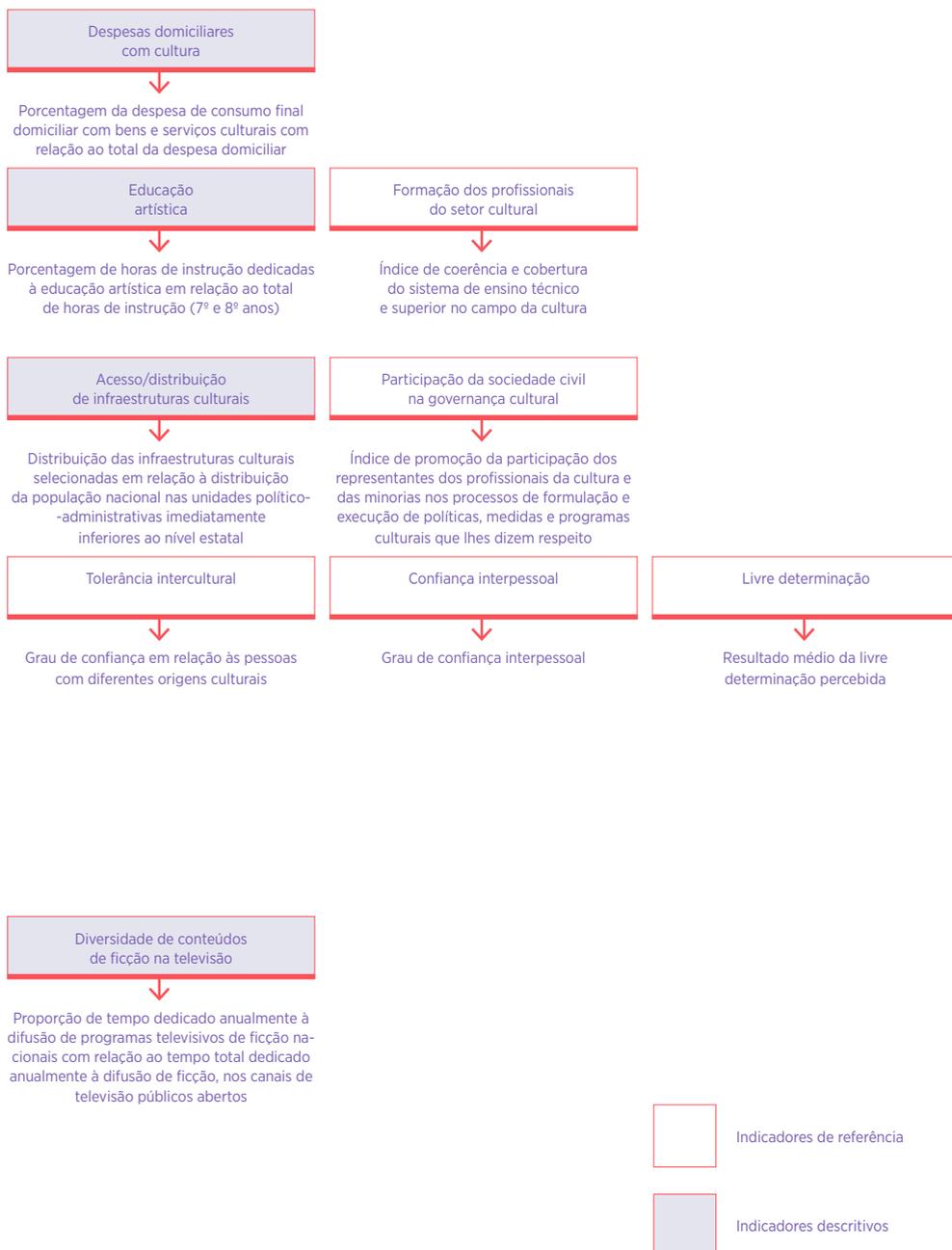
A partir de 2015, com financiamento próprio ou de outros doadores, 11 países lançaram a implementação dos IUCD, experimentando também sua adaptação em nível federal (três estados do México) e em escala urbana.

### O sistema de indicadores IUCD

Em seguida, tomando como referência o *Manual Metodológico*, descreverei brevemente as sete dimensões já apresentadas e seus respectivos indicadores, acrescentando, como exemplo, alguns dos resultados obtidos em países da América Latina que, sem dúvida, contribuem para um melhor entendimento das possibilidades de contextualização oferecidas em nível nacional.

## DIAGRAMA INDICADORES





### IUCD: INDICADORES DE CULTURA DA UNESCO PARA O DESENVOLVIMENTO (2009-2018)

Fase piloto 2009-2015: 12 países

Desenvolvimento 2015-2018: 11 países, 3 estados e 2 cidades



\*Implementados pelos Escritórios Regionais da Unesco em Amã, Harare, México e Veneza com fundos extraorçamentários.

\*\*Implementados por consultores Cids, com o apoio da Unesco. Financiamento nacional ou de terceiros.

\*\*\*União Europeia/Associação Oriental - Cultura e Criatividade financiadas pela UE.

### Economia

Com essa dimensão, procura-se demonstrar a contribuição instrumental do setor cultural para o crescimento econômico por meio de três indicadores centrais:

- a contribuição das atividades culturais para o produto interno bruto (PIB) dos países;
- o emprego gerado pelas atividades culturais;
- a demanda por bens e serviços culturais por intermédio das despesas domiciliares.

Uma multiplicidade de fatores contribui para a complexidade metodológica que implica a medição exata e completa da contribuição do setor cultural por meio desses três indicadores. Podemos citar, entre outros, a dificuldade de identificar com precisão o setor cultural, os códigos estatísticos e as classificações estatísticas nacionais, bem como o alto grau de informalidade em que essas atividades são desenvolvidas na maioria dos países-alvo. A metodologia IUCD não pretende uma mensuração exaustiva dessas variáveis, mas adota voluntariamente

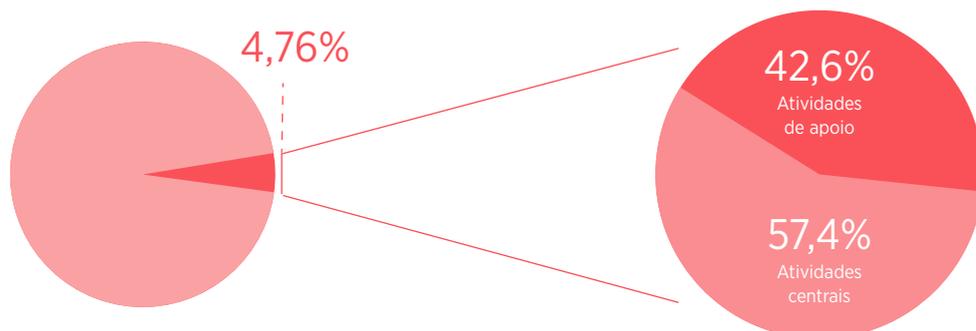
uma postura pragmática de abordagem do fenômeno. Seu método e sua abrangência não cobrem todo o setor e, em particular, não cobrem o setor informal ou os efeitos indiretos ou induzidos em outros setores da economia da cultura.

No entanto, e apesar dessas limitações, podemos afirmar que os IUCD oferecem resultados conclusivos sobre a contribuição da cultura em termos de desenvolvimento econômico, pela primeira vez, na maioria dos países de rendas média e baixa onde foram aplicados. Ao tomar como referência a base de dados global IUCD, a contribuição da cultura para a economia nacional é significativa e representa entre 1,5% e 5,7% do PIB, empregando até 4,7% da população ativa. Os IUCD fornecem uma contribuição inovadora e oferecem uma referência metodológica comum

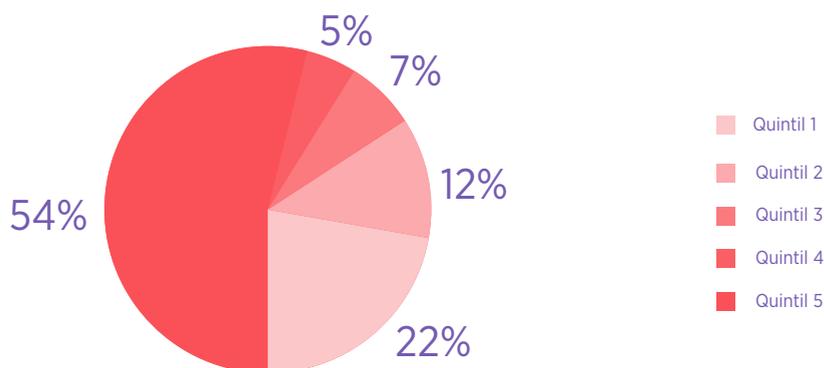
que possibilita comparações entre os países. Podemos citar o caso do Equador,<sup>6</sup> em que os IUCD geraram um dado inédito sobre a importante contribuição do setor cultural para o PIB em 2010 (4,76% do PIB total), com 42,6% provenientes de atividades culturais de equipamento e apoio – ou seja, de indústrias que permitem ou facilitam a criação, a produção e a distribuição de produtos culturais –, enquanto 57,4% vêm de atividades culturais centrais.

Assim, pode-se afirmar que as indústrias produtivas diretamente relacionadas à criação, à produção, à distribuição e ao usufruto de conteúdos culturais representaram uma contribuição de 2,73% para o PIB em 2010. Essa cifra representa uma contribuição similar à de setores como o cultivo de banana, café e cacau (2,6%), e superior à produção de produtos da refinaria

#### PORCENTAGEM DA CONTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS PRIVADAS E FORMAIS PARA O PIB



**PORCENTAGEM DAS DESPESAS DE CONSUMO FINAL DOS DOMICÍLIOS EM ATIVIDADES, BENS E SERVIÇOS CULTURAIS, CONFORME OS QUINTIS DE RENDA**



Fonte: Enquete Nacional de Renda e Despesas, Dane (2007). | Metodologia: IUCD-Unesco

de petróleo (2,0%). Esse dado, que por si só já é significativo, representa apenas a ponta do iceberg da contribuição global do setor. De fato, e como já indicado, os IUCD não incluem, por definição, contribuições como as atividades realizadas em estabelecimentos culturais do setor informal nem as atividades culturais não comerciais oferecidas por órgãos públicos ou por instituições sem fins lucrativos, que são de grande importância no Equador. Também não estão incluídas nessa cifra outras atividades-chave fortemente vinculadas à cultura, como a renda de hotéis, restaurantes e transportes associados a atividades ou locais culturais e patrimoniais.

O indicador de consumo domiciliar fornece informações valiosas sobre as práticas de consumo cultural e para analisar

a demanda. Por exemplo, na Colômbia, em 2007, o consumo cultural domiciliar foi de 2,75%. Esse percentual varia muito conforme o nível de renda domiciliar: mais da metade do total das despesas culturais anuais (54%) foi feita pelos domicílios no quintil mais alto, enquanto apenas 5% foram realizadas pelo quintil mais baixo. E há uma diferença significativa entre o consumo dos domicílios urbanos (1,14%) e rurais (0,30%). Tanto essas desigualdades como a predominância de despesas com equipamento/apoio merecem ser consideradas na formulação e na aplicação das políticas e medidas para promover um acesso mais inclusivo à vida cultural.<sup>7</sup>

### **Educação**

Com essa dimensão, procura-se analisar a prioridade estabelecida pelas autoridades

públicas para desenvolver um sistema educacional que valorize a interculturalidade, a diversidade cultural e a criatividade; promover a valorização da cultura entre o público; produzir a criação de públicos informados; e influenciar o empoderamento cultural de seus cidadãos e a promoção de uma classe criativa competitiva. Essa dimensão é composta de quatro indicadores:

- o índice de implementação do direito cultural à educação e de formação de capital humano (ensino primário e secundário entre os jovens de 17 a 22 anos, ajustado em função das desigualdades);
- o indicador do multilinguismo no ensino secundário (como uma abordagem para a análise dos níveis de fomento da interculturalidade, bem

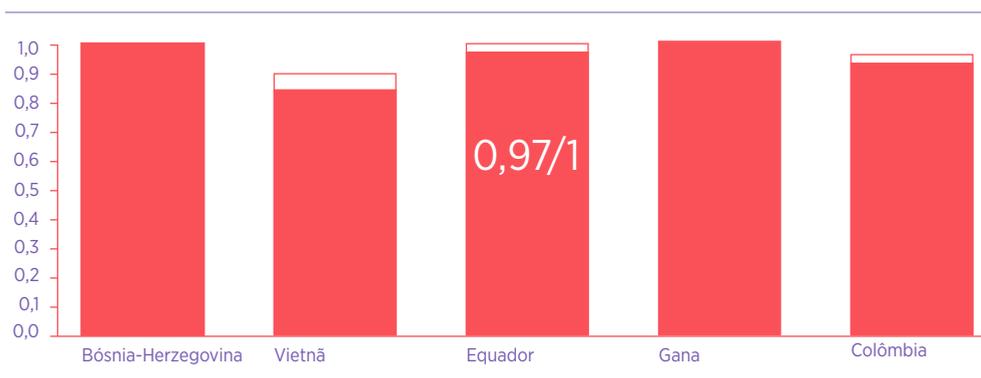
como a avaliação e compreensão da diversidade cultural);

- o indicador sobre a educação artística no ensino secundário (abordagem dos níveis de fomento da criatividade e da formação de públicos informados);
- o índice de coerência e cobertura dos sistemas de formação técnica e superior em áreas relacionadas com a cultura.

O indicador de uma educação inclusiva – uma escolaridade completa, inclusiva e integradora – representa, para o Equador, uma cifra de 0,97 de um máximo possível de 1. Esse resultado evidencia o esforço realizado pelas autoridades públicas (Plano Nacional para o Bem Viver) em prol de uma educação completa, equitativa e integradora, por meio de iniciativas como a adoção de medidas em

### ÍNDICE DE ESCOLARIDADE MÉDIA DA POPULAÇÃO ENTRE 17 E 22 ANOS AJUSTADO EM FUNÇÃO DAS DESIGUALDADES

Resultado final: 0,97/1



favor da conclusão de estudos ou da introdução de reformas para a melhoria progressiva da qualidade da educação. O indicador mostra que o número médio de anos de escolaridade da população-alvo com idade entre 17 e 22 anos é de 11,1 anos. A maioria dos jovens cidadãos equatorianos usufrui, portanto, do direito cultural à educação e participa dos espaços-chave de construção e transmissão de valores, competências e atitudes culturais, assim como do empoderamento pessoal e social, que são o ensino primário e secundário.

Os 3% restantes da população-alvo considerada estão em situação de dificuldade educacional, ou seja, têm menos de quatro anos de escolaridade. Isso evidencia a persistência de iniquidades e lacunas no usufruto do direito cultural à educação que ainda devem ser preenchidas, particularmente no que se refere à população afro-indígena, que, considerando todas as faixas etárias, apresenta os índices mais baixos de escolaridade quando comparados aos da população branca/mestiça.

O Equador como um todo está próximo do máximo relativo desse indicador em relação a outros cinco países que também o implementaram.<sup>8</sup> Ao tomar como referência o banco de dados global IUCD, nota-se que ainda há muito a ser feito para que os sistemas educacionais formem futuros públicos abertos ao diferente e com senso crítico. As horas dedicadas à educação artística, que representam de 2,4% a 17% das horas de ensino secundário, e as oportunidades limitadas de formação profissional mostram deficiências no atendimento às necessidades dos setores culturais em expansão.

### **Governança e institucionalidade**

Essa dimensão analisa e avalia os mecanismos de regulamentação políticos e institucionais capazes de favorecer os direitos culturais, promover a diversidade e fomentar a cultura como parte essencial do desenvolvimento. Os compromissos e resultados em termos de governança e institucionalidade cultural são abordados por meio do nível de ação das autoridades públicas na formulação e na implementação de quadros regulamentares, políticos e institucionais. Essa dimensão inclui a disponibilização de infraestruturas culturais e, portanto, o acesso da população, bem como os mecanismos para participar em processos por meio dos quais as políticas culturais são formuladas e implementadas.

Essa dimensão é composta de quatro indicadores:

- o índice composto do grau de desenvolvimento do quadro regulamentar;
- o índice composto do contexto político e institucional em cultura;
- o indicador sobre a distribuição territorial das infraestruturas culturais;
- o índice de participação da sociedade civil e das minorias nos processos de formulação e execução de políticas, medidas e programas culturais que lhes dizem respeito.

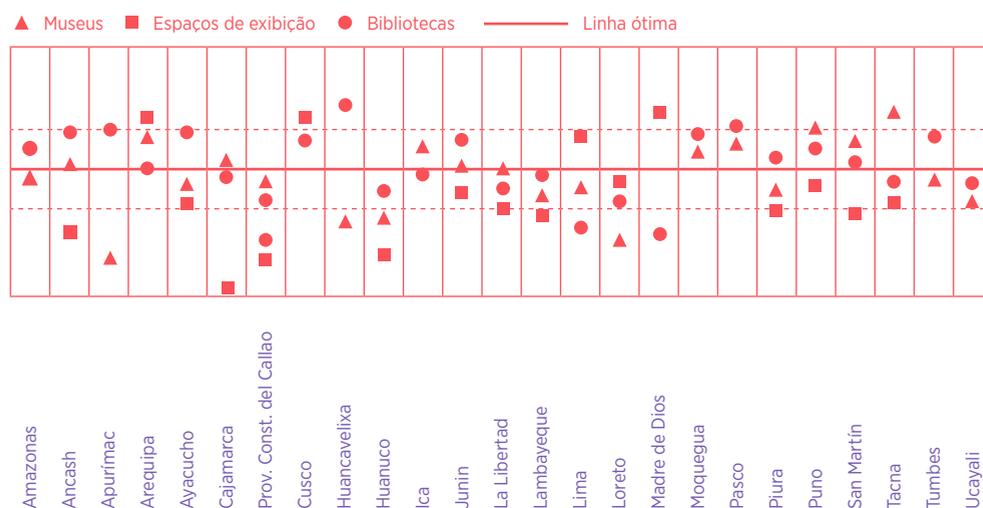
Os índices e indicadores dessa dimensão foram recém-criados e nos permitem fornecer informações inéditas nos países-alvo para monitorar a implementação dos objetivos nacionais estabelecidos e identificar os desafios. Normalmente, os países com dados dos IUCD mostram que, embora tenham políticas e estruturas jurídicas completas,

### DISTRIBUIÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS CULTURAIS SELECIONADAS EM RELAÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NACIONAL NO SEIO DAS UNIDADES POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS IMEDIATAMENTE INFERIORES AO NÍVEL ESTATAL (DESVIO-PADRÃO)

**Eixo Y** = Distribuição das infraestruturas culturais

**Eixo X** = Distribuição da população

Quanto mais acima da linha ótima, maior a concentração de equipamentos culturais em relação à população local.



Fonte: Atlas de Patrimônio e Infraestrutura Cultural das Américas: Peru (2011). | Metodologia: IUCD-Unesco

o acesso equitativo à vida cultural continua sendo um obstáculo para a maioria. Assim, a distribuição média da infraestrutura revela profundas desigualdades no acesso e na concentração de equipamentos culturais nas principais áreas urbanas. É o caso marcante da Colômbia, do Equador e do Peru. Nesses países, a cifra obtida com esse indicador e a visualização das disparidades focalizaram as prioridades políticas e a alocação de recursos, como pode ser observado no caso peruano (veja acima).

### Participação social

Essa dimensão mede os níveis de participação da população na vida cultural nacional com a intenção de avaliar e abordar o nível de vitalidade cultural, a apropriação social das atividades culturais e as fraturas ou exclusões existentes no seio de uma sociedade. A liberdade e a possibilidade de acesso às atividades e ao consumo de bens e serviços culturais, bem como o desenvolvimento de práticas culturais, têm o potencial de influenciar a qualidade de vida dos

indivíduos e, portanto, o desenvolvimento. Nesse sentido, a dimensão aborda até que ponto as sociedades são capazes de promover a liberdade de participar da vida cultural e viver como desejam de acordo com os motivos que valorizam. Aborda também o nível de confiança, abertura à diversidade e tolerância da população, procurando proporcionar uma compreensão das aptidões para a cooperação indispensáveis à consecução do desenvolvimento.

Essa dimensão é composta de cinco indicadores, que abrangem as seguintes áreas:

- os níveis de participação em atividades culturais fora do domicílio – próprias do setor cultural convencional – e em atividades culturais fortalecedoras da identidade – ligadas, na maioria dos casos, a formas e expressões do patrimônio intangível;
- as relações entre cultura e capital social e confiança, por meio de três indicadores, que se enquadram no âmbito dos valores subjetivos declarados:
- os níveis de tolerância baseados no grau de confiança diante da população com diferentes origens culturais;
- os níveis de confiança interpessoal, determinantes do capital social;
- o nível de percepção da liberdade de autodeterminação dos indivíduos.

### **Gênero**

A igualdade de gênero é um dos aspectos centrais do desenvolvimento sustentável. A igualdade de oportunidades sociais, econômicas, políticas e culturais constitui uma

meta prioritária para que toda a população possa usufruir de liberdades sem sofrer discriminação. Os valores e as aptidões culturais podem influenciar tanto a persistência como a redução e o desaparecimento da discriminação contra as mulheres.

Com base nesse postulado, a dimensão da igualdade de gênero examina as correlações ou lacunas existentes entre a promoção e a valorização da igualdade de gênero por meio de políticas e ações concretas, assim como as percepções da igualdade. Em suma, mede-se até que ponto as políticas e estratégias nacionais de desenvolvimento promovem o respeito aos direitos humanos e favorecem a construção de uma sociedade aberta e inclusiva.

Essa avaliação resulta de dois indicadores compostos que refletem:

- as diferenças em termos de resultados entre homens e mulheres em domínios-chave, como a educação ou o acesso ao mundo do trabalho, entre outros;
- até que ponto as atitudes e percepções individuais são favoráveis à igualdade de gênero.

Assim, a análise das correlações ou lacunas entre os resultados objetivos em termos de igualdade de gênero e os resultados subjetivos ligados ao papel atribuído às mulheres na sociedade gera uma abordagem das inter-relações entre políticas, meios e valores culturais e atitudes que fornece informações muito úteis para influenciar positivamente a conquista da igualdade de gênero.

## Comunicação

Essa dimensão examina até que ponto uma interação positiva entre a comunicação e a cultura é promovida por meio da avaliação do direito à liberdade de expressão, das oportunidades existentes para acessar novas tecnologias (NTIC) e o conteúdo que essas tecnologias transmitem, e, finalmente, da oferta de produção nacional na televisão pública:

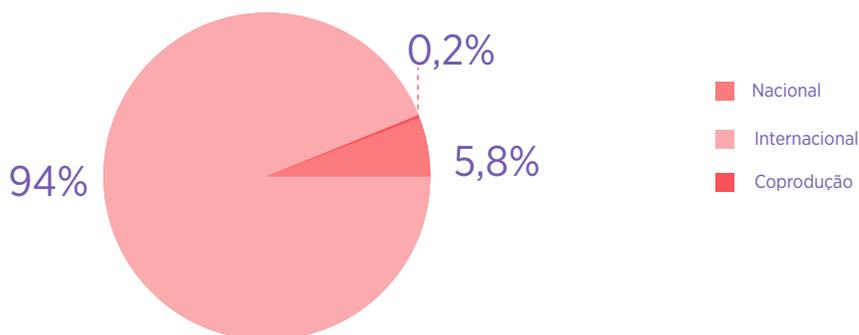
- o respeito e a promoção do direito à liberdade de expressão, entendida como pilar do desenvolvimento de sociedades participativas e abertas e condição de um ambiente favorável para a criatividade e a diversidade cultural;
- a promoção do acesso às tecnologias digitais e, em particular, à internet, como fatores de transformação dos

modos de comunicação entre as pessoas, bem como das formas de acesso, criação, produção e difusão das ideias, das informações e dos conteúdos culturais;

- a diversidade de conteúdos de ficção na televisão pública, a fim de avaliar a existência de condições que favoreçam uma participação cultural discriçionária com base em opções, bem como o acesso a espaços de radiodifusão, em particular para produções e conteúdos locais.

O indicador relativo à diversidade de conteúdos de ficção oferecidos pela televisão pública mostra que, em 2011, 6% do tempo de transmissão dedicado a programas de ficção televisiva na televisão pública aberta

### PROPORÇÃO DE TEMPO DEDICADO ANUALMENTE À DIFUSÃO DE FILMES DE FICÇÃO NACIONAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE TEMPO DEDICADO ANUALMENTE À DIFUSÃO DE FILMES DE FICÇÃO NOS CANAIS DE TELEVISÃO PÚBLICOS ABERTOS



no Equador<sup>9</sup> foram dedicados a programas de ficção nacional. Isso indica uma baixa porcentagem de ficção nacional incluída na programação pública, abaixo da média de todos os países que implementaram os IUCD, de 25,8%. O aumento do apoio à difusão de programas de ficção nacionais aumentaria a variedade da programação e também poderia contribuir para informar questões de relevância cultural, fortalecer identidades e promover a diversidade cultural. A interpretação desse indicador se inter-relaciona facilmente com dois dos indicadores econômicos, que sugerem baixos níveis de criação de produtos e serviços culturais nacionais e, ainda, o consumo de bens e serviços culturais

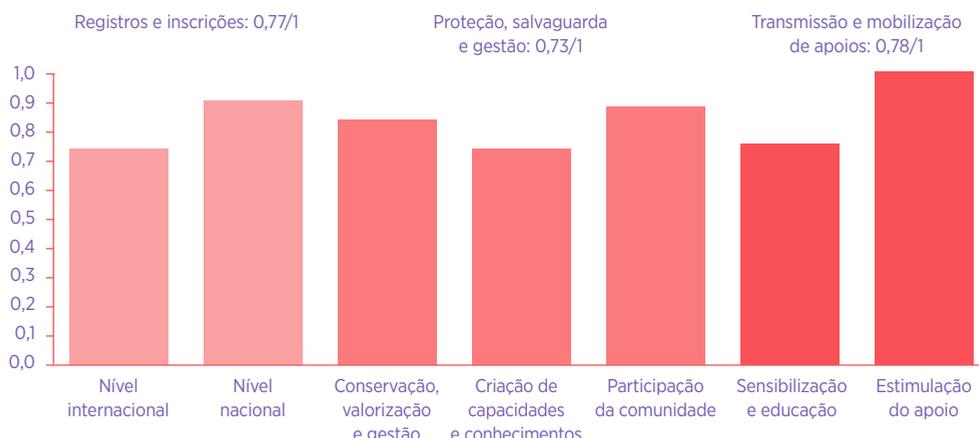
nos domicílios, revelando uma demanda significativa e uma oportunidade de expandir a oferta de conteúdos locais.

### Patrimônio

Em suas diversas formas – natural, cultural, tangível, intangível, móvel e imóvel –, o patrimônio é tanto um produto como um processo que fornece às sociedades recursos “frágeis” que exigem políticas e modelos de desenvolvimento para preservar e respeitar sua diversidade e singularidade, já que, depois de perdidos, não são renováveis. Os IUCD propõem um índice de desenvolvimento de uma estrutura multidimensional para a proteção, a salvaguarda e a promoção da

## ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DE UM QUADRO MULTIDIMENSIONAL PARA A SUSTENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO

Resultado final: 0,75/1



sustentabilidade do patrimônio. Esse índice integra aspectos como:

- os “registros e inscrições”, que fornecem uma indicação estrutural do grau de prioridade atribuído à proteção do patrimônio;
- a “proteção, salvaguarda e gestão do patrimônio”, que permite analisar até que ponto a vontade pública – refletida por meio de registros e inscrições – se traduz em políticas e medidas concretas de proteção, salvaguarda e valorização do patrimônio, incluindo a promoção de uma gestão sustentável, o reforço de capacidades e o fomento à participação das comunidades;
- a “transmissão e mobilização de apoios”, elementos indispensáveis para um melhor entendimento da sociedade sobre o valor e o sentido do patrimônio e sua transmissão para as gerações futuras.

Com um resultado de 0,75/1, o exemplo do Uruguai mostra o alto nível de prioridade dada à proteção, salvaguarda e promoção da sustentabilidade do patrimônio pelas autoridades públicas. Grande parte do esforço público é dedicada a registros e inscrições, à participação da comunidade e ao estímulo ao apoio entre a sociedade civil e o setor privado. Ainda existem lacunas na sensibilização, na criação de capacidade, na conservação e na gestão, fatores em que são necessárias ações adicionais. O Equador apresenta um resultado de 0,84/1, a Colômbia de 0,86/1 e o Peru de 0,65/1.

Nesses dez anos, a implementação dos IUCD apresentou provas tangíveis de sua eficácia, gerando dados inéditos em países onde até hoje os dados e as análises estatísticas relacionados à cultura e áreas afins eram precários ou até mesmo inexistentes. A produção de indicadores e sua análise geraram impactos em pelo menos três áreas. Em primeiro lugar, facilitaram e estruturaram o diálogo entre instituições e atores. Foi o caso do Equador, com a introdução de objetivos ligados à cultura no Plano Nacional de Desenvolvimento, ou da Namíbia, em que os IUCD levaram à introdução da cultura no Quadro das Nações Unidas para Assistência ao Desenvolvimento para 2014-2018. Mais recentemente, serviram de base de discussão na Armênia, na Ucrânia e na Geórgia. Em segundo lugar, informaram políticas e decisões em escala nacional. Foi o caso da Colômbia, onde os IUCD nos permitiram visualizar um desafio conhecido por todos, a desigualdade de acesso entre as regiões, e acompanharam a nova abordagem de desconcentração. Um terceiro efeito é o reforço das capacidades dos sistemas estatísticos para coletar dados e interpretar as estatísticas ligadas à cultura. Nos últimos anos, a metodologia IUCD ganhou vida própria e evoluiu, adaptando-se às necessidades daqueles que desejam ter uma visão geral da situação e dos dados que lhes permitem situar-se em relação a outros países.

### **Conclusão**

A Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mostram, mais uma vez, o papel positivo que a cultura pode e deve desempenhar na consecução desses objetivos. Diante da patente dificuldade de

apreender e avaliar o impacto tangível da cultura nos processos de desenvolvimento, os Indicadores de Cultura da Unesco para o Desenvolvimento (IUCD) são uma ferramenta eficaz e comprovada, capaz de esclarecer esse impacto e, portanto, apoiar e orientar de forma justificada as ações políticas e programáticas propícias para a consecução desses objetivos.

No entanto, os resultados fornecidos pelos IUCD devem ser utilizados de forma totalmente consciente, ou seja, com pleno entendimento da definição precisa de seu perímetro, que limita a comparação internacional em razão das diferenças intrínsecas entre os países e seus contextos históricos, sociais e políticos.

Gostaria também de enfatizar alguns aspectos relacionados aos IUCD:

- a natureza pragmática de sua metodologia, cujo objetivo consiste em avançar na quantificação de um campo de estudo historicamente sujeito a múltiplas discussões intelectuais que se estendem por décadas sem resultados tangíveis;
- os IUCD são simplesmente um primeiro ponto de apoio para construir posteriormente fases de desenvolvimento e aperfeiçoamento. A segunda fase poderia aplicar, em diferentes áreas e dimensões, a abordagem para a construção de novos indicadores;
- os IUCD abriram o caminho para modelar as relações entre os recursos culturais, os ambientes

favoráveis que permitem a sua renovação e a introdução de mudanças positivas na vida dos indivíduos e das sociedades. Seria conveniente aprofundar essa linha de pesquisa;

- os IUCD são orientados prioritariamente aos países de renda média e baixa, onde a disponibilidade de dados e a capacidade de seu tratamento são limitadas. A abordagem participativa que possibilita sua construção fortaleceu as capacidades na produção e na manipulação de dados.

A possível evolução exigiria uma atualização das abordagens e dos padrões utilizados, a capacitação de mais especialistas na metodologia e o fortalecimento da troca dos materiais com outras agências e redes, enfatizando a comunicação de resultados e a publicação de pesquisas. A metodologia dos IUCD poderia ser melhorada ampliando as dimensões, especialmente a urbana e patrimonial, simplificando alguns cálculos desnecessariamente complexos e fortalecendo a leitura transversal dos dados.

Em suma, e ainda sem poder se tornar uma referência absoluta das situações particulares de cada país, pode-se afirmar que os IUCD constituem um sólido ponto de partida para essa análise. Também é um fato que a maioria dos países participantes de seu desenvolvimento e aplicação os considera uma ferramenta eficaz e valiosa para o diagnóstico de suas respectivas políticas públicas e a interpretação de suas realidades. **OBS**



## Guiomar Alonso

Conselheira regional de cultura no escritório da Unesco em Sahel (Dakar), na África Ocidental, Guiomar estudou no Institut des Hautes Études de Défense Nationale, em Paris, na University at Albany, em Nova York, e na Universidad Complutense de Madrid, na capital espanhola.

---



## Notas

- 1 Durante cinco anos, sob a direção de Guiomar Alonso Cano e com Melika Medici como chefe do projeto, mais de 150 especialistas provenientes de administrações públicas nacionais, institutos de estatística, organizações da sociedade civil, bem como do mundo acadêmico, contribuíram para o desenvolvimento dos IUCD. A equipe da Unesco era composta de jovens pesquisadores de econometria e desenvolvimento: Naima Bourgault, Guillaume Cohen, Annya Crane, Keiko Nowacka e Molly Steinlager.
- 2 Essa escolha foi inspirada no relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento Nossa Diversidade Criadora, de 1996. No entanto, ao longo do projeto, houve necessidade de incluir outras dimensões, como saúde ou meio ambiente, que interagem muito estreitamente com a cultura.
- 3 Bósnia-Herzegovina, Colômbia, Costa Rica, Gana, Uruguai e Vietnã.
- 4 Burkina Faso, Camboja, Equador, Montenegro, Namíbia, Peru e Suazilândia.
- 5 A caixa de ferramentas dos IUCD inclui o *Manual Metodológico*, que oferece uma metodologia de acompanhamento detalhado para coleta de dados, cálculos e elaboração e análise de indicadores; o *Guia de Implementação*, com uma análise detalhada do processo de elaboração; o *checklist* de requisitos para a implementação; planilhas de Excel criadas para oferecer um quadro comum de tratamento de dados em nível nacional; e o banco de dados global dos IUCD. Disponível em: <<https://es.unesco.org/creativity/>>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- 6 Disponível em: <[https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen\\_analitico\\_ecuador\\_0\\_1.pdf](https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen_analitico_ecuador_0_1.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- 7 Disponível em: <[https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen\\_analitico\\_iucd\\_-\\_colombia\\_0\\_1.pdf](https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen_analitico_iucd_-_colombia_0_1.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.

- 8 Disponível em: <[https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen\\_analitico\\_ecuador\\_0\\_1.pdf](https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen_analitico_ecuador_0_1.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.
  - 9 Disponível em: <[https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen\\_analitico\\_ecuador\\_0\\_1.pdf](https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/cdis/resumen_analitico_ecuador_0_1.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2019.
- 



## Referências

### Unesco IUCD – Caixa de Ferramentas

*Tabelas e banco de dados*

<<https://es.unesco.org/creativity/indicadores-de-desarrollo/caja-de-herramientas>>

*Guia de Implementação*

<[http://www.lacult.unesco.org/docc/Guia\\_Implement\\_IUCD\\_es.pdf](http://www.lacult.unesco.org/docc/Guia_Implement_IUCD_es.pdf)>

*Manual Metodológico*

<[https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/iucd\\_manual\\_metodologico\\_1.pdf](https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/iucd_manual_metodologico_1.pdf)>

### Unesco IUCD – Relatórios por País

Bósnia-Herzegovina, Burkina Faso, Camboja, Colômbia, Equador, Gâmbia, Montenegro, Namíbia, Peru, Uruguai e Montenegro (2009-2015).

Resumos analíticos: <<https://es.unesco.org/creativity/cdis>>

Albânia (2016)

<[http://www.unesco.org/new/en/unesco/events/albania/?tx\\_browser\\_ii%5BshowUid%5D=33285&cHash=62d817a640](http://www.unesco.org/new/en/unesco/events/albania/?tx_browser_ii%5BshowUid%5D=33285&cHash=62d817a640)>

Armênia (2017)

<<https://www.culturepartnership.eu/en/article/cdis-armenia>>

Resumo analítico:

<<https://www.culturepartnership.eu/upload/editor/2017/Policy%20Briefs/171128%20CDIS%20Armenia%20Analytical%20Report%20English.pdf>>

Geórgia (2017)

<<https://www.culturepartnership.eu/en/article/cdis-georgia>>

Resumo analítico:

<<https://www.culturepartnership.eu/upload/editor/2017/Policy%20Briefs/CDIS%20Georgia%20Analytical%20and%20Technical%20Report.pdf>>

México (2013-2018)

Estados de Colima, Guerrero, Puebla e México, México DF

<[http://www.unesco.org/new/es/mexico/press/news-and-articles/content/news/la\\_oficina\\_de\\_la\\_unesco\\_en\\_mexico\\_entrega\\_el\\_sistema\\_de\\_ind/](http://www.unesco.org/new/es/mexico/press/news-and-articles/content/news/la_oficina_de_la_unesco_en_mexico_entrega_el_sistema_de_ind/)>

Ucrânia (2017)

<<https://www.culturepartnership.eu/en/article/culture-for-development-indicators>>

Resumo analítico:

<[https://www.culturepartnership.eu/upload/editor/2017/2017/CDIS%20\\_%20Analytical%20Brief%20\\_%20ENG%20\(1\).pdf](https://www.culturepartnership.eu/upload/editor/2017/2017/CDIS%20_%20Analytical%20Brief%20_%20ENG%20(1).pdf)>

# 2.

## INSPIRAÇÕES E CAMINHOS PARA A INTEGRAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO

---

**83.** O QUE ENTENDEMOS POR  
SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA CULTURA?  
*Marta García Haro e Lucía Vázquez*

**95.** CULTURA E DESENVOLVIMENTO:  
EXISTEM RESULTADOS E IMPACTOS?  
*Paulo H. Duarte-Feitoza*

**107.** RUMO A UMA ABORDAGEM  
CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO:  
O CASO DE YOPOUGON, NA COSTA DO MARFIM  
*Francisco d'Almeida, David Koné  
e Valeria Marcolin*

**119.** AS DESIGUALDADES CULTURAIS:  
O ÉTICO, O ÉTNICO E A COMUNIDADE  
*Paula Moreno*

**133.** DIVERSIDADE E  
DESENVOLVIMENTO. AGENDA 2030: RUMO À  
DESCOLONIZAÇÃO DOS NOSSOS MUNDOS  
*Lucina Jiménez*

**145.** É A DEMOCRACIA, ESTÚPIDO  
*Marta Porto*

# O QUE ENTENDEMOS POR SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA CULTURA?

Marta García Haro e Lucía Vázquez

Este artigo oferece uma viagem através da história da cultura no âmbito da sustentabilidade. Analisaremos por que a cultura não foi incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em seguida, refletiremos sobre como a cultura pode se apropriar da Agenda 2030. A formação do setor cultural, a integração dos ODS e casos inspiradores são alguns dos assuntos a serem desenvolvidos. A conclusão, a título de resumo, sintetiza o que é tratado neste artigo.

## Por que a cultura não foi incluída nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

**A** Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem o roteiro global assumido por todos os países do mundo para tornar este planeta mais próspero, mais justo e mais respeitoso com o meio ambiente até o ano 2030. A agenda foi aprovada em setembro de 2015 na Assembleia Geral das Nações Unidas, e, desde então, todos os setores da sociedade foram acionados para implementá-la e para atingir esses objetivos ambiciosos. É uma tarefa que envolve todos os níveis de governo, universidades, empresas, a sociedade civil e, claro, o mundo da cultura.

No entanto, a cultura não é um elemento central na Agenda 2030 ou nos ODS. Algumas metas a mencionam, mas não há um objetivo específico da cultura. Quando a agenda pós-2015 estava sendo desenvolvida, organizou-se uma campanha global chamada O Futuro que Queremos Inclui a Cultura.<sup>1</sup> Apesar do apoio que recebeu de organizações, da sociedade civil e de especialistas de mais de 120 países, nenhum objetivo incorporou a dimensão cultural no desenvolvimento sustentável.

Do artigo “Cultura para el desarrollo y educación: ciudadanos globales”,<sup>2</sup> de Alfons

Martinell, publicado em 2015, destacamos algumas interpretações:

- 1. A relutância dos Estados em aceitar a diversidade cultural** existente em seu território. Diante do caminho fácil da homogeneização e da gentrificação de territórios e das culturas, a dimensão social e inclusiva da sustentabilidade passa por assumir, aceitar e celebrar essa diversidade.
- 2. “A hierarquia das necessidades”** deve estabelecer prioridades no desenvolvimento: fome, pobreza, saúde e educação. Entre elas, a cultura costuma estar ausente, quase como se fosse um luxo incompatível com as demais necessidades, mais urgentes. Não é considerada um fator imprescindível para se alcançar o desenvolvimento sustentável.
- 3. A invisibilidade da cultura no produto interno bruto.** Apesar de sua considerável contribuição para o PIB, não é contemplada. Isso se deve à abordagem mais tradicional do desenvolvimento econômico, que geralmente não contempla essas contribuições tangíveis e outras intangíveis (coesão social, construção de comunidade, transmissão de valores).
- 4. O significado de sustentabilidade.** Esse conceito, proveniente das ciências naturais, parece estranho e distante em contextos culturais. Há muitos profissionais que ainda não encontraram as conexões entre cultura e sustentabilidade, e é sobre isso que falaremos mais adiante.

- 5. A cultura como veículo.** Visão um tanto materialista da cultura a serviço de outras disciplinas ou outros setores (turismo, cidade, educação), e não como um valor em si.

### **Como o mundo da cultura pode se apropriar da Agenda 2030 e ajudar a transformar o nosso mundo?**

No contexto descrito anteriormente, como a sustentabilidade afeta, então, o setor cultural e criativo? Como nos afeta e o que podemos fazer como gestores culturais, artistas ou curadores? Que papel a arte e a criatividade podem desempenhar? Sem dúvida, precisamos de uma mudança de rumo, e a responsabilidade é de todos, ninguém pode fazer isso sozinho ou isoladamente. Não se trata mais de uma minoria seleta de cidadãos processar a necessária transformação social, mas que ela seja substituída por uma maioria ética de cidadãos dispostos às mudanças sociais. Como destacado pelo antigo secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, os ODS são o novo contrato social global. Nesse contexto, os agentes culturais, tradicionalmente afastados das questões de sustentabilidade, têm muito a contribuir.

Estamos convencidas de que, se os profissionais do setor cultural se apropriarem do espírito da Agenda 2030 e trabalharem com a abordagem multidisciplinar, interconectada e colaborativa proposta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, farão melhorar o funcionamento das instituições e sua resiliência, e o mundo da cultura encontrará inspiração e, talvez, novos horizontes para a arte.

Muitos argumentarão que a arte é autônoma e que temem qualquer tipo de instrumentalização; outros dirão que o desafio é grande demais e que estão sozinhos diante dele. Que existe uma parte muito precária no campo cultural que não pode assumir esse desafio; ou que não há manuais de iniciação e não sabem por onde começar. Outros encontrarão resistência de chefes, colegas ou equipes, não dispostos a gastar tempo ou esforços para ser mais sustentáveis.

Aqui propomos uma breve lista de perguntas frequentes e argumentos para convencer os indecisos.

#### *Por onde começo?*

Devemos começar dizendo que existe uma comunidade interessada em criar redes de apoio e aprendizado mútuo. Conectar e compartilhar são a base.

#### *Existem ferramentas ou toolkits?*

Existem muitos manuais gratuitos disponíveis na internet para começar a pensar em uma gestão mais sustentável (veja recursos em <[www.reds-sdsn.es/recursos](http://www.reds-sdsn.es/recursos)>).

#### *Como enfrento as resistências internas? E a concorrência entre instituições?*

Devemos procurar novas formas de trabalhar, ter mais coordenação. Em parceria, podem ser identificados, por exemplo, novos canais de programação coletiva ou financiamento conjunto.

#### *Mas quem se interessa por essa questão? É uma obrigação moral não ficar de*

braços cruzados diante da situação do mundo: a cultura pode fazer algo para torná-lo melhor. As instituições culturais têm um poder simbólico positivo e um alto grau de confiabilidade. É uma oportunidade para abordar novas temáticas que se conectam com a realidade, com o que interessa à população.

#### *Aquilo que é sustentável é mais caro?*

Não, aquilo que é sustentável é mais eficiente e, em longo prazo, compensa. Nem sempre é mais caro. Além disso, ao ser sustentável, abre novos canais de financiamento (subsídios, patrocínios) que valorizam organizações alinhadas à sustentabilidade.

Os agentes culturais estão dispostos a agir e contribuir para tornar este mundo melhor, mas o desafio é imenso e ainda faltam informações e ferramentas. Para começar a preencher essa lacuna e oferecer um guia de como iniciar a transformação, em 2017, a *Revista Conectando Audiencias*, especializada em gestão cultural, publicou o primeiro número monográfico sobre arte e desenvolvimento sustentável,<sup>3</sup> lançado em versão digital para a Espanha e a América Latina. Além disso, desde 2017, a Rede Espanhola para o Desenvolvimento Sustentável (Reds), capítulo regional da Sustainable Development Solutions Network, das Nações Unidas, organiza anualmente as Jornadas sobre Sustentabilidade e Instituições Culturais<sup>4</sup> para criar um espaço de encontro entre os profissionais do setor criativo interessados em uma prática mais sustentável.

### **Como incluir o mundo da cultura no desenvolvimento sustentável?**

A contribuição do setor cultural e criativo para se ter uma sociedade mais sustentável passa por diversas vias. Uma delas é promover uma gestão cultural sustentável, ou seja, melhorar a práxis em nossas instituições e em nossa atividade cotidiana e integrar o paradigma da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável ao cerne da instituição. Para além disso, introduzir em seus conteúdos as múltiplas questões que abordam os ODS e apoiar seu conhecimento e divulgação.

Outra contribuição fundamental é a conservação do patrimônio cultural material e imaterial que herdamos e que é incluído como meta específica do ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). A esse respeito, a Unesco trabalha a partir da perspectiva dos ODS na proteção desse patrimônio.<sup>5</sup> No campo do desenvolvimento sustentável, está sendo construído um novo conceito de patrimônio cultural, que inclui florestas, paisagem ou conservação da memória coletiva – uma concepção integral do patrimônio.

Com relação às medidas para tornar a gestão cultural sustentável, os avanços mais visíveis têm sido aqueles que colocam em prática medidas que reduzem o “déficit ecológico” de infraestruturas e atividades. As ações voltadas para a mitigação do impacto ambiental são relativamente fáceis de aplicar e têm alto retorno sobre o investimento, uma vez que propiciam economias significativas nos custos de manutenção.

A organização britânica Julie's Bicycle desenvolveu uma estrutura de ação

ambiental para museus, intitulada Museums' Environmental Framework, que a plataforma #CulturaSostenible traduziu para o espanhol.<sup>6</sup> É um guia que inclui uma visão geral dos diferentes níveis de práticas ambientais em museus do Reino Unido, exemplos inspiradores, uma lista de recursos e ferramentas úteis, bem como um painel com os passos a serem dados pelas instituições museológicas que queiram se manter ambientalmente sustentáveis. É uma ferramenta muito prática e facilmente adaptável a outros contextos.

Outra forma de abordar o desenvolvimento sustentável a partir do setor cultural, com ambições mais amplas, é incorporá-lo ao DNA da instituição, ou seja, alinhar os ODS com sua missão, visão e ação.

### **Como incorporar a abordagem sustentável à instituição cultural**

A fim de obter uma transformação de nossas instituições e de nossas formas de fazer e pensar, é preciso ir além de uma mudança leve aplicada somente à ação climática, pois, como vimos, além dos objetivos ambientais, o desenvolvimento sustentável incorpora aspectos sociais, econômicos e de governança. Nessa jornada rumo ao desenvolvimento sustentável, propomos alguns passos a serem dados: identificação, formação, apropriação e integração.

Primeiro, é necessário que sejam identificados os desafios da cultura em torno da sustentabilidade. Uma espécie de diagnóstico para conscientizar o setor cultural sobre a necessidade de alinhar seu trabalho com a sustentabilidade. Para isso, é preciso criar um quadro de referência próprio que

estabeleça parcerias entre organizações e instituições culturais para implementar a Agenda 2030. É necessário que a agenda influencie as práticas culturais. Igualmente essencial é a reformulação das políticas públicas culturais, que devem incorporar os ODS.

Em seguida, é imprescindível realizar um treinamento sobre desenvolvimento sustentável adaptado ao campo cultural. Não necessariamente centrado em estatísticas e cifras, mas que inclua a origem e o conteúdo da Agenda 2030 e o contexto no qual os ODS foram criados, ou uma visão geral de suas 169 metas. Isso parece óbvio, porém, muitas vezes encontramos profissionais da cultura que não conhecem o próprio conceito holístico de desenvolvimento sustentável, confundindo-o com ser “mais verde”.

Outro ponto é a necessidade de haver uma apropriação. Apropriar-se significa “tornar algo seu”. E, para que essa ação seja feita, devemos nos conectar com aquilo que desejamos, acreditar nisso, para que sintamos tamanha motivação que queiramos incorporá-lo em nossa vida.

Quando entendemos a natureza holística e colaborativa do desenvolvimento sustentável, sua visão integradora de um mundo mais justo, pacífico e respeitoso com o meio ambiente, entendemos também que não há como voltar atrás. É nesse momento que procuramos colocar a experiência profissional e pessoal em consonância com essa ideia transformadora.

Às vezes, é difícil encontrar, à primeira vista, as diferenças entre cultura e sustentabilidade. A esse respeito, há um magnífico artigo de Jasper Visser intitulado *Museums and the SDGs. Where to Make a Difference*,<sup>7</sup> no blog do Museum of the Future, que analisa as metas dos ODS ligadas à missão e à visão dessas instituições. E, embora o texto se concentre exclusivamente em museus, muitas das metas apontadas são comuns a qualquer iniciativa cultural. Um exemplo é a meta 4.7 dos ODS 4 (Educação e Qualidade), que diz: “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos teóricos e práticos necessários para promover o

desenvolvimento sustentável, entre outras coisas, através da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania mundial e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”. Ou a meta 11.4 do ODS 11

(Cidades Sustentáveis), que diz: “Redobrar os esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo”. A meta 12.8 do ODS 12 (Produção e Consumo Responsável) também diz que: “Até 2030, garantir que as pessoas do mundo todo tenham informações e conhecimentos relevantes para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza”. Por fim, as metas 9, 16 e 17 do ODS 17 (Parcerias para Alcançar os Objetivos)

**No campo do desenvolvimento sustentável está sendo construído um novo conceito de patrimônio cultural, que inclui florestas, paisagem ou conservação da memória coletiva — uma concepção integral do patrimônio.**

nos desafiam a criar capacidades, fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável.

Todos esses tópicos, traduzidos para o mundo cultural, têm a ver com organizações que assumem um papel ativo na sensibilização e na formação do desenvolvimento sustentável, associam-se a outros e tomam consciência de seu papel central como um elo em comunidades e sociedades.

Finalmente, é preciso existir a integração do novo paradigma da sustentabilidade em nossa práxis. Cada profissional, gestor, espaço, centro ou instituição cultural deve explorar as conexões existentes entre os ODS e seu contexto profissional a partir de uma perspectiva transversal. A forma mais simples de chegar a esse resultado é estar familiarizado com os ODS e convencido de que esse é o caminho a seguir. Uma vez que esses requisitos sejam cumpridos, a integração é conquistada na prática. Para realizá-la, podemos fazer as três perguntas a seguir.

*Do que precisaríamos para cumprir os ODS?*

É necessária uma análise da missão, da visão e da programação da instituição. O mais eficaz é estabelecer objetivos em um contexto local, no ambiente onde a atividade desse centro, espaço ou gestor é desenvolvida. Os ODS são metas globais que convocam para a ação local. Pense globalmente, aja localmente.

*Quais são os ODS que a minha instituição quer priorizar?*

É necessário selecionar os objetivos de acordo com a natureza da entidade ou do trabalho. Haverá locais onde alguns ODS serão mais enfatizados que outros. Talvez um museu de ciências naturais esteja mais alinhado com os objetivos relacionados ao planeta, e uma associação cultural de bairro pode se concentrar mais naqueles que têm a ver com as pessoas.

*Quais ferramentas tenho para realizar os ODS?*

Essas ferramentas serão econômicas, humanas e materiais. E devem incluir colaborações com outras instituições, associações, escolas e agentes culturais – todos os atores que estejam em sintonia com os objetivos que nos propusemos a implementar.

Todos nós que trabalhamos no setor cultural percebemos que a possibilidade de propor mudanças na gestão adotando critérios de sustentabilidade, ou o momento de propor ações e programação relacionadas a essas questões, tem sido muito limitada. Felizmente,

há uma mudança de atitude e uma enorme receptividade a essa nova proposta.

Cada vez mais agentes e centros culturais estão abertos para discutir essa temática e incorporar em sua programação os desafios globais enfrentados pela humanidade, como a crise ecológica, a migração e as desigualdades. Esses agentes trabalham nas

**Todos nós que trabalhamos no setor cultural percebemos que a possibilidade de propor mudanças na gestão adotando critérios de sustentabilidade, ou o momento de propor ações e programação relacionadas a essas questões, tem sido muito limitada.**

intersecções entre arte, cultura e desenvolvimento sustentável a partir de diferentes contextos: gestão, programação, políticas culturais ou ativismo. Eles nos dão visões, compartilham aprendizados, são criadores, gestores culturais ou responsáveis por museus, teatros, centros de exposições e festivais que entenderam que devem empreender uma mudança em direção à sustentabilidade.

#### *Casos inspiradores*

Há um número crescente de atores do setor cultural e criativo no mundo que estão trabalhando nas intersecções entre arte e desenvolvimento sustentável. Na Europa, destacamos duas entidades que servem de inspiração. Primeiramente, a Julie's Bicycle, entidade britânica sem fins lucrativos que opera desde 2008 para tornar o setor mais sustentável a partir de uma abordagem ambiental. E, graças a uma parceria estratégica com o Arts Council England, conseguiu transformar todo o setor cultural por meio de uma mudança nos requisitos para a obtenção de apoio público (exigindo, por exemplo, a apresentação de um relatório de sustentabilidade). Essa entidade também organizou, em 2018, o *Season of Change*, o maior festival artístico dedicado à mudança climática no Reino Unido.

Outro exemplo inspirador é o da Coalition pour l'Art et le Développement Durable (Coal), associação francesa que mobiliza curadores e profissionais da cultura em torno dos desafios do desenvolvimento sustentável. A Coal concede anualmente um prêmio de prestígio em arte e meio ambiente e, em 2015, projetou a programação ArtCOP21, que acompanhou a Convenção das Nações

Unidas sobre Mudança do Clima, em que os Acordos de Paris foram aprovados.

O International Council of Museums (Icom) se juntou recentemente a esse movimento por intermédio da criação de um grupo de trabalho sobre museus e sustentabilidade, com membros do mundo todo, para discutir como promover o progresso em seu campo de ação.

Na América Latina também encontramos exemplos de referência desse binômio cultura-sustentabilidade. Em Medellín, o Parque Explora faz parte da rede cultural com a qual a cidade se destacou como exemplo de superação de um passado de violência e insegurança. É um museu de ciências e tecnologia que integrou em seu discurso, missão, visão e programação o conceito de sustentabilidade, com ações como *Colombia, País de Agua* (Colômbia, País da Água). Fez também parceria com associações comunitárias para realizar programas de conscientização em sustentabilidade.

Ainda na Colômbia, existem várias iniciativas que unem arte e sustentabilidade promovidas pela ONG Fondo Acción. Entre elas, destacamos *Maletín de Relatos Pacíficos* (Portfólio de Relatos Pacíficos), que reúne 23 narradores do Pacífico colombiano para relatar sobre matas, florestas e território, e que representa um ponto de encontro, por meio da literatura, de interesses ambientais e culturais. Há também o Prêmio CambiARTE, concurso de arte e mudança climática que visa conscientizar a opinião pública sobre a necessidade de mobilizar recursos para o financiamento sustentável de ações de mitigação e adaptação diante das mudanças climáticas.

Outro caso inspirador fica no Brasil: o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, é definido como um lugar de “ciências aplicadas que explora as oportunidades e os desafios que a humanidade será obrigada a enfrentar nas próximas décadas a partir da perspectiva da sustentabilidade e do convívio”. O discurso expositivo encoraja os visitantes a refletir sobre a era do Antropoceno, sobre seu próprio papel como parte dele e seu poder transformador.

Fora do campo estritamente artístico, a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN), das Nações Unidas, acolhe a iniciativa juvenil *Arts Twenty Thirty*, projeto promovido por jovens da organização que reúne artistas do mundo todo para promover os ODS.

### Conclusão

Que sistema cultural queremos ter no ano de 2030? A cultura tradicionalmente tem olhado para o passado, para a tradição. A visão de longo prazo é desconhecida para nós e, no entanto, o desenvolvimento sustentável nos leva a esse horizonte de 2030.

A cultura humaniza e é um veículo para as emoções. É o instrumento mais poderoso para divulgar e canalizar a mensagem da

sustentabilidade. A partir dos setores artístico, criativo e cultural, vemos o enorme desafio que devemos assumir, mas também uma oportunidade de criar parcerias com outros setores (como, por exemplo, o da educação), aumentando sua presença e visibilidade. O desenvolvimento sustentável é, sem dúvida, uma necessidade para as políticas culturais de todos os governos, que devem integrá-lo de

forma transversal e coerente. E é a única resposta possível para a atual situação mundial. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos fornecem um sistema de valores universal. A cultura é transmissora de valores e constrói a nossa identidade como espécie. Juntos, constituem o binômio perfeito para a necessária transformação social no caminho para o desenvolvimento sustentável.

Sem desenvolvimento sustentável não há futuro. Isso significa repensar o nosso modo de viver neste mundo, significa repensar como fazemos as coisas e aceitar a nossa responsabilidade para com as futuras gerações. Não é difícil convencer os agentes culturais sobre isso quando o que está em jogo é a nossa sobrevivência. É um desafio complexo, mas não impossível. **Obs**

**Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos fornecem um sistema de valores universal. A cultura é transmissora de valores e constrói a nossa identidade como espécie. Juntos, constituem o binômio perfeito para a necessária transformação social no caminho para o desenvolvimento sustentável.**



### **Marta García Haro**

Desde 2015, é responsável pelo escritório espanhol da Rede de Soluções Sustentáveis (SDSN), rede internacional patrocinada pelas Nações Unidas para promover o desenvolvimento sustentável global. Dirige a atividade e coordena os membros da Red Española para el Desarrollo Sostenible (Reds), nome pelo qual a organização é conhecida na Espanha. Anteriormente, desenvolveu sua carreira profissional no setor cultural, quando dirigiu e coordenou projetos para a Fundação Museu Picasso Málaga e para o Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, entre outras instituições. Colaborou desde sua criação com a Fundação Intra, uma ONG que trabalha pela inserção ocupacional de pessoas em risco de exclusão social, e dirige as jornadas anuais Sustentabilidade e Instituições Culturais. É formada em ciências econômicas e história da arte pela Universidade de Valência (Espanha) e mestra em gestão e comunicação de políticas culturais pela Universidade Lumsa (Itália).

---



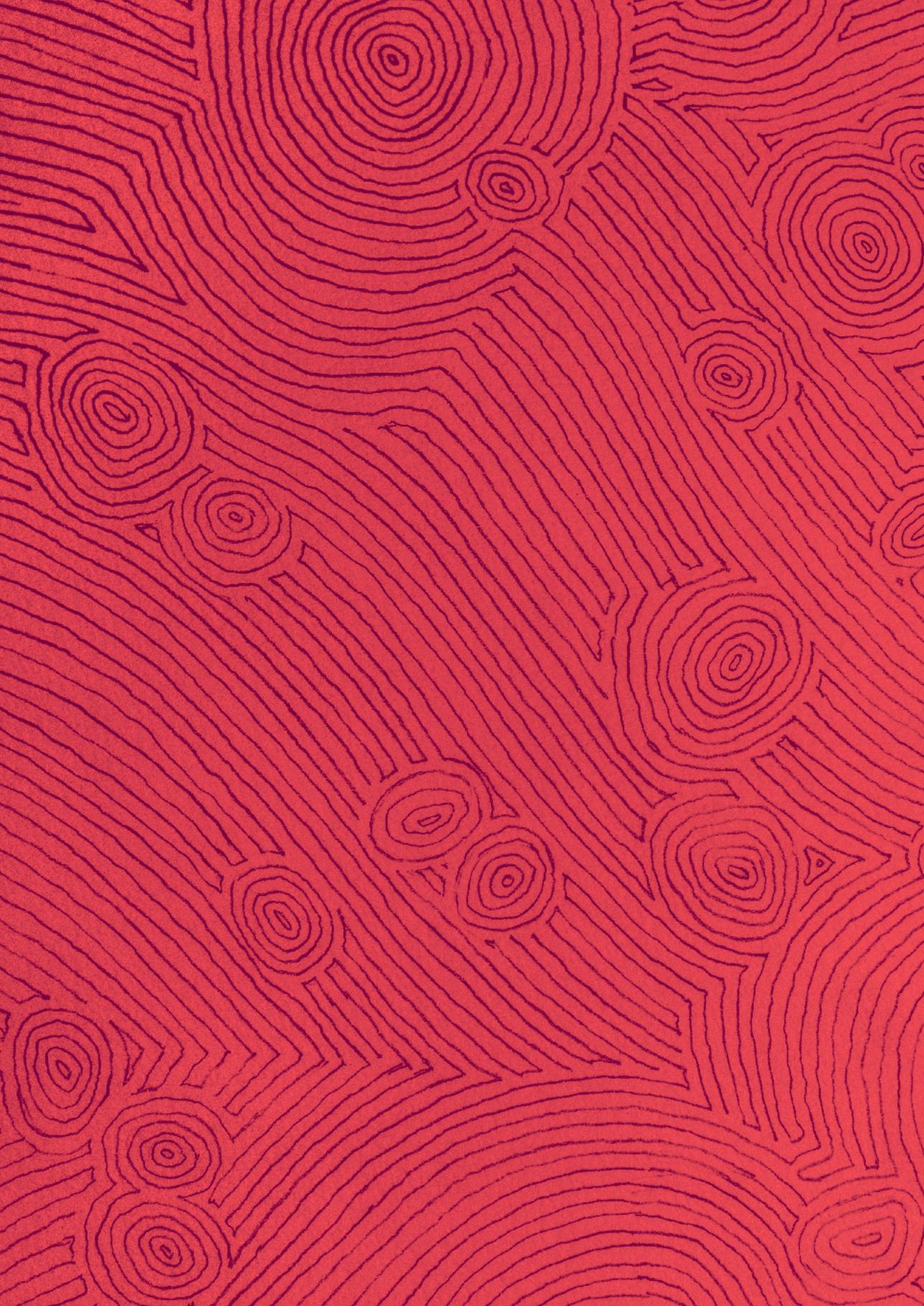
### **Lucía Vázquez**

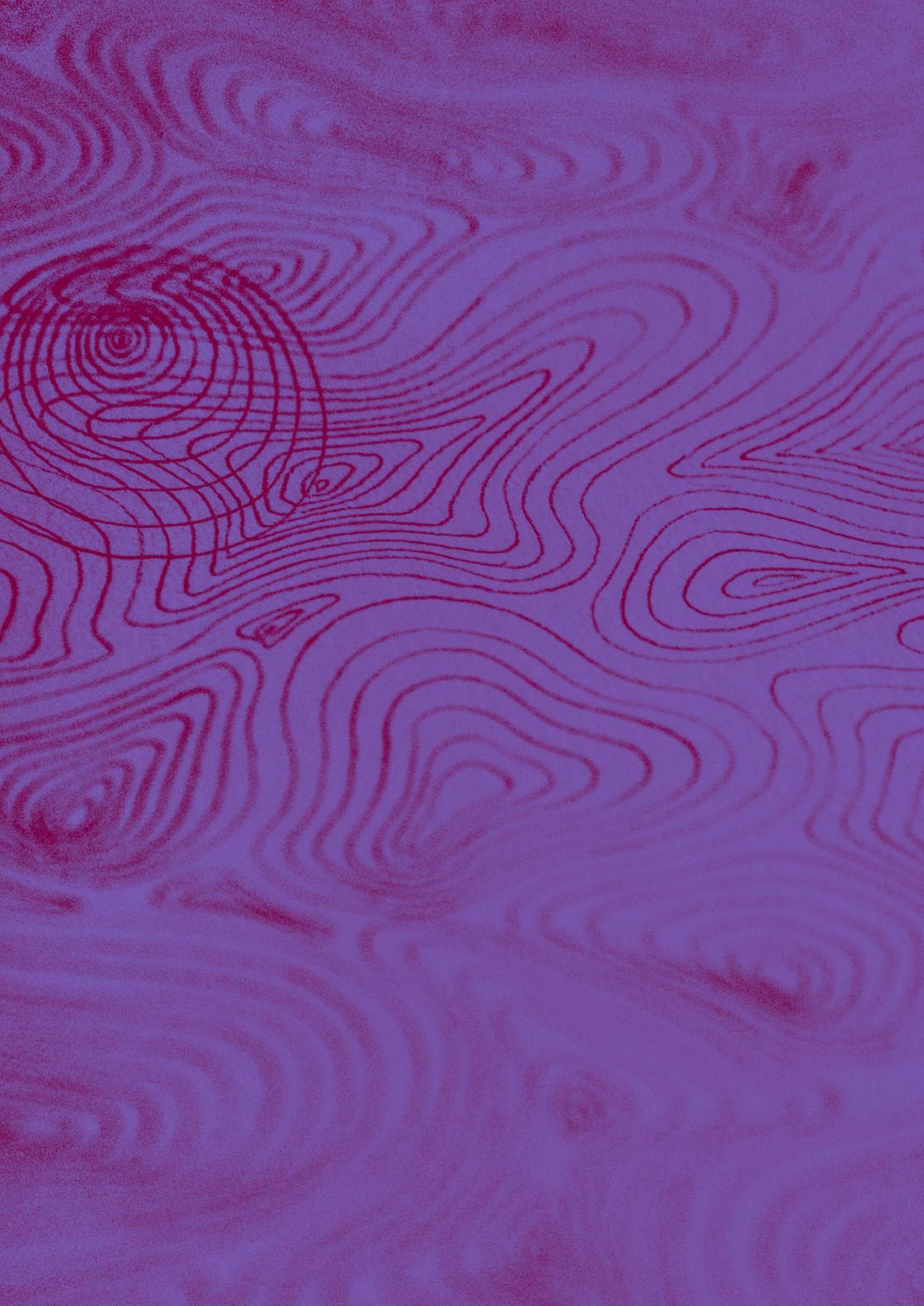
Historiadora da arte, educadora e especialista em cultura e sustentabilidade e diretora do projeto Educación y Sostenibilidad (<<https://www.educacionysostenibilidad.com/>>), foi também chefe do Departamento de Educação do Museu Picasso Málaga de 2008 a 2016. É membro do comitê científico da International Conference on Sustainable Development, organizada pelo Earth Institute da Universidade de Columbia e pela Sustainable Development Solutions Network, e colaboradora da Reds.



## Notas

- 1 A campanha foi promovida por Ifacca, IFCCD, Agenda 21 for Culture (UCLG), Culture Action Europe, Arterial Network, IMC – International Music Council, Icomos, Ifla e Latin American Network of Art for Social Transformation. Manifesto The Future We Want Includes Culture disponível em: <<http://www.agenda21culture.net/advocacy/culture-as-a-goal-in-post-2015>>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- 2 MARTINELL, A. Cultura para el desarrollo y educación: ciudadanos globales. In: *E-DHC, Quaderns Electrònics sobre el Desenvolupament Humà i la Cooperació*, n. 5, Universidade de València, 2015. Disponível em: <[http://www.uv.es/edhc/edhc005\\_martinell.pdf](http://www.uv.es/edhc/edhc005_martinell.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- 3 Arte y sostenibilidad – impulsando una cultura más sostenible. *Revista Conectando Audiencias*, n. 12, 2019. Disponível em: <[www.asimetrica.org/publicaciones](http://www.asimetrica.org/publicaciones)>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- 4 Mais informações sobre as Jornadas sobre Sustentabilidade e Instituições Culturais em <[www.reds-sdsn.es](http://www.reds-sdsn.es)>.
- 5 Veja: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002646/264687e.pdf>>.
- 6 Disponível em: <[www.juliesbicycle.com](http://www.juliesbicycle.com)>. Acesso em: 18 nov. 2019.
- 7 Disponível em: <<https://themuseumofthefuture.com/2018/07/18/museums-and-the-sdgs-where-to-make-a-difference/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.





# CULTURA E DESENVOLVIMENTO: EXISTEM RESULTADOS E IMPACTOS?

Paulo H. Duarte-Feitoza

A gestão cultural no campo das relações entre cultura e desenvolvimento é muito ampla e, às vezes, dominada por certa retórica com pouca concretude em seus resultados e efeitos. Este artigo apresenta resultados e impactos na cultura e no desenvolvimento a partir da discussão e da análise da janela temática do Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM), um dos programas internacionais mais ambiciosos e inovadores das últimas décadas.

## Contexto de referência

**A** Organização das Nações Unidas (ONU) assinou, em setembro de 2000, a Declaração do Milênio,<sup>1</sup> cujo objetivo principal é garantir direitos humanos básicos e contribuir de forma efetiva para a superação da pobreza extrema. Fruto desse histórico acordo internacional foram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM),<sup>2</sup> que deveriam ter sido alcançados em 2015: erradicar a pobreza extrema e a fome (ODM1); alcançar o ensino primário universal (ODM2); promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres (ODM3); reduzir a mortalidade infantil (ODM4); melhorar a saúde materna (ODM5); combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças (ODM6); garantir a sustentabilidade ambiental (ODM7); e gerar uma parceria global para o desenvolvimento (ODM8).

Ainda que não mencionada de forma explícita nos oito ODM, a cultura era

amplamente reconhecida como elemento estrutural para alcançar os objetivos tão almeçados pela comunidade internacional. De forma sucessiva, em 2010 e 2011, a ONU aprovou duas resoluções sobre cultura e desenvolvimento (65/166 e 66/208) que tinham como meta fortalecer e impulsionar globalmente o enfoque cultural para o desenvolvimento.<sup>3</sup> É preciso ressaltar que tanto as políticas quanto os projetos culturais contribuíram muito positivamente para alcançar os ODM.

Em dezembro de 2006, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o governo da Espanha assinaram um importante acordo de cooperação internacional, de aproximadamente 900 milhões de dólares, como meio de estimular que esse propósito fosse conquistado. Com os recursos foi criado o Fundo para o Alcance dos Objetivos do Milênio (F-ODM),<sup>4</sup> que financiou projetos nos quais se integraram as diferentes

agências das Nações Unidas, os governos nacionais, os governos locais e as comunidades. É importante destacar que o F-ODM foi um elemento-chave da política espanhola de cooperação multilateral para o desenvolvimento na primeira década do novo século.

O F-ODM, segundo dados oficiais, apoiou 130 programas interagenciais em 50 países, de cinco continentes, beneficiando de forma direta mais de 9 milhões de pessoas.<sup>5</sup> Os programas foram divididos em oito janelas temáticas:

- Infância, Segurança Alimentar e Nutrição;
- Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres;
- Meio Ambiente e Mudanças Climáticas;
- Juventude, Emprego e Migração;
- Governança Econômica Democrática;
- Desenvolvimento e Setor Privado;
- Prevenção de Conflitos e Construção da Paz;
- Cultura e Desenvolvimento.

Assim, conjuntamente, esses programas contribuíram para o progresso e o alcance dos ODM, estimulando a participação nacional das iniciativas por parte dos países onde eram realizados.

### **A janela temática em cultura e desenvolvimento e seus termos de referência**

Uma das grandes inovações do F-ODM foi a inclusão de uma janela temática dedicada exclusivamente à cultura e ao desenvolvimento, com a qual foi possível introduzir na

agenda internacional o fortalecimento das indústrias criativas e da proteção natural e cultural como instrumentos eficazes de desenvolvimento econômico. A Janela de Cultura e Desenvolvimento foi uma inovação dentro das abordagens clássicas do PNUD e das Nações Unidas no âmbito da cooperação internacional ao desenvolvimento, já que abria novas perspectivas de luta contra a pobreza. Representou também um desafio para o próprio sistema de agências da ONU, que não tratava a cultura como campo prioritário na cooperação internacional para o desenvolvimento. E permitiu, ainda, a recuperação das identidades culturais como expressão de coesão social, memória histórica e patrimônio cultural a partir de uma perspectiva integral.

Viu-se na cultura um ativo singular para o desenvolvimento sustentável e indispensável para a redução da pobreza. Com um orçamento de 95,6 milhões de dólares, a Janela de Cultura e Desenvolvimento possibilitou a realização de 18 programas em todo o mundo: África (5), América Latina (5), Ásia (2), Estados Árabes (3) e Leste Europeu (3).

Foi no documento Termos de Referência da Janela de Cultura e Desenvolvimento que se desenharam e delimitaram as propostas a ser consideradas para o financiamento. Visava-se apoiar a implementação e a avaliação de políticas públicas efetivas que promovessem ações sociais e a inclusão social, facilitando, assim, a participação política e a proteção de direitos. Nesse marco de atuação, a janela temática procurava impulsionar as indústrias culturais e criativas centradas em políticas de diversidade, cultura e desenvolvimento. É importante listar e observar os

elementos ilustrativos dos Termos de Referência, que pretendiam alcançar os objetivos principais e também evidenciar a amplitude do campo das relações entre cultura e desenvolvimento. Os Termos de Referência servem para formular a pergunta sobre o que pretendia a janela temática. Essa questão é importante porque é a expressão do desejo de inovação nas abordagens clássicas das propostas de desenvolvimento. Agrupados em três grandes blocos, alguns dos Termos de Referência procuravam:<sup>6</sup>

**1.** Formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas social e culturalmente inclusivas:

- apoiar o diálogo, as iniciativas transculturais e os intercâmbios educacionais destinados a promover a compreensão e a tolerância entre diferentes comunidades culturais;
- construir a capacidade institucional em órgãos, departamentos e agências oficiais responsáveis pela implementação de políticas e práticas culturais que promovem a igualdade de oportunidades;
- apoiar o interculturalismo e o multiculturalismo nas políticas sobre direito regular, pluralismo jurídico e leis sobre línguas oficiais;
- proteger os sistemas de conhecimento tradicional, reconhecendo sua contribuição para a proteção ambiental e a gestão de recursos naturais, saúde e educação;
- desenvolver, implementar e monitorar políticas, procedimentos e

regulamentos legais nos níveis nacional, regional e local, destinados a facilitar a inclusão de minorias culturais em cargos públicos;

- desenvolver, implementar e monitorar políticas de igualdade de oportunidades no recrutamento e na promoção de minorias culturais e outros grupos excluídos por razões culturais no setor público (i), inclusive em escritórios designados, no serviço civil e nas forças de segurança locais, regionais e nacionais; (ii) em parlamentos eleitos, em assembleias subnacionais e em cargos ministeriais; e (iii) no Poder Judiciário e nos tribunais.

**2.** Concretizar o potencial econômico e social do setor cultural e fortalecer as indústrias culturais e criativas, incluindo:

- desenvolver recomendações de políticas para melhorar o ambiente institucional e regulatório em setores específicos da indústria cultural e criativa, como música, novas mídias, design, artesanato, jornais, televisão e livros;
- desenvolver capacidades desenhadas com o intuito de melhorar a gestão de bens culturais, as habilidades empreendedoras e as práticas de gestão de negócios entre empreendedores culturais, empresas iniciantes e artistas autônomos, tanto na economia formal quanto na informal;
- apoiar a criação de empresas culturais locais, desenvolvendo “incubadoras

de empresas criativas” para homens e mulheres empreendedores que operam nesse setor;

- desenvolver atividades de treinamento em gestão cultural bem como programas de intercâmbio para construir e expandir a capacidade de gestores culturais locais;
  - apoiar a preservação do patrimônio material e imaterial e promover seu valor social;
  - recuperar bens culturais empobrecidos ou destruídos, identificando e analisando ativos pelo seu valor patrimonial e sua contribuição potencial para a regeneração e a reconstrução do tecido social;
  - elaborar e implementar políticas específicas para o desenvolvimento de micro e pequenas indústrias relacionadas à produção de artes e artesanato industriais;
  - focar a viabilidade econômica de criar produtos culturais contemporâneos;
  - coletar dados e desenvolver indicadores relevantes e confiáveis na área das indústrias criativas a fim de construir políticas apropriadas.
- 3. Gerar informações, monitorar e avaliar a eficácia das políticas culturais, incluindo:**
- desenvolver a capacidade local na análise estatística e na divulgação de dados existentes relevantes para monitorar a diversidade cultural;
  - incentivar o intercâmbio de conhecimentos e a disseminação das melhores práticas em coleta de dados, em pesquisas e no uso de indicadores nos níveis nacional e internacional, incluindo cooperação Sul-Sul, por meio de seminários, intercâmbios e workshops de treinamento técnico entre funcionários do governo e institutos de pesquisa educacional, empresas de pesquisa de mercado do setor privado e *think tanks* não governamentais;
  - expandir a capacidade institucional local para projetar, gerenciar e implementar pesquisas, incluindo técnicas de amostragem e organização do trabalho de campo de pesquisa;
  - expandir a cobertura geográfica e de séries temporais nos principais levantamentos transnacionais de atitudes, valores e comportamentos culturais nos países selecionados, como a Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey), o Global Barometer, a Pesquisa Gallup Mundial e o International Social Survey Programme;
  - construir e aprofundar a capacidade dos institutos nos países em desenvolvimento para coletar dados estatísticos relevantes sobre a diversidade cultural e os direitos culturais, conduzir pesquisas científicas e sociais, influenciar seu design e interpretar os resultados;
  - produzir indicadores sobre cultura e desenvolvimento no contexto do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Na análise dos Termos de Referência, pode-se observar o nível de elaboração e concretização das contribuições da cultura para o desenvolvimento. Da mesma forma, é evidente a evolução dos conceitos que relacionam políticas culturais com as de desenvolvimento, como a superação da crítica tradicional do papel da cultura no desenvolvimento e a luta contra a pobreza e a fome, quando existem outras necessidades consideradas prioritárias. E, às vezes, sem consultar a própria comunidade sobre seus interesses ou necessidades. A abordagem dos Termos de Referência é concreta, observável e avaliável em sua contribuição para o desenvolvimento humano, e isso é uma inovação e um avanço diante de outras considerações sobre cultura no desenvolvimento. É também um exemplo, para a gestão, de como a cultura pode ser orientada futuramente na Agenda 2030.

### **Os 18 programas conjuntos e suas ações**

A totalidade dos programas realizados teve como eixos estruturais e transversais os direitos culturais, a inclusão social, o impulso do patrimônio cultural e o potencial turístico dos países, com o objetivo claro de reduzir a pobreza e aumentar o emprego de qualidade vinculado à cultura. Buscava-se melhorar as oportunidades dos segmentos mais frágeis e marginalizados da sociedade.<sup>7</sup> Além disso, procurou-se fortalecer processos

de interculturalidade e de paz por meio da educação, em que participaram, sempre de forma interagencial, atores governamentais, sociedade civil e setor privado, entre outros. Os programas conjuntos reafirmaram a importância da cultura como agente de desenvolvimento, promovendo a inclusão

e a coesão social, a criação de emprego e a melhoria de vida dos coletivos mais vulneráveis da sociedade.

Os 18 programas conjuntos estão listados a seguir.<sup>8</sup>

- Na África: aproveitamento da diversidade para promover o desenvolvimento sustentável e a mudança social na Etiópia; legado, tradição e criatividade para o desenvolvimento sustentável na Mauritânia; fortalecimento das indústrias culturais e criativas e das políticas inclusivas em Moçambique; turismo cultural sustentável na Namíbia; promoção de iniciativas e indústrias culturais no Senegal.
- Na América Latina: políticas interculturais para a inclusão e a geração de oportunidades na Costa Rica; desenvolvimento e diversidade cultural para a redução da pobreza e a inclusão social no Equador; criatividade e identidade cultural para o desenvolvimento local em Honduras; revitalização cultural e desenvolvimento produtivo criativo na Costa Caribe da Nicarágua; fortalecimento das indústrias culturais e melhoria do

**Os programas conjuntos reafirmaram a importância da cultura como agente de desenvolvimento, promovendo a inclusão e a coesão social, a criação de emprego e a melhoria de vida dos coletivos mais vulneráveis da sociedade.**

acesso aos bens e serviços culturais no Uruguai.

- Na Ásia: programa de apoio às indústrias criativas no Camboja; marco de associação para a cultura e o desenvolvimento na China.
- Nos Estados Árabes: mobilização do patrimônio mundial Dahshur para a cultura e o desenvolvimento da comunidade no Egito; patrimônio cultural e indústrias criativas como instrumentos de desenvolvimento no Marrocos; cultura e desenvolvimento no território palestino ocupado.
- Leste Europeu: transformação cultural na Albânia, do isolamento à participação; melhoria da compreensão cultural na Bósnia-Herzegovina; alianças para o turismo cultural na Região da Anatólia Oriental, na Turquia.

Como se pode observar, os programas conjuntos têm por objeto, majoritariamente, patrimônio, legado tradicional, criatividade, indústria cultural, aspectos da cultura para o desenvolvimento, interculturalidade/diversidade, participação e acesso à cultura, e transversalidade da cultura com outros setores. Os campos de atuação levaram em conta as realidades locais para que houvesse um desenvolvimento cultural mais abrangente.

Ao analisar os documentos oficiais de todos os programas, pudemos ordenar algumas das atividades realizadas, com o objetivo de obter um resumo das ações produzidas nessa janela, assim como para observar tendências na maneira de intervir e gerenciar a cultura e o desenvolvimento. Foram elas:

- apoio à preparação de estratégias e aos quadros jurídicos que facilitam a harmonização com as convenções internacionais existentes;
- assistência técnica para a elaboração de planos de sustentabilidade econômico-financeiros para pequenas empresas culturais;
- formação e capacitação em diversas áreas temáticas para servidores públicos e líderes comunitários na interculturalidade e em ciências etnográficas; workshops (grupos focais);
- criação de laboratórios de formação para a alfabetização em novos meios tecnológicos e audiovisuais;
- desenho e elaboração de um sistema de indicadores culturais;
- diagnóstico de oferta e demanda do turismo cultural;
- elaboração de análises de marcos regulatórios vigentes, de estudos sobre capacidades de produtos culturais locais para a mercantilização nacional e internacional, assim como de programas que recuperam e difundem o patrimônio cultural, de seminários sobre temáticas culturais importantes para os setores e de planos estratégicos;
- estudos, sistematização e difusão da cultura popular e urbana;
- mapeamento do setor cultural e das indústrias relacionadas para identificar potenciais econômicos e sociais; mapeamento e inventariado de patrimônio material e imaterial;
- produção e publicação de documentos que permitam visualizar a situação

de grupos minoritários e contribuam na tomada de decisões com base em evidências;

- realização de mesas de diálogo interculturais;
- renovação e planos de ação para museus nacionais;
- revisão de políticas em cultura, educação, saúde e agricultura a partir da interculturalidade; atualização de legislações existentes em áreas que afetam a cultura; suporte nacional às autoridades locais para a implementação das convenções da Unesco (2003 e 2005).

As ações realizadas em diferentes campos nos mostram o quão complexas elas podem ser. Demonstram também como a Janela de Cultura e Desenvolvimento tende a ser ampla e diversificada. E mostram, ainda, quais foram as linhas de ação na primeira década do século XXI. Essas linhas propõem projetos que são a expressão da especificidade que a cultura está adquirindo nas políticas de desenvolvimento, adaptando-se aos contextos contemporâneos.

### **Resultados e lições para o futuro**

As atividades realizadas nos programas conjuntos da janela temática renderam resultados importantes para o futuro sobre o modo de incorporar a cultura no desenvolvimento. Alguns desses resultados estão diretamente relacionados com os ODM (redução da pobreza, educação, saúde e meio ambiente) e outros indicam de que maneira alcançá-los (desenvolvimento e fortalecimento da capacidade cultural,

contribuição para a governança e a criação de políticas culturais).

De forma resumida, os resultados mais imediatos e quantitativos da janela temática foram: 2,3 milhões de pessoas beneficiadas por novas e/ou renovadas infraestruturas culturais; 12,3 mil empreendedores culturais que aumentaram sua renda; 50 inventários criados para proteger o patrimônio cultural e natural, com adição de novos lugares à lista de Patrimônio Mundial da Unesco; e 1,4 mil instituições públicas e 14,2 mil funcionários que ampliaram suas capacidades por meio dos programas do F-ODM,<sup>9</sup> reforçando a governabilidade e a institucionalidade da cultura em defesa do papel do Estado como garantia do interesse geral.

Entre os resultados mais relevantes está a capacitação para o desenvolvimento, assim como recursos que possibilitaram a produção, a distribuição e o consumo de produtos culturais. Na esfera do patrimônio cultural, os programas conjuntos contribuíram para o mapeamento, a identificação e a valorização do patrimônio material e imaterial, assim como para o desenho de planos de administração com a intenção de preservar o patrimônio e atrair o turismo cultural. Nesse âmbito, é importante destacar a inclusão do patrimônio cultural do Senegal na lista da Unesco.

A educação esteve presente, principalmente, na promoção e na sensibilização da compreensão intercultural no contexto educativo; também no desenho de estratégias educativas com conteúdo cultural para integrar grupos desfavorecidos e minorias no sistema educativo, assim como fomentar respeito e tolerância

intercultural. Assistimos, ainda, a resultados significativos no desenvolvimento e no fortalecimento da capacidade cultural; muitas das atividades visavam adotar e implementar novas leis, políticas e modelos de governança com o objetivo de criar infraestruturas culturais (legais e físicas). Criaram-se também novos sistemas de informação cultural, base de dados especializada e estudos de base que são pontos de partida para gerir e promover o patrimônio cultural local.

Além de resultados objetivos e empíricos, a janela nos deixou uma série de lições na hora de desenhar novos programas, como demonstrou o Informe de Avaliação Específico da Janela de Cultura e Desenvolvimento:<sup>10</sup>

- ficou patente a importância de reduzir a ambição e a complexidade dos programas;
- é fundamental integrar uma abordagem intercultural para a conscientização e a construção de políticas em países com diversidade étnica, linguística e religiosa muito marcada;
- é evidente a necessidade de se concentrar em noções de cultura menos politizadas, sobretudo em países que sofrem com conflitos culturais. Também é melhor trabalhar as indústrias culturais em vez de identidade, etnia e religião;
- destacou-se que a principal contribuição da janela foi a prestação de serviços de capacitação, assistência técnica e assessoria empresarial, que permitiram que os beneficiários gerassem novas fontes de renda;
- mostrou-se necessário apoiar formas e expressões culturais que não visam ao mercado, mas contribuem para a preservação e a transmissão de valores, a inclusão social e o fortalecimento das identidades individuais e coletivas;
- foram mais bem-sucedidas as intervenções em que houve cooperação entre diferentes atores, o que demonstra a importância da colaboração entre eles e em todos os níveis possíveis;
- mostrou-se que os programas culturais alcançam resultados respeitáveis nas áreas de desenvolvimento humano e sustentável, o que evidencia a importância de as autoridades públicas encarregadas de assuntos culturais estarem em pé de igualdade com outros departamentos, para que haja uma integração ampla;
- ficou evidente que é preciso ter maior conscientização sobre os conceitos culturais e sua relevância para que os objetivos do programa possam ser atingidos;
- devem ser consideradas, em avaliações futuras, as dificuldades de medir certos impactos qualitativos (e outros que só são visíveis em médio e longo prazo).

### Conclusões

Analisados os Termos de Referência da Janela juntamente com as ações e os resultados apresentados no marco dos 18 programas conjuntos, podemos apontar algumas conclusões:

- o campo de trabalho em cultura e desenvolvimento é muito amplo, como bem nos demonstrou o documento Termos de Referência;
- o conceito de cultura e desenvolvimento é interpretável contextualmente;
- a proposta da janela é feita com o intuito de inovação e, portanto, não parte de um conhecimento consolidado sobre cultura e desenvolvimento dos ODM. O objetivo era abrir esse campo à cooperação cultural internacional e torná-lo um dos programas mais importantes da história do desenvolvimento dedicado à cultura;
- quando se trabalha com tantos atores e de níveis diferentes, as ações tornam-se muito complexas, mas, ao mesmo tempo, obtém-se um banco de provas que fomenta um modo de trabalho mais amplo e transversal;
- na formulação dos projetos, observam-se diferentes interpretações de cultura, evidenciando um tema pendente para a cooperação; e a grande variedade de propostas demonstra que o setor cultural é bastante diverso;
- apesar de existirem boas intenções, observa-se uma incapacidade de encontrar ferramentas específicas para alcançar os objetivos dos projetos. Isso é resultado da falta de sistematização da cultura no âmbito do desenvolvimento;
- a prática desses projetos, suas reflexões e sua gestão do conhecimento evidenciam que a janela gerou um processo de sensibilização, como se

pôde observar na mobilização que houve quando da incorporação de um objetivo cultural para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).<sup>11</sup>

A experiência mostra, em razão de sua amplitude e extensão continental, que a incorporação cultural para o desenvolvimento contribui com novos e importantes resultados e impactos na perspectiva das propostas dos ODS na Agenda 2030. Em outras palavras, o desenvolvimento sustentável será alcançado fornecendo-se todas as dimensões possíveis e abrindo-se a alianças amplas com setores que não são usuais na cooperação internacional para o desenvolvimento. Esses projetos mostram que, se existe uma vontade política e uma definição conceitual, processos inovadores podem ser gerados na dinâmica do desenvolvimento em diferentes contextos.

Essa janela é um dos projetos internacionais mais extensos já realizados no enfoque da dimensão cultural para o desenvolvimento. Os resultados e os impactos mostram sua alta eficiência e abrem outras dimensões para a dinâmica clássica do desenvolvimento – uma das valiosas lições aprendidas com essa experiência. A cultura não é um luxo ou algo dispensável, mas sim algo que pode estar integrado a estratégias globais de desenvolvimento sustentável. É importante destacar que um dos programas internacionais mais importantes em cultura e desenvolvimento começou na década do desenvolvimento mundial, sendo notabilizado entre 1986 e 1996, com múltiplas conferências e declarações que se refletiram em nível internacional.

Essa experiência mostra que, quando existe uma abordagem política e conceitual bem definida, há resultados que superam o uso tradicional da cultura no desenvolvimento, desde posições muito retóricas e pouco aplicadas até o tratamento da cultura como elemento identitário e populista, que emergem em muitos entornos. A cultura, quando combinada com a abordagem de direitos humanos e liberdades políticas, é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento sustentável. 



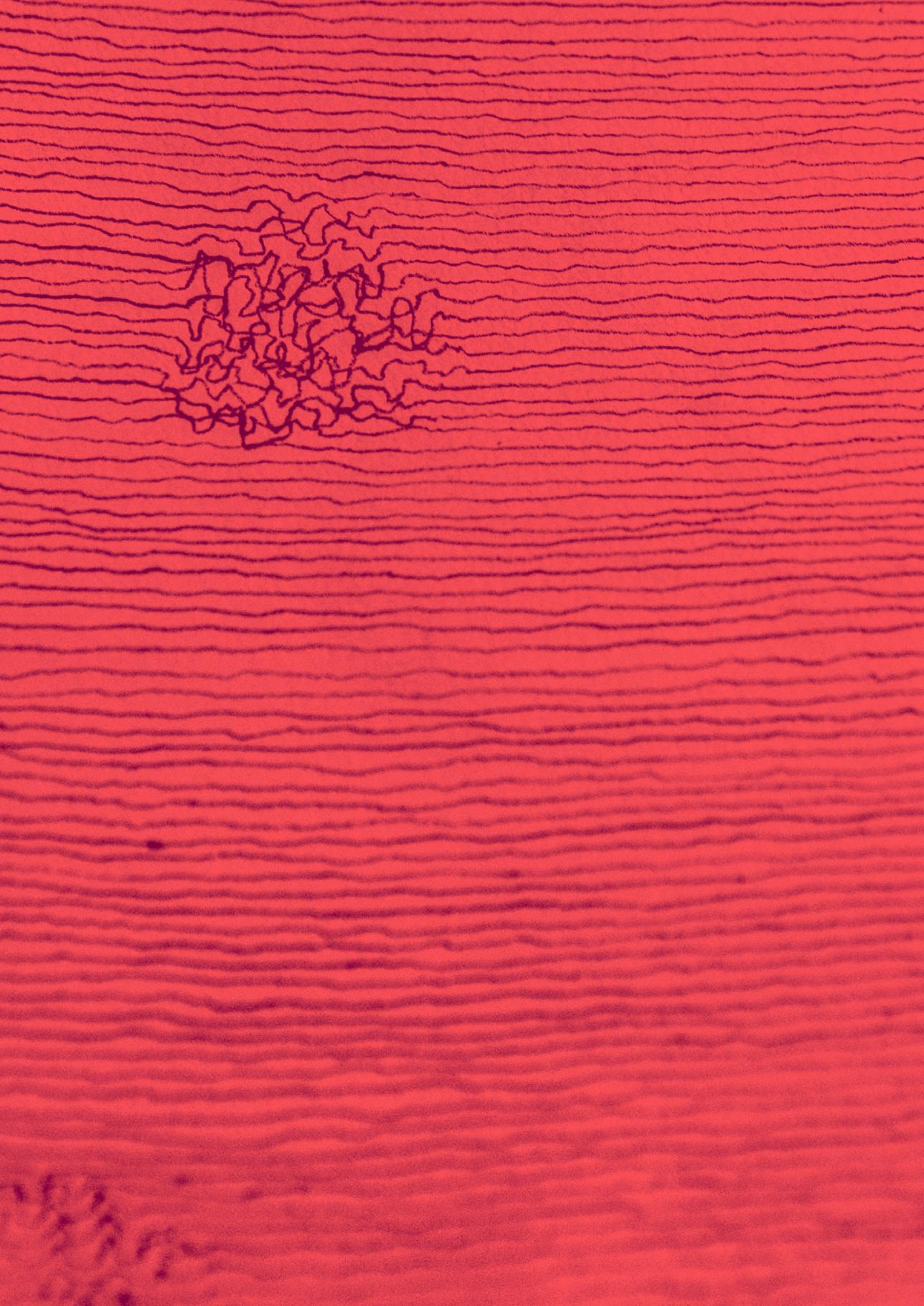
### **Paulo H. Duarte-Feitoza**

Doutor em ciências humanas e cultura pela Universidade de Girona (2017), mestre em comunicação e estudos culturais (2012) e licenciado em história da arte (2010) pela mesma universidade. É ex-diretor da Cátedra Unesco de Políticas Culturais e Cooperação da Universidade de Girona. Atualmente é professor-colaborador no mestrado interuniversitário em gestão cultural da Universitat Oberta de Catalunya (UOC-UdG). Tem experiência na área de gestão cultural e artes, com ênfase na época contemporânea.



## Notas

- 1 Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 2 Disponível em: <<https://www.un.org/millenniumgoals/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 3 Recursos sobre cultura e desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/es/culture/achieving-the-millennium-development-goals/resources/culture-and-development-resources/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 4 Disponível em: <<http://www.mdgfund.org/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 5 Disponível em: <<http://www.mdgfund.org/>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 6 O documento completo está disponível em: <[http://www.mdgfund.org/sites/default/files/MDGFTOR\\_Culture\\_FinalVersion%2017May%20200](http://www.mdgfund.org/sites/default/files/MDGFTOR_Culture_FinalVersion%2017May%20200)>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 7 A recém-aprovada Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco, em 2005, havia reconhecido a importância do setor criativo na cooperação para o desenvolvimento. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 8 Disponível em: <<http://www.mdgfund.org/es/content/cultureanddevelopment>>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 9 Os resultados podem ser encontrados na página do F-ODM: <<http://www.mdgfund.org>>. No entanto, é preciso destacar três documentos importantes: Resumo Executivo da Janela de Cultura e Desenvolvimento (<[http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp\\_2/docs/thematic\\_studies/Spanish/Cultura\\_y\\_Desarrollo\\_Estudio\\_Tematico\\_5-pager\\_Link.pdf](http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp_2/docs/thematic_studies/Spanish/Cultura_y_Desarrollo_Estudio_Tematico_5-pager_Link.pdf)>), Informe de Avaliação Específico da Janela de Cultura e Desenvolvimento (<[http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp\\_2/docs/thematic\\_studies/English/full/Culture\\_Thematic%20Study.pdf](http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp_2/docs/thematic_studies/English/full/Culture_Thematic%20Study.pdf)>) e Informe de Avaliação Final, Global e Temática do F-ODM (<[http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Fondo\\_ODM\\_Evaluacion.pdf](http://www.mdgfund.org/sites/default/files/Fondo_ODM_Evaluacion.pdf)>).
- 10 Disponível em: <[http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp\\_2/docs/thematic\\_studies/English/full/Culture\\_Thematic%20Study.pdf](http://www.mdgfund.org/sites/all/themes/custom/undp_2/docs/thematic_studies/English/full/Culture_Thematic%20Study.pdf)>. Acesso em: 17 dez. 2018.
- 11 MARTINELL, Alfons S. *¿Por qué los ODS No Incorporan la Cultura?*, 2015. Disponível em: <<http://www.alfonsmartinell.com/?p=326>>. Acesso em: 5 nov. 2019.



# RUMO A UMA ABORDAGEM CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO: O CASO DE YOPOUGON, NA COSTA DO MARFIM

Francisco d'Almeida, David Koné e Valeria Marcolin

Yopougon, município da Costa do Marfim, experimentou um grande desenvolvimento econômico e cultural por ocasião de um projeto modernista de urbanização. A crise econômica dos anos 1990 e a crise política e militar na década de 2000 ameaçaram sua coesão social. Para reconstruir o município e atender às necessidades de sua juventude, um grupo de atores culturais associativos, em conjunto com a prefeitura, promoveu mudanças na abordagem da cultura, orientando-a para o desenvolvimento econômico, social e cultural, por meio de programas centrados na coesão social e na revitalização dos serviços públicos a partir de infraestruturas polivalentes.

**Y**opougon é o maior município da Costa do Marfim e um dos 13 que compõem o distrito de Abidjan, que foi, até 1983, a capital do país e ainda hoje é considerado a capital econômica. Localizado ao norte da Lagoa Ébrié, que separa os bairros do sul e do norte do distrito, Yopougon foi criado na década de 1970 como parte de um projeto urbano “modernista” para equilibrar a expansão de Abidjan.<sup>1</sup>

Ele é composto de um mosaico de áreas residenciais e atividades econômicas que absorveu as aldeias tradicionais sem desmobilizar sua organização socio-política e cultural. Essas aldeias permitem que ele permaneça ancorado nas tradições

culturais que atuam sobre o conteúdo das políticas desse campo.

Com uma população de 1,071 milhão de habitantes,<sup>2</sup> Yopougon abriga uma zona industrial que atraiu pessoas que lá se instalaram sob o efeito do êxodo rural interno e dos fluxos migratórios na África Ocidental, durante o boom econômico da Costa do Marfim. Essas pessoas contribuem para sua diversidade cultural.

Considerado também como um ponto de lazer, pela densidade de sua malha de restaurantes e locais de espetáculos e entretenimento, Yopougon é o principal foco da vida cultural de Abidjan. Artistas e uma infinidade de associações e de empreendedores

culturais residem ali e desempenham um papel importante em sua dinâmica.

Entre 2002 e 2010, Yopougon foi um dos centros urbanos cuja coesão social foi mais significativamente ameaçada pelas duas crises político-militares da Costa do Marfim. Apesar do retorno da paz e da estabilidade política, a coesão social continua fragilizada, em razão do desemprego entre os jovens, o que cria dificuldades para sua integração cívica na vida do município.

Por seu dinamismo e sua criatividade, o Conselho Municipal optou por considerar esses jovens um dos principais alvos das ações de seu mandato. Dessa forma, o Departamento de Assuntos Socioculturais estabeleceu como base o componente cultural do programa na juventude e na governança participativa do setor.

### **Uma iniciativa fundamental realizada por atores culturais da sociedade civil**

O ponto de partida da nova abordagem para tornar a cultura um fator de mudança social e econômica está na ação de um grupo de atores culturais do distrito de Abidjan que trabalhou para que a cultura fosse um objeto de política pública, a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do município.

Apesar da existência de textos oficiais relativos à transferência de competências culturais para as comunidades locais, poucas dispõem de documentos de política ou de estratégia de desenvolvimento local baseada na

cultura. Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 nem sempre são conhecidos – e, quando o são, considera-se que sejam abstratos e distantes das realidades locais, caracteriza-

das pela escassez de financiamento público e pela falta de recursos humanos capazes de traduzir esses objetivos em estratégias e realizações tangíveis.

É por esse motivo que a legitimação política da proposta formulada pelos atores culturais reunidos em torno da prefeitura e do Departamento de Assuntos

Socioculturais (Dasc) foi um trunfo decisivo, podendo ser considerada o verdadeiro ponto de partida do processo atualmente em curso.

Em um contexto em que todos os setores de desenvolvimento são considerados prioritários, os cidadãos tendem a favorecer aqueles que satisfazem as suas necessidades básicas imediatas: habitação, trabalho, transporte, produção econômica, educação e saúde. Mais que tomadores de decisões políticas, os moradores consideram a cultura e a criação como atividades de lazer, sem nenhuma outra função além do entretenimento. Para eles, trata-se de uma área que não requer políticas públicas ou financiamentos públicos. É nesse ponto que a legitimação política do processo iniciado em Yopougon é de grande importância.

### **Os pilares da mudança de abordagem**

A mudança de abordagem que foi empreendida tem por base vários fatores.

**A legitimação política da proposta formulada pelos atores culturais reunidos em torno da prefeitura e do Departamento de Assuntos Socioculturais (Dasc) foi um trunfo decisivo, podendo ser considerada o verdadeiro ponto de partida do processo atualmente em curso.**

Em primeiro lugar, contou com alianças sociopolíticas e técnico-institucionais estabelecidas entre as diferentes partes interessadas. Atores culturais se reuniram em torno do Departamento de Assuntos Socioculturais, que fez um trabalho de conscientização das comunidades tradicionais por intermédio de seus líderes. Em seguida, juntamente com os atores culturais, associou ao processo o conselho municipal dos jovens, que agrupa suas associações nos diferentes bairros do município.

O alcance político dessa dupla aliança foi percebido pelo Conselho Municipal, que validou a iniciativa dos atores culturais e possibilitou a implementação do Plano Estratégico de Promoção e de Valorização do Potencial Sociocultural de Yopougon.

O segundo fator de mudança de abordagem da cultura em uma perspectiva de desenvolvimento social e econômico reside na visão do prefeito e também deputado do município, Gilbert Kafana Koné.

Ao considerar os jovens de seu município como o principal alvo das ações econômicas, sociais e políticas a ser tomadas para o desenvolvimento de Yopougon, ele e sua equipe optaram por valorizar o dinamismo e a criatividade dessa faixa da população, uma vez que foi ela que, a partir da década de 1980, contribuiu para construir a notoriedade cultural do município e constitui uma fonte potencial de explosão social.

A modalidade de intervenção no setor é o terceiro fator na mudança de abordagem da cultura em suas relações com o desenvolvimento. A equipe municipal decidiu renovar a ação pública apoiando-a em uma estratégia de desenvolvimento cultural do

território que promoveu a construção e a reforma de infraestruturas educacionais e socioculturais.

Essa modalidade é sintomática da visão da cultura das partes interessadas em um contexto no qual a sua natureza imaterial obscurece a percepção das diferentes formas de sua contribuição para o processo de mudança econômica e social. Nessas circunstâncias, a construção com vocação cultural faz a política cultural ou é ela mesma a política cultural. Visível aos olhos dos habitantes, o edifício mostra-lhes concretamente que as autoridades públicas agem para melhorar suas condições de vida, respondendo às necessidades culturais.

Além desses três fatores, a estrutura organizacional do Departamento de Assuntos Socioculturais – composta de departamentos encarregados ao mesmo tempo da cultura, do turismo, da juventude, do lazer, do esporte e da vida comunitária – possibilitou a transversalidade e a intersetorialidade, atingindo um amplo espectro de habitantes.

### **Múltiplos atores**

A esses fatores internos, na base do processo de transformação da ação municipal no campo da cultura e do desenvolvimento em Yopougon, somam-se elementos externos, como a existência de uma dinâmica internacional de conscientização da importância da cultura para o desenvolvimento, promovida pelos Ministérios da Cultura e da Administração Territorial da Costa do Marfim.

Para traduzir em realizações a visão de representantes locais eleitos e de atores culturais, a contribuição técnica, normativa e financeira dos parceiros internacionais

tem sido decisiva. A Unesco, a Organização Internacional da Francofonia e a Associação Internacional de Prefeitos Francófonos, assim como a Agenda 21 da Cultura, de responsabilidade da organização mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), contribuíram financeiramente para a construção da visão e para a elaboração do plano estratégico. A distinção desse plano como uma boa prática pela Agenda 21 da cultura fortaleceu a legitimidade do programa e contribuiu para sua difusão.

A parceria com o programa Territórios Associados – o Desenvolvimento Através da Cultura, iniciada pela ONG internacional Cultura e Desenvolvimento, também parceira do município de Yopougon, estabeleceu um patrocínio para a busca de financiamento e para a implementação do programa de infraestrutura cultural e capacitação de recursos humanos.

A convergência da ação de conscientização em nível internacional, nacional e local criou um contexto institucional favorável, que permitiu aos atores culturais iniciar uma dinâmica de mudança em Yopougon com o Programa Juventude e Cidadania Cultural, nome genérico de uma série de iniciativas em andamento desde 2010. Esse programa coloca em prática a estratégia municipal de ação cultural para o desenvolvimento local voltada para os jovens, tendo sua origem na iniciativa dos atores culturais.

### **Um ato fundamental: o plano estratégico para valorizar e promover o potencial sociocultural de Yopougon**

A ratificação da Convenção da Unesco de 2005, assim como os diferentes simpósios<sup>3</sup>

organizados na África e em Bruxelas sobre cultura e criação, em 2009, e os simpósios organizados em Abidjan<sup>4</sup> pela União Africana, sobre o financiamento da cultura, e pela Unesco, sobre cultura e desenvolvimento no programa da Nepad, têm despertado no mundo cultural marfinense um interesse e uma demanda para a renovação das políticas públicas de cultura.

Foi o caso em Abidjan, onde atores culturais e líderes comunitários locais, conscientes do papel da cultura no processo de desenvolvimento econômico e humano, quiseram contribuir para a renovação das políticas locais. A disponibilidade dos responsáveis da Universidade das Comunidades (Université des Collectivités)<sup>5</sup> e da prefeitura de Yopougon para se envolver no projeto levou ao processo de consulta que resultou no Plano Estratégico de Promoção e de Valorização das Potencialidades Socioculturais de Yopougon.

Esse plano se articula em torno de seis eixos estratégicos, que dizem respeito à estruturação e ao desenvolvimento dos setores de música, ecoturismo, turismo cultural, lazer, diversificação e democratização do esporte, profissionalização das associações e promoção do emprego cultural. Seu objetivo é “fazer de Yopougon um polo de atratividade e de desenvolvimento econômico e social em nível nacional e internacional, por meio da promoção e da valorização de seus recursos e de suas potencialidades socioculturais”.<sup>6</sup>

Pesquisas realizadas<sup>7</sup> sobre a coesão social no âmbito de um projeto dedicado ao seu fortalecimento demonstraram o dinamismo dos jovens e revelaram a precariedade de suas condições de vida. Para atender às suas

aspirações culturais, a prefeitura de Yopougon realiza, desde 2013, um programa de ação e um plano de infraestrutura sociocultural – cuja implementação continua em andamento –, nomeados Programa Juventude e Cidadania Cultural e Plano das Infraestruturas Socioculturais para a Renovação Urbana. Deve-se notar que ambos também atendem a todas as faixas etárias da população.

Por terem se conscientizado de que o desenvolvimento sustentável requer a integração das ações de várias secretarias municipais, a prefeitura e o Departamento de Assuntos Socioculturais fizeram parcerias com secretarias municipais relacionadas a saneamento, formação profissional, governança e atividades socioculturais para o desenvolvimento urbano.

É por essa perspectiva que a recuperação da infraestrutura básica foi iniciada e as atividades culturais e esportivas foram impulsionadas.

Essas medidas foram e continuam sendo amplificadas por dois eixos de trabalho, um deles dedicado ao reforço da coesão social e o outro à renovação urbana por intermédio de infraestruturas com foco educativo, cívico e cultural, articuladas em torno dos responsáveis das redes para cobrir o território do município.

### **A coesão social, uma prioridade**

A crise pós-eleitoral de 2010 enfraqueceu muito a administração municipal de

Yopougon, minando a solidariedade nacional e a coesão social. Isso levou a uma grave deterioração da infraestrutura nas áreas de educação, saúde, saneamento e cultura, além de enfraquecer o tecido social e gerar desconfiança entre as comunidades. Em resposta, dois programas foram implementados entre 2013 e 2016: o Projeto de Fortalecimento dos Municípios de Abobo e de Yopougon para a Promoção da Coesão Social (Cosay) e o Projeto de Apoio para a Reconciliação Através de Atividades Socioculturais (Parcs).

### **Os projetos Cosay e Parcs**

Iniciado em 2013, o projeto Cosay teve por objetivo fortalecer as capacidades dos governos locais em uma abordagem participativa, mobilizando representantes da população em torno de infraestruturas básicas para a consolidação de redes comunitárias por meio da criação de comitês de gestão envolvendo, nos bairros, beneficiários dos diferentes grupos socioculturais em torno de quatro infraestruturas que foram reabilitadas: uma estrada, duas escolas primárias e um centro de saúde.

Ao mesmo tempo, iniciou-se o Parcs<sup>8</sup>, assim como um plano de infraestruturas socioculturais. Com base em atividades socioculturais e esportivas, o projeto era articulado em torno de um diagnóstico da coesão social e das necessidades de formação,

**Por terem se conscientizado de que o desenvolvimento sustentável requer a integração das ações de várias secretarias municipais, a prefeitura e o Departamento de Assuntos Socioculturais fizeram parcerias com secretarias municipais relacionadas a saneamento, formação profissional, governança e atividades socioculturais para o desenvolvimento urbano.**

de programas dedicados ao reforço das capacidades dos atores políticos e da sociedade civil, e da recuperação e instalação de infraestruturas socioculturais e desportivas. Assim como no projeto Cosay, o Parc mobilizou os moradores do bairro em torno da recuperação de infraestruturas e da organização de atividades culturais e esportivas.

Os resultados satisfatórios desses dois projetos levaram a prefeitura de Yopougon a desenvolver espaços públicos com recursos próprios e a implementar, em longo prazo, o programa de infraestruturas socioculturais e de revitalização de serviços públicos com vocação cultural e educacional.

### **Infraestruturas para o desenvolvimento cultural do território e a dinamização da ação sociocultural municipal**

Após o enfraquecimento dos serviços públicos, causado principalmente pelas reformas realizadas em matéria de urbanismo, a acomodação dos bairros em infraestruturas e a sua manutenção foram abandonadas, levando à deterioração. O retorno da paz permitiu à prefeitura de Yopougon, em parceria com a ONG Cultura e Desenvolvimento, lançar um programa com o objetivo de recuperar os edifícios culturais e sociais existentes e construir novos nos bairros desprovidos dessas estruturas. Ao fazê-lo, a meta é revitalizar a ação de seus serviços públicos de animação sociocultural do território, aproximando-os da população.

**Essa rede também apoia a leitura nas escolas e fornece informação técnica e profissional a jovens, artesãos e comerciantes para sua orientação profissional.**

Iniciado em 2016, o plano de infraestruturas socioculturais visa contribuir para a diversificação da economia local, enfocando o fortalecimento do sistema de ensino, com a formação técnica e profissional em profissões relacionadas a cultura e criação – como música e artes cênicas – e a técnicas digitais.

Em sua primeira fase, o plano inclui a criação de uma rede de incentivo à leitura pública centrada em uma biblioteca de mídia – casa dos saberes e da cidadania com o objetivo de acompanhar a extensão do acesso à educação e à informação para o desenvolvimento humano. Essa rede também apoia a leitura nas escolas e fornece informação técnica e profissional a jovens, artesãos e comerciantes para sua orientação profissional. Outro de seus objetivos é facilitar o acesso a locais de convívio para grupos desfavorecidos que não sabem ler ou escrever e que desejam ser alfabetizados.

Em sua segunda fase, o plano leva em consideração o potencial da tecnologia digital por meio do apoio ao fortalecimento de uma comunidade de inovadores reunidos em torno de um projeto do Fab Lab: Yop.Crealab.

Com o objetivo de formar recursos humanos qualificados para contribuir na diversificação da economia local e reconstruir o vínculo social, o projeto busca responder três objetivos essenciais: criar um ecossistema empreendedor em torno de uma plataforma de serviços de profissionalização de jovens; apoiar, por meio de uma incubadora, empresas de economia colaborativa,

criando sinergias entre elas por intermédio do compartilhamento de recursos técnicos e experiências para a melhoria do ambiente de vida; e inovar na produção de objetos para empresas locais.

### **Consideração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na escala de um município marfinense**

Essa visão geral de iniciativas, realizações e projetos implementados pela prefeitura de Yopougon com vários parceiros locais, nacionais e internacionais é uma indicação de que é possível considerar os ODS nesse tipo de contexto. A comunidade local iniciou projetos plurianuais para reforçar a coesão social, desenvolvendo atividades e infraestruturas sociais e culturais, trabalhando para gerar colaboração entre os serviços públicos responsáveis pela cultura e a educação e apoiando iniciativas da sociedade civil que associam saneamento ambiental e criatividade para incentivar a criação de modelos de produção sustentável.

Esses projetos, muitas vezes liderados por jovens, buscaram fortalecer a posição dessa parcela da população, assim como a de mulheres e de grupos desfavorecidos associados nos processos de trabalho colaborativo.

Os documentos de orientação da ação municipal elaborados na área de cultura e desenvolvimento local foram desenvolvidos como parte de um processo participativo, que envolveu a administração

municipal, atores culturais e organizações da sociedade civil.

O Programa Juventude e Cidadania Cultural tem relação com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Com base na riqueza e na diversidade de suas expressões culturais, cria condições favoráveis à paz para uma população traumatizada por anos de divisão e violência políticas.

Também pretende construir, com o auxílio de parcerias, uma relação de responsabilidades compartilhadas com os jovens. Em razão de sua integração nos bairros e de sua proximidade com os líderes comunitários,

os membros jovens do Conselho Municipal favorecem a colaboração da prefeitura com um grande número de atores sociais.

O apoio à organização de competições e festivais culturais e artísticos ajuda a incentivar a participação cultural e a profissionalização dos jovens, a fim de desenvolver em etapas os setores culturais que lhes permitem viver de acordo

com seus talentos. Por meio de atividades nos bairros, busca envolver o maior número de habitantes em uma abordagem local, que também leve em conta a fragilidade de sua renda monetária e favoreça sua participação cultural.

A revitalização das instalações culturais quer promover as expressões dos jovens no setor, considerando as diversas comunidades, particularmente aquelas de pessoas em situação de dificuldade, como analfabetos e migrantes. Finalmente, ações específicas são dedicadas à temática do gênero.

**O apoio à organização de competições e festivais culturais e artísticos ajuda a incentivar a participação cultural e a profissionalização dos jovens, a fim de desenvolver em etapas os setores culturais que lhes permitem viver de acordo com seus talentos.**

A observação do atual processo destaca a importância de fatores que têm impacto significativo na realização dos ODS: os recursos financeiros, os recursos humanos e as redes de habilidades especializadas, além do capital cultural. Finalmente, a abordagem transversal envolvida na implementação dos ODS não é fácil. Esbarra na diversidade de áreas e de procedimentos de intervenção e na diversidade de *know-how* profissional, bem como na falta de conhecimento dos pontos e das modalidades de articulação da intervenção cultural com outras políticas setoriais.

As dificuldades encontradas pelos diferentes atores do processo de mudança em curso em Yopougon mostram que a inclusão coerente da cultura em uma estratégia de desenvolvimento local e sua articulação com outras políticas setoriais requerem uma autoridade capaz de mobilizar e casar diferentes saberes, harmonizando seus tipos de intervenção e reunindo seus recursos de acordo com os objetivos a serem atingidos para cada setor. Em resumo, a multidisciplinaridade e a integração, bem como a cooperação nos níveis local, nacional e internacional, são princípios a serem levados em conta. **obs**



### **Francisco d'Almeida**

Franco-togolês graduado em ciências políticas e doutor em sociologia do desenvolvimento pela Sorbonne (Paris I), é especialista da Organização Internacional da Francofonia (OIF) e membro do banco de especialistas da Unesco para a governança da cultura. Codirige a ONG Culture et Développement (Cultura e Desenvolvimento) para a inclusão da cultura nas políticas de cooperação para o desenvolvimento, além de ministrar cursos de treinamento na Universidade Senghor para o desenvolvimento africano na Alexandria (Egito) e no mundo francófono.

---



### **David Koné**

Mestre-assistente em artes cênicas e atividades culturais na Universidade Félix Houphouët-Boigny de Abidjan, na Costa do Marfim, atua como diretor do Departamento de Assuntos Socioculturais (Dasc) da prefeitura de Yopougon, onde implementa projetos de desenvolvimento cultural territorial com apoio técnico ou financeiro da Unesco, da Organização Internacional da Francofonia (OIF), da União Europeia (UE) e da Associação Internacional de Prefeitos Francófonos (AIMF). Nesse contexto, lidera projetos para fortalecer a coesão social por meio de atividades culturais e esportivas e de renovação urbana. Como professor pesquisador, realiza estudos sobre o desenvolvimento cultural do território. É membro do banco de especialistas da Unesco para a governança da cultura.

---



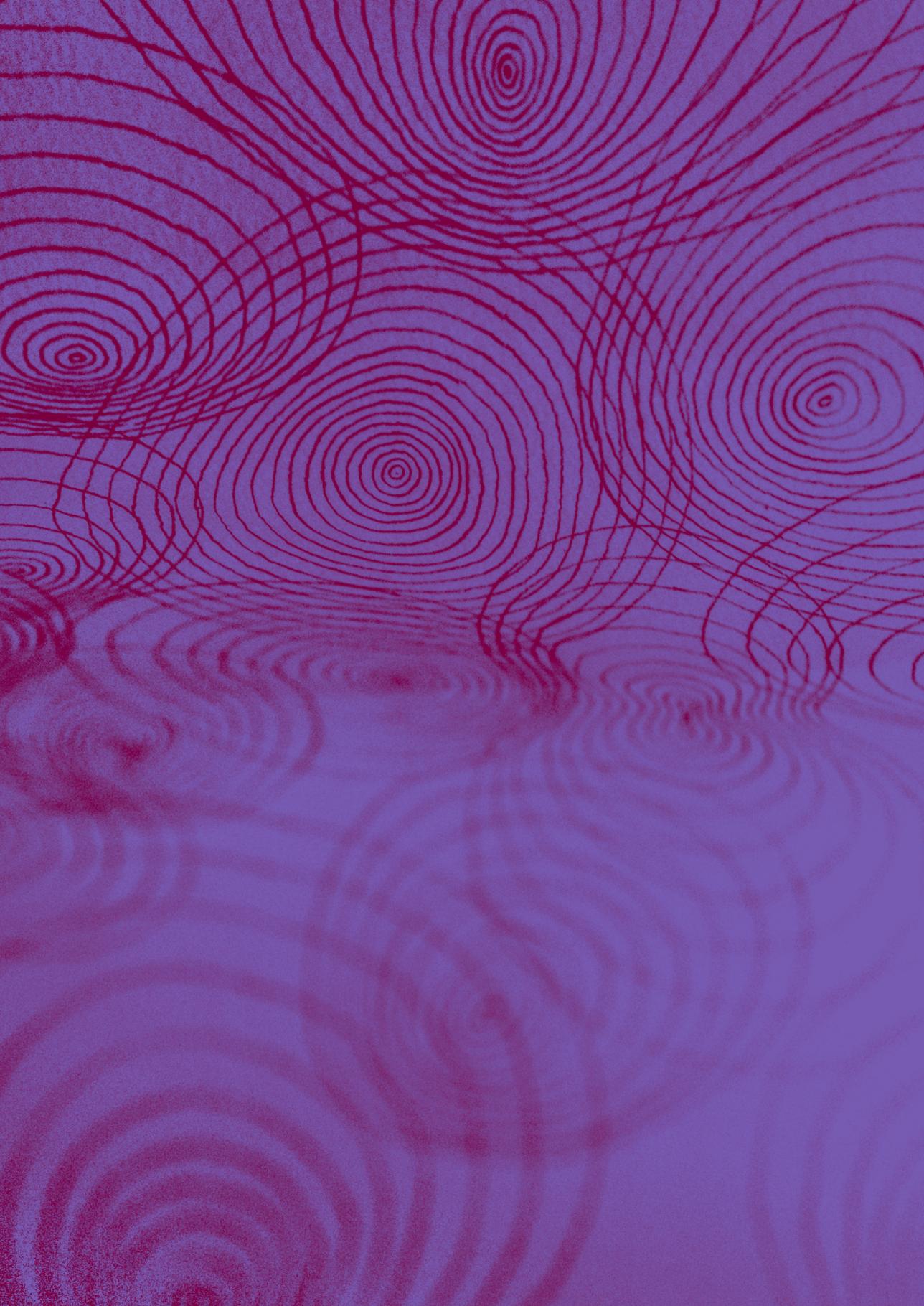
### **Valeria Marcolin**

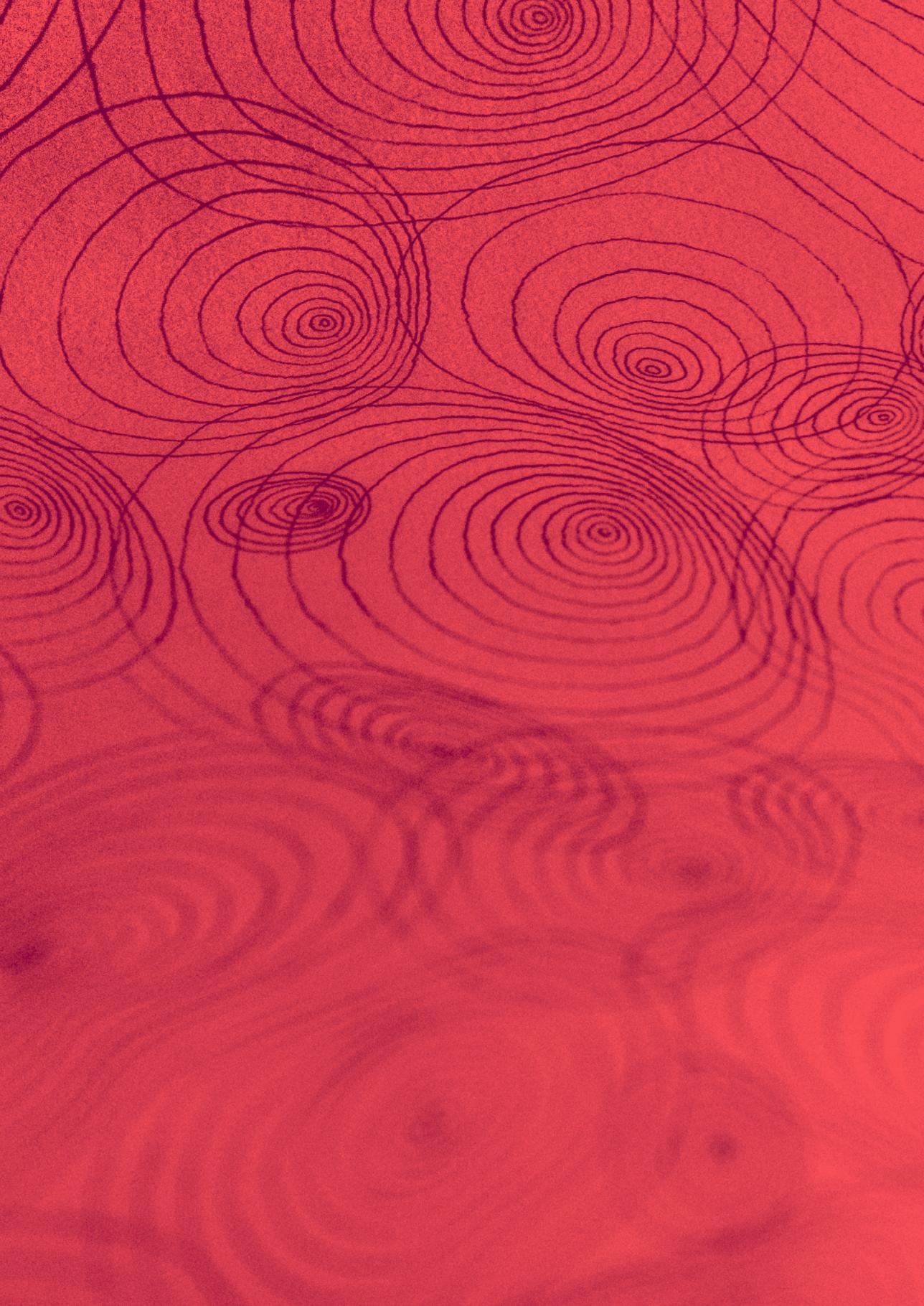
Especialista em elaboração, gestão e avaliação de projetos de cooperação cultural internacional, assim como no desenvolvimento de políticas e instrumentos culturais adaptados ao contexto dos países em desenvolvimento. Codiretora da ONG Cultura e Desenvolvimento, é consultora da Unesco, da OIF, da UE e de ministérios para programas de treinamento sobre o papel da cultura nas políticas de desenvolvimento e a promoção da diversidade das expressões culturais.



## Notas

- 1** Antes ocupado por vilas de pescadores e agricultores, o território de Yopougon se urbanizou na década de 1970, com a construção, em 1972, dos primeiros loteamentos por empresas imobiliárias públicas. Em 1979, uma via expressa leste-oeste melhorou sua ligação com o centro administrativo e econômico de Abidjan, localizado no município de Plateau. Após a Lei nº 78-07, de 9 de janeiro de 1978, que previu a criação dos municípios de pleno exercício na Costa do Marfim, Yopougon tornou-se, em 1980, um município de pleno direito ao iniciar um programa de infraestruturas urbanas, depois interrompido pela crise econômica e sociopolítica que paralisou a economia marfinense até 2012.
- 2** Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2014.
- 3** São exemplos a IV Reunião Ministerial da Francofonia para a Cultura, em Cotonu, em junho de 2001, e a IV Conferência de Ministros da Cultura ACP, em Dakar, em junho de 2003.
- 4** Simpósio sobre o financiamento da cultura organizado em 2000 pela União Africana e workshop sobre cultura e desenvolvimento no programa da Nepad (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, em português) organizado em 2003 pelo Escritório da Unesco em Dakar. A Nepad incluiu um programa destinado a revitalizar o setor da cultura e da criação, considerado pouco explorado e subdesenvolvido.
- 5** Associação de utilidade pública que presta apoio técnico às autoridades locais da Costa do Marfim.
- 6** Plano Estratégico de Promoção e de Valorização do Potencial Sociocultural de Yopougon.
- 7** Em cooperação com o Japão, a Costa do Marfim iniciou um projeto de fortalecimento dos municípios para a promoção da coesão social da Grande Abidjan, o Cosay, que permitiu a realização de numerosas pesquisas e do Estudo Participativo e Inclusivo do Contexto Social, Econômico e Político dos Municípios de Yopougon e Abobo.
- 8** O projeto Parcs foi realizado de 2014 a 2016, com cofinanciamento da União Europeia (UE).





## AS DESIGUALDADES CULTURAIS: O ÉTICO, O ÉTNICO E A COMUNIDADE

Paula Moreno

Para abordar a relação entre cultura e desenvolvimento, é necessário aprofundar a compreensão dos sistemas de inclusão e exclusão que perpetuam as desigualdades estruturais. Este artigo aborda essa discussão à luz do exemplo da corporação Manos Visibles [Mãos Visíveis], organização sem fins lucrativos que procura, por meio de uma leitura crítica sociocultural, desenvolver esquemas de empoderamento que facilitem a entrada de líderes e organizações que estão fora das instâncias de poder e das elites tradicionais no contexto colombiano. Neste exercício reflexivo, observam-se as relações centro-periferia, as tensões raciais e as perspectivas territoriais do desenvolvimento.

### Introdução

“[...] somente ferimos os outros quando somos incapazes de vê-los e imaginá-los.”

*Carlos Fuentes*

**E**ste artigo se concentra nas desigualdades e exclusões culturais, a fim de abordar as relações e interdependências entre cultura e desenvolvimento. A primeira parte se dedica a propor diferentes olhares e definições sobre cultura e desenvolvimento, em termos de inclusão efetiva a partir de uma perspectiva de relações de poder. Na segunda parte, analisa-se o caso da Corporación Manos Visibles,<sup>1</sup> um exercício de empoderamento sociocultural nas Américas, ligado à diáspora africana. Manos Visibles foi reconhecida pelo Fórum Econômico Mundial<sup>2</sup> como uma das três organizações mais inovadoras do mundo, em grande parte por sua lei-

tura sociocultural do desenvolvimento a partir de uma instituição sem fins lucrativos e pela criação de um ecossistema local, nacional e transnacional que influenciou a transformação do olhar sobre a esfera étnica e comunitária das periferias e a construção da paz na Colômbia. No final deste texto, são feitas reflexões práticas sobre a gestão cultural para reduzir as exclusões em países como o Brasil e a Colômbia, que ocupam os primeiros lugares em desigualdades estruturais no mundo.

Espero que o leitor reflita comigo, em um momento da maior relevância e urgência, para repensarmos o poder da cultura com a intenção de gerar significados, integrações e uma visão mais humana. Tentei fazer desta narração não somente um exercício conceitual, mas um reflexo do processo da minha imersão sociocultural nos últimos dez anos, com uma perspectiva institucional, retomando a minha experiência como ministra da Cultura

na Colômbia de 2007 a 2010, bem como meu trabalho em agendas de desenvolvimento em mais de 15 países; minha perspectiva como colombiana no setor sem fins lucrativos; e uma perspectiva global, como membro do conselho de administração da Fundação Ford.

Então, que este seja um texto para provocar-nos mutuamente e para sermos mais estratégicos e práticos diante de um mundo que nos desafia a cada momento, no qual, como bem disse a escritora britânica Zadie Smith, “O progresso nunca é permanente, sempre estará ameaçado, por isso deve ser redobrado, reafirmado e reimaginado”.<sup>3</sup>

E hoje é o momento ideal para pensarmos sobre o progresso cultural de que as nossas sociedades precisam, para nos tornarmos seres humanos e cidadãos melhores, profundamente preocupados também com o bem-estar dos demais, compartilhando os privilégios e, finalmente, assumindo posições para passar de um conceito de equidade e bem-estar etéreo e ideal para um

que possibilite o avanço humano. Muitos fatos nos apresentam essa contradição histórica que o crítico francês Jean-Baptiste Alphonse resume: “Quanto mais as coisas mudam, mais continuam iguais”.<sup>4</sup> Será que isso é verdade?

É disso que trata este texto no qual navegaremos juntos, em um momento em que é da maior transcendência, como bem disse

o escritor norte-americano James Baldwin, desenvolver a linguagem e a reflexão para tentar controlar e antecipar as circunstâncias.

### **Cultura: um conceito de quem, para quem e com quem?**

Este artigo começa explorando o conceito de cultura, uma vez que parte significativa das exclusões e desigualdades é determinada diariamente pelos significados, pelos entendimentos e pelas categorias culturais atribuídos e transmitidos por diferentes setores da sociedade. Essa afirmação se torna mais relevante quando são analisadas as re-

lações de poder, ou seja, quando esses conceitos que parecem abstratos e gerais, como o de cultura ou desenvolvimento, em sua instrumentalização por um grupo social específico, determinam quem está fora ou dentro de um sistema, quem tem privilégios ou quem é omitido na conversa, quem é definido como sujeito ou como objeto e, a partir disso, de qual equidade ou igualdade estamos falando.

A definição de cultura e desenvolvimento é fundamental quando se procura ajudar a entender seu papel na redução das desigualdades estruturais, que passa não somente por uma perspectiva de quem sofre condições de pobreza, privação ou violência, como também por uma leitura crítica sobre os paradigmas que determinam essas posições. Como bem disse Martin Luther King Jr., “A equidade

**E hoje é o momento ideal para pensarmos sobre o progresso cultural de que as nossas sociedades precisam, para nos tornarmos seres humanos e cidadãos melhores, profundamente preocupados também com o bem-estar dos demais, compartilhando os privilégios e, finalmente, assumindo posições para passar de um conceito de equidade e bem-estar etéreo e ideal para um que possibilite o avanço humano.**

não é apenas uma questão de matemática e geometria, mas um assunto de psicologia”.<sup>5</sup>

Os conceitos e as leituras culturais moldam a noção de desenvolvimento; por isso, é fundamental entrar em uma análise semântica para poder dizer clara e intencionalmente o que pretendemos, e, assim, traduzir sua relevância e urgência, para que não se caia na percepção de que o papel da cultura é decorativo ou secundário, segundo os estereótipos que banalizam a sua influência. O que a cultura significa em um contexto particular ou em um contexto mais geral? Como traduzir a relevância cultural nas exclusões?

A cultura (ou as culturas) tem sido associada aos processos de produção social e às relações sociais com as quais o mundo é organizado, a partir de uma perspectiva de tempo e espaço e da definição do que é humano e do que não é. Da mesma forma, tem sido a base para organizar a experiência, registrar a memória, analisar que parte dessa memória se torna história e, nessa história, quem são os protagonistas, as vítimas ou os invisíveis, algo que até hoje ainda é crítico nas desigualdades cotidianas, na definição permanente da concentração da pobreza em grupos específicos por causa de suas condições e avaliações identitárias, que marginalizam suas oportunidades na sociedade. Essa definição da cultura ligada aos limites, aos desafios, ao que é possível e ao que é considerado impossível, ao que é tolerante e ao que não é, ao que é belo, legítimo, verdadeiro. Neste último item, a cultura tem desempenhado um papel por vezes opressor e da maior exclusão, rejeitando a diversidade de formas, modos e expressões, gerando categorias estéticas que negam a humanidade em seus múltiplos

modos e manifestações; em outras ocasiões, tem sido o mecanismo de reivindicação.

Assim, a cultura é contextual, no final sempre conjuntural e marcada pelo político. Trata-se, portanto, de um campo de negociação e de tensões permanentes, que reiteram seu dinamismo.

Após essa descrição mais macro, sistêmica e epistemológica da cultura, gostaria de me atrever a entrar em uma análise a partir da minha perspectiva como engenheira – poderíamos chamar de engenheira cultural, associando-a à palavra infraestrutura. Uma infraestrutura que, na sociedade atual, responde à dualidade contemporânea do tangível e do intangível, essa infraestrutura que gera as vias de compreensão e entendimento de uma sociedade. Essa infraestrutura que pode conectar ou isolar, esse fluxo criativo que precisa interagir, dinamizar-se, para ir tecendo e repovoando um sistema de conteúdos que proporcionam sentidos individuais e coletivos. É perguntar-se, sobre as diferentes expressões culturais, “para quê” e “por quê”. Essa conceitualização é fundamental à eficácia necessária na ação cultural, que transcende o simbólico para penetrar em sistemas e matrizes mais profundos. Pensar na dança, que libera o espírito, por exemplo, e transmite através do corpo um discurso, uma declaração; passando pela música, que torna o cotidiano rítmico, convida a unir e elevar as vozes com mensagens particulares; até chegar à literatura, que cria mundos e permite viajar tanto para longe quanto para perto da realidade mais humana e profunda, sem esquecer da arte, que plasma o passado e o presente e traça um futuro possível na diversidade das formas, abstrações e cores.

Ler para quê? Escrever para quê? Dançar para quê? Cantar para quê? Muitas respostas que poderiam passar pelo prazer da atividade e da vida cultural, mas que, em uma agenda de desenvolvimento, adquirem dimensões ainda mais profundas de sobrevivência e quase de existência, permanência e visibilidade, em um sistema que mantém certos grupos populacionais marginalizados nas periferias do poder.

Recentemente, publiquei um livro de memórias, intitulado *El Poder de lo Invisible* [O Poder do Invisível]. Quando comecei a escrever, há dez anos, a minha intenção era apostar no poder das palavras escritas, que nos abrem para o universo das experiências de um modo particularmente marcado por uma voz interior que vai reagindo conforme o escritor passa a barreira do leitor e decide começar uma viagem com ele, que acabará sendo uma viagem para si mesmo. Então, ler e escrever ou escrever e ler, para mim, tornou-se uma forma de existir, entender, fazer sentido, imaginar, negociar com as minhas lembranças, com os meus sonhos, e gerar modos particulares de povoar o pensamento, o sentimento e, no final, a consciência de outros. No meu caso, como primeira mulher afrodescendente e a mais jovem a ocupar um cargo ministerial na Colômbia, e uma das primeiras ministras negras das Américas, sentia o peso de deixar um testemunho que gerasse uma escola de referências, aprendizados e experiências.

As biografias culturais dos nossos países e a ostentação dos principais locais de poder têm categorias de identidade em termos de gênero,

etnia, idade, posição social etc. Havia a necessidade, então, de tentar transcender por meio da palavra escrita, para que a minha experiência ou o que quero transmitir com a minha existência não ficassem à mercê de interpretações. Eu entendi que, a partir desses exercícios, as relações de poder mudam, como disse o grande escritor africano Chinua Achebe: “Se você não gosta da história do outro, escreva a sua própria história”.<sup>6</sup> Fiz parte dos mais de 10 milhões de afrodescendentes na Colômbia e dos mais de 150 milhões nas Américas cuja história é narrada por outros, em que o papel principal é sempre como vítima e não como protagonista.

**Não é apenas combater a pobreza material, mas a pobreza dos sentidos, que faz com que tenhamos uma sociedade tão desigual sem que isso nos incomode.**

Gostaria de compartilhar um exemplo pessoal da intencionalidade cultural e do poder da cultura para mim como indivíduo, como líder e como comunidade. E, mais adiante, vou contá-lo a partir das vozes

das mãos visíveis. Escrever para curar, escrever para existir, escrever para contar as experiências da diversidade que habita em mim e me conecta com milhões de pessoas no mundo, criando um experimento de psicologia comunitária que enfatize a ruptura das narrativas de divisão, passando de um “você e nós” para um “nós”, transformando o livro em um espelho de uma humanidade compartilhada que vai além das categorias identitárias raciais, sociais e geracionais. No final, todos somos um livro e temos uma história para contar. O ponto é a intencionalidade dessa história.

A cultura abriga as grandes conquistas e também os conflitos, os desenvolvimentos potenciais, as grandes incompreensões, os ressentimentos e as frustrações mais profundos.

Às vezes, as coisas mais evidentes, ou que estão mais próximas da experiência de todos, são as mais difíceis de explicar e argumentar como entram na agenda. Como aquilo articula um sentido de temporalidade mais extenso, como ali está a base do nosso universo criativo. No final, não é apenas combater a pobreza material, mas a pobreza dos sentidos, que faz com que tenhamos uma sociedade tão desigual sem que isso nos incomode. É nesse ponto que a compreensão mais ampla da cultura aborda não só a necessidade da cultura como infraestrutura de sentido individual e coletivo, mas também seu papel na qualidade e na dignidade do ser humano, o que implica uma reflexão mais ética, que eu gostaria de conectar com o próximo segmento, que trata da concepção de desenvolvimento.

### **Desenvolvimento: a partir de que, com o que e para quem?**

Acredito que o conceito de desenvolvimento está passando por uma profunda reflexão ética. Na Manos Visibles, organização que dirijo e cujos exemplos mencionarei mais adiante, tomamos a decisão de definir a nossa abordagem de desenvolvimento da seguinte forma:

“Desenvolvimento não é apenas a distribuição de recursos físicos. É o processo de construir a partir dos ativos das comunidades, apoiando a geração de capacidades, o acesso a oportunidades e o crescimento equitativo. É o processo de gerar resultados profundos e transformações na mentalidade, nas capacidades, na valorização e na melhoria das condições de vida. A pobreza não é somente de recursos físicos, mas de esperança, de expressões próprias e de sentidos”.

O ponto de partida da definição de desenvolvimento, no caso da Manos Visibles, faz com que se assumam de uma vez um olhar que atravessasse tudo. Por exemplo, interessa-nos um desenvolvimento endógeno, que valorize e renove o que é próprio. Conseqüentemente, o nosso papel como organização-ponte e acompanhante é complementar os ativos locais com as melhores ferramentas, nutrir ideias e gerar conexões estratégicas que ajudem a mudar as relações de poder. Assim, sabemos que o objetivo da nossa agenda de desenvolvimento não se concentra apenas em comunidades com níveis mais altos de violência ou pobreza, mas particularmente nas elites acadêmicas, políticas, econômicas e culturais que tomam decisões, que não sabem, que omitem ou subvalorizam aqueles considerados outros em razão de suas condições de vulnerabilidade. Conseqüentemente, o desenvolvimento não é o que é feito pelos outros, mas o que é cultivado para que as transformações sejam realizadas de forma autônoma e estruturada pelos líderes e pelas organizações. Isso mesmo: para nós, o desenvolvimento é um processo orgânico. Ao entender o desenvolvimento como um processo orgânico, nós nos movemos na infinidade de nuances e dinâmicas que correspondem aos contextos e às construções de cada local.

Isso significa que fortalecemos as capacidades que levam à autonomia, potencializamos os relacionamentos estratégicos e entendemos que, se houver capacidade, ao ganhar poder, existe a possibilidade de influenciar as decisões. Por isso, apostamos na geração de ações repetidas que, em escala, provocam micromudanças que nos penetram e transformam os sistemas de exclusão. E cito três autores que ilustraram essa questão:

Amartya Sen [professor de economia e filosofia indiano], que, com sua abordagem das capacidades, enfatiza o desenvolvimento como um meio que fomenta e propicia a expansão das liberdades individuais e coletivas das sociedades; Martha Nussbaum [filósofa norte-americana], que sugere que, para entender melhor o conceito de capacidades, é necessário ampliar o de dignidade. Ela a considera um dever que se tem com todas as formas de vida, um reconhecimento da importância do meio ambiente como um dos propósitos do desenvolvimento. E, finalmente, John Roemer [economista e cientista político norte-americano], que adverte que a igualdade de oportunidades foi entendida de duas formas: “A primeira estabelece que a sociedade deveria fazer todo o possível para ‘nivelar o campo do jogo’”.

Em outras palavras, a oportunidade de fortalecer as capacidades pode ocorrer de forma reativa, seja resolvendo as desigualdades do sistema, seja com medidas progressistas destinadas a garantir igualdade de condições para todos. Essa é a tarefa que realizamos em *Manos Visibles*, nivelar com a melhor formação disponível o terreno das exclusões conceituais, bem como o terreno das exclusões culturais e políticas, que geram uma subvalorização no exercício da cidadania a partir de algumas comunidades em condições de pobreza e violência.

O que entendemos como desenvolvimento passa por um profundo questionamento ético, que afeta a renovação do nosso estilo de liderança. Para reconfigurar nosso poder, nossa influência e nosso foco, precisamos incubar essa liderança coletiva e colaborativa com base em um profundo apelo cultural, para mudar especificamente as exclusões recorrentes, esse

contínuo “eles e nós”. Uma acadêmica colombiana resume isso de forma muito evidente, cruzando uma visão de desenvolvimento não só instrumental, econômica ou social em padrões básicos, mas profundamente cultural, associada às discriminações e exclusões:

“Às vezes, o ‘nós’ é formado por brancos-mestiços eurodescendentes, herdeiros da razão ocidental, verdadeiros colombianos, integrados à nação, guardiões da cultura nacional. Ao lado desse ‘nós’ é fabricado um ‘eles’: os afro-colombianos, retóricos, invisibilizados, autoinvisibilizados, vítimas obscuras necessitadas de refletores burocráticos, pseudoinvisibilizados que reproduzem hierarquias dentro da invisibilidade, não conhecedores dos desafios impostos hoje pela cultura hegemônica nacional”.

### **Manos Visibles: entender e agir no mapa das exclusões**

“O efeito de uma bomba cultural é aniquilar as crenças das pessoas em seus nomes, linguagens, ambiente, herança de esforço, unidade, capacidades e, finalmente, em si mesmas. Isso faz com que o passado pareça uma terra perdida, um território infértil sem maiores conquistas, que impele as pessoas a quererem se distanciar de si mesmas.” (Ngũgĩ wa Thiong’o)

“Desconstruir os discursos e as narrativas que constituíram o sustento para justificarmos o injustificável. Assumir a causa daqueles considerados os outros; os empobrecidos, não os pobres; os invisibilizados, não os invisíveis; os marginalizados, não os marginais. Com a finalidade de mudar imaginários que nos convidem a sair da nossa

zona de conforto e compartilhar os nossos privilégios... eu os convido a fazer isso.” [Deicy Elena Bermúdez Hurtado, membro da corporação Manos Visibles, em discurso principal na formatura da segunda coorte do mestrado em poder pacífico, em dezembro de 2018, na Universidade Eafit (Medellín)]

“A grande tarefa da afrodescendência é passar do poder da resistência para o poder da transcendência.” [Edgard Gouveia Jr., membro da Afroinnova – Manos Visibles (Brasil)]

O nome Manos Visibles [Mãos Visíveis] vem de um olhar alternativo sobre a teoria do filósofo escocês Adam Smith, que argumentou que era o valor das mãos invisíveis na dinâmica do mercado que determinava a atividade econômica. Quisemos ir além: a partir da perspectiva do desenvolvimento social e inclusivo, acreditamos que as transformações ou as mudanças sociais não podem ficar à mercê de fatos aleatórios, mas devem responder a ações programáticas. Ou seja, devem ser gerados fatos que permitam formar e definir as estruturas das quais cada sociedade precisa para o seu bem-estar, e que, ao mesmo tempo, reduzam as desigualdades e mudem os fatores estruturais de atraso. Da mesma forma, essas ações devem se concentrar nos locais com maior necessidade, dando protagonismo aos seus cidadãos.

Quais são as exclusões? Pode parecer uma pergunta óbvia, mas às vezes estão tão profundamente enraizadas no cotidiano que nos sentimos incapazes de vê-las. Sabemos de uma coisa: estão em todos os

lugares. Limitam-nos. E limitam milhares de pessoas, reduzindo o seu acesso às oportunidades. Na Manos Visibles nos perguntamos continuamente onde estão, quais são, e, acima de tudo, como podemos reduzi-las. Dessas perguntas aparentemente simples – mas profundas e complexas quando se trata de encontrar uma solução para elas – nascemos como organização. Surgimos desse questionamento que nos levou a perguntar quem estava dentro e quem estava fora das instâncias em que as decisões são tomadas. De quem dependiam as mudanças, por que o acesso a elas era tão escasso e por que os privilégios eram limitados.

Perguntamos, além disso, quem estava disposto a compartilhar seu poder, quem estava disposto a aprender e a entregar o seu saber aos demais. Da mesma forma, quem não estava. De quem dependem as mudanças. E quem as nega.

Essas perguntas de mão dupla nos permitiram entender como a realidade funcionava nos territórios, quais eram as elites tradicionais e quem eram os líderes que transformam as realidades, muitas vezes em silêncio. Pouco a pouco, fomos aprendendo como essas elites nacionais se conectam com as regiões e os territórios locais para entender quais interesses predominam e também para saber quais são os interesses de fundo que fazem com que os territórios excluídos permaneçam nessa condição.

Para quem é interessante continuar com esse estado de coisas? São omissões ou acontecem de propósito? Quem é a maioria e quem é uma minoria nesse contexto? O que acentua essa maioria ou minoria e em

**Interessa-nos um desenvolvimento endógeno, que valorize e renove o que é próprio.**

que momento ela começa, quais são os fundamentos e conceitos que a mantêm, quais são as matrizes que invisibilizam as pessoas? Entendemos que, no mapa dos territórios de exclusão, existem variáveis étnicas que coincidem com a dimensão da extrema pobreza. Se a pobreza aumenta em territórios como o Pacífico colombiano, nós deveríamos, então, nos concentrar e fazer uma radiografia do lugar. Assim, a Manos Visibles poderia fornecer uma perspectiva que transcendesse a geografia local e dar-lhe um olhar transnacional. Essa perspectiva nos permitiu, em pouco mais de oito anos de existência, ter 4 linhas estratégicas e 13 programas, consolidando uma rede de 2 mil líderes de comunidades excluídas, 100 tutores nacionais e internacionais, membros das elites do país e do mundo, bem como 30 organizações visíveis, referentes à transformação coletiva. Até hoje, a Manos Visibles tocou e conectou mais de 200 mil pessoas e 400 organizações, em uma região da Colômbia onde o isolamento e o esquecimento são a regra, além de integrar líderes e organizações em 11 países da África e sua diáspora, que são membros do programa Afroinnova.

Manos Visibles, como o próprio nome diz, tem o poder de visibilizar e ajudar a sair daquilo que a escritora nigeriana Chimamanda Adichie chama de perigo da história única. As histórias dos descendentes de africanos, e de territórios como o Pacífico colombiano, não podem continuar sendo contadas a partir da violência, da pobreza e da catástrofe. Portanto, para terminar esta seção, gostaria de mencionar quatro casos de organizações que realizaram todo o processo com a Manos Visibles e hoje consolidam um ecossistema de transformação. Aqui, suas

histórias ou seus percursos são visíveis nos processos promovidos pela Manos Visibles, já que eles são o coração do nosso trabalho. Quem eram? Quem são? Quem serão? E qual foi a influência desse caminho juntos? Sua tarefa foi e será constituir uma elite renovada, marcada pela modificação do modo de sentir, pensar e agir das suas próprias comunidades e narrativas predominantes.

### **Manos Visibles: lideranças e ecossistemas de transformação culturais**

“Essas mãos não são tanto sobre mim, mas sobre o meu país. Escolhi as mãos porque são instrumentos poderosos, que podem ferir ou curar, castigar ou elevar... em uma época de injustiças podem nos unir, apesar das diferenças, reconhecendo o poder do amor, da confiança e do valor da vida.”  
(Nelson Mandela)

O exemplo que escolhemos da nossa rede de mais de 2 mil líderes, 400 organizações e 30 iniciativas visíveis é a dança. Em um ecossistema de transformação cultural na dança, descreveremos apenas uma mão visível, mas temos um ecossistema de música, audiovisual e dança.

### **Sankofa<sup>7</sup>**

*Danças para sermos ouvidos, mais do que para sermos vistos!*

“A dança é o caminho que encontrei para dar corpo ao sentimento e à reflexão que me integram como artista e como afrodescendente.” (Rafael Palacios, diretor e coreógrafo da Mãos Visíveis)

Sankofa é uma companhia de dança transnacional que encontra na arte a oportunidade de questionar as tensões na integração social, na discriminação e na exclusão. É também uma escola para centenas de jovens dançarinos no país. Três de seus títulos nos mostram sua posição, sua mensagem e seu conteúdo, para gerar não apenas uma encenação com dignidade, mas também uma reflexão e uma formação profunda de seus membros e de seu público. Uma mão visível que se nutre de processos formativos e da conexão com a África e a diáspora é fundamental, conceitua a exclusão e tudo isso a torna uma declaração-representação política, estética e poética, fortalecendo outros coletivos, como os jovens criadores de Chocó, departamento da Colômbia.

### **A Mentira Complacente – sobre a Erotização dos Corpos Negros**

“No palco, um corpo-caricatura que, com quadris, nádegas e pênis descomunais, busca autoafirmar suas tradições por meio de expressões como o mapalé ou a requintalla, e, ao mesmo tempo, parodiar os clichês que não conhecem o significado de suas manifestações artísticas e espirituais: não ser representado, mas autorrepresentado na memória e na sabedoria de uma comunidade.” (Rafael Palacios)

### **A Cidade dos Outros**

“Em muitas ocasiões, longe de ser uma fonte de progresso, a cidade se torna um lugar de hostilidade, solidão e discriminação.” (Rafael Palacios)



### Data-Limite

“Em nosso país, a guerra tem as cores das comunidades negras, indígenas e campestres. É chegada a hora de desafiar o tótem coletivo que nos puxa nossos pés para a inequidade social.” (Rafael Palacios)

### Conclusões

#### *A autoestima cultural*

Na relação entre cultura e desenvolvimento, é fundamental fortalecer os processos de valorização daquilo que é próprio em contextos com condições de marginalidade, exclusão e

violência. Valorizar consiste em reconhecer não só a partir de uma perspectiva retórica, mas em termos de poder, com uma aposta na autonomia, na igualdade real e no próprio protagonismo.

#### *O poder cultural*

O poder como categoria de análise é fundamental na relação entre desenvolvimento e cultura, para não cair em uma visão assistencialista e paternalista, que não procura mudar os sistemas e gerar uma inclusão efetiva. É um olhar prático e tático da cultura, que requer uma abordagem a partir da



esfera política, econômica e dos caminhos para uma integração efetiva na tomada de decisões, existindo para isso diferentes vias e formas de poder.

#### *As lideranças culturais*

De que tipo de lideranças precisamos e onde elas devem atuar para o avanço integral? É fundamental questionar o tipo de liderança individual e coletiva necessária às transformações, bem como propor mecanismos para cultivá-la e dotá-la de ferramentas efetivas que complementem seus saberes sociais e culturais.

#### *A inclusão cultural*

As agendas de desenvolvimento exigem pensar em como reduzir as exclusões conceituais e culturais, além de como igualar o reconhecimento, o ponto de partida e o acesso. **obs**



#### **Paula Moreno**

Engenheira industrial colombiana formada em língua e cultura italiana, possui mestrado em filosofia da gestão pela Universidade de Cambridge, com estudos em planejamento urbano e liderança no MIT e na Universidade de Yale. É ex-ministra da Cultura da Colômbia, a mais jovem da história do país, e primeira mulher afro-colombiana a ocupar um cargo ministerial. Recebeu vários reconhecimentos, como a Ordem de San Carlos do governo da Colômbia; a Ordem da Águia Asteca do governo do México; e o Prêmio de Excelência Fulbright. Em 2013, foi reconhecida pela BBC como uma das cem mulheres líderes no mundo e, em 2016, pelas Nações Unidas como uma das cem líderes afrodescendentes mais influentes.

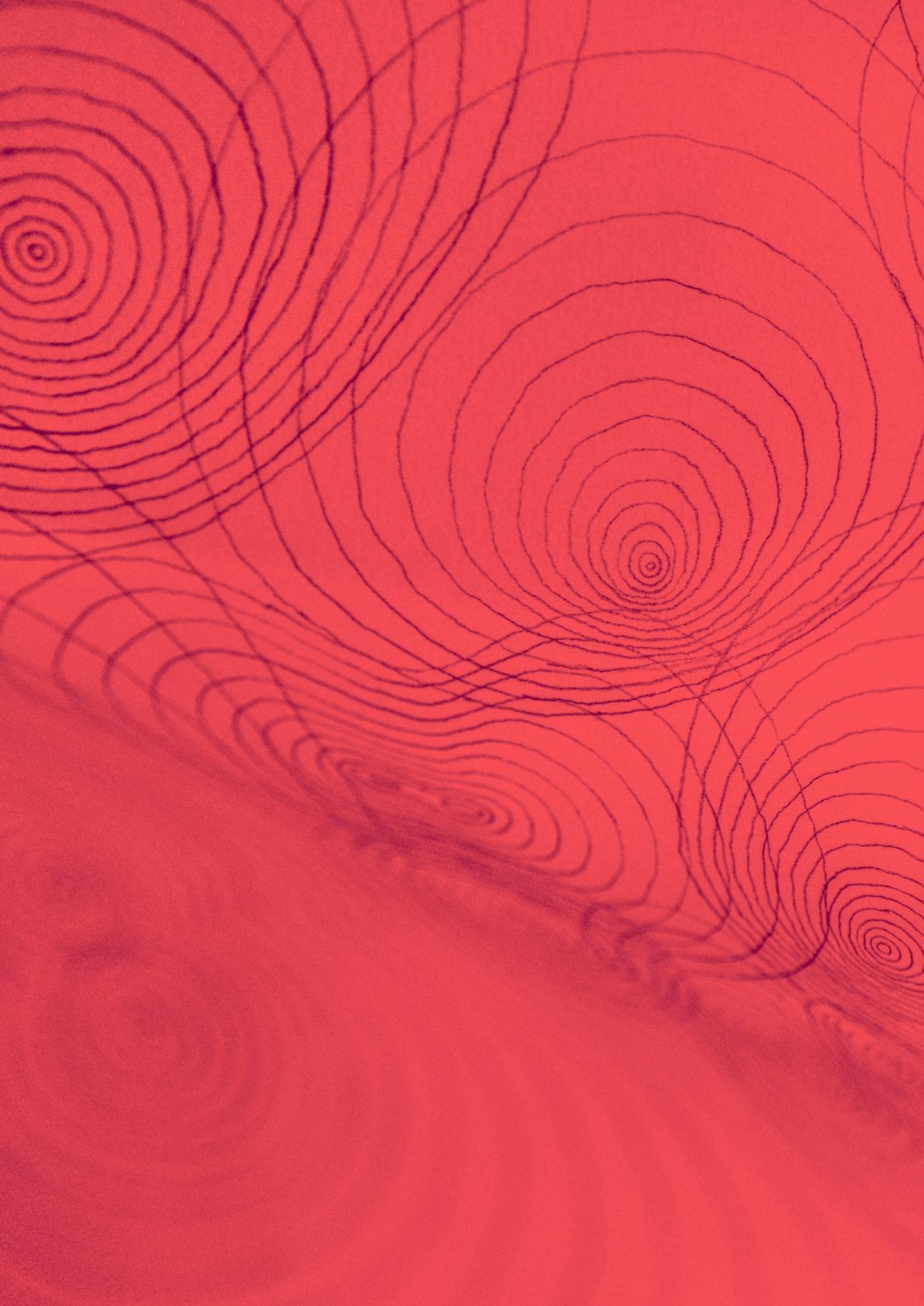
Em 2010, fundou a corporação Manos Visibles – presidindo-a desde então –, que empodera líderes e organizações de comunidades excluídas, particularmente afrodescendentes, a fim de mudar as relações de poder. Atualmente, é membro do conselho de administração da Fundação Ford. Em 2018, publicou um livro de memórias, *El Poder de lo Invisible*, pela editora Penguin Random House.



## Notas

- 1 Manos Visibles: <[www.manosvisibles.org](http://www.manosvisibles.org)>.
- 2 Fórum Econômico Mundial de 2018, em Davos, na Suíça.
- 3 Texto original de Zadie Smith: “Progress is never permanent, will always be threatened, must be redoubled, restated and reimagined if it is to survive”.
- 4 Texto original de Jean-Baptiste Alphonse: “Plus ça change, plus c’est la même chose”.
- 5 Texto original de Martin Luther King Jr.: “Equality is not only a matter of mathematics and geometry, but it’s a matter of psychology”.
- 6 Texto original de Chinua Achebe: “If you don’t like someone else’s story, write your own”.
- 7 Veja: <[www.sankofadanzafro.com](http://www.sankofadanzafro.com)>.





# DIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO

## AGENDA 2030: RUMO À DESCOLONIZAÇÃO DOS NOSSOS MUNDOS

Lucina Jiménez

A Agenda 2030 implica um esforço internacional de governos e empresas privadas para reconhecer a diversidade cultural como força para o bem-estar, cuja gestão deve vir acompanhada de políticas baseadas em direitos humanos, especialmente direitos culturais. O reconhecimento e a valorização de saberes, tecnologias e práticas dos povos e as novas formas de gestão autônomas e colaborativas entre organizações artísticas, juvenis e da sociedade civil devem se articular com políticas de acordo com a natureza e a escala da produção artística, cultural e tecnológica em um mundo global.

### Do desenvolvimento e da homogeneidade aos direitos culturais e à diversidade

**D**urante os séculos XIX e XX, o pensamento filosófico e as ciências sociais e econômicas estabeleceram a indissolubilidade da relação entre desenvolvimento e homogeneidade cultural. A busca da “unidade nacional” em muitos países da América Latina, no fundo ligada à consolidação do capitalismo como regime econômico, político e cultural dominante, implicava a generalização de elementos culturais como bases identitárias necessárias para firmar o Estado-nação. A diversidade étnica e cultural era vista como um obstáculo que impedia o desenvolvimento econômico e o bem-estar coletivo.

Os povos indígenas, como foram denominados internacionalmente, assim como as populações afro-americanas, foram liquidados em vários países, enquanto, em outros, suas línguas, suas expressões culturais, suas memórias e seus conhecimentos foram negados. Os territórios culturais foram expropriados e, em muitos casos, os habitantes se tornaram força de trabalho ou foram exaltados como representantes de um passado glorioso, que no final das contas era passado.

As políticas culturais e educativas foram, até certo ponto, funcionais ou se adequaram a essa proposta. Os referenciais

culturais impostos ou legitimados foram aqueles construídos a partir das culturas europeias dominantes ou, no melhor dos casos, aqueles aceitos como válidos pelos novos crioulos estabelecidos nos novos territórios colonizados. Houve, no entanto, uma inevitável miscigenação, misturas resultantes da convivência prolongada, assimétrica e desigual. Os ícones, as palavras, os remédios, as cosmovisões, as danças e as músicas inevitavelmente contagiosas, ou clandestinas, sobreviveram e se transformaram em um prolongado e inigualável sincretismo.

A premissa era de que o desenvolvimento estava associado a uma aspiração de homogeneidade, que nunca se materializou. As culturas locais e de múltiplos grupos indígenas, mestiços e afro-americanos, resultado das miscigenações e dos cruzamentos culturais, ganharam muita força, apesar das políticas culturais e dos esforços educacionais voltados para a homogeneização. A força territorial das diversidades culturais, com base em suas respectivas cosmovisões, também se tornou, mesmo dentro de um capitalismo cada vez mais destrutivo, uma condição de existência e/ou resistência.

Hoje, com o avanço do discurso dos direitos culturais, temos a possibilidade de transcender essa velha dicotomia entre universalismo e diversidade cultural, já que o reconhecimento dos direitos culturais implica o reconhecimento da dignidade de pessoas, grupos e comunidades em seu legítimo direito de decidir sobre sua identidade cultural e exercer a liberdade criativa, bem como seu direito cada vez mais importante de gerir seus próprios recursos culturais. A identidade pessoal e coletiva, em constante

transformação, é uma condição para alcançar um senso de universalidade.

O desenvolvimento do pensamento em torno da economia do setor cultural, mesmo em meio a muitas tensões de natureza ideológica, permite-nos situar o debate entre desenvolvimento e diversidade em planos completamente diferentes daqueles impostos durante o século XX.

Nesse sentido, concordo com Paul Tolia quando diz:

Pensar agora sobre a economia do setor cultural não constitui, de forma alguma, uma derrota dos argumentos humanistas em relação à cultura que todos conhecemos e defendemos. Não significa abandonar o campo da luta em defesa do desenvolvimento cultural; ao contrário, significa ocupar um campo complementar do qual o setor cultural e seus principais atores desertaram, deixando o terreno livre para as pressões negativas (TOLILA, 2007).

Qualquer processo criativo, individual ou coletivo, para além do seu valor simbólico e de construtor de significados e tramas de relações sociais, éticas e estéticas, tem uma dimensão econômica que muda em relação ao seu valor de produção ou troca e ao contexto em que essa produção é gerada, circulada e inserida na vida das pessoas. A sustentabilidade dos processos artísticos e culturais, sejam eles de criação popular, de criação comunitária ou profissional, não tem a ver apenas com o valor econômico, mas com as possibilidades de inovação, apropriação social ou criatividade aplicada, com a forma como se relaciona com a saúde do ambiente e dos próprios produtores

e com o fato de que o aproveitamento dos recursos culturais utilizados para sua produção não compromete o das gerações futuras, por não haver superexploração.

É por isso que a perspectiva do desenvolvimento em relação à diversidade cultural só pode ser garantida por meio do estabelecimento de políticas que articulem as dimensões social, educacional, econômica, ambiental, cultural e intergeracional. Daí sua complexidade e necessidade de que o fortalecimento dessa abordagem venha acompanhado da formação de novas capacidades entre funcionários ou servidores públicos e também entre produtores culturais, criadores, empresários, líderes comunitários, coletivos e integrantes da sociedade civil. No fundo, o que há por trás disso é a reconfiguração da política pública e privada em relação a uma perspectiva que pense sobre o próprio desenvolvimento a partir da diversidade de cosmovisões que caracteriza a nossa realidade contemporânea.

### **Economia não é sinônimo de desenvolvimento; as pessoas devem estar no centro dele**

A noção de desenvolvimento com base no crescimento econômico como objetivo primordial vigente no século XX vem acompanhada de um fraco propósito de distribuição de renda, que é assumido a partir das relações produtivas nas quais a concentração da riqueza acaba tornando a América Latina uma das regiões mais desiguais do mundo.

O longo processo de proletarianização e incorporação da mão de obra na produção fabril, do início até meados do século XX, trouxe a desintegração do mundo rural e o

deslocamento de milhões de pessoas para as cidades, transformando a migração no motor de novos mapas de diversidade cultural em todo o mundo, criando grandes periferias e processos de centralização de infraestruturas de todos os tipos, enquanto os mundos da diversidade cultural e linguística são o foco de antropólogos e etnólogos, mas não tanto das políticas públicas de desenvolvimento ou de direitos. Já mencionei em outros ensaios que a produção cultural, as tecnologias tradicionais e os saberes ancestrais, grande riqueza da diversidade, são produzidos por populações que vivem em condições de pobreza.

O crescimento econômico dos anos 1940-1960, inspirados na busca pela modernização e pelo universalismo, em alguns casos significou a preeminência de visões inspiradas por um antigo *criollismo*,<sup>1</sup> enriquecido e transformado pelo olhar da modernidade e da produtividade. Uma nova divisão internacional do trabalho situou os países da América Latina como fornecedores de mão de obra e produtores em um cenário de ascensão da hegemonia dos Estados Unidos.

Nos anos 1990, em plena ascensão da globalização como DNA do capitalismo, após décadas de crise (1970 e 1980), a chamada Cúpula da Terra questionou a subordinação da vida no planeta às necessidades de um desenvolvimento industrial que deixou para trás um crescimento econômico pouco sustentável, a ampliação das classes médias e também o empobrecimento das maiorias, em um clima de crescente deterioração do meio ambiente. Intensos movimentos ecologistas conseguiram enfraquecer o senso de desenvolvimento econômico, considerado um fim

em si mesmo, e não em benefício das pessoas, dos seres vivos e dos recursos bioculturais.

No início do século XXI, as organizações globais, especialmente a Unesco, promoveram o reconhecimento da diversidade cultural como um valor que não se contrapõe ao desenvolvimento, entendido como crescimento econômico e também como estímulo às capacidades dos cidadãos.

Uma longa batalha intelectual foi travada no final dos anos 1970 na América Latina, sob o pensamento de Guillermo Bonfil Battalla (1935-1991) e a reivindicação do valor das culturas populares urbanas por Carlos Monsiváis (1938-2010), para mencionar apenas dois de muitos pensadores. Tudo isso somado ao surgimento dos movimentos de libertação nacional pós-coloniais na África, influenciados pelo pensamento de Amílcar Cabral (1924-1973) e Frantz Fanon (1925-1961). Ambos reconhecem na cultura a semente da resistência e da força capaz de abrir caminho para a libertação do colonialismo europeu.

Assim, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), que reconhece a legitimidade da pluralidade cultural, ganha força. A Agenda 21 (2004) aponta a importância de considerar a cultura como o quarto pilar do desenvolvimento, da diversidade cultural e dos direitos culturais como fundamento de qualquer política pública, além da necessidade de avançar na construção de uma nova governança para a cultura como base do desenvolvimento humano sustentável nos contextos locais.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) adquire relevância porque aborda o

cruzamento entre a diversidade cultural e os frutos da criatividade, que se transformam em bens e serviços e fazem parte dos direitos humanos e das chamadas “indústrias culturais”. E quais seriam elas? São as garantias exigidas por indivíduos, grupos e comunidades para seguir sua própria rota artística e criativa como um direito que inclui liberdade de expressão e criativa e acesso ao conhecimento científico criado pela humanidade, para além da proteção e da promoção dos bens e serviços que englobam conteúdos frutos de tal diversidade cultural.

Isso é fundamental, pois pressupõe que a política cultural se concentra na promoção da criação como vinha sendo feita, para além de uma abordagem ligada à sustentabilidade das práticas artísticas e culturais, uma nova forma de estabelecer vínculos entre as políticas culturais e vários âmbitos das políticas de desenvolvimento que influenciam decisivamente no presente e no futuro da diversidade das expressões culturais.

Nesse sentido, os países que aderiram a essa abordagem procuraram reorientar suas políticas culturais pensando em cultura e desenvolvimento a partir de uma nova valorização da diversidade cultural. Em seu relatório intitulado *Investir na Diversidade Cultural* e no *Diálogo Intercultural*, publicado em 2009, a Unesco propõe assumir a diversidade como um campo de reconhecimento ético ou social, como um valor digno de ser difundido e promovido, e ainda como uma área de investimento para melhorar a qualidade de vida e possivelmente também a gestão do meio ambiente, a partir do reconhecimento dos recursos, conhecimentos e sabedorias dos povos nas estratégias de combate à pobreza.

Como resultado, a Unesco formulou um documento cujo objetivo é fortalecer essa nova abordagem de política cultural. No ano passado foi publicado o documento *Re | pensar as Políticas Culturais (2018)*, no qual são fornecidos exemplos de boas práticas e exercícios de redefinição de políticas públicas de cultura, desenvolvimento e diversidade cultural nos países que aplicaram a chamada Convenção de 2005.

O movimento vital de cidades e governos locais que fortalecem a perspectiva da política pública do ponto de vista da Agenda 21, que privilegia a diversidade cultural e seu vínculo com o desenvolvimento humano sustentável, reúne um banco de boas práticas com abordagens de inclusão social, de geração de novas capacidades locais de análise e gestão cultural, bem como de promoção dos direitos culturais (<http://obs.agenda21culture.net/es/home-grid>).

### **Os desafios culturais da Agenda 2030: diversidade cultural e desenvolvimento para o bem viver**

Embora a revisão mundial dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) realizada pelos países que compõem as Nações Unidas tenha abordado limitações com relação ao que foi alcançado em nível internacional, como a redução da pobreza ou a igualdade de gênero, a compreensão da

relação desses déficits com a abordagem cultural do desenvolvimento ainda é incipiente.

A transversalidade da cultura começa a estar presente nas políticas de desenvolvimento voltadas para o combate à pobreza e à desigualdade e para a busca do bem-estar. Da mesma forma, a cultura passa a ser levada em conta para sustentar a governabilidade, principalmente em áreas afetadas pelas várias formas de violência. No entanto, como os direitos culturais são um direito humano,

assume-se que não devem estar disponíveis apenas para as populações que vivem em condições de alta marginalidade, mas sim a toda a população, independentemente de sua diferença econômica, política, religiosa, de gênero, ideológica ou geracional.

A condição de violência social disseminada exige a abertura de muitos espaços culturais,

artísticos, expressivos e comunicativos para encontros, trocas e reformulação de memórias, a fim de que todos possam elaborar seu próprio relato, em vez de terem acesso apenas à história de outra pessoa. A memória deve fazer parte da reelaboração do presente com sentido de futuro, algo essencial para a formação de pessoas, comunidades e cidades resilientes.

O nosso tempo é marcado pelas tensões criadas pelo triunfo de velhos e novos discursos racistas, homofóbicos e nacionalistas, que beiram o chauvinismo. Por isso, é necessário trabalhar em uma nova abordagem da

**É necessário trabalhar em uma nova abordagem da política cultural, capaz de estabelecer novos arranjos institucionais e jurídicos e uma governança que proponha vias de colaboração entre níveis e setores do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada ou comunitária, fazendo da vida cultural um espaço de encontro e transformação social.**

política cultural, capaz de estabelecer novos arranjos institucionais e jurídicos e uma governança que proponha vias de colaboração entre níveis e setores do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada ou comunitária, fazendo da vida cultural um espaço de encontro e transformação social.

A Agenda 2030 também não reconheceu explicitamente a importância da cultura no cumprimento dos objetivos para os próximos 15 anos, exceto no caso do objetivo 11.4, que inclui uma meta explicitamente relacionada à necessidade de preservar e proteger o patrimônio natural e cultural.

Um esforço para preencher a lacuna da abordagem cultural do desenvolvimento humano sustentável em relação a outros objetivos da Agenda 2030 foi formulado no documento *La Cultura en los Objetivos del Desarrollo Sostenible – Guía Práctica para la Acción Local*, editado pela comissão de cultura da rede mundial *Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)*. Nele são reconhecidas as metas 4.7, sobre a educação para a cidadania baseada na valorização da diversidade cultural e na contribuição para o desenvolvimento sustentável; 8.3, sobre a promoção de políticas orientadas ao desenvolvimento de atividades produtivas, incluindo as de criatividade e inovação; e 8.9 e 12.b, que falam da promoção do turismo sustentável por meio da cultura e dos produtos locais, bem como dos instrumentos relevantes.

**O bem viver não significa para os povos o incentivo ao consumismo, mas a possibilidade de autossuficiência alimentar, a preservação das espécies nativas, a expressão própria enriquecida pelo exercício do direito cultural à diversidade cultural e ao diálogo igualitário e solidário com outras culturas.**

Em relação à diversidade cultural e ao cumprimento do objetivo 2 da Agenda 2030, referente à Fome Zero e Agricultura Sustentável, a Agenda 21 sugere o reconhecimento e a manutenção “dos conhecimentos tradicionais relacionados à preservação dos recursos genéticos existentes, incluindo a diversidade genética das sementes, e deve ser promovida a participação equitativa nos benefícios resultantes”.

No México, o bem viver não significa para os povos o incentivo ao consumismo, mas a possibilidade de autossuficiência ali-

mentar, a preservação das espécies nativas, a expressão própria enriquecida pelo exercício do direito cultural à diversidade cultural e ao diálogo igualitário e solidário com outras culturas, e o acesso ao conhecimento científico e técnico criado pela humanidade. Uma postura descolonizadora, nesse sentido, requer trabalhar em torno do diálogo intercultural diante

dos enormes desafios que a migração em massa representa atualmente.

Para que a Agenda 2030 avance de modo a fortalecer as bases locais do desenvolvimento e as perspectivas do desenvolvimento humano sustentável, é necessária uma postura descolonizadora que reconheça o valor dos conhecimentos e das práticas culturais e artísticas gerados nos níveis local e territorial, independentemente de que sejam o resultado histórico do sincretismo e de misturas que trazem riqueza à cultura e às artes

como resultado da migração e da relação local-global.

Quando falo de recursos locais, incluo a criação que emana dos povos e a criação artística local, regional e nacional, uma vez que a liberdade criativa exige condições para seu desenvolvimento. Um olhar não colonial significa gerar fluxos internacionais criativos em condições de igualdade e flexibilizar a mobilidade artística de professores e pesquisadores, a partir das estéticas instituídas como dominantes, sejam elas de qualquer corrente.

Em particular, é fundamental aproveitar os novos recursos tecnológicos para fortalecer os processos de autonomia e os relacionados com a inovação e a criatividade em processos locais, tanto comunitários quanto artísticos. As tecnologias digitais ao alcance de produtores individuais e coletivos podem apoiar a gestão de projetos autônomos e a geração de redes colaborativas horizontais e de benefício comum, em vez de somente reforçar o consumo homogêneo, como acontece com frequência em alguns campos. Isso é possível se for fomentada principalmente a produção de conteúdo.

Acontece que, por trás das formas aparentemente mais horizontais de difusão musical, somente para dar um exemplo, existem esquemas de concentração tanto da economia musical quanto da exploração dos próprios artistas. Não é fácil para os criadores independentes acessar as redes digitais. O peso da indústria musical faz com que listas ditem o gosto em alguns gêneros e repertórios.

O grande espetáculo das massas domina as esferas do chamado consumo cultural

e deixa os cidadãos na condição de compradores de ingressos mais ligados ao entretenimento. Embora o acesso aos bens e serviços culturais faça parte dos direitos dos cidadãos, o direito à vida cultural baseado no princípio da liberdade criativa e da igualdade de oportunidades implicaria um esforço governamental e dos cidadãos mais enfático na educação artística, na gestão do patrimônio cultural, nas culturas audiovisuais, cinematográficas e digitais e nos espaços de colaboração entre grupos, comunidades e criadores.

### **Diversidade cultural, políticas de criatividade e direitos culturais**

As cidades contemporâneas se desenvolvem em contextos variados em que há diversidades interconectadas. Refiro-me à diversidade linguística, geracional, de gênero, estética, política, ideológica e cultural. A globalização, hoje em dia, implica um novo protagonismo dos criadores e das criações culturais e artísticas, com singularidades que podem ser reconhecidas no cenário internacional. Na singularidade da diversidade e do diálogo intercultural se estabelece a possibilidade de uma contundente presença internacionalizada.

Portanto, hoje é necessário reorientar as políticas culturais enfocando o desenvolvimento e a diversidade. Essa política cultural precisa conceber a si mesma de forma intersetorial, permitindo a estruturação de uma nova governança para a cultura e o desenvolvimento sustentável, que reconheça os sujeitos sociais individuais ou coletivos como criadores, participantes e inovadores da vida cultural.

Proponho, então, um conceito de política cultural como ações que atores individuais, institucionais, privados, comunitários e da sociedade civil implementam para criar ecossistemas férteis em que as práticas culturais e a gestão de recursos culturais socialmente reconhecidos possam florescer, desenvolver e inovar, a fim de promover uma autêntica democracia cultural em contextos globais, territoriais e de diversidade. Esses recursos podem estar relacionados a práticas artísticas e tecnológicas e a saberes e conhecimentos simbólicos, ambientais ou de qualquer outra natureza.

A abordagem ecossistêmica permite analisar a política cultural em seu habitat humano e em suas relações interculturais com outras espécies, em um ambiente ou contexto específico, em inter-relação com todos os fatores que afetam o presente e o futuro de um recurso cultural, incluindo sua dimensão econômica e ambiental, e, assim, pensar em termos de sustentabilidade. Também permite identificar as pragas que habitam o humo cultural e que é necessário erradicar por meio de posturas descolonizadoras: racismo, discriminação, classismo, etnocentrismo, colonialismo, estigmatização, antropocentrismo, machismo, autoritarismo, corrupção e diversas intolerâncias. Requer uma mudança de atitude diante da diversidade cultural, entendida como a condição na qual se desenvolve a cultura de todos,

inclusive daqueles que aparentam ser iguais. Todos os espaços onde a vida transcorre devem considerar uma perspectiva que leve em conta a diversidade de diversidades como chave para a sua transformação e o sucesso de suas missões.

Não se trata apenas de tomar medidas simbólicas ou reais de reconhecimento, de fomento e/ou de dignificação da diversidade, questões completamente necessárias e urgentes, mas de considerar a dimensão econômica e de viabilidade futura das diferentes formas de produção cultural, incluindo prá-

ticas e saberes artísticos, tecnologias tradicionais e recursos biológicos e genéticos das populações.

O direito de participar da vida cultural, como um conceito-chave dos direitos culturais, precisa mudar as bases nas quais foi estabelecida a modernidade, em relação à criação artística e seus vínculos com a sociedade como espectadora. Essa abordagem amplia as alternativas para a arte como trans-

formadora social, e reconhece esse poder somente enquanto a arte em si é capaz de romper essa relação entre produtores e consumidores, abrindo-se à possibilidade da experiência coletiva, da cocriação e da coprodução da vida cultural, com cidadãos críticos, capazes de interagir a partir de suas próprias práticas artísticas e abertos à diversidade estética e cultural. Investir na

**Proponho, então, um conceito de política cultural como ações que atores individuais, institucionais, privados, comunitários e da sociedade civil implementam para criar ecossistemas férteis em que as práticas culturais e a gestão de recursos culturais socialmente reconhecidos possam florescer, desenvolver e inovar, a fim de promover uma autêntica democracia cultural em contextos globais, territoriais e de diversidade.**

diversidade cultural é avançar na formação de capacidades cidadãs para a autogestão e a coprodução, ou seja, para ter condições de participar, acessar e contribuir para a vida cultural em um sentido amplo, que vai além das áreas de acesso à infraestrutura cultural.

A promoção dos direitos culturais no sentido de fomentar a vida cultural inclui o desenvolvimento de capacidades coletivas para a gestão sustentável desse patrimônio. Nenhuma estratégia de combate à pobreza funcionará profundamente se as políticas de desenvolvimento não incluírem a dimensão cultural, sem uma discussão da comunidade sobre o que fazer com o patrimônio cultural imaterial e material.

### **Desenvolvimento sustentável, diversidade e economias colaborativas**

As formas de colaboração culturais e artísticas atuais incluem entre seus componentes mais desejáveis o compromisso, a solidariedade, a troca e a vontade de produzir e compartilhar conhecimento de forma colaborativa. Essa visão é, até certo ponto, alheia a uma versão individualista e pensada a partir do criador que baseia o sucesso em sua entrada no *mainstream* e nos mercados nos quais se desenvolve. Mesmo os criadores “bem-sucedidos”, no sentido do mercado da arte, buscam experiências criativas que lhes permitam novas formas de conexão, mobilidade, troca e diálogo.

Contudo, não nos esqueçamos de que o próprio conceito de comunidade tem sido questionado há décadas, já que nenhuma é homogênea, estável ou fechada nem está isenta de estruturas de poder manifestadas de múltiplas formas. Também não devemos perder de vista o estímulo ao surgimento de marcas cuja base de marketing é a sustentabilidade, sendo ela fundamentada ou não.

Nem todos os projetos coletivos ou comunitários são igualitários nem necessariamente constroem igualdade. Às vezes, operam a partir de arquiteturas nas quais a colonialidade, a desigualdade e a exploração dos recursos artísticos e culturais são reforçadas. É por isso que, nessa busca pelo desenvolvimento humano sustentável, é importante distinguir as formas que o próprio capitalismo cria para comercializar as experiências comunitárias e privá-las de seu sentido transformador, seja para distinguir onde o próprio projeto de um povo, grupo

ou coletivo afeta as bases ambientais, seja de outro tipo. O mercado do “comunitário” fornece também versões pouco sustentáveis de experiências nascidas em esferas populares, incluindo a expropriação transnacional ou nacional. Os processos de gentrificação, amparados pela bandeira da “recuperação

urbana” ou da busca de viabilidade econômica, colocam-nos diante de novos alertas. Nesse sentido, surgem iniciativas cidadãs ou empresariais que, a partir do “comunitário”, estabelecem mecanismos de comércio

**Nenhuma estratégia de combate à pobreza funcionará profundamente se as políticas de desenvolvimento não incluírem a dimensão cultural, sem uma discussão da comunidade sobre o que fazer com o patrimônio cultural imaterial e material.**

alheios ao bem comum ou a um espaço de rentabilidade política pouco relacionada com os próprios processos.

Esse é um campo que requer mais análise. No momento, não posso deixar de mencionar que o capitalismo verde e outras tendências similares estão encontrando novas formas de fazer negócios disfarçadas de sustentabilidade, mesmo que passem por cima dos recursos bioculturais de diversas populações.

O dogmatismo nesse campo não é um bom conselheiro. Hoje, a abertura do pensamento e da criatividade para as formas de gestão em um mundo onde a diversidade é ampla permite a colaboração entre sistemas de intercâmbio e entre sistemas tradicionais ou não de economia de escala. Nesse sentido, é importante destacar que a gestão da multiplicidade de diversidades não descarta qualquer forma de gestão dos recursos culturais, mas exige esquemas de complementaridade.

O grande desafio da Agenda 2030 é reconhecer o papel da cultura em cada um dos 17 objetivos, para além do que foi propriamente formulado em relação ao patrimônio cultural, e principalmente entender que a gestão territorial e global dos processos de desenvolvimento requer um componente libertador da criatividade cultural das pessoas, dos povos e das comunidades criativas. 



### **Lucina Jiménez**

Especialista em cultura da Agenda 21 e da rede mundial Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), também é consultora internacional em políticas culturais e desenvolvimento sustentável, educação artística, cultura de paz, direitos culturais, diálogo intercultural e gestão cultural, com atuação nos setores público, privado e civil.



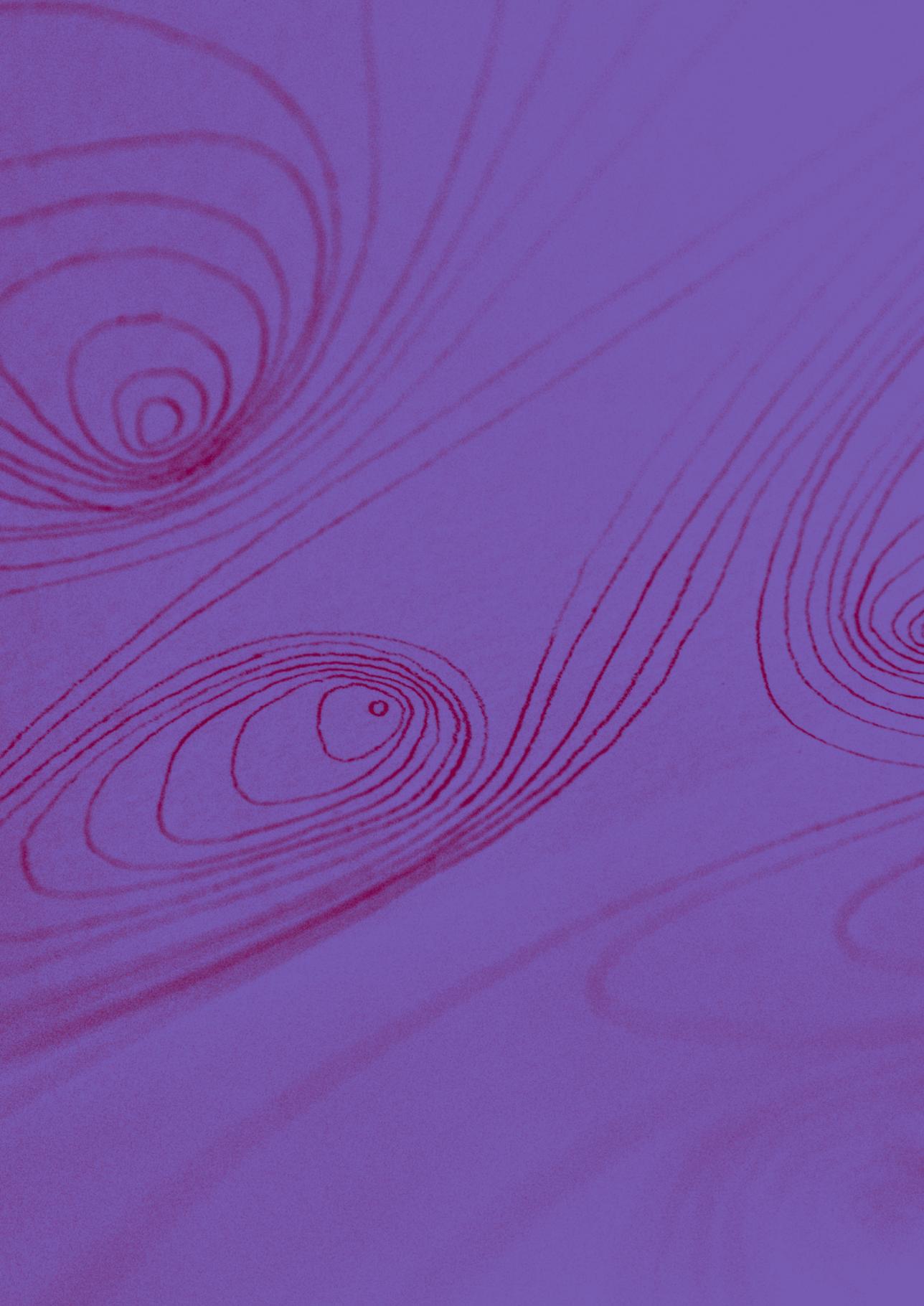
## Nota

- 1 O *criollismo* foi um movimento surgido no final do século XIX fortemente influenciado pela relativa e recente independência das nações da América sob o domínio da Espanha.



## Referências

- AGENDA 21 de la cultura. *La cultura en los Objetivos de Desarrollo Sostenible – guía práctica para la acción local*, 2018. Disponível em: <[http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods\\_web\\_es.pdf](http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/culturaods_web_es.pdf)>. Acesso em: 4 dez. 2018.
- BELZ, Frank-Martin; PEATTIE, Ken; GALI, Josep Maria. *Marketing de sostenibilidad – una perspectiva global*. Espanha: Profit Editorial, 2013.
- JIMÉNEZ, Lucina. Política y derechos culturales, hacia una nueva configuración. In: CNDH, UNESCO, SEGOB. *Derechos culturales y derechos humanos*. México, 2018, p. 79-84.
- ONU. *Agenda 2030*. Disponível em: <<https://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/>>. Acesso em: 23 dez. 2018.
- TOLILA, Paul. *Cultura e economia: problemas, hipóteses, pistas*. 2007. Tradução de Celso M. Paciornik. São Paulo: Itaú Cultural, 2007.
- UNESCO. *Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural*, 2001. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL\\_ID=13179&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/es/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Convención para la promoción y protección de la diversidad de las expresiones culturales*, 2005. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/cultural-diversity/cultural-expressions/the-convention/convention-text/>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural*. Paris, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Re | pensar as políticas culturais*, 2018. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creativity/global-report-2018>>. Acesso em: 17 jan. 2019.



# É A DEMOCRACIA, ESTÚPIDO<sup>1</sup>

Marta Porto

Com a retomada da liberdade de expressão e do respeito aos direitos civis, os movimentos culturais ganham forma e dão voz àqueles que pretendem ter um país mais democrático e menos desigual. Há, porém, equívocos, como o que mantém a política cultural escorada em leis de incentivo voltadas apenas para a produção e não para o processo da educação artística. A falta de uma visão sistêmica implica a ausência da cultura como viga para melhores cenários para o jovem brasileiro. Essas discussões fazem parte deste artigo, assim como novas formulações de políticas culturais. E a autora ainda deixa uma pergunta no ar: “Cultura importa?”.

## A institucionalidade não entregou o prometido

**S**empre acreditei que optar por trabalhar com arte e cultura é algo que carrega uma crença. Da existência de um lado mágico-transcendente no percurso da vida, fruto da ideia de que homens e mulheres imaginam, criam, inventam, e não estão fadados à repetição de um cotidiano já traçado. É uma crença que nasce da paixão pela liberdade, e que não se dissocia nunca daqueles que trabalham pela “ordem cultural”, assumindo o lado conservador do sistema como profissão de fé. Creio – ótima palavra para traduzir este sentido – que o valor da liberdade está sempre presente em quem verdadeiramente opta por trabalhar pelas artes e pelo pensamento crítico. Um valor indissociável para articular a relação entre cultura e desenvolvimento, posto que a cultura é o

lugar onde moram as visões plurais de futuro, os conflitos e os consensos possíveis que cada sociedade, a cada tempo, é capaz de eleger para seguir em frente.

Confiança, ética e compaixão são valores centrais na formação de uma cultura cidadã que cimenta uma perspectiva de desenvolvimento humano capaz de colocar no centro o bem-estar dos indivíduos, seus direitos, suas oportunidades e seus desafios. É esse desenvolvimento que deveria importar àqueles que refletem e operam a partir da cultura ou de pressupostos culturais, e é dele que irei me ocupar neste artigo.

A década de 1980, quando vivi o início da juventude, é aquela em que o Brasil amanece na esperança do retorno à democracia e por eleições diretas, vivendo a expectativa de receber aqueles que estão no exílio e lutam

para retornar ao seu país para reinventá-lo. As ruas assistem ao retorno das multidões que pedem por liberdade e respeito aos direitos civis e democráticos. No palco dessa luta, os movimentos culturais e artísticos dão forma, espírito e narrativa aos protestos que se travam nas arenas políticas nacionais e internacionais. São tempos de luta, nutridos por valores como liberdade e democracia. Nossa tribo são os artistas, os filósofos, os movimentos culturais de base e das igrejas progressistas que unem fileiras por direitos, liberdade de expressão e a favor da vida e da igualdade de oportunidades. Da cena aguerrida da minha Porto Alegre natal, conecto-me com esse espírito que vê nas artes a encarnação da vida livre, da cena desnuda e carnal que revela uma utopia desejada por um país democrático e menos desigual, em que desenvolvimento é sinônimo de justiça econômica e atenção às questões relacionadas ao cotidiano dos cidadãos.

Os debates sobre a nova Constituição Brasileira, aquela chamada depois de Constituição Cidadã de 1988, que dominam os encontros em cafés, bares e salas de aula, inundam o país de esperança em um porvir no qual desenvolvimento é sinônimo de cidadania e não apenas de progresso econômico ou crescimento do PIB. A Assembleia Nacional Constituinte mobiliza uma parte significativa da sociedade brasileira, e os temas da cultura, do patrimônio cultural e da memória são tratados em âmbito constitucional nos artigos 215 e 216. O reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio cultural, defendido em ambos os artigos, é um avanço na luta democrática amalgamado na noção de democracia

cultural, em que as manifestações populares, indígenas e afro-brasileiras ganham, enfim, proteção legal e representatividade institucional.

Antes disso, em 1984, Ouro Preto e Belo Horizonte realizam o Encontro Nacional de Política Cultural, “para reforçar a participação do povo nas decisões e nos objetivos de uma autêntica política cultural. [...] e abrir os caminhos interrompidos por vinte anos de bloqueios autoritários” (OLIVEIRA, 1985).<sup>2</sup> Iniciativa do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, o encontro tinha como objetivo debater problemas e propostas para consolidar uma política cultural nacional, conectada com o espírito de democratização do país. Estavam presentes nomes como Darcy Ribeiro, José Mindlin, Leonel Kaz, Ferreira Gullar, Paulo Sérgio Pinheiro, Cláudio Abramo, Millôr Fernandes, Henfil, Maria do Carmo Nabuco, Marcos Terena, Abdias Nascimento, Fernanda Montenegro, Ruth Escobar, Cecília Conde, Celso Furtado, Eliana Yunes, Walter Zanini, Paulo Herkenhoff e mais uma dezena de políticos, intelectuais e artistas. É um momento de celebração pela lenta, mas certa, retomada da democracia no país após 20 anos de ditadura militar. Os anais desse encontro, posteriormente publicados pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, cujo secretário era o futuro ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, mostram um projeto ambicioso para a política cultural brasileira, profundamente democrático em seus princípios, amplo na busca de representatividade das várias matrizes culturais brasileiras, preocupado com a educação

cultural e a formação técnica e artística, e um tanto ingênuo nas alternativas debatidas de como financiar esse processo e garantir sua estabilidade.

Um ano depois, quando o Ministério da Cultura (MinC) é criado por decreto (nº 91.144, de 15 de março de 1985) por José Sarney, a fragilidade do último tópico sobre a política cultural brasileira, o do financiamento e fomento às artes e à cultura, ganha materialidade com uma estrutura sem recursos próprios, mas amparada em uma lei de incentivos que ganha o nome do titular da presidência, Lei Sarney. Os anos posteriores vão mostrar o equívoco de sustentar a política cultural do país em um instrumento de marketing cultural voltado unicamente para a produção, alienado da ideia das artes como processo independente de institucionalidades e contrapartidas e da cultura como pilar do desenvolvimento democrático. Há equívocos conceituais também que se desdobram em equívocos de governança, como os que vinculam artes e cultura em um mesmo cabide teórico e de gestão, forçando soluções de fomento genéricas, como o uso indiscriminado das leis de incentivo para todo tipo de demanda e setores, mesmo aqueles que exigiriam um olhar mais atento, como os da educação artística e das artes ou de ampliação das condições de acesso para a maioria da população brasileira. As instituições revelam uma fragilidade evidente para atender às novas demandas culturais de uma sociedade revigorada diante da abertura política. O tema da democracia como eixo do desenvolvimento cultural nem sequer é mencionado.

A ausência de relevância no debate nacional das artes e da cultura, porém, a partir dessa nova institucionalidade sobre os caminhos para o desenvolvimento sociocultural, precariza a própria configuração institucional implantada em 1985. O Ministério da Cultura e o ecossistema cultural edificado a partir dele, ou reminiscente da década de 1970, não contribuem efetivamente para os grandes temas nacionais que postulam o desenvolvimento do país: educação, comunicação, economia, cidadania participativa e valores democráticos. Seu ecossistema se volta quase que exclusivamente para ser um entreposto de projetos isolados, os mais diversos e muitas vezes alheios à realidade nacional e às inquietações da sociedade, com pouco espaço para a produção de pensamento crítico independente e para a criação mais experimental das artes, dos artistas e dos intelectuais como parte essencial dessa visão de desenvolvimento que se inicia com a retomada da democracia. A institucionalidade pós-MinC e seu arcabouço de governança escondem o espírito do debate cultural que lhes deu origem.

Voltando ao tema inicial, a pedra angular que rege o espírito das artes e da cultura no Brasil da década de 1980 é elaborada a partir desse marco da luta pela democracia e pelos direitos civis e políticos, assim como por uma representatividade popular que amplia a dimensão simbólica do desenvolvimento. Uma promessa validada pelos movimentos comunitários de base e pelos movimentos de jovens, em especial das periferias urbanas, que eclodem no início dos 1990 por intermédio da música e do teatro, reivindicando um

novo espaço de visibilidade e de luta simbólica. É essa pedra angular que o Ministério da Cultura, edificado sobre um modelo de financiamento público-privado a projetos, ignora. O custo disso para o legado da cultura e sua contribuição para o desenvolvimento brasileiro será sentido ao longo das décadas que virão. A título de exemplo, analisando as versões de 2001 para cá da principal ferramenta de planejamento de médio prazo da administração federal, o Plano Plurianual<sup>3</sup> (PPA), fica claro que a cultura é tratada de forma marginal nas metas prioritárias dos sucessivos governos desde 1998, quando o PPA foi instituído por lei pelo governo Fernando Henrique Cardoso. A cultura é mencionada como meio para as políticas sociais voltadas para os mais vulneráveis ou, de forma genérica, como elemento a ser valorizado na luta contra a discriminação racial ou em prol da “diversidade das expressões culturais nacionais e regionais” (2004-2007). A palavra “valorização” é utilizada em quase a totalidade das diretrizes voltadas para a cultura, fazendo um contraponto com as palavras “garantir”, “implementar”, “ampliar”, “impulsionar” e “alcançar” presentes nas metas relacionadas a ações objetivas propostas em cada megaobjetivo traçado pela administração federal. O PPA 2008-2011, intitulado Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade, que dá ênfase ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em nenhum de seus dez macro-objetivos nem mesmo cita a cultura ou

**Analisando as versões de 2001 para cá da principal ferramenta de planejamento de médio prazo da administração federal, o Plano Plurianual (PPA), fica claro que a cultura é tratada de forma marginal nas metas prioritárias dos sucessivos governos desde 1998.**

as artes de forma transversal. É o primeiro PPA que faz uma análise mais aprofundada da realidade brasileira, de sua vergonhosa desigualdade econômica, social e regional, do avanço da violência urbana e dos desafios para o crescimento econômico, o meio ambiente e a cooperação internacional para o país criar condições estáveis de um desenvolvimento sustentável progressivo. O crescimento econômico associado a uma melhor distribuição de renda da população brasileira registrado no ciclo anterior (2004-2007) abre espaço para a proposta de um novo ciclo, em que educação de qualidade (PDE) e investimentos públicos em infraestrutura e logística (PAC) sejam priorizados pela administração pública, mantendo as metas de inflação baixa, o aumento da produtividade e o crescimento econômico progressivo. O sistema cultural não é eficaz em responder a esses avanços no planejamento público do Estado brasileiro, mostrando uma incapacidade técnica de dialogar com as macroestratégias de desenvolvimento do país e tangenciando suas diretrizes mais como ato de retórica do que como ação objetiva a ser conquistada pelos ciclos governamentais a cada quatro anos. A adoção de um modelo de apoio a projetos isolados, da produção de ideias a produtos culturais sem visão sistêmica, responde em grande parte por essa ausência da cultura como eixo da construção de uma cidadania sociocultural democrática e vibrante, ou das artes e das indústrias culturais como pilar da inovação econômica,

da cooperação internacional e da ampliação das oportunidades de trabalho e renda para os jovens brasileiros. Mesmo com gestões mais valorizadas e com recursos em caixa maiores, como na era Lula, com Gilberto Gil à frente do MinC, o planejamento das prioridades da administração pública não integra a cultura aos esforços de desenvolvimento do país. Os clichês de “valorização da diversidade cultural brasileira” e “do acesso ao patrimônio cultural do Brasil” são a tônica que se repete a cada ciclo do planejamento governamental. Considerando que o PPA é o instrumento que, ao definir prioridades físicas e metas tangíveis, também aloca os recursos orçamentários necessários para implementá-las, temos um fato político-administrativo indiscutível: a cultura não está presente nas diretrizes de desenvolvimento do Brasil, nem na agenda econômica nem na agenda social, ambas incansavelmente citadas por instituições e gestores culturais em suas defesas públicas da relevância da cultura para o desenvolvimento do país.

A cultura (as artes não são mencionadas) faz parte do discurso abstrato dos sucessivos governos, presente como ideia genérica de algo a ser respeitado e mencionado ou como potencial longínquo, como quando se fala da importância da economia da cultura ou da economia criativa para o PIB do país, mas não ganha materialidade

**A adoção de um modelo de apoio a projetos isolados, da produção de ideias a produtos culturais sem visão sistêmica, responde em grande parte por essa ausência da cultura como eixo da construção de uma cidadania sociocultural democrática e vibrante, ou das artes e das indústrias culturais como pilar da inovação econômica, da cooperação internacional e da ampliação das oportunidades de trabalho e renda para os jovens brasileiros.**

nos programas de desenvolvimento. Ao se analisar o quadro de dispêndios do Governo Federal para o ciclo 2008-2011, a cultura e o esporte são os setores com menor orçamento, respectivamente R\$ 4.042,97 e R\$ 1.213,82.<sup>4</sup> Para fazer um paralelo, os setores de direitos de cidadania (R\$ 6.694,71), comunicações (R\$ 7.879,23) e relações exteriores (R\$ 7.664,07) são alguns dos últimos colocados no quadro de dispêndios alocados para o

PPA 2008-2011, ainda assim em posição superior à da cultura. Nos dados agregados, o orçamento destinado à cultura aparece alocado com o da educação, destinado à implantação de 1.085 Pontos de Cultura, ação sem convergência com as metas do PDE de melhoria da qualidade da educação básica e ampliação da rede de ensino profissionalizante no país. O apoio aos Pontos

de Cultura foi a meta mais articulada que o MinC conseguiu apresentar no diálogo com as macroestratégias do governo brasileiro para o ciclo de planejamento da administração federal. Em que pese a importância desse programa, ele jamais se consolidou como uma estratégia desenhada para contribuir na agenda de desenvolvimento do país. Os critérios de seleção e análise e os indicadores de resultados provam que os Pontos de Cultura foram mais um programa de fortalecimento de iniciativas culturais plurais, respondendo ao chamado de “valorização da diversidade

das expressões culturais e regionais brasileiras”, do que uma ação orientada para identificar e elaborar políticas de inovação, empreendedorismo ou mesmo de promoção de valores democráticos que pudessem servir de orientação para políticas voltadas para as artes, a infância e a juventude<sup>5</sup> e a gestão do patrimônio material e imaterial. O simples apoio às demandas de grupos e aos setores culturais mais ou menos populares, sem a tarefa de elaborar macropolíticas para o Estado brasileiro, a partir dessa experiência, capazes de dialogar com a matriz de desenvolvimento, provocando reinvenções, contrapontos e ideias diferentes, renovando a dinâmica da agenda socioeconômica a partir da noção de cidadania cultural, legou a esse e a outros programas culturais realizados nesse grande ciclo democrático um papel marginal na agenda de desenvolvimento do país. A menção ao PPA é um recorte limitado para oferecer uma análise mais aprofundada de como a administração federal, nos sucessivos governos desde 2001, trata a questão da cultura nas diretrizes de desenvolvimento – mas é básica e deve ser feita. As estratégias, as diretrizes, os objetivos e a alocação especial de recursos que esse instrumento integra fazem parte de uma visão e de um acordo nacional sobre como caminhar para alcançar o tão almejado desenvolvimento sustentável. E o que ele mostra é uma dissonância entre o pacto federativo firmado pelas administrações federais e a retórica dos agentes culturais nas principais agendas que elegeu para afirmar: cultura importa. A pergunta que fica é: a partir de que vetores estratégicos, de quais metas e diretrizes e de que potencial de representação nas estratégias

gerais do Estado brasileiro a política cultural se organiza, se estrutura e avança?

São muitos os governos que irão propor o fim do MinC, de Collor a Jair Bolsonaro. “Para que MinC?” é a questão que vai e volta a cada crise e “enxugamento” da máquina pública. São muitas as razões, algumas históricas e de formação política das elites que comandam os acordos do país, mas não é difícil fazer o mea-culpa. Quando iremos começar?

Em resumo, o Brasil, no campo das políticas culturais, vai ser incapaz de elaborar macropolíticas que integrem ou renovem a visão de desenvolvimento em uma sociedade extremamente desigual e violenta. Vai tingir essas políticas com expressões e programas vagos, todos sob a alcunha “apoio a” uma ideia também vaga de desenvolvimento, e, o principal, renunciar a uma agenda própria que não se apegue a casuísmos econômicos e sociais, na qual as artes e a literatura são importantes como ato e processo de criação livres e autorais, frutos da complexidade do espírito humano que expressam, a cada tempo, lugar e espaço, um ethos próprio de país e que dialogam com o mundo a partir dele. Não há nenhuma grande nação capaz de abrir mão de sua engenhosidade artística, seu patrimônio e sua memória culturais, de estar na vanguarda da produção de pensamento crítico e de experimentações de linguagens, gestos, sons e cores organizados por um ecossistema artístico-cultural potente. Em boa parte, tais ações não implicam a geração de indicadores de economia criativa ou a promoção de contrapartidas sociais. É bom que seja assim. As artes, mais do que a cultura, voltada para construir uma cidadania ativa

e provocar valores culturais, são a garantia de um desenvolvimento com alma, inspirado e inspirador da criação humana livre, representação simbólica da pluralidade de cada nação. É essa dimensão esquecida do desenvolvimento que quero tratar na segunda parte deste artigo.

Chego aqui ao ponto que me interessa mais. Discutir o presente e o futuro, com algumas ideias que parecem perdidas ou fora de foco, joga luz em um terreno minado pela domesticação dos sentidos e das “saídas de gestão” propostas até hoje.

O campo do imaginário cultural é que molda nossas visões de mundo, comportamentos sociais, rivalidades e conflitos na cena pública, e, por que não, a ideia de um futuro comum baseado em consensos pactuados, a esperança de edificar um mundo comum. São elaborações que não tratam apenas do Brasil, mas se revelam pontos de reflexão para o debate atual de cultura e desenvolvimento.

Vamos a elas.

Talvez tenhamos passado tempo demais ressaltando nossas diferenças culturais e falado pouco sobre aquele substrato das coisas que organiza um etos comum de convivência, voltado para a valorização de uma abertura para o encontro, o diálogo e a curiosidade.

Aquela ação orientada para um aprendizado que leva a um exercício prático e diário de alteridade, que cimenta em cada indivíduo,

criança, jovem e adulto valores que sustentam uma base comum de relação, que permite organizar uma dimensão subjetivo-pessoal em que ameaça, medo e raiva não sejam os principais motores para a atitude social.

Lourdes Arizpe já nos alertava, no Informe Mundial sobre a Cultura 2000-2001 – Diversidade Cultural, Conflito e Pluralismo –, que a noção de diversidade não era suficiente como categoria para orientar políticas de enfrentamento aos conflitos culturais crescentes:

“Se a diversidade cultural é uma manifestação irreprimível da criatividade do espírito humano, a criação das diferenças é igualmente inexorável, e não se deve tratar de apagá-la ou reprimi-la. No entanto, o modo como tais diferenças são definidas e manejadas pelos governos e os costumes da sociedade determinam se essa condução vai levar a uma maior

criatividade social ou a violência e a exclusão” (ARIZPE, 2002).

De lá para cá, extremismos cresceram, mais muros foram erguidos, fronteiras foram fechadas e o “outro” foi definido por diferenças religiosas, cor de pele, origem social ou econômica e lugar de nascença, alçado à estranha posição de ameaça global. O campo da diversidade cultural, étnica e religiosa se tornou o espaço privilegiado das guerras culturais, da polarização simbólica, do ódio manifesto nas redes sociais e nas ruas das grandes cidades do mundo. Novas

**Talvez tenhamos passado tempo demais ressaltando nossas diferenças culturais e falado pouco sobre aquele substrato das coisas que organiza um etos comum de convivência, voltado para a valorização de uma abertura para o encontro, o diálogo e a curiosidade.**

vulnerabilidades surgem de ordem simbólica, em que uma massa imensa de pessoas é incapaz de reagir a estéticas que considera agressivas e que percebe como algo que desorganiza o mundo tal qual o conhecia até então sem dar respostas aos problemas cotidianos que vivencia e resiste.

Combinado a esse cenário, que mistura xenofobia com traços místico-religiosos e ódio crescente, para além das reivindicações e aspirações dos mais pobres, temos o aumento da desigualdade econômica e da concentração de renda, que se traduz em menos oportunidades de acesso a uma educação de qualidade, às inovações trazidas pela ciência, às novas tecnologias e a conhecimento cultural.

Reside aí um caldo de inconformismo e revolta, aliado a uma crise nas formas de representação democrática, ao crescimento de rivalidades morais e à ampliação de conservadorismos que agem contra as liberdades individuais.

Há que se perguntar: em um mundo que se torna mais desigual a cada ano, como promover valores de prosperidade compartilhada, solidariedade, cooperação e mobilidade? E como desenvolver e apoiar usinas de inteligência que proponham soluções, ideias e imagens cujo propósito seja promover valores culturais plurais, inovações em processos de aprendizagem, conteúdos e linguagens para a comunicação de massa (publicidade, entretenimento, notícias) e novas plataformas de mídia (aplicativos, jogos, internet), que funcionem como um manifesto, uma declaração sistêmica que crie novas possibilidades de nos conectarmos uns com os outros e estabelecermos

noções e crenças diferentes das que nos regem hoje. Isso não é uma utopia, e sim mera imitação de momentos-chave da história das civilizações em que homens e mulheres se perguntaram se aquela ordem à qual estavam submetidos era a adequada diante das mudanças em curso. São as rupturas necessárias para seguir em frente.

É o principal desafio das políticas culturais nos próximos anos.

Todo esse mal-estar com o estado das coisas pede aos que se dedicam às ciências humanas, aos estudos culturais e à formulação de políticas nesse campo que inovem. Inovem investigando novas formas de pesquisa, de categorias de análise, de formulação de indicadores e de referencial teórico para abordar o tema do desenvolvimento. Precisamos criar, sair da nossa zona de conforto e arriscar mais. É o momento de orientar o nosso ecossistema de trabalho para três eixos centrais: democracia, sustentabilidade e liberdade incondicional para as artes e para os artistas.

Sigo com estas três ideias, centralizando o que considero que possa ser a contribuição maior das políticas culturais:

- **sobre a democracia:** colaborar para estimular o desenvolvimento de um novo ecossistema para as artes e as culturas, integrando espaços culturais, *startups* de empreendedorismo, programas de estudos, de curadorias e para formação artística, pesquisas científicas e centros de ciências, que funcionem como um laboratório e um consórcio de ideias para pesquisar e desenvolver

projetos, plataformas, arquiteturas, produtos editoriais e audiovisuais, cujo único propósito é criar novas declarações de mundo, comunicar valores que sustentem imagens de criação, inovação, empatia e solidariedade. Que proponham formas de aprendizagens simbólicas, incentivem a formação de subjetividades capazes de tornar as decisões futuras mais benéficas para os 99% que ainda esperam por fazer valer a sua trajetória humana na Terra. E que ampliem de maneira orientada os códigos com que pessoas comuns contam para imaginar outras realidades possíveis – culturais, sociais e econômicas. Um laboratório global de cooperação em que ideias de invenção e participação, representação e valores sejam desenvolvidas à luz dos novos desafios e dilemas que a disrupção com o atual sistema nos coloca. Um laboratório da imaginação para uma nova ordem democrática preocupado em gerar novos imaginários sociais e conectar pessoas e conhecimentos;

- **acerca da sustentabilidade:** qual a nossa contribuição para os debates travados, desde o final da década de 1980, sobre desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, aquecimento global e consumo sustentável e responsável? E como o sistema cultural vem ou não se comprometendo com as metas pactuadas na comunidade internacional? A ideia de um *triple bottom line* que ganhe uma quarta dimensão, a cultural,

apresentada pela Agenda 21 durante a Rio+20, tem hoje relevância diante de uma crescente resistência de governos em cumprir os pactos já firmados. Mas é preciso se pactuar também metas internas para o sistema cultural, que considerem os itens acima destacados: comprometer-se com os resíduos deixados por grandes eventos e equipamentos culturais, práticas que combatam o aquecimento global e reduzam a emissão de CO<sub>2</sub>, que diminuam o uso de materiais poluentes e outras tantas ações já definidas nas Conferências das Partes (COPs), na Agenda 2030 e nos acordos ambientais firmados entre os países signatários;

- **sobre a urgência de defender a liberdade artística como pilar dos direitos culturais:** defender e apoiar a liberdade artística de forma incondicional, com sua diversidade e suas maneiras transgressoras e disruptivas de agir no mundo contra qualquer oposição, censura e autocensura institucional perpetrada por museus, fundações, institutos e centros culturais por meio de suas direções e conselhos curadores e de administração, ou as de ordem popular e religiosa que acabem impedindo mostras, exposições, peças, espetáculos teatrais e performances por meio judicial e pressão midiática. É preciso dar respostas firmes à censura, ao comodismo e à submissão a que as artes estão subjugadas, em especial

em países em desenvolvimento – mas não somente. Apoiar artistas, poetas, escritores, criadores perseguidos ou sem apoio institucional para desenvolver sua arte, artistas novos, artistas estabelecidos, amadores ou profissionais em nível global. Resistir legalmente às formas de censura institucional e legais. É urgente institucionalizar a liberdade das artes como um pilar da democracia política. Sem isso, não haverá democracia cultural e ambiente favorável à experimentação artística. As agências de fomento e de cooperação há muito já deveriam ter se ocupado de criar programas de apoio com um grau de risco mais elevado, seguindo as agências de fomento científico e tecnológico. Arriscar-se em linguagens desconhecidas, em curadorias degeneradas, em formatos de criação que provoquem choque e resistência. Pergunto se é possível investir em massa em criações estéticas livres, em pensamentos criativos que levantem novas ideias, valores, linguagens e propostas, com a única finalidade de perpetuar os significados da criação humana, para algo sem função evidente, a não ser, lembrando o poeta Paul Valéry, garantir que a poesia permaneça viva como um estatuto espiritual da passagem do homem pela Terra. E criar sistemas globais concretos para proteger aqueles que são perseguidos ou vivem em áreas ou situações de risco.

Hoje, diante dos impasses colocados pela onda conservadora e extremista a que o mundo assiste, e neste momento que o Brasil em especial está vivendo, sinto que precisamos imprimir um caráter de urgência à reinvenção das crenças culturais que moldam o mundo neste cenário de sentimentos distópicos.

Essa é a agenda, sob pena de as políticas culturais e todo o arcabouço que as sustenta, como a pluralidade e os direitos culturais, se tornarem cada vez mais irrelevantes para o cidadão comum. E massa de manobra para projetos políticos mascarados sob o título de “cidadania” servirem a ideologias de extrema direita ou de extrema esquerda que reduzem as vozes das minorias e das maiorias sem voz à marginalização e à anomalia social.

Pela terceira vez desde que o Brasil retomou seu processo democrático, o MinC é extinto (Fernando Collor, 1990; Michel Temer, 2016; Jair Bolsonaro, 2019) sem debate público, por mero ato de liberalidade do poder governamental. E, desta vez, com uma estranha junção com desenvolvimento social e esporte, relegando a ideia que se tem do valor das artes e da cultura no país a uma função de mediadora de projetos sociais e de redução do tempo livre dos jovens. Quero sublinhar que esse discurso, agora oficializado pelo governo Bolsonaro, foi construído pelos próprios agentes culturais, que transitaram entre justificativas como “cultura é um bom negócio” – slogan do governo FHC durante o longo período de Francisco Weffort (1995-2002) – e “cultura como mediadora de conflitos e remédio para as mazelas sociais”, dos anos Lula e Dilma (2003-2015). Parece simplista concluir anos

de gestões na cultura com dois aforismas, mas é certo dizer que o discurso ora econômico-liberal, ora social-assistencial, com exigências de contrapartidas de marketing ou sociais, tornou a agenda cultural um penduricalho de projetos cheios de boas ou más intenções, que dialogaram pouco com a massa da sociedade brasileira, em boa parte alheia a essas discussões. Relegadas ao campo da cidadania de mais baixa densidade, aquele que promove a rede de proteção aos mais vulneráveis, mas que é incapaz de promover oportunidades de mobilidade social e participação ativa na vida política e econômica do país, a cultura e as artes deixarão, por fim, o palco institucionalizado das lutas cidadãs, conquistado desde os anos 1980, para entrar nas sombras da moral e do civismo e do nosso subdesenvolvimento intelectual que o Estado brasileiro acaba de legitimar.

Se há saídas, elas estão fora de campanhas como “Fica, MinC”. É preciso voltar ao debate mais profundo que recorre a pergunta: “Cultura importa?”. Reinventar as noções que usamos para refletir sobre os tempos que vivemos e elaborar novos processos políticos e de gestão que façam sentido não só para produtores e instituições, mas para artistas, intelectuais e o povo brasileiro. Esse que merece ser tratado não como público ou audiência, mas como atos social, carne e espírito encarnados em uma

sociedade de memória escravagista que precisa se reinventar simbolicamente para ser civilização e prosperidade igualitária. Uma institucionalidade capaz de interagir com elementos potentes para colaborar com o diálogo constante com a comunidade internacional. Um debate aberto à experimentação, à criação artística independente, à antropofagia cultural oferecida nos anos 1920 por Oswald de Andrade.

É hora também de escutar as ruas, não só os movimentos sociais organizados, mas o cidadão comum, aquele que vive a vida nas grandes e nas pequenas cidades, com suas

mazelas e seus dissabores cotidianos. É necessário voltar aos livros, ao estudo e ao pensamento crítico, e reconhecer a nossa memória de avanços e fracassos. Mais do que nunca, é preciso ter coragem de ousar.

É essa a dimensão central da contribuição da cultura e das políticas que a conformam para o desenvolvimento, ampliando as oportunidades simbólicas de milhões de cidadãos à espera de se inserir em um mundo

que rejeita seus valores, seus códigos sociais e seu jeito comum de atuar na vida pública. É o cimento da democracia, feita quando gente comum é reconhecida como cidadão e os artistas, os inventores e os criadores como aqueles capazes de reinventar o espírito de cada tempo histórico, seus valores e as imagens que irão inspirar o futuro. **OBS**

**Relegadas ao campo da cidadania de mais baixa densidade, aquele que promove a rede de proteção aos mais vulneráveis, mas que é incapaz de promover oportunidades de mobilidade social e participação ativa na vida política e econômica do país, a cultura e as artes deixarão, por fim, o palco institucionalizado das lutas cidadãs, conquistado desde os anos 1980, para entrar nas sombras da moral e do civismo e do nosso subdesenvolvimento intelectual que o Estado brasileiro acaba de legitimar.**



## Marta Porto

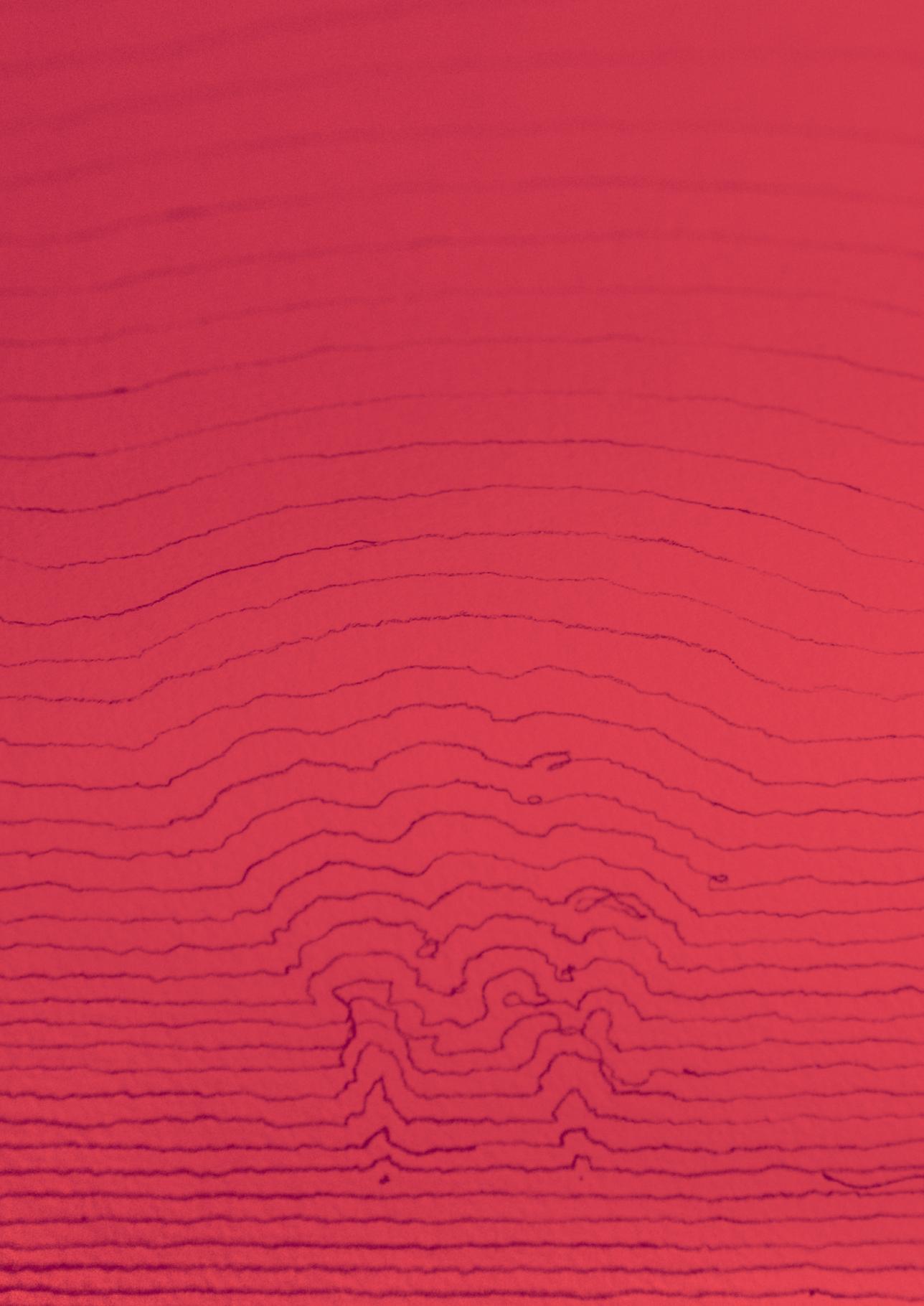
Jornalista e ativista cultural, atua como editora, ensaísta, curadora e consultora de espaços, festivais e projetos artístico-culturais e de comunicação que experimentam linguagens e associações de ideias para promover experiências que alterem códigos e visões de mundo. Liderou projetos experimentais em espaços como escolas, museus, bibliotecas, centros comunitários, prisões, plataformas digitais e em grandes eventos internacionais, como Rio+20, Barcelona 2004, Objeto Urbano e *Mostra Internacional Arte sem Fronteiras*, além de ter sido responsável por laboratórios, programas de formação, coleções e séries editoriais, filmes, publicidade social e projetos de imersão, todos voltados para discutir a relação entre arte, política, comunicação e imaginário social. Como conferencista, tem participado das principais arenas internacionais de debates sobre artes, cultura e políticas culturais. É autora de mais de 40 artigos e ensaios de crítica cultural, políticas de cultura e comunicação, publicados em revistas e coletâneas de vários países. Escreveu os livros *Nós do Morro – 20 Anos, Olhares Femininos, Mulheres Brasileiras, Comunicação no Centro da Mudança, Aids e Teatro – 15 Dramaturgias de Prevenção e Juventude, Cultura e Cidadania*. Recentemente, organizou e editou a *Revista Observatório Itaú Cultural 24 – Arte, Cultura e Educação na América Latina*.



## Notas

- 1 Inspirado no slogan não oficial ditado por James Carville para a campanha eleitoral de Bill Clinton em 1992, contra George Bush.
- 2 OLIVEIRA, José Aparecido. I Encontro Nacional de Política Cultural; sessões de debates. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Imprensa Oficial, 1985.
- 3 O Plano Plurianual (PPA), criado em 1998 pelo governo FHC, é o principal instrumento de planejamento previsto no artigo 165 da Constituição Federal Brasileira, que estabelece as principais diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal. “O projeto de desenvolvimento consolidado no PPA busca conciliar o crescimento econômico com a inclusão social.” Fonte: <[dados.gov.br/group/plano-plurianual](http://dados.gov.br/group/plano-plurianual)>.
- 4 Recursos alocados em milhões de reais para o cumprimento das metas do PPA 2008-2011. Fonte: Ministério da Economia, Governo Federal.

- 5 Sobre esse tema, publiquei artigos e entrevistas nos principais veículos de comunicação do país desde 2011, a partir da minha experiência como secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do MinC (2011).
- 6 UNESCO. *Informe mundial sobre a cultura 2000-2001* – diversidade cultural, conflito e pluralismo, 2000.
- 7 OXFAM. *Uma economia para os 99%*; relatório anual, 2017.



# 3.

## LABORATÓRIO DE IDEIAS PARA AS POLÍTICAS CULTURAIS

---

**160.** ENTREVISTA COM  
ERNESTO OTTONE RAMÍREZ  
*Alfons Martinell*



ilustração: André Toma

## UM PERSONAGEM QUE TEM MUITO A ENSINAR

Entrevista com Ernesto Ottone Ramírez (EOR)

**D**esde a sua criação, a Unesco liderou propostas e reflexões sobre cultura e desenvolvimento de acordo com as necessidades de seus países-membros. Alguns entendem a organização como um laboratório de ideias para as políticas culturais e para os agentes culturais em nível mundial. Para tratar desse assunto de maneira mais ampla, a *Revista Observatório* entrevistou Ernesto Ottone Ramírez, diretor-geral assistente para a cultura da Unesco. Ele vem da gestão cultural prática e é chileno, um latino-americano que pode fornecer uma visão particular de um continente que evoluiu muito nas últimas décadas. Seu papel como ministro da Cultura, das Artes e do Patrimônio do Chile lhe deu a experiência de gestão em políticas culturais, uma coincidência entre o personagem e o conteúdo dos artigos desta edição.

**REVISTA OBSERVATÓRIO: SÃO DESAFIOS IMPORTANTES NA COMUNIDADE INTERNACIONAL A AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS). EM 2015, SURGE A PREOCUPAÇÃO DE NÃO SE HAVER CONSEGUIDO INTRODUIZIR UM OBJETIVO ESPECÍFICO NOS ODS. EM SUA OPINIÃO, POR QUE NÃO FOI POSSÍVEL INCLUIR A CULTURA COMO UM DOS ODS NAQUELE MOMENTO?**

**Ernesto Ottone Ramírez:** Eu tenho que separar em antes e depois. Uma questão é a de como eu percebia o processo de construção da Agenda 2030, no que diz respeito a questões culturais, e a visão que tenho atualmente, estando na Unesco, que é muito diferente. Como ministro da Cultura do Chile, nós acompanhamos a construção da Agenda 2030, vimos como se tentou intervir para que, de fato, um dos 17 objetivos fosse a dimensão cultural. Quando assumi minhas responsabilidades como diretor-geral assistente para a cultura da Unesco, percebi que a contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável é muito dominante, auxiliando na maioria dos ODS, e

**A cultura tem um valor intrínseco ligado à área das políticas culturais e, ao mesmo tempo, é transversal a muitas outras dimensões do desenvolvimento presentes nos 17 ODS. Ela é uma dimensão crítica para alcançar a maioria dos ODS.**

não somente na meta 11.4, que se refere explicitamente à cultura no contexto urbano. A cultura tem um valor intrínseco ligado à área das políticas culturais e, ao mesmo tempo, é transversal a muitas outras dimensões do desenvolvimento presentes nos 17 ODS. Ela é uma dimensão crítica para alcançar a maioria dos ODS. Chegamos à conclusão de que a cultura está presente em todos eles. O exercício que tentei fazer internamente, e que é muito compartilhado com a diretora-geral, é começar a ler o subtexto da resolução.<sup>1</sup> E, se você examinar cada um dos objetivos, mes-

mo que eles não mencionem a palavra cultura, verá que têm uma base sólida e que cada um desses pontos do desenvolvimento sustentável envolve um trabalho no espaço cultural. E é surpreendente, porque você trata do assunto com as autoridades e todos reconhecem que, hoje, a Agenda

2030 tem um subcapítulo não escrito, mas implícito, que evoca a necessidade de avançar em uma agenda que entre no desenvolvimento sustentável a partir de princípios que definem o andamento do espectro cultural.

**RO: COMO A CULTURA PODERIA SER INCORPORADA SEM UM OBJETIVO CONCRETO A PARTIR DAS METAS?**

**EOR:** Na Unesco, elaboramos um Relatório de Cultura na Agenda 2030 a partir dos diferentes programas que temos nesse campo, bem como de instrumentos como as convenções culturais da Unesco, que respondem a alguns pontos indicados na agenda. Na reestruturação que fizemos no setor cultural, criamos uma entidade especializada em fazer justamente toda a coordenação setorial, intersetorial e interinstitucional das Nações Unidas, para ver como podemos relatar cada um dos incidentes para alcançar os 17 ODS e demonstrar de forma tangível como a cultura contribui para combater a pobreza e constrói uma paz por meio do desenvolvimento social e econômico.

Eu não estou preocupado com o fato de a cultura não ter sido refletida nos ODS; o meu propósito é sermos capazes de cruzar

essa agenda com as ações que estão sendo desenvolvidas pelos países de forma inter-governamental, localmente, e não apenas do ponto de vista nacional. É essencial nos propormos a retomar indicadores comuns, fundamentados no trabalho dos Indicadores de Cultura da Unesco para o Desenvolvimento (IUCD), com base em mais de dez anos de trabalho de uma experiência única e com presença em todas as regiões do mundo,

**O meu propósito é sermos capazes de cruzar essa agenda com as ações que estão sendo desenvolvidas pelos países de forma intergovernamental, localmente, e não apenas do ponto de vista nacional. É essencial nos propormos a retomar indicadores comuns, fundamentados no trabalho dos Indicadores de Cultura da Unesco para o Desenvolvimento (IUCD).**

inclusive na Europa (do Leste), o que pode nos dar pistas para entender como enfrentar hoje a necessidade de novos indicadores (alguns novos e outros iguais), mas dentro da estrutura de uma agenda global.

Um dos nossos objetivos foi propor, durante a Conferência Geral da Unesco de 2019, o primeiro encontro, em 20 anos, de ministros da Cultura, ocorrido paralelamente à Conferência Geral, a fim de preparar o que será uma agenda comum dos Ministérios da Cultura. Constata-se aí um avanço extraordinário. Se há 20 anos menos de 52%

dos países tinham institucionalidade cultural (não estou dizendo ministerial, mas sim institucionalidade especializada em cultura), hoje são mais de 93% dos países-membros. Ou seja, existem 172 países com institucionalidade própria.

O desenvolvimento de um país é um diálogo entre como podemos manter a salvaguarda da identidade cultural, do papel das comunidades, do respeito pelas comunidades indígenas etc. e não sermos um freio para o desenvolvimento. Mais que questionar por que não se conseguiu um ODS para a cultura, deveríamos ver como somos capazes de intervir para que essa Agenda 2030, em cujo subtexto está a cultura, seja relevante para todos os Estados-membros. Esse é o nosso desafio!

*RO: A UNESCO SEMPRE FOI UMA REFERÊNCIA PARA MUITOS PAÍSES E ATORES, COM CONTRIBUIÇÕES, ESTRUTURAS CONCEITUAIS, ESTATÍSTICAS CULTURAIS E, ULTIMAMENTE, COM SEUS INDICADORES DE CULTURA PARA O DESENVOLVIMENTO (IUDC). ESSAS CONTRIBUIÇÕES ESTAVAM PARADAS? SERIA NECESSÁRIO ADAPTAR-SE AOS ODS? A PRETENSÃO É CONTINUAR ESSE TRABALHO?*

**EOR:** Existem problemas de financiamento, mas temos um projeto piloto de indicadores preliminares que vamos desenvolver em cinco regiões. Há muitas decisões em relação ao desenvolvimento – urbanístico, por exemplo – que têm a ver com os planos de gestão e organização nas cidades.

A Unesco deve retomar a sua função de laboratório de ideias, que foi no passado e deixou de ser, a serviço das necessidades dos países-membros. Para além da entrega de orientações, os países devem assumir a construção de políticas culturais em sintonia com a agenda de desenvolvimento sustentável. As

organizações intergovernamentais devem se situar em um espaço neutro, que continuo achando que é o da Unesco. Neutro no sentido de que fazemos um trabalho de diplomacia cultural, mediação e ajuda nas tomadas de decisão – entre Israel e Palestina, entre as duas Coreias, entre o Japão e a Coreia, entre a Armênia e o Azerbaijão. Estamos falando de um laboratório para desempenhar um papel importante, por meio do trabalho em cultura, no diálogo de aproximação dos povos e, se possível, alcançar o objetivo da Unesco, que é manter a paz. Acho que há oportunidades, mas para isso temos que deixar de ser apenas administradores de convenções – que acredito que era o papel da Unesco após a última crise de 2011, principalmente por questões financeiras – e começar a trabalhar acumulando as boas práticas dos países e os projetos realizados pela Unesco. Precisamos aproveitar todas as plataformas e redes especializadas da Unesco, incluindo seus centros e institutos.

**RO: E NAS REGIÕES ONDE EXISTEM CONFLITOS?**

**EOR:** Por diferentes razões, é muito difícil trabalhar em alguns países. A nossa preocupação é fortalecer as capacidades humanas nos países em conflito ou em situação difícil. Ao mesmo tempo, é fundamental manter e fortalecer condições que permitam aos povos preservar seu patrimônio cultural em todas as suas dimensões, incluindo a criatividade, os objetos culturais, as expressões culturais e a transmissão de práticas culturais às novas gerações. As convenções culturais da Unesco nos permitem criar uma estrutura de referência internacional para as nossas ações e para a capacitação dos países em situação de conflito. De que modo podemos trabalhar todo esse conhecimento que está fora desses países e influenciar no fortalecimento das capacidades humanas para que, quando houver condições, não percamos três ou quatro anos para reestruturar a inação cultural nas cidades que foram destruídas? Quando falamos

de destruição, não é apenas a destruição física, mas a destruição cultural e intelectual, de conteúdos e patrimônio, como a queima de manuscritos. Devemos avançar contribuindo com recursos de inteligência artificial a serviço da digitalização, da documentação e do desenvolvimento de protocolos de emergência para o futuro, para garantir que esses bens estejam disponíveis para as gerações futuras (em referência ao triste incêndio no museu do Rio de Janeiro). Há urgências. O que antes considerávamos um trabalho para garantir a permanência do patrimônio das civilizações, hoje mudou muito de contexto. Se não aproveitarmos todos os instrumentos que temos para nos preparar para o que virá, ficaremos muito atrasados e perderemos a possibilidade de garantir a transmissão de conhecimento para as novas gerações. Trabalhamos para que essa transmissão seja feita hoje, não esperamos até amanhã.

**RO: PARA ALÉM DAS DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES, QUE SÃO IMPORTANTES, HÁ UMA ABORDAGEM NA AMÉRICA LATINA, E TAMBÉM NA EUROPA, SOBRE O PAPEL QUE A ECONOMIA CRIATIVA, OU A ECONOMIA LARANJA, DEVE TER NA COLÔMBIA. COMO O SENHOR SITUA ESSA QUESTÃO NO ÂMBITO DA UNESCO NESTE MOMENTO?**

**EOR:** Quando assumi a responsabilidade do cargo, tive uma longa conversa com a diretora-geral, dizendo que a primeira coisa que precisávamos fazer era trocar o conceito de indústria criativa pelo de economia criativa. Ainda não estamos na economia laranja. Temos uma oportunidade dentro da agenda de desenvolvimento, em que a economia não seja considerada apenas do ponto de vista de cifras. Cada vez que se fala de economia criativa nos planos nacionais ou regionais, é preciso considerar três elementos. O primeiro deles é o quanto ela representa no emprego. De fato, é a economia mundial que gera mais emprego na faixa etária entre 19 e 26 anos; portanto, é uma oportunidade histórica. Em segundo lugar, o quanto gera e contribui para o PIB de cada país. Há aqui uma diferença de como é medida. E, finalmente, se é uma economia que garante acesso a determinada parte da sociedade que estava excluída – criadores, jovens e mulheres.

Tudo isso deve ser levado em conta do ponto de vista econômico. Vejamos o que produz do ponto de vista social: significa recuperar identidades locais ou impedir o desaparecimento de certas culturas e tradições ameaçadas. Por isso a questão das línguas indígenas é tão importante para o ano de 2019. Em outra dinâmica, a necessidade de planos de gestão que garantam a sustentabilidade das ações. A grande discussão é que as comunidades que vivem em torno de patrimônios possam viver com mais qualidade, e que não seja simplesmente uma sobrevivência econômica que o patrimônio possa gerar. E, então, os caminhos são o reconhecimento do patrimônio vivo e o modo como somos capazes de gerar uma economia local em torno da criatividade, que não é só artesanato. Antes falávamos de como os artesãos locais podiam ter uma maior distribuição de seus produtos, hoje discutimos como fazer com que eles mesmos sejam empreendedores e se organizem em instituições, como em cooperativas, que podem atuar de maneira mista ou privada, e que possam resolver a economia das famílias em torno disso. E aqui entra o turismo sustentável: é preciso conseguir um turismo controlado para que os locais do patrimônio mundial não percam seu valor universal excepcional e sejam reconhecidos

como de potencial econômico, permitindo que novas gerações vivam de sua criação. Mas essa é uma área social, a partir de como se mede a economia criativa.

Por isso, é importante situar esses eixos da economia criativa no âmbito dos patrimônios material e imaterial, não apenas como um instrumento da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, mas como um elemento dentro da Agenda 2030. Quando o secretário-geral das Nações Unidas, a diretora-geral ou a Organização Mundial do Turismo falam de economia criativa como parte do desenvolvimento sustentável do turismo, não é mais um discurso. Está evidente que foi integrado e aceito como potencialidade política e social. Surpreendentemente, os países que você menos imagina, porque têm outros problemas ambientais, já têm essa dimensão integrada em sua agenda de desenvolvimento. Refiro-me a países com problemas de ordem educacional, analfabetismo em níveis inimagináveis e problemas relacionados à saúde. Porém, essa questão aparece como sujeito de desenvolvimento local para as comunidades e de coesão social, resiliência, e parte integrante de como se faz uma agenda em educação e se integra ao currículo.

**RO: HISTORICAMENTE, A UNESCO, EM TODAS AS SUAS CONVENÇÕES, TEM SE PREOCUPADO MUITO COM O PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE. NESTE MOMENTO, HÁ LOCAIS VULNERÁVEIS EM RAZÃO DE CONFLITOS DE TODOS OS TIPOS. COMO A ORGANIZAÇÃO, QUE SE DEDIcou TANTO A CONSERVAR O PATRIMÔNIO, VÊ OS CONFLITOS LOCAIS OU REGIONAIS USANDO A DESTRUIÇÃO COMO FERRAMENTA PARA ATACAR O INIMIGO?**

**EOB:** Não apenas os conflitos, mas também os desastres naturais e as mudanças climáticas representam as principais ameaças ao patrimônio cultural em muitas regiões do mundo. Desde 2016, cerca de 50 países receberam apoio do Fundo de Emergência para o Patrimônio da Unesco, cujo objetivo é ajudar os países a proteger o patrimônio por intermédio de missões de avaliação rápida e assessoria, medidas urgentes de salvaguarda, documentação e atividades de monitoramento. Isso reflete a ampla natureza desses desafios. Diante dessa realidade, criamos um fundo internacional que visa fazer uma intervenção direta e atuar a partir de observações e diretrizes para o desenvolvimento.

Uma grande parte dos países tem mais problemas com desastres naturais que com

conflitos armados, embora estes sejam os que têm mais visibilidade. As últimas quatro intervenções que fizemos com especialistas foram por desastres naturais, não por conflito armado. Não há solução mágica, a nossa única possibilidade é trabalhar com o *capacity building*. Hoje, estamos concentrando todos os nossos esforços na formação de pessoas diretamente no território atingido. A Unesco não tem capacidade de assumir os locais que são patrimônio da humanidade e não pode continuar listando-os se não houver responsabilidade para a manutenção deles. E não digo nem financeiramente, mas de capacitação de recursos humanos mesmo. Qual é a nossa ideia? Montar, junto com especialistas, planos de gestão e segurança com os Estados-membros, para que eles possam assumir a manutenção de modo integral.

Realizamos missões para analisar questões de sustentabilidade e chegamos à conclusão de que não é apenas a manutenção física, a salvaguarda, no conceito antigo. Ou seja, há uma declaração de cada local, e o que o país precisa fazer é garantir que esses compromissos sejam respeitados. E assim entramos em conflito nos países em desenvolvimento, que obviamente têm uma agenda

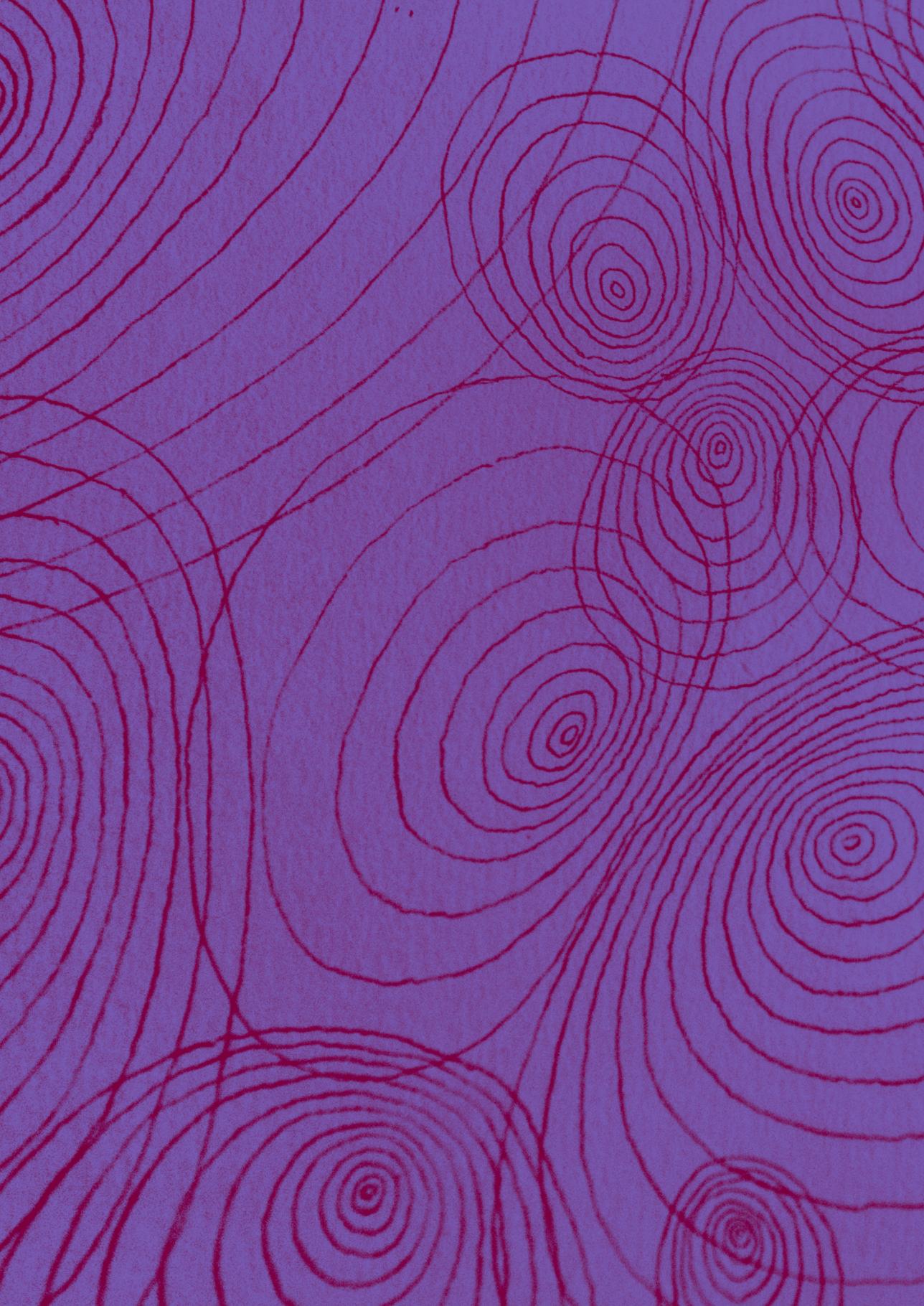
urbanística diferente da que imaginamos, porque começam a construir edifícios sem planejamento urbano adequado. O resultado é que eles acabam sendo inseridos na lista do patrimônio mundial em perigo. E, para retirar um local dessa lista, pode demorar anos. No entanto, temos exemplos de decisões políticas voluntárias que fizeram diferença. Cito aqui dois casos.

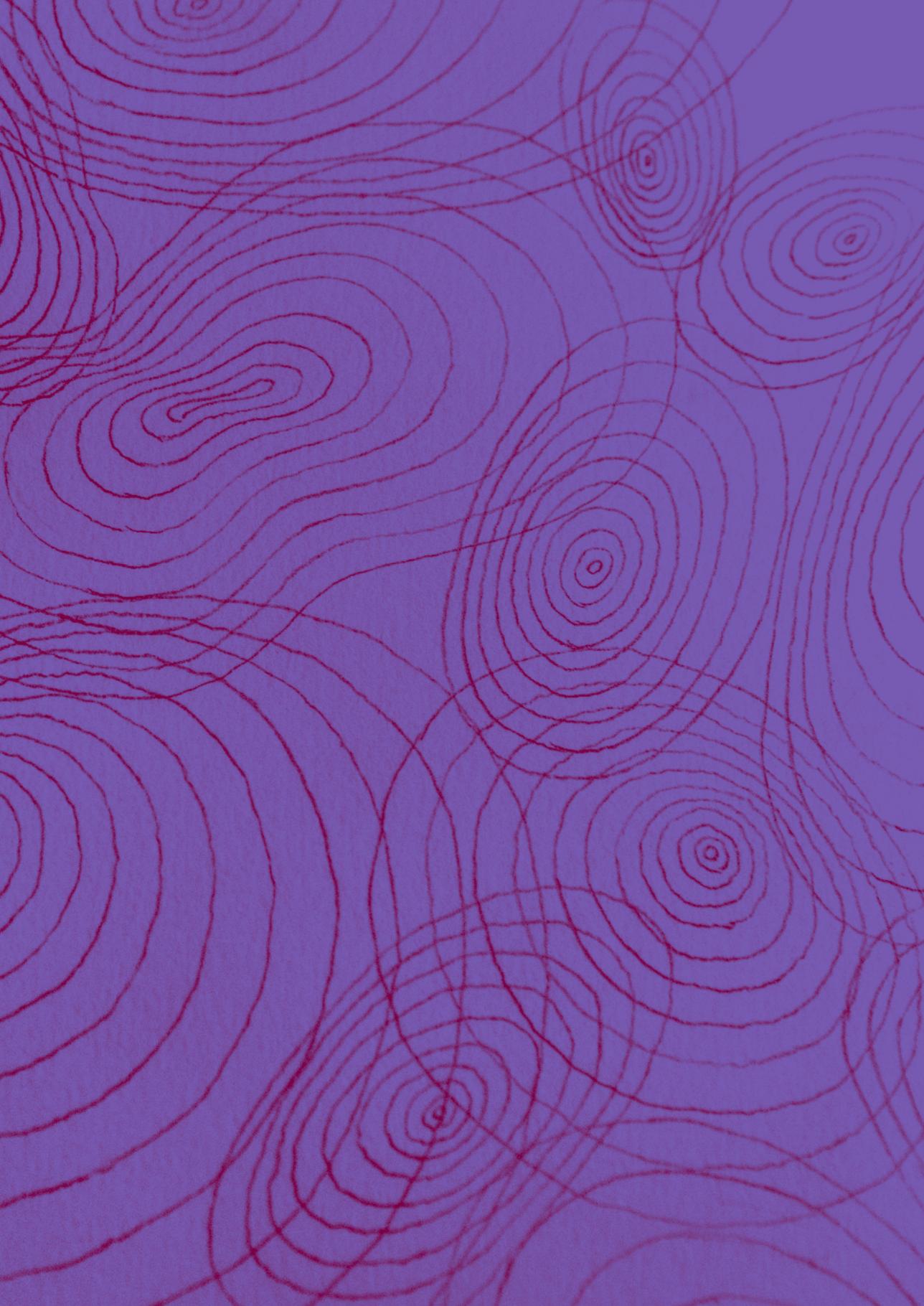
Em Belize, os corais estiveram na lista do patrimônio mundial em perigo durante, aproximadamente, sete anos. Na última reunião do Comitê do Patrimônio Mundial, em 2018, decidiu-se retirá-los dessa lista. Foi o resultado de uma decisão política de dois governos sucessivos para impedir a exploração de petróleo. E, atualmente, temos todo o processo realizado para cumprir essa recomendação.

O segundo caso é o da Costa Rica, cujo presidente da República nos informou sobre a paralisação da construção de um projeto de central elétrica que seria realizado em uma área de um dos locais naturais reconhecidos pela Unesco. É uma decisão política que garante a conservação dos valores que levaram o local a ser reconhecido e catalogado como patrimônio mundial.

Devemos ajudar a encontrar os instrumentos para que essas comunidades que seriam beneficiadas economicamente, e não socialmente, pelo desenvolvimento da construção da central elétrica possam obter outro meio de sustento. Estamos vendo como podemos, por meio da economia criativa, agregar valor a essas comunidades que perderam uma fonte de renda. De que forma? Destacar o que eles produzem ou são capazes de produzir a partir da criatividade, da identidade, dos valores tradicionais de que dispõem para a exploração de serviços, para o turismo sustentável, para o inventário do seu patrimônio. É com tudo isso que deveríamos nos preocupar, e a única forma de trabalhar é entender que as convenções são um instrumento que precisa atuar em paralelo com as políticas públicas dos Estados-membros – e as convenções precisam dialogar entre si.

Atualmente, não se sustenta que um local declarado patrimônio mundial não trabalhe o imaterial, mas temos duas convenções que trabalham em separado. Todo o estado de salvaguarda do patrimônio material mantém relações com seu ambiente, elementos naturais, portadores de tradições (especialmente os povos indígenas) e formas culturais, o que





não existia antes. Hoje, contamos com uma seleção e uma lista, o que significa indexação. Estamos fazendo a mesma coisa com o patrimônio imaterial. A ideia é levar essa indexação para todas as convenções e fazer essa conexão, primeiramente entre o setor cultural e depois com outros setores. Percebemos que trabalhamos a questão dos locais que são patrimônio por um lado e, por outro, dos geoparques, das memórias do mundo etc., e todos trabalham em paralelo. Para poder apresentar o diálogo das culturas, é preciso apresentar o acervo inteiro como um pacote: ou seja, o país, por meio de toda a sua cultura, tem sido capaz de produzir cultura para a humanidade. E esse é o valor universal do local. Não são os valores individuais que contribuem para que seja patrimônio, mas a junção de cada um desses elementos. Esse é um trabalho que quem vai fazer são as futuras gerações. O que estamos fazendo agora é gerar as condições para que uma organização como a Unesco, no século XXI, possa ser um instrumento para a agenda comum. Mas é um trabalho enorme e não podemos fazê-lo sozinhos, temos de contar com o apoio dos Estados-membros, de todas as nossas organizações acadêmicas e centros de pesquisa. Por isso a importância de participar da reunião de ministros da Cultura em 2019, e que a agenda seja levada pelos portavozes aos seus países.

**RO: SENDO UM LATINO-AMERICANO NA DIREÇÃO DA CULTURA DA UNESCO – E ISSO É UMA NOVIDADE, PORQUE HÁ MUITOS ANOS NÃO HAVIA ALGUÉM DO CONTINENTE –, COMO O SENHOR VIVE A QUESTÃO LATINO-AMERICANA E A QUESTÃO MULTILATERAL EM NÍVEL MUNDIAL? COMO FOI TER QUE ASSUMIR, A PARTIR DA POLÍTICA NACIONAL, UMA POLÍTICA MULTILATERAL?**

**EOR:** Eu vivo essa questão como um desafio extraordinário. Quando assumi a responsabilidade do cargo, disse que me sentia herdeiro da cultura com uma visão em torno da natureza dos nossos povos originários. Isso tem a ver com a visão holística na qual os patrimônios material e imaterial se complementam, e, portanto, não posso conceber um sem o outro. Quando ocupei o cargo de ministro da Cultura do Chile, certifiquei-me de que seria o primeiro ministério a promover uma consulta indígena no Chile, e estou orgulhoso porque servimos de referência para outros ministérios. Fomos os primeiros a criar um departamento de povos originários que trabalham em torno das tradições e da transmissão de línguas – assuntos que me interessam. Mas o conceito é utilizado holisticamente nas reuniões, o que antes era visto como um conceito acadêmico, sendo a base do que queremos como desenvolvimento sustentável. E na Agenda 2030 não se pode conceber o desenvolvimento sustentável se não houver

essa percepção. Em uma época em que os desafios que enfrentamos são globais, acredito que devemos nos concentrar o mínimo possível nas diferenças existentes entre países e regiões e trabalhar juntos para criar o futuro que todos queremos. Devemos olhar constantemente para o futuro e não apenas concentrar-nos no passado. No campo da cultura, acredito que pode haver uma mudança estrutural positiva no longo prazo. O norte e o sul têm que desaparecer como conceitos, porque não acredito mais neles. Estamos no século XXI, em que os conceitos são globais e os problemas também, e, se não procurarmos soluções juntos, não a partir da história que construímos, mas a partir do futuro que queremos criar em termos culturais, estaremos limitados, e isso é uma mudança estrutural. Da mesma forma, não levo tanto em consideração o aspecto latino-americano, mas sentir-me parte dessa herança, que hoje me permite entrar em diálogo com ambas as partes. Morei por mais de 20 anos na Europa, por razões especialmente políticas, então essa é a minha formação. Mas, durante todos os anos em que estive no Chile e no Uruguai, pude aprender que há, de fato, um olhar mais próximo daquilo que acredito que aspiramos deixar para as gerações futuras.

**RO: É O RESULTADO DE TODO O TRABALHO EM CULTURA QUE TEM SIDO FEITO NOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS...**

**EOR:** Sim. É incrível a quantidade de boas práticas que estão sendo desenvolvidas no mundo todo, mas ainda não há sistemas de troca de conhecimento e informações que permitem que os países se beneficiem delas. Recentemente, conversei com um ministro da Cultura que estava iniciando um plano nacional de leitura em seu país e o lembrei de que fui presidente da Cerlalc<sup>2</sup> durante dois anos. Os planos nacionais de leitura na América Latina, que são de grande abrangência, poderiam ser trabalhados e adaptados em outros países com base na experiência e nos resultados que obtivemos. Então, há muito que ser valorizado.

**RO: O SENHOR SE DEDICOU A FORMAR GESTORES CULTURAIS. ESTA REVISTA É LIDA POR MUITOS DELES. COMO VÊ A GESTÃO CULTURAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA A PARTIR DO LOCAL PARA O GLOBAL? QUAIS SÃO OS DESAFIOS DA GESTÃO CULTURAL NESTE MOMENTO?**

**EOR:** Comecei nos anos 1990 e não cheguei a esta profissão por acidente. Decidi estudar gestão cultural em 1992, em um Seminário Malraux em Santiago, no Chile, e analisar como foi montado o Ministério da Cultura na França. Eu disse: “É isso que me interessa!”. E a decisão foi uma maneira de me transformar em uma ponte. Eu venho do mundo da criação, e o mundo da gestão cultural mudou muito desde que comecei. Naquele momento, havia uma tendência à especialização dentro da gestão cultural.

Agora, estou convencido de que, quanto mais generalista você é, mais chances tem de se desenvolver profissionalmente.

Quando me perguntam qual é a função que falta em um museu, eu digo que é a de gestor cultural. Há pesquisadores, museólogos, tudo o que você possa imaginar, mas não vejo gestores culturais, porque isso tem a ver com uma dimensão de como nos comunicamos, como fazemos as mediações, como trabalhamos no sistema educacional formal e informal, como procuramos novos públicos, algo fundamental, como tomamos decisões financeiras que sejam programáticas, e não somente uma coisa ou outra. Mas hoje percebo que esse valor generalista presente na figura de gestores culturais, função que falta nos museus, permite uma atuação local e transformadora

em pequenas comunidades, e, ao mesmo tempo, uma atuação em grandes instituições, auxiliando na formulação de políticas públicas. Mas o grande valor tem a ver com as empresas privadas. Um gestor cultural, ou uma pessoa com formação em gestão cultural, é um valor agregado para qualquer empresa que está tentando desenvolver sua responsabilidade social, ou seja, não apenas a forma como ela age com os trabalhadores, mas como ela se relaciona com as comunidades onde deseja entregar serviços ou vender produtos, porque seu interesse é esse.

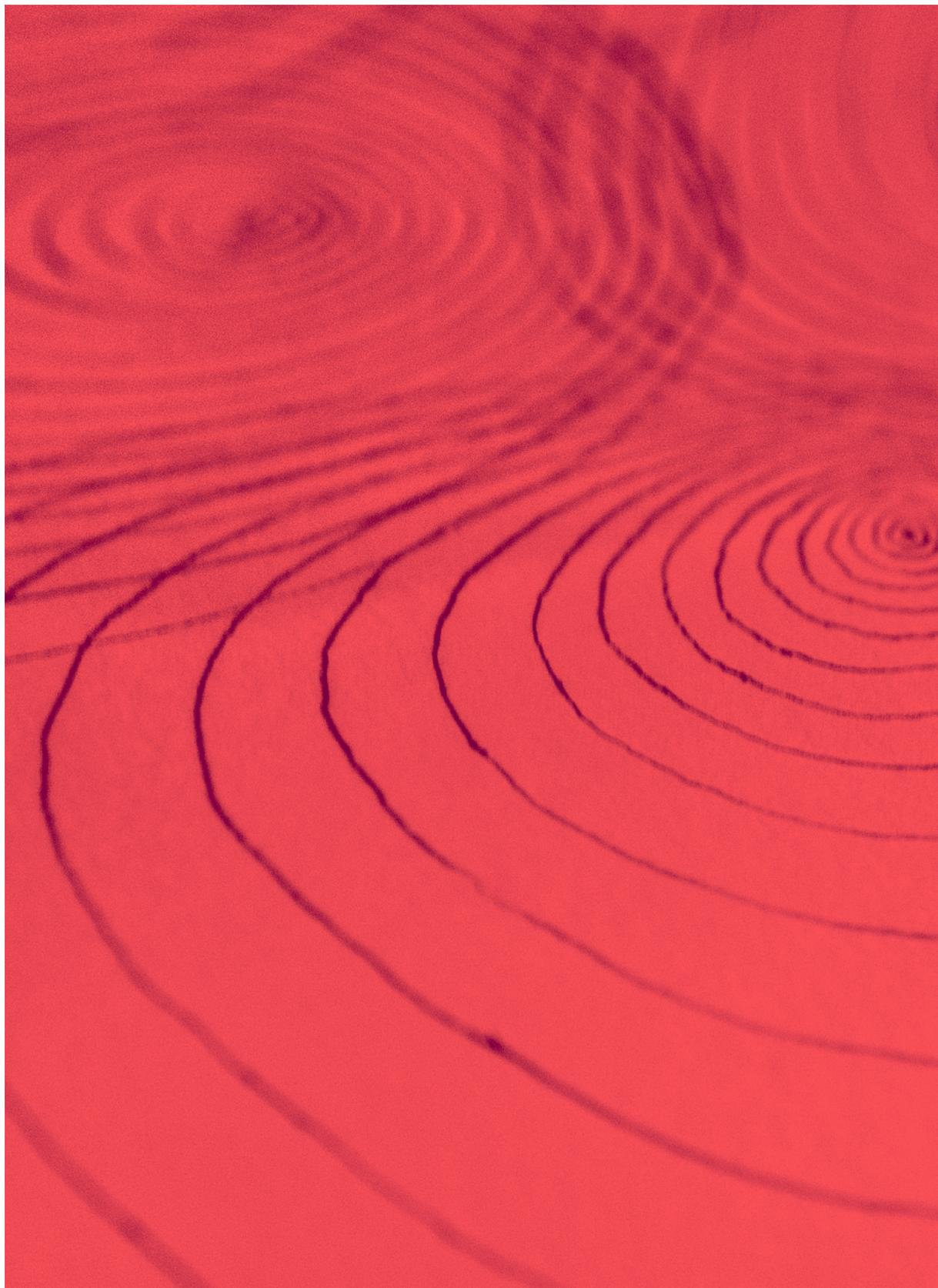
A gestão cultural é uma função de mediação a partir de certas chaves para entender como atuar sem ser um agente publicitário, o que se acreditava que essa profissão poderia se tornar. Essa ponte, que me levou a tomar a decisão de me dedicar a esse

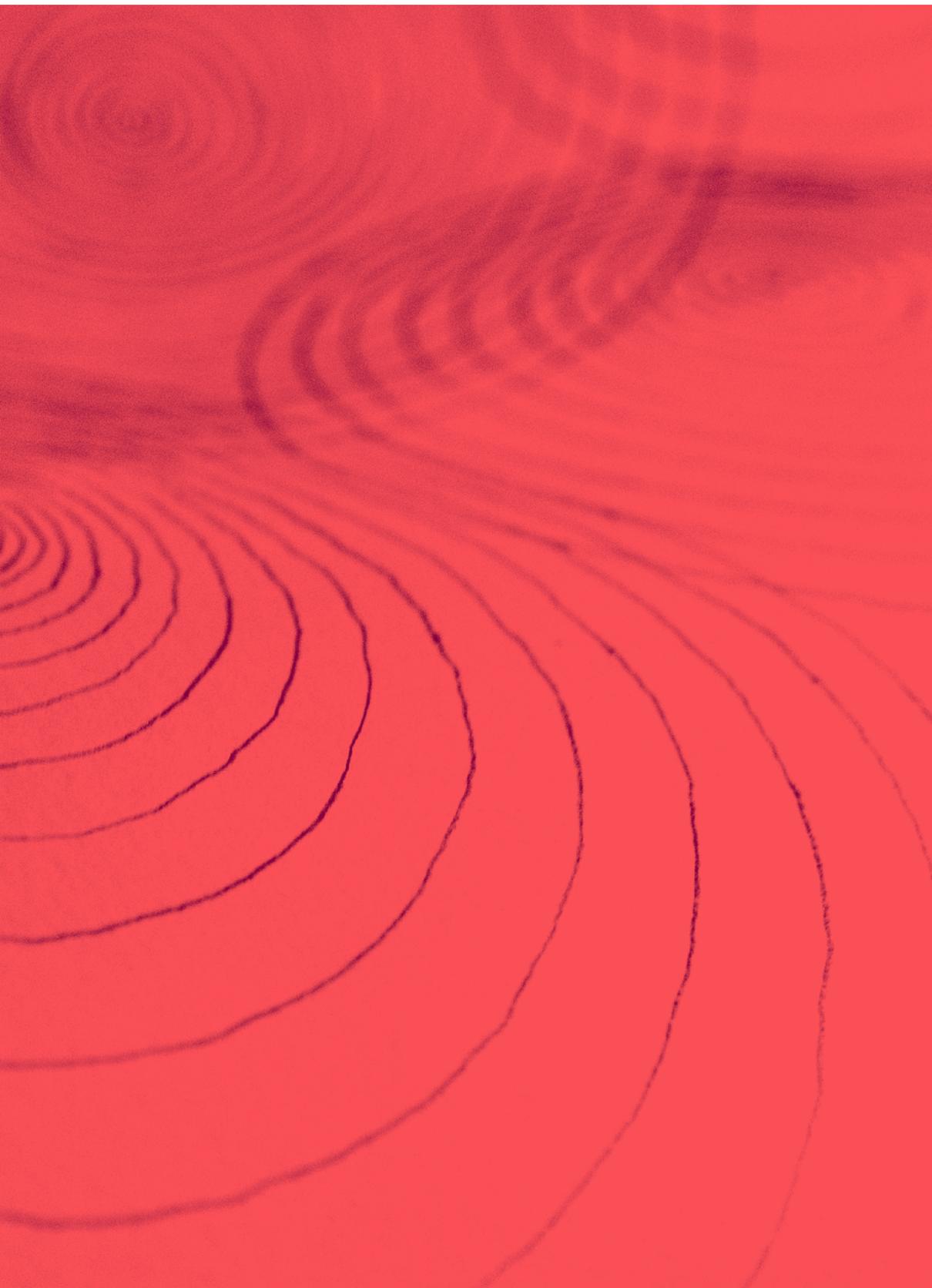
campo, continua vigente. Quando falamos de mediadores, pontes ou laços, entendemos que a gestão cultural, aquilo que fazemos, é relacionar uma demanda existente identitária com esses agentes transformadores da sociedade, capazes de produzir bens e serviços culturais. E isso continua vigente e mais necessário do que nunca – essa é a minha convicção. Vejo que o trabalho local tem uma influência muito maior do que há 20 anos. Antes, o grande pensamento era como estruturamos instituições e políticas nacionais a partir de modelos. O bom é que hoje em dia todo mundo sabe que não há mais modelos. A gestão cultural deve trabalhar na comunidade para ter uma boa prática, colocar-se a serviço e se adaptar a novos contextos de mudança. Esse é o nosso grande desafio.



## Notas

- 1 Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.
- 2 Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe.





## COLEÇÃO OS LIVROS DO OBSERVATÓRIO



**eCultura – Utopia Final**  
Teixeira Coelho



**A Economia Artisticamente Criativa**  
Xavier Greffe



**A Singularidade Está Próxima**  
Raymond Kurzweil



**O Lugar do Público**  
Jacqueline Eidelman,  
Mélanie Roustan e  
Bernardette Goldstein



**A Máquina Parou**  
E. M. Forster



**Identidade e Violência:  
a Ilusão do Destino**  
Amartya Sen



**Com o Cérebro na Mão**  
Teixeira Coelho



**As Metrópoles Regionais e a Cultura: o Caso Francês, 1945-2000**

Françoise Taliano-des Garets



**Cultura e Estado. A Política Cultural na França, 1955-2005**

Teixeira Coelho



**Afirmar os Direitos Culturais - Comentário à Declaração de Friburgo**

Patrice Meyer-Bisch e Mylène Bidault



**Cultura e Educação**

Teixeira Coelho (org.)



**Arte e Mercado**

Xavier Greffe



**Saturação**

Michel Maffesoli



### **O Medo ao Pequeno Número**

Arjun Appadurai



### **Leitores, Espectadores e Internautas**

Néstor García Canclini



### **A Cultura e Seu Contrário**

Teixeira Coelho



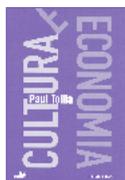
### **A República dos Bons Sentimentos**

Michel Maffesoli



### **A Cultura pela Cidade**

Teixeira Coelho (org.)



### **Cultura e Economia**

Paul Tolila

# SÉRIE RUMOS PESQUISA



**Os Cardeais da Cultura Nacional: o Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar - 1967-1975**  
Tatyana de Amaral Maia



**Por uma Cultura Pública: Organizações Sociais, Oscips e a Gestão Pública Não Estatal na Área da Cultura**  
Elizabeth Ponte



**Discursos, Políticas e Ações: Processos de Industrialização do Campo Cinematográfico Brasileiro**  
Lia Bahia



**A Proteção Jurídica de Expressões Culturais de Povos Indígenas na Indústria Cultural**  
Victor Lúcio Pimenta de Faria

## AS REVISTAS



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 26 – Gestão de Pessoas em Organizações Culturais**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 22 – Memórias, Resistências e Políticas Culturais na América Latina**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 25 – Sertões: Imaginários, Memórias e Políticas**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 21 – Política, Transformações Econômicas e Identidades Culturais**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 24 – Arte, Cultura e Educação na América Latina**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 20 – Políticas Culturais para a Diversidade: Lacunas Inquietantes**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 23 – Economia da Cultura: Estatísticas e Indicadores para o Desenvolvimento**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 19 – Tecnologia e Cultura: uma Sociedade em Redes**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 18 –**  
**Perspectivas sobre Política e Gestão Cultural na América Latina**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 15 –**  
**Cultura e Formação**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 17 –**  
**Livro e Leitura: das Políticas Públicas ao Mercado Editorial**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 14 –**  
**A Festa em Múltiplas Dimensões**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 16 –**  
**Direito, Tecnologia e Sociedade: uma Conversa Indisciplinar**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 13 –**  
**A Arte como Objeto de Políticas Públicas**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 12 – Os Públicos da Cultura: Desafios Contemporâneos**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 9 – Novos Desafios da Cultura Digital**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 11 – Direitos Culturais: um Novo Papel**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 8 – Diversidade Cultural: Contextos e Sentidos**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 10 – Cinema e Audiovisual em Perspectiva: Pensando Políticas Públicas e Mercado**



**Revista Observatório Itaú Cultural Nº 7 – Lei Rouanet. Contribuições para um Debate sobre o Incentivo Fiscal para a Cultura**



**Revista Observatório  
Itaú Cultural Nº 6 –  
Os Profissionais da  
Cultura: Formação  
para o Setor Cultural**



**Revista Observatório  
Itaú Cultural Nº 3 –  
Valores para uma  
Política Cultural**



**Revista Observatório  
Itaú Cultural Nº 5 –  
Como a Cultura Pode  
Mudar a Cidade**



**Revista Observatório  
Itaú Cultural Nº 2 –  
Mapeamento de Pesquisas  
sobre o Setor Cultural**



**Revista Observatório  
Itaú Cultural Nº 4 –  
Reflexões sobre  
Indicadores Culturais**



**Revista Observatório  
Itaú Cultural Nº 1 –  
Indicadores e Políticas  
Públicas para a Cultura**





Realização

 ItaúCultural

 /itaucultural itaucultural.org.br fone 11 2168 1777 fax 11 2168 1775 atendimento@itaucultural.org.br  
avenida paulista 149 são paulo sp 01311 000 [estação brigadeiro do metrô]